

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Mestrado em História

**ITINERÁRIOS DE UM ARTISTA REVOLUCIONÁRIO: MEMÓRIA E POESIA  
DE MÁRIO JORGE DE MENEZES VIEIRA (1963-1973)**

São Cristóvão Sergipe,  
2025

MARIA VITÓRIA SANTOS FONTES

**ITINERÁRIOS DE UM ARTISTA REVOLUCIONÁRIO: MEMÓRIA E POESIA  
DE MÁRIO JORGE DE MENEZES VIEIRA (1963-1973)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração Cultura e Sociedade, linha de pesquisa Cultura, Memória e Identidade.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá.

São Cristóvão, Sergipe,

2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

F683i Fontes, Maria Vitória Santos  
Itinerários de um artista revolucionário: memória e poesia de  
Mário Jorge de Menezes Vieira (1963-1973) / Maria Vitória Santos  
Fontes. Orientador Antônio Fernando de Araújo Sá . – São  
Cristóvão, SE, 2025.  
183 f. : il

Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de  
Sergipe, 2025.

1. História - Estudo e ensino. 2. Memória coletiva. 3.  
Romantismo. 4. Revolucionários. 5. Política e cultura. I. Sá, Antônio  
Fernando de Araújo, orient. II. Título.

CDU 94:316.75

MARIA VITÓRIA SANTOS FONTES

ITINERÁRIOS DE UM ARTISTA REVOLUCIONÁRIO: MEMÓRIA E POESIA DE  
MÁRIO JORGE DE MENEZES VIEIRA (1963-1973)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração Cultura e Sociedade, linha de pesquisa Cultura, Memória e Identidade.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Presidente da Banca Examinadora

---

Prof. Dr. José Vieira da Cruz – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Examinador Interno

---

Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Examinador Externo

## AGRADECIMENTOS

Existe toda uma formalidade na construção de um trabalho acadêmico, entretanto, peço licença para quebrar esse protocolo na sessão dos agradecimentos, pois o vejo como momento de expressar o que está presente em meu interior, na primeira pessoa.

Os percalços enfrentados durante esses dois anos e meio exigiram de mim força, persistência e fé, para que tudo fluísse e se concretizasse. Escrever sobre a história de vida de um indivíduo como Mário Jorge de Menezes Vieira me fez acessar, profundamente, as dimensões do tempo e espaço. Fui capaz de perceber os atravessamentos com a minha própria história e conhecer um passado pelo cotidiano do outro, contornado por descaminhos, improvisos, entregas e resistências. Neste trabalho, consegui organizar uma boa parte das ideias, mas ainda permanece a sensação de que sempre terá algo para acrescentar. O processo de escrever histórias de vida é sempre contínuo.

No fazer desta dissertação, fui acompanhada por seres que são alicerces em minha trajetória. Dito isso, inicio meus agradecimentos do lugar de onde parti. Agradeço à Deus, a *Olorum*, e aos Orixás, a fé que me mantém firme. Às minhas mães, Antoníelia Ribeiro e Roseane Mesquita, companheiras e guias nas partilhas das emoções, conversas, descanso e trabalho, minha eterna gratidão. Às minhas irmãs, Marina e Nina, pela união nas incertezas que a vida nos leva. À minha avó, Cordélia Ribeiro, por acreditar na minha capacidade de ir além e me impulsionar a alcançar autonomia, independência e felicidade. À meus tios Lissandra Ribeiro e Valdivan Ramos e à meus primos Maria Beatriz e Ivan Antônio, pelo acolhimento e pelas longas conversas sobre a biografia da nossa própria família, vocês me inspiraram muito. À minha dinda, professora Maria Jucilene, pelos conselhos acadêmicos e da caminhada. Ao meu pai, Sandro Lima Fontes, por me ensinar o valor da responsabilidade e do compromisso com minhas próprias escolhas na passagem que fazemos por esse mundo.

À minha família do *Ilê Asé Ewá Silewá Lowi*, pelos momentos de alegria, dedicação e superação partilhados, cotidianamente, ao longo desta jornada, vocês são essenciais para o meu desenvolvimento. Aos meus amigos e amigas, especialmente à Marcos Galvão, Thais Santos e Vinícius Nicácio, pelo cuidado e presença em meio às pressões da rotina.

Deslocando-me do núcleo familiar e afetivo, saliento que vivi momentos importantes para minha vida pessoal e profissional na Universidade Federal de Sergipe nesse tempo em que estive como mestranda. Agradeço aos colegas de turma e profissão, por compartilhar boas

vivências e aprendizagens únicas. Agradeço ao professor Fernando Sá, grande referência para mim como historiador, orientador e pesquisador, pelo comprometimento e pelas experiências vividas através das aulas, reuniões, viagens e extensões.

No Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS/UFS), passei por momentos decisivos, onde me percebi entre encruzilhadas. Agradeço ao professor Carlos Malaquias, coordenador do programa, pela atenção, suporte e direcionamento para que eu pudesse dar continuidade ao mestrado sem grandes dificuldades. Agradeço também à Paloma Silva, secretária do programa, por me acompanhar, orientar e tranquilizar, pacientemente, em meio às burocracias desse trajeto.

Agradeço aos professores José Vieira da Cruz e Anderson da Silva Almeida, que compuseram a banca de qualificação e defesa, por permanecerem atentos à produção historiográfica, contribuindo para a realização, crítica e qualitativa, desta pesquisa. Aproveito a oportunidade, e o espaço que me resta, para agradecer a todas e todos que acreditam e investem na educação como força motriz da transformação individual e coletiva. Ter chegado até aqui é fruto do trabalho e dos sacrifícios vividos por uma família formada, majoritariamente, por professoras e professores e, me esforço para seguir firme na continuidade de tais feitos.

## **RESUMO**

Esta dissertação tem como objetivo compreender os processos de formação da militância política de Mário Jorge de Menezes Vieira, entre os anos de 1963 e 1973, período marcado por intensas transformações políticas e culturais no Brasil. A partir de sua atuação no movimento estudantil, da participação em organizações político partidária de esquerda e de sua produção artística, o trabalho analisa como Mário Jorge construiu uma militância atravessada por experiências coletivas e individuais, cujas marcas são preservadas na memória de familiares, amigos e contemporâneos. Ancorada nos referenciais da História Cultural, com ênfase nos estudos sobre memória coletiva, romantismo revolucionário e engajamento artístico, a pesquisa se debruça sobre fontes orais, literárias e documentais para interpretar as dimensões políticas, poéticas e afetivas que compuseram sua trajetória. A análise evidencia como a memória sobre Mário Jorge articula dimensões individuais e coletivas, tornando-se espaço privilegiado de resistência e elaboração simbólica frente à repressão do período ditatorial.

**Palavras-chave:** Mário Jorge de Menezes Vieira; Militância Política; Memória Coletiva; Romantismo Revolucionário.

**ABSTRACT**

This dissertation aims to understand the processes that shaped the political militancy of Mário Jorge de Menezes Vieira between 1963 and 1973, a period marked by intense political and cultural transformations in Brazil. From his involvement in the student movement to his participation in leftist organizations and artistic production, the study analyzes how Mário Jorge developed a form of militancy shaped by both collective and personal experiences, the traces of which are preserved in the memories of family members, friends, and contemporaries. Grounded in the field of Cultural History, with emphasis on studies of collective memory, revolutionary romanticism, and artistic engagement, this research draws on oral, literary, and documentary sources to interpret the political, poetic, and affective dimensions of his trajectory. The analysis reveals how the memory of Mário Jorge intertwines individual and collective dimensions, becoming a privileged space of resistance and symbolic elaboration in the face of the violence of the dictatorial period.

**Keywords:** Mário Jorge de Menezes Vieira; political militancy; collective memory; revolutionary romanticism.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Certidão de Nascimento de Mário Jorge de Menezes Vieira.....	21
Figura 2 – Família de Ivone Menezes Vieira .....	25
Figura 3 – Mário Jorge e Ana Lúcia na infância .....	26
Figura 4 – Transferência <i>ex-officio</i> do estudante Mário Jorge de Menezes Vieira (Portaria nº37/1964) do Colégio Estadual de Sergipe.....	59
Figura 5 – Fotografia em estúdio de Mário Jorge de Menezes Vieira na fase adulta.....	66
Figura 6 – Poema visual retirado do livro “Cuidado silêncios soltos” (1993).....	68
Figura 7 – Fotografia de Mário Jorge de Menezes Vieira (fase adulta) no banco de trás de um veículo.....	111

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. As faces de um poeta: fragmentos narrativos da biografia de Mário Jorge de Menezes Vieira. ....</b>	<b>20</b>
2.1 Do Lar à Resistência: laços afetivos e infância no bairro São José – Aracaju/SE. ....	20
2.2 Retratos da juventude: politização no movimento estudantil secundarista (1963-1965) .....	31
<b>3. A invenção do Marginauta: militância política e cultural na Ditadura Civil-Militar brasileira .....</b>	<b>55</b>
3.1 Nas margens do Golpe de 64: deslocamentos políticos em Sergipe .....	55
3.2 A iminência do artista revolucionário sob o horizonte da repressão.....	65
<b>4. Redutos da Memória e Resistência Sergipana .....</b>	<b>73</b>
4.1 Memória, história oral e narrativas biográficas como instrumentos de resistência e produção histórica .....	74
4.2 Vozes em disputa: relatos sobre o engajamento político de Mário Jorge. ....	86
4.3 As Tramas da Memória Política: reivindicações e reconstruções .....	97
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>114</b>
<b>A. FONTES.....</b>	<b>114</b>
<b>B. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>116</b>
<b>C. APÊNDICE.....</b>	<b>124</b>
I. Termo de consentimento livre e esclarecido elaborado pela autora para as entrevistas.....	124
II. Entrevistas .....	126

## 1. INTRODUÇÃO

O cotidiano dos indivíduos, em suas particularidades, espelha diferentes dinâmicas que passam a compor suas histórias de vida. As biografias apresentam uma significativa valorização historiográfica no que tange à recomposição dos fatos, compreendendo que esses são interpostos pelas ações dos indivíduos. A própria construção do objeto perfaz um trajeto e as nuances, que complementam a perspectiva histórica, são marcadas por instantes do passado e presente.

Na organização das etapas de investigação, propõe-se uma reflexão analítica acerca dos fatores que constituíram a trajetória e a memória política do poeta sergipano Mário Jorge de Menezes Vieira no contexto da Ditadura Civil-Militar, com o objetivo de compreender os processos de formação de sua militância política, a partir das experiências vividas entre 1963 e 1973, e da memória coletiva sobre esse período.

Neste trabalho, adota-se a expressão ditadura civil-militar para designar o regime autoritário instaurado no Brasil a partir do golpe de 1964, em consonância com uma vertente historiográfica que tem enfatizado a participação ativa de setores civis na sustentação, legitimação e operacionalização do poder ditatorial. Tal escolha conceitual busca evidenciar o envolvimento de grupos empresariais, elites políticas, segmentos da grande imprensa, setores do Judiciário e parte da sociedade civil organizada, que contribuíram para a construção e manutenção da ordem autoritária (Dreifuss, 1981; Napolitano, 2014).

O golpe e o regime subsequente foram resultado de uma ampla coalizão de interesses, marcada pela convergência entre projetos militares e civis de modernização conservadora, combate às esquerdas e controle das mobilizações sociais. Como argumenta Carlos Fico (2012), embora o comando político-institucional estivesse concentrado nas Forças Armadas, a participação civil foi decisiva tanto na formulação do discurso anticomunista quanto na sustentação administrativa, econômica e ideológica do regime.

A adoção dessa nomenclatura permite compreender de forma mais precisa as dinâmicas de repressão e consentimento que atravessaram a sociedade brasileira no período, deslocando a análise para além da esfera estatal e incorporando as experiências cotidianas, as disputas simbólicas e os mecanismos de adesão e acomodação. Nesse sentido, a Ditadura Civil-Militar não se configura apenas como um regime imposto “de cima”, mas como um sistema de poder

que se enraizou em diferentes instâncias da vida social, produzindo efeitos duradouros na cultura política, na memória coletiva e nas trajetórias individuais — como a de Mário Jorge de Menezes Vieira, analisada nesta pesquisa.

Neste sentido, a pesquisa enunciada examina as origens de sua militância no Movimento Estudantil sergipano, através das dinâmicas sociais, culturais e políticas na década de 60, bem como interpretar a sua articulação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a formação de sua militância cultural nas décadas de 1960 e 1970, situando as vivências de Mário Jorge no contexto da luta política. Ademais, analisa-se os processos de formação de sua militância, com atenção às dinâmicas da memória coletiva e das narrativas orais.

Nos processos constitutivos desta dissertação, enfatizamos que a memória coletiva constitui um eixo fundamental para compreender como as lembranças dos sujeitos sociais, especialmente aqueles vinculados aos grupos de convivência e militância de Mário Jorge de Menezes Vieira, são incorporadas e ressignificadas no interior de determinados contextos históricos. Conforme argumenta Maurice Halbwachs (2003, p. 41), a memória não é um exercício exclusivamente individual, mas se realiza sempre no seio de um grupo social, que fornece os marcos e quadros de referência necessários para a evocação e a significação de lembranças. O autor destaca que o indivíduo só consegue lembrar na medida em que partilha um campo comum de experiências e sentidos.

A partir dessa concepção, a memória coletiva é elaborada de maneira distinta da memória social, apesar de que, por vezes, os termos se sobrepõem no uso corrente. A memória social diz respeito ao conjunto mais amplo de representações sociais do passado, marcadas por processos de seleção, disputa e institucionalização da memória no espaço público, onde múltiplos grupos sociais e agentes do Estado operam na esfera do simbólico e do político (Le Goff, 1990; Pollak, 1989).

Diante do contexto desta dissertação, as recordações evocadas pelos contemporâneos de Mário Jorge — familiares, amigos, companheiros de militância e de criação artística — são atravessadas por vínculos coletivos que organizam, selecionam e reinterpretam os acontecimentos passados. Ao debruçarmos sobre o marco histórico dessa geração, que moldou práticas de resistência política e produção cultural no Brasil, reconhecemos que essas

rememorações não apenas constroem uma imagem do passado, mas também operam como forma de intervenção simbólica no presente.

É nesse horizonte que situamos o uso da memória coletiva como fundamento teórico, na tarefa de acessar as pessoas e captar suas lembranças. Por essa perspectiva, optamos por adotar a estrutura das entrevistas narrativas, pois oferecem mecanismos necessários que buscam estimular os narradores a contar suas versões sobre acontecimentos na vida pessoal e atrelados a um contexto social, “tão diretamente, quanto possível” (Jovchelovitch; Bauer, 2008, p. 93). Essa atitude aprofunda a comunicação, dita e não-dita, demandando uma interação espontânea entre entrevistador e entrevistado, superando as intenções científicas de seu contato (Ribeiro; Vasconcelos, 2020).

O trabalho de memória, quando realizado pelo viés da História Oral, abarca toda complexidade que envolve suas técnicas e interpretação dos dados registrados, além de integrar o diálogo entre a memória, as narrativas, as fontes e a escrita histórica (Portelli, 2016). Essa abordagem metodológica nos encaminham às memórias dos testemunhos que expuseram os sofrimentos e enfrentamentos vivenciados na ditadura civil-militar (Araújo, 2020, p. 16), corroborando com o pensamento de Daniel Aarão Reis, quando o mesmo infere que as narrativas dos eventos históricos são campos de batalha da memória, pois não garantem, naturalmente, a versão dos vitoriosos, e estão sujeitas à ação do tempo, visto que “os derrotados de ontem, na luta aberta, podem ser os vitoriosos de amanhã, na memória coletiva”(Reis Filho, 2004, p. 30). No entanto, não iremos trazer os entrevistados da pesquisa somente como testemunhos dos fatos, mas agentes que contribuem, a partir das suas vivências, para reforçar a gravidade do esquecimento sobre a série de acontecimentos que afetaram a vida, dignidade e liberdade dos brasileiros.

No processo de construção da memória, alguns fatores provocam vulnerabilidades em seu manuseio. Para Paul Ricoeur (2007, p. 70), a sua natureza fenomenológica não permite testar a veracidade das narrativas contadas, abrindo margem para o uso inadequado do recurso imaginativo – que julga excepcional para evidenciar as representações do passado –, configurando uma “cilada do imaginário”, cuja “(...) função alucinatória da imaginação, constitui uma espécie de fraqueza, de descrédito, de perda de confiabilidade da memória”.

Esta característica cria um abismo na produção do conhecimento histórico, gerando o que Ricoeur chama de “abusos da memória”, visto que ela pode ser manipulada para fins políticos, ideológicos ou pessoais. A memória, além de lembrar, pode ser utilizada para distorcer o passado, seja através do esquecimento forçado, da imposição de narrativas oficiais

ou da utilização do passado como meio de dominação. Esse abuso compromete a autenticidade da memória e sua função de preservar a verdade histórica.

Por outro lado, o trabalho que tem como viés a memória coletiva explicita o pragmatismo da sociedade em relação às lembranças. O exercício da memória exige uma dedicação de tempo e trabalho que destoa das engrenagens do modo industrial de produção, ou utilitário de relacionamento, e não ampara a história oficial dos “vencedores”, que se configuram como uma narrativa comum para todos os grupos e oprimem as particularidades que constituem diferentes histórias de vida.

Os suportes materiais e emocionais da memória, como os vínculos sociais resultantes da convivência cotidiana e o apego a objetos biográficos, são destituídos de valor e substituídos pela predominância hegemônica da classe dominante (Chauí, 1987). Nesse ínterim, a recondução da memória na sociedade surge como um norte para considerar os aspectos críticos da relação entre memória e história.

Entre os fatos vividos e as histórias contadas, essa pesquisa encontra, a partir do poeta Mário Jorge de Menezes Vieira, indagações propositivas para com o estudo da sua história, em detrimento aos registros identificadores da sua existência na denominação de uma das principais avenidas do município de Aracaju/SE. Quem é esse poeta? Como as inquietações contidas na sua obra literária e artística expressavam as suas motivações políticas?

O contexto autoritário que envolveram os processos políticos que ocorreram no Brasil e em Sergipe durante os anos de 1960, foi cenário para a atuação de Mário Jorge de Menezes Vieira enquanto militante, considerando que a militância abrange não apenas o engajamento político-institucional, mas também práticas culturais, simbólicas e afetivas voltadas à transformação da sociedade. Nesta produção, adotamos uma concepção ampliada de militância, entendendo-a como uma forma de ação que articula o fazer artístico à luta política, configurando-se como campo privilegiado de expressão de subjetividades insurgentes.

Em diálogo com Ângela de Castro Gomes (2020), compreendemos que a militância é constituída por memórias sensíveis e experiências que conferem sentido à trajetória dos sujeitos, especialmente quando narradas retrospectivamente em contextos de repressão. Nesse sentido, ao traçarmos o perfil artístico e militante de Mário Jorge de Menezes Vieira, identificamos o seu início nos primórdios da década 1960, a partir das experiências no movimento estudantil e as redes de sociabilidade forjadas nesses espaços de atuação política na juventude.

Nessa época, produziu poemas inspirados no *cepecismo* (Prado, 2008, p. 15), estética e projeto cultural vinculados ao Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes. O projeto político-cultural do CPC da UNE, criado em 1962, inspirado pelo ideário nacional-popular, buscava aliar produção cultural e conscientização política, promovendo tanto a criação de jovens artistas engajados, quanto a difusão de uma arte pedagógica, crítica e acessível às camadas populares (Napolitano, 2020, p. 37-38). Ele participou também de organizações estudantis, como o Grêmio Cultural Clodomir Silva do Colégio Estadual de Sergipe – atual Centro de Excelência Colégio Estadual Atheneu Sergipense –, e União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES). No decorrer dos anos 60 e início dos 70, o poeta se enveredou pelo campo da poesia marginal, publicou artigos em jornais locais e revistas, transgredindo, a seu modo, os limites impostos pelo regime militar brasileiro, além de vivenciar os ecos da contracultura no Brasil.

Mário Jorge de Menezes Vieira deixou dois filhos, família, companheiros e companheiras que, nos anos subsequentes, foram primordiais para reacender a memória, reunir e divulgar suas produções literárias e artísticas. Contudo, sobre a sua militância política, quem ficou responsável por contar esta história?

O fator quantitativo das fontes documentais escritas, no primeiro contato, dificultou a construção dos caminhos metodológicos. São marcas de uma tendência política que obstaculiza o acesso à memória pública do período ditatorial brasileiro e, portanto, compreende-se que é necessário percorrer outros rumos que nos aproximem do indivíduo. Devido a tais circunstâncias, recorreremos à história viva e a memória coletiva dos seus contemporâneos, incorporando-as na produção do conhecimento para identificar minúcias que não estavam tão aparentes até então.

A questão inicial que nos direcionou a sistematização do objeto de pesquisa foi o porquê da militância política de Mário Jorge não ser tão enfatizada, ou reconhecida, em comparação ao seu expoente artístico e cultural e, a escolha por investigar tal trajetória se deu pela ausência de estudos que evidenciassem o seu engajamento político na juventude.

Os trabalhos que abordam, ainda que superficialmente a sua trajetória política, apontando os eixos progressistas de sua atuação no contexto brasileiro dos anos de 1960 e 1970, estão focalizados na linguagem literária e estética mariojorgiana, a partir do viés interpretativo das expressões artísticas do poeta. A obra de Thiago Martins Prado (2008) é constituída de análises aprofundadas sobre as etapas de produção de Mário Jorge, desde o iniciar do seu fazer

poético até os últimos momentos de produção em vida e as publicações póstumas, que destacam a sua “heterogeneidade criativa”. Já a dissertação de mestrado de Katherine Mendonça (2023) nos permite compreender os aspectos do movimento literário concretista nas obras “Revolução” (1968), “Cuidado, silêncios soltos” (1993), “De repente, há urgência” (1997) e “A noite que nos habita” (2003), além de identificar aspectos da contracultura nessas produções.

Em segundo lugar, as demandas da contemporaneidade, como o marco histórico dos 60 anos do golpe civil-militar no Brasil no ano de 2024, assinalam a necessidade de atenção do cidadão para o projeto político de esquecimento histórico do passado autoritário da ditadura militar, provocando reflexões sobre as arbitrariedades cometidas pelo Estado e a série de violações dos direitos humanos, que reverberam em diversos setores da sociedade. Tais circunstâncias demonstram a complexidade de trabalhar com as trajetórias políticas através da memória.

Todavia, o exercício reflexivo da memória coletiva no tempo presente auxilia na busca pela readequação das bases de resistência da esquerda mediante o avanço da extrema-direita reacionária e bolsonarista no Brasil desde as eleições de 2018 (Gherman, 2023), tendo em vista os riscos que esse movimento causa para as instituições democráticas ao defender a intervenção militar e o regime de governo ditatorial e antidemocrático. Negar o passado autoritário da república brasileira, escamoteando as forças de resistência política e desvirtuando o trabalho tão caro à institucionalização da memória sobre os resquícios da ditadura na atual conjuntura (Sá, 2024), é prejudicial para a conscientização dos brasileiros sobre o próprio processo histórico que gera indagações no tempo presente sobre os rumos da democracia.

A disposição investigativa sobre a trajetória política de Mário Jorge, inserida no contexto cultural e político da década de 60, possibilita identificar algumas formas de interação e engajamento deste indivíduo com o meio social e, a partir da memória coletiva, configurar as características pelas quais o identificam como um artista revolucionário. Por essa percepção, nos enveredamos para a questão norteadora: quais os processos de formação política da militância de Mário Jorge de Menezes Vieira em Sergipe durante a década de 1960, considerando as influências dos grupos sociais e as dinâmicas que envolvem a memória coletiva no tempo?

O golpe de Estado de 1964 foi apresentado pelos seus articuladores como uma “intervenção temporária para restaurar a democracia”, sob o argumento de que esta estaria ameaçada pela emergência das demandas reformistas das forças progressistas, frequentemente

rotuladas como comunistas, pois almejavam transformar a sociedade para reduzir desigualdades sociais, econômicas e políticas, defendendo direitos sociais e a democratização, especialmente em períodos de crise ou repressão política (Fernandes, 1966). Essa justificativa serviu para a implementação de um regime ditatorial profundamente autoritário, anticomunista e antidemocrático e, as estratégias adotadas pelos militares revelaram um paradoxo: o Estado agia contra o povo, supostamente para evitar que as bases socialistas se enraizassem no imaginário popular.

Essa lógica sustentou a criação de um aparato repressivo que legitimava mecanismos de controle, como censura, perseguições políticas, tortura e exílios, utilizados para consolidar o poder e eliminar opositores. Ao longo dos 21 anos de ditadura, o Brasil viveu um período de intensa violência institucional, marcado pelo silenciamento de vozes dissidentes, seja pela censura, morte ou desaparecimento e, mesmo aqueles que não pertenciam aos “quadros dirigentes” da resistência política, tiveram suas vidas profundamente impactadas pelas arbitrariedades do regime, carregando as marcas de um tempo de sofrimento e opressão (Fico, 2001, p. 170).

O intuito dessa pesquisa é abranger o espaço para as experiências que compuseram a história de vida do poeta sergipano Mário Jorge de Menezes Vieira, trazendo a sua trajetória política com eixo norteador da pesquisa e, através dela, dar voz às formas de resistência política que transpassam a luta armada ou político-partidária, mas também contribuem para acessarmos os acontecimentos do passado pelas visões de mundo dos agentes históricos daquele período. Democratizar as histórias, no sentido de torná-las públicas e acessíveis, constitui uma finalidade educativa de incentivo ao conhecimento histórico regional e nacional e, a partir de então, compartilhar as subjetividades da vida pública.

A estrutura do trabalho é constituída pela ordem em que traz a história de vida do sujeito em primeiro plano, relacionando o panorama político e cultural que embasa as suas experiências políticas. No primeiro capítulo, “As faces de um poeta: fragmentos narrativos da biografia de Mário Jorge de Menezes Vieira”, trazemos aspectos da biografia de Mário Jorge, contemplando o cenário de seu ingresso na militância política.

A escolha pela denominação “fragmentos narrativos” provém dos registros históricos que envolvem a sua história de vida, bem como registros da memória individual de Mário Jorge, que geram algumas lacunas no processo de identificação das formas de sua atuação política no movimento estudantil secundarista sergipano até o Golpe de 1964. Essa memória individual se manifesta como uma narrativa interior, em que o sujeito reorganiza sua trajetória a partir de

elementos profundamente pessoais, mas que, ao serem narrados, podem adquirir valor público e político (Bosi, 1987).

As subseções do capítulo foram realizadas seguindo uma periodização com base nos sentidos da biografia de Mário Jorge, primeiramente a partir da sua infância e as influências do seu ciclo familiar e, posteriormente, o “retrato” da sua juventude no movimento estudantil. Para fundamentar a narrativa, utilizamos fontes impressas, como periódicos de circulação pública, documentos oficiais dos arquivos da repressão, como fichas de registro policial e relatórios de inquérito policial militar, e as narrativas orais.

O segundo capítulo, “A invenção do *Marginauta*: militância política e cultural na Ditadura Civil-Militar brasileira”, é composto pelo aprofundamento do contexto histórico dos anos 1960 e início dos anos 1970, evidenciando as categorias de cultura e política que dialogam com as vivências que caracterizaram a militância cultural de Mário Jorge de Menezes Vieira. As seções do capítulo foram pensadas na interação entre arte, política e cultura na conjuntura nacional e local, levando em consideração as experiências sociais e as estratégias de resistência das forças progressistas e artistas revolucionários.

A cronologia dos fatos segue uma ordem que aborda os acontecimentos políticos, contudo, essa mesma ordem é questionada por meio das “reinvenções” culturais, marcadas pelo período de florescimento cultural que, neste caso específico, é entendida como representação das experiências coletivas e impulsiona as transformações no curso da história. Paralela às indagações culturais, caminha a conjuntura política, traçando direções que confluem e separam na interação com a sociedade, devido aos dispositivos institucionais determinados pelos ditadores para impor ordem social e implantar o projeto de modernização conservadora.

As fontes utilizadas para investigar as redes de sociabilidade de Mário Jorge e o enredo da história política e cultural foram os periódicos de circulação pública, as narrativas orais e o relatório final da Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo (CEV/SE), discutindo a produção historiográfica do período.

O terceiro capítulo da dissertação, intitulado “Redutos da Memória em Sergipe”, enriquece os fatos apresentados e contextualizados nos capítulos um e dois, pois apresentaremos a discussão das memórias e sua repercussão para a produção da memória política sobre o poeta Mário Jorge de Menezes Vieira. Os entrevistados foram consultados sobre a história de vida e a trajetória política do poeta Mário Jorge, a fim de analisarmos as lembranças e percepções das suas vivências no período histórico estabelecido.

Essas memórias, provenientes das narrativas orais, foram articuladas com algumas oitivas realizadas pela Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo, registrados na plataforma audiovisual *Youtube*, buscando construir uma compreensão ampla sobre a constituição da memória política sobre Mário Jorge de Menezes Vieira. Como ressalta Ecléa Bosi (1987, p. 47), “os velhos são os guardiões da memória” e, por meio deles, é possível acessar fragmentos de um passado que, de outra forma, poderiam ser perdidos.

A ausência dessas pessoas tornaria inviável a continuidade da pesquisa em muitos aspectos, pois a história de vida é tecida, em grande medida, pelos próprios atores que a vivenciaram. Marilena Chauí (1987) enfatiza o caráter político da memória, ao destacá-la como um campo de resistência contra o apagamento e a distorção histórica. Assim, preservar e valorizar as lembranças de velhos e velhas não é apenas um compromisso acadêmico, mas uma luta essencial para honrar a memória daqueles que já não estão mais entre nós, mantendo vivas as marcas de sua trajetória.

As considerações finais do trabalho apresentam os resultados alcançados, bem como reflexões que envolvem os horizontes de expectativa dos trabalhos de memória, essencial para dar continuidade à pesquisa científica sobre a multiplicidade da história viva. A intenção de refletir sobre as futuras produções é proveniente da perseverança em romper com os silêncios existentes na reconstituição de trajetórias políticas que sustentaram o projeto democrático e, a memória do poeta Mário Jorge de Menezes Vieira nos auxilia para pensarmos a resistência à extrema direita no período coercitivo e arbitrário da ditadura militar brasileira. Tal feito nos guia aos princípios que atribuem a dignidade humana no processo de consolidação da democracia: memória, verdade e justiça.

## **2. As faces de um poeta: fragmentos narrativos da biografia de Mário Jorge de Menezes Vieira.**

### **2.1 Do Lar à Resistência: laços afetivos e infância no bairro São José – Aracaju/SE.**

Os caminhos que percorremos para chegar à trajetória política de Mário Jorge de Menezes Vieira só fazem sentido quando buscamos compreender as raízes de sua expressividade. Esse movimento demanda certo esforço imaginativo/criativo para constituir a narrativa biográfica a partir da investigação dos “rastros descontínuos do passado” (Loriga, 2011, p. 231). Para tanto, a memória coletiva do espaço social em que cresceu nos permitem identificar os cenários de seu desenvolvimento pessoal, intelectual e, particularmente, a condição dos rumos que tomaram sua própria vida.

A vida é atravessada por situações não premeditadas e as escolhas pessoais podem influenciar os diferentes trajetos que irá percorrer. Dessa forma, a crítica do sociólogo Pierre Bourdieu (2006) em relação às tentativas de criação iminente aos fatos acautela,

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (Bourdieu, 2006, p. 185).

A travessia dos indivíduos no mundo social deve pressupor aspectos da realidade nas experiências narradas. A constância não é obrigatoriedade, porém, se faz necessário identificar os contextos em que os fatos acontecem e como reverberam nas existências sociais. Esse viés do pensamento “conduz à construção da noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que ele próprio é o devir, estando sujeito a incessantes transformações.” (Bourdieu, 2006, p.189) e, assim, a reconstituição das trajetórias providencia sentido para as experiências biográficas.

Tais pressupostos afirmam a necessidade de trabalhar, cuidadosamente, com a história de vida, tendo em vista que as biografias devem contemplar a historicidade, mesmo que atreladas a narrativas pessoais. Dessa forma, as vias que constituem o presente trabalho de investigação histórica, através dos fragmentos biográficos sobre a trajetória política de Mário Jorge de Menezes Vieira, pretendem superar o limiar entre os dois paradoxos de Loriga (2011)<sup>1</sup> e as

---

<sup>1</sup> O primeiro está relacionado à busca da totalidade de experiências históricas pela representatividade da experiência do indivíduo, ou seja, a generalização é mais importante que a pessoalidade. Essa tendência acarreta a crítica de Bourdieu sobre a composição de uma história sem sujeitos. Já o segundo, “reforçaria a pretensão naturalista de apreender uma época, dessa vez, reconstituindo cada um de seus elementos da forma mais exaustiva

“armadilhas” epistemológicas abordadas por Bourdieu (2006), estabelecendo as memórias sobre a atuação política de Mário Jorge como ponto de partida para compreender os rumos da sua trajetória.

Nesse âmbito, apresentamos Mário Jorge de Menezes Vieira, filho de Claudomir Andrade Vieira e Ivone de Menezes Vieira. Nasceu em 23 de novembro de 1946 na cidade de Aracaju/SE, como consta em uma cópia de sua certidão de nascimento encontrada nos arquivos de matrícula no antigo Colégio Estadual de Sergipe, popularmente conhecido como Colégio Atheneu (Figura 1) Mário Jorge e sua família viviam em uma casa situada em frente à praça Tobias Barreto, nº78, no bairro São José, em Aracaju. Hoje o espaço da residência foi transformado em uma clínica, mas durante muito tempo, abrigou a família que, três anos depois da chegada de Mário Jorge, aumentava com o nascimento de Ana Lúcia Menezes Vieira (1949-), irmã mais nova de Mário Jorge, deputada estadual pelo estado de Sergipe entre 2003 e 2019 e figura relevante na história da educação e militância sindical sergipana.

Figura 1 – Certidão de Nascimento de Mário Jorge de Menezes Vieira.

---

possível [...]” (Oliveira, 2017, p. 437), a fim de alcançar uma realidade empírica mais próxima dos acontecimentos, o que demanda uma capacidade criativa astuta, porém, dá margem para falhas no rigor científico. O equilíbrio está, de acordo com Loriga, na perspicácia do historiador no trabalho de investigação dos fatos.

República dos Estados Unidos do Brasil

ESTADO DE SERGIPE

MUNICÍPIO DE Aracaju 1.º DISTRITO de Aracaju

**CERTIDÃO DE NASCIMENTO**

N.º 70.427 FLS. 275v

CERTIFICO que no Livro A n.º 77, de assentos de nascimentos, consta o de Mário Jorge de Menezes Vieira do sexo masculino e de cor branca nascido no dia vinte e três de novembro de mil novecentos e quarenta e seis, às uma (1) horas e vinte (20) minutos, em a rua de Baranjeiras, 578, nesta Capital filho de Claudemir Andrade Vieira e dona Ivone de Menezes Vieira são avós paternos Jose Dias Vieira e dona Marial Andrade Vieira são avós maternos Alberto Menezes e dona Ana Sobral Menezes Foi declarante: o genitor Amintas Andrade Gomes Testemunhas: Amado Santos de Bacarda Registro feito no dia 25 de novembro de 1946

Observações: \_\_\_\_\_

referido é verdade e dou fé.

Aracaju, 4 de novembro de 1957

O OFICIAL

Emmides de Almeida Farqui

Certidão	Cd.	8,00
Imposto	Cd.	8,00
<del>Imposto</del> 30%	Cd.	4,80
Sêllo	Cd.	
Cota gov.	Cd.	
Total	Cd.	20,80

Fls. escolares

Fonte: Acervo do Centro de Excelência Colégio Estadual Atheneu Sergipense.  
Registrado pela autora (23/05/2024).

O legado de Mário Jorge foi construído e está presente, principalmente, pela dedicação de sua mãe para manter viva a sua arte, trajetória e memória. Na matéria divulgada pelo *Jornal da Cidade* (2004, p. 1), com o título “Ivone Vieira, a mãe do poeta Mário Jorge: a vida de uma incansável que faz tudo para divulgar a grande obra do filho poeta”, nos deparamos com uma breve história de vida de Ivone, bem como nuances das relações interpessoais e afetivas no contexto familiar, e recordações particulares do filho.

A reportagem, além de prestar uma homenagem para Ivone, que havia falecido no dia 21 de fevereiro daquele ano, revela experiências de sua vida desde a infância até a vida adulta, contadas pela própria Ivone. Na primeira parte, ela apresenta as heranças que carregava em sua personalidade, como a veia artística do seu pai, Alberto Menezes, e os valores da caridade, bondade e resignação ligados à sua mãe, Ana Sobral de Menezes. A formação escolar no

tradicional Colégio Nossa Senhora de Lourdes, dirigido pela Congregação das Irmãs Sacramentinas<sup>2</sup>, contribuiu para o envolvimento ainda maior de Ivone com o mundo das artes, através da dança, pintura e do teatro, e para uma forte ligação com a religião católica, na qual, anos mais tarde, quando já estava casada e era mãe, seria o mote para sua integração à Ação Católica, primeiramente sob a orientação do bispo Dom Fernando Gomes e, posteriormente, de Dom José Vicente Távora.

A presença da Ação Católica Brasileira na sociedade civil, sob o auxílio de Dom Hélder Câmara e Dom José Vicente Távora, adotou modelos conjugados de ação geral e especializada, para a atuação missionária dos grupos leigos, visando ampliar a divulgação dos valores cristãos na vida social (Fernandes, 2018). Nessa articulação, surgiram ramificações dotadas de certa autonomia para fomentar mudanças em seus respectivos setores sociais, possibilitando novas interpretações sobre os ideais de justiça social pela Igreja Católica,

Imbuída desta nova profissão de fé, a Igreja empenhara-se, desde o início da década de 50, em acompanhar as mudanças por que vinha passando a sociedade brasileira. Envolvendo-se com os problemas sociais da nação, participando ativamente e dando suporte a movimentos populares, compromete-se cada vez mais na elaboração de planos e projetos sociais (Barros, 2015, p. 34).

Nesse contexto, ainda que a formação católica de Ivone tenha sido conservadora, ela se dedicou às aulas de artesanato nos bairros América e Santo Antônio, em Aracaju, além de ministrar cursos em um local chamado Casa da Prostituta da Vila João Costa, gerenciada pela Arquidiocese de Aracaju, segundo consta na reportagem do *Jornal da Cidade* (2004). Dessa maneira, ela contribuiu no auxílio da profissionalização e perspectiva de vida para pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social. Anos mais tarde, nos primórdios da ditadura civil-militar no Brasil, com a experiência e sensibilidade de lidar com as comunidades que viviam nessas condições de negligência estatal, Ivone desenvolveu uma consciência política sobre a realidade autoritária que reprimia o seu filho Mário Jorge,

Quando ela começa (...) a ter uma outra visão do catolicismo, primeiro sob a influência de dois frades alemães, que era Frei Edgar e Frei Emanuel, são eles e a geração deles que constroem a Igreja do Espírito Santo. Então, eles dois (...) orientavam essa coisa da confissão e da formação, né? Mamãe recebia muita orientação deles dois e eles também frequentavam muito lá em casa, trocavam muita ideia com papai...e eles sempre diziam que papai era um agnóstico interessante, porque ele era muito mais cristão do que a maioria dos que exerciam o cristianismo. Enfim...aí vem Dom Távora pra cá e aí, eu acho que Dom Távora com a Ação Católica, que é quando ele organiza mesmo a Ação Católica, foi decisivo na formação de mamãe para ela compreender a posição política de Jorge, né? Em pleno Golpe Militar (...) A minha tia que era freira

---

<sup>2</sup>O Colégio Nossa Senhora de Lourdes foi inaugurado em 25 de dezembro de 1924 e esteve em atividades, também sob regime de internato, durante aproximadamente 50 anos, sendo uma das principais instituições de educação das mulheres da elite sergipana. O edifício está localizado no centro da cidade de Aracaju/SE e foi tombado em 2002, funcionando hoje como um ponto comercial (Berger, 2004).

(...) na época do Golpe Militar ela estava em Maceió e aí ela fazia as cartas “Minha irmã, vamos rezar porque o comunismo pode chegar...” e aí mamãe dizia “Eu não vou nem responder, com meu filho ameaçado de ser preso”. (...) Mamãe foi recebendo primeiro essa influência forte de Dom Távora daí mamãe entra pra uma militância muito forte. Sempre ela teve muita sensibilidade com papai pra questão social (Vieira, 2025, p. 10-11).

O trecho da entrevista realizada com Ana Lúcia Menezes Vieira, evidencia que a sua militância operou como catalisador da imersão de Ivone Vieira no debate público. Inspirada pelos frades alemães e pela Ação Católica, liderada por Dom Távora, Ivone gradualmente desloca-se de um catolicismo exclusivamente devocional para uma fé comprometida com a justiça social (Hoornaert, 1995). Esse percurso infere que a experiência religiosa pode constituir poderoso vetor de politização quando articulada a demandas concretas das classes populares.

Os trabalhos com comunidades de vulnerabilidade social indicam que essas práticas pastorais estavam alinhadas à teologia da libertação, que proclama a atenção e dedicação à vida do povo pobre, como também ao surgimento das comunidades cristãs da igreja católica latino-americana (Gutiérrez, 1975). Ao conviver com as carências cotidianas, Ivone Vieira desenvolve o que Freire (2015) denomina de “conscientização”, processo de leitura crítica da realidade que converte a compaixão em ação transformadora.

A partir do contexto ditatorial no qual o filho passa a ser alvo de vigilância, Ivone Vieira mobiliza a experiência comunitária para ressignificar o estigma atribuído aos militantes. Em vez de associar “subversão” a ameaça moral, ela a interpreta como consequência do compromisso com a justiça, operando uma humanização dos militantes criminalizados. O trecho também evidencia a cisão interna no catolicismo brasileiro pós-1964 entre setores conservadores e correntes progressistas. Enquanto a tia religiosa reproduz o discurso anticomunista do regime, a mãe, influenciada por Távora, subverte tal narrativa em defesa do filho. Configura-se, assim, uma memória conflitual (Candau, 2012), na qual diferentes representações do mesmo evento – a ditadura civil-militar brasileira – coexistem tensionadas dentro da própria família.

Portanto, compreendemos que a imersão política de Ivone Vieira nasce da confluência entre o vínculo materno-afetivo com Mário Jorge, que a leva a confrontar o discurso anticomunista; a experiência pastoral em bairros pobres, que lhe fornece linguagem ética e sensibilidade social; e o apoio de lideranças progressistas da Igreja, que legitimam o engajamento. Nesse triângulo, a mãe converte a fé em ação social, personificando a passagem do *caritas* para a solidariedade militante e sua atuação não apenas ampara Mário Jorge e

Ana Lúcia, como contribui para constituir a humanidade dos militantes perante a comunidade católica, tensionando a narrativa oficial do regime militar.

Por outra perspectiva da dimensão familiar de Mário Jorge, a relação de Ivone Vieira e Claudomir Vieira pode ser interpretada como um alicerce para momentos decisivos no entrelaçamento de sua vida com o contexto político da época. A história do casal tem início no ambiente de trabalho, na firma do tio de Ivone, Torquato Fontes, a Fontes & Cia, e logo se aproximaram, casando-se no ano de 1945. Claudomir Vieira era um homem crítico e, mesmo sem formação acadêmica, acumulava muito conhecimento de mundo e estimulava a curiosidade, segundo o relato de Ana Lúcia Vieira. Ele foi um importante comerciante de vendas de automóveis em Aracaju, destacando-se pela sua carreira como sócio-diretor na Transportes, Veículos e Máquinas Agrícolas LTDA., a Transvemasa, e na vida pública, dedicou-se à associação Cotinguiba Esporte Clube, ambiente que fazia parte do cotidiano da família nos momentos de partilhas entre amigos e na prática esportiva dos filhos (Nascimento, 2020).

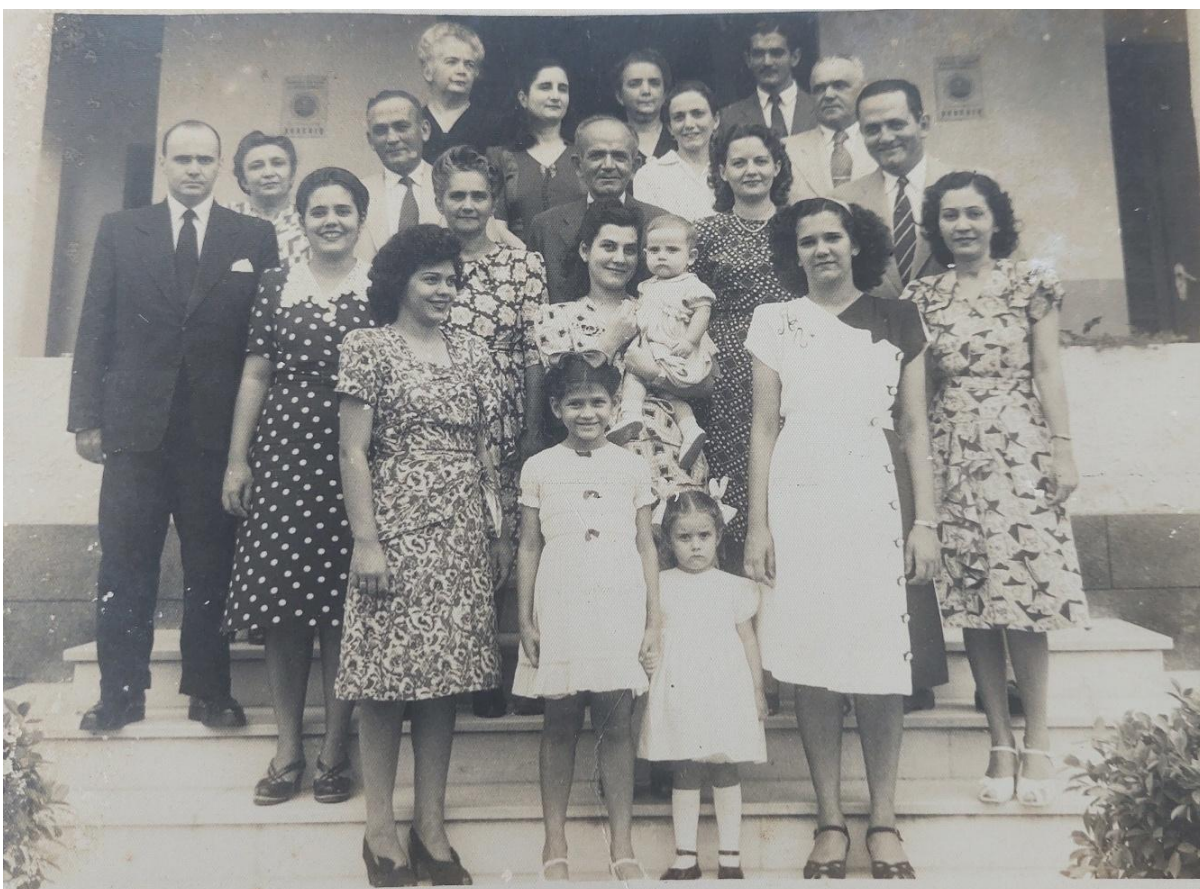
O período de gravidez foi um capítulo sensível na vida de Ivone, devido a uma questão de saúde que causava a perda frequente dos bebês. Ana Lúcia relata que, devido as condições traumáticas vividas por sua mãe, todo o restante da família esteve sempre presente na vida e criação dos dois irmãos,

Então, tanto Mário Jorge quanto eu, Ana Lúcia, nós somos os primeiros filhos, sobrinhos e netos de uma família muito grande por parte de mãe. (...) A família é grande e chega assim, Jorge depois, praticamente três anos depois eu chego. E aí vai diferenciar a nossa criação. Por quê? Porque minha mãe, depois da Segunda Guerra Mundial, depois que eu nasci, foi feita a pesquisa do fator RH e minha mãe tinha fator RH negativo e meu pai positivo. E depois que eu nasci, um ano depois (...) mamãe engravida e tem a primeira perda, né? Que é meu irmão Alcino. Ela tem um parto normal e a criança nasce morta e ninguém sabia a causa. Então quando mamãe engravidou e que foi para a maternidade e tudo mais, a gente era muito acolhido pelas tias, pela avó materna. E tinha uma tia que não tinha filhos, que era a Carolina, que casou-se com Osman Fontes. [Ele] foi, inclusive, professor catedrático da Universidade, do Departamento de Direito. E aí eu e Jorge ficávamos com eles, para mamãe ir para a maternidade, depois que ela vinha traumatizada e tal. E isso teve uma seqüência. Então, veja, eu e Jorge tínhamos, assim, muito acolhimento da família por conta dessa vida de mamãe. Então, as irmãs ajudavam bastante. E nós fomos, praticamente, nós tivemos dois pais e duas mães (Vieira, 2025, p. 1-2).

A criação de Mário Jorge e Ana Lúcia junto à família da mãe demonstra as referências que tiveram no núcleo em que cresceram, principalmente, com a presença dos tios Carolina Menezes e Osman Fontes, referidos por Ana Lúcia Vieira como “mãezinha e paizinho” e “papai Osman e mamãe Caió”, formas em que ensinaram a ela e Mário Jorge de chamá-los. Carolina

Menezes era irmã de Ivone e do seu casamento com Osman Hora Fontes, não tiveram filhos. Dessa forma passavam a maior parte do tempo no convívio direto com os sobrinhos que, segundo Ana Lúcia, aumentou ainda mais quando passaram a morar na praça Tobias Barreto, próximo a casa dos seus pais.

Figura 2 – Família de Ivone Menezes Vieira.



Fonte: Acervo Pessoal de Ana Lúcia Menezes Vieira, 1947.

As experiências da infância dos irmãos, relatadas nessa entrevista, revelaram que o ambiente familiar era marcado pelas artes e intelectualidade, principalmente a música, visto que os dois tocavam instrumentos, Ana Lúcia o acordeom e reco-reco, e Mário Jorge o piano e a bateria. As lembranças sobre esse período de estímulo ao conhecimento, encaminharam nosso diálogo para as formas de educação, dentro e fora do lar. De acordo com Ana Lúcia Vieira, eles sempre estudaram em boas escolas e os seus pais resolviam muitas questões através do diálogo e imposição de limites. Ela relembra que a família fazia viagens pelos municípios sergipanos aos finais de semana em uma Kombi, um costume lúdico que os estimulava a expandir os seus próprios horizontes.

Figura 3 – Mário Jorge e Ana Lúcia na infância.



Fonte: Acervo Pessoal de Ana Lúcia Menezes Vieira.

A proximidade da relação de sua família com a irmã, Carolina, e o seu marido, Dr. Osman Fontes, professor e um dos fundadores da Faculdade de Direito de Sergipe e na época Procurador-Geral da República em Sergipe, foi essencial na formação intelectual e política de Mário Jorge.

Quando Osman, que eu chamava de paizinho, transfere a casa ali para a Praça Tobias Barreto, e sua biblioteca, facilitou a vida, minha e de Jorge. Tinha dias que dormia na casa deles (...). Durante o período escolar geralmente na casa de papai e mamãe, né? Mas, final de semana, eu ficava lá. Pra Jorge [e] pra mim foi excelente porque ele orientava, comprava livros, orientava a leitura e Jorge era sedento por leitura. Ele atravessava a praça e ficava na biblioteca de paizinho trancado, as vezes passava o dia inteiro lendo. Se a gente não chamasse pra refeição e ele esquecia até da alimentação (Vieira, 2025, p. 9).

Através das memórias de Ana Lúcia, percebe-se como Osman Fontes, tio e referência política da família, exerceu papel crucial nesse processo. Essa fala evidencia o que Bourdieu (1996, p. 126) conceitua como espaço de socialização primária, em que as práticas cotidianas e as interações afetivas criam condições para a emergência de disposições intelectuais e políticas. A biblioteca de Osman, longe de ser apenas um repositório de livros, era um “espaço social de formação”, onde Mário Jorge “atravessava a praça” em busca de leituras que marcaram seu imaginário.

Além disso, a lembrança de que “ele esquecia até da alimentação” para permanecer lendo, revela o entusiasmo e a disciplina intelectual que caracterizaram Mário Jorge desde a juventude. Essa busca intensa por conhecimento pode ser compreendida como um *habitus* político-intelectual (Bourdieu, 1996), ou seja, uma disposição incorporada que articula a cultura letrada com as aspirações políticas.

A centralidade das memórias compartilhadas no ambiente familiar reforça a perspectiva de Halbwachs (2003, p. 39), segundo a qual “não há lembrança que não seja social”. Ao narrar que “ele orientava, comprava livros, orientava a leitura e Jorge era sedento por leitura”, Ana Lúcia indica que a memória política de Mário Jorge se construiu na intersecção entre afeto, saber e resistência. Essa combinação de dimensões, íntima e política, estrutura a memória afetiva (Bosi, 1987), essencial para dar sentido às escolhas individuais.

A trajetória intelectual e política do tio Osman Hora Fontes, natural de Riachão do Dantas/SE, é marcada pela dedicação do jurista à docência, como professor catedrático de Direito Penal e Direito Penitenciário na Faculdade de Direito de Sergipe, e ao poder legislativo, atuando como Procurador Chefe do Estado, durante 37 anos. Ao contar sobre a influência do seu legado, Ana Lúcia Vieira relembra como as escolhas feitas por ela e seu irmão, ao empenharem-se na militância de esquerda, em diferentes contextos, respectivamente, transformou as suas vidas:

Eu acho que Osman ficou mais abatido com toda perseguição a Jorge do que papai mesmo e aí, quando eu entro para militância e, eu acho que foi quando eu fiz a greve de fome, eles não sabiam. Então quando foram avisar a mamãe, mamãe sabia porque já tinha saído no noticiário, [ela] de pronto foi lá para a Assembleia e (...) foi dando entrevista: “bom eu quero que seja logo resolvido porque eu já perdi um filho e não vou perder minha filha”. (...) Ela não temia nada. Já os dois pais, meu pai me contou que “Osman chegou aqui nervosíssimo, preocupado e disse: Claudomir, a gente tem que convencer Ana Lúcia que não dá pra ela ser socialista não. Ela tem que deixar essa militância porque é muito perigoso.” E [Claudomir] disse: “Olha, as leituras e a formação, influência, foram mais suas do que minhas. Ela é adulta, mãe de família. Jorge também fez a opção dele, era adulto. São opções que eles fizeram na vida e a gente vai ter que apoiar uma forma de amenizar as perseguições, mas é uma opção de vida (Vieira, 2025, p. 10).

A fala sobre o esforço de Osman Fontes em dissuadir Ana Lúcia de continuar a militância evidencia as contradições desse legado político. Essa tensão revela uma trajetória intelectual ambivalente (Sirinelli, 1996), marcada por disputas internas entre o desejo de proteger a família e a necessidade de manter a coerência com os valores herdados. Mesmo ao tentar desencorajar a militância, Osman Fontes é reconhecido como o principal vetor de formação crítica de Mário Jorge e Ana Lúcia.

Nesse panorama, Osman Fontes construiu sua própria história de militância e, sempre que possível, contava histórias para os sobrinhos sobre a formação na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, onde perseguições e prisões faziam parte da sua rotina nos anos 1940.

Ele foi militante, na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, do DCE com J.G de Araújo Jorge, que era o presidente na época da Ditadura de Getúlio. Ele era muito perseguido e quase todo dia era preso. Paizinho contava pra gente que já ia na pasta a roupa, pasta de dente, escova de dente, porque ele sabia que cada agitação que ele fazia iria ser preso (Vieira, 2025, p. 10).

A narrativa de Ana Lúcia Vieira revela de forma contundente a atuação política de Osman, apresentando-o como socialista e militante no Diretório Central dos Estudantes, ao lado do poeta e político brasileiro J.G. de Araújo Jorge, durante o período ditatorial do Estado Novo (1937-1945). Os estudantes da Faculdade Nacional de Direito (FND) organizavam-se na luta democrática, através dos núcleos de representação estudantil da Instituição, como o Diretório Acadêmico da FND e do Centro Acadêmico Cândido Oliveira (CACO), criados no início do século XX, e responsáveis pela mobilização estudantil contra o autoritarismo e a polarização ideológica. Posteriormente, tornaram-se grandes influentes na fundação da UNE (Silva, 2021; Oliveira, 2021).

Na passagem, podemos compreender a trajetória de Osman como expressão de uma militância juvenil inscrita no movimento estudantil e nos embates políticos da época. Essa militância, vivida de forma intensa e reiterada, confere à biografia de Osman Fontes o sentido de um “projeto existencial”, onde a política e a vida se fundem num compromisso ético e ideológico.

Outro aspecto essencial que emerge da narrativa é a forma como a memória familiar ressignifica e perpetua o engajamento de Osman. A fala de Ana Lúcia Vieira evidencia a construção de uma memória afetiva que combina admiração e ternura, “paizinho contava pra gente que já ia na pasta a roupa, pasta de dente, escova de dente, porque ele sabia que cada agitação que ele fazia iria ser preso”. Esse relato ilustra que as lembranças familiares não apenas documentam fatos históricos, mas também atualizam valores e crenças partilhadas e, o humor presente ao narrar a precaução de Osman Fontes em levar uma muda de roupa e escova de dente sabendo que seria preso, transforma a memória da repressão em fonte de resistência simbólica. A ressignificação da dor e da perseguição, por meio do humor, aproxima-se da ideia de que a memória, como propõe Halbwachs (2003, p. 51), no primeiro plano, é sempre coletiva e moldada pelas dinâmicas familiares e de grupos mais próximos em que se inscreve.

A forma como a trajetória de Osman Fontes é narrada por Ana Lúcia Vieira revela a função da memória como suporte para legitimar e compreender as opções políticas posteriores de Mário Jorge e dela própria. Essa inscrição contribui para consolidar uma tradição familiar de engajamento e resistência, que fundamenta as escolhas políticas de seus descendentes.

Sendo assim, na própria família de Mário Jorge, identificamos as raízes da sua militância e compreendemos que a disposição para o conhecimento de mundo através das leituras e o convívio com um núcleo familiar relativamente tolerante aos debates críticos sobre a realidade brasileira, o instigou a seguir os caminhos que aspiravam a resistência contra o autoritarismo e injustiças sociais. Os indícios pelos quais encaminham a pesquisa pela biografia de Mário Jorge nos levam às primeiras impressões de que o espaço de convívio social em sua família colaborou para a sua formação política.

Essa ambiência nos leva a uma reflexão que se fundamenta na obra do jornalista Paulo Barbosa de Araújo (2010), em que numa seção, expõe dentre uma gama de definições, a que melhor qualifica um revolucionário a partir das ideologias políticas, culturais e comportamentais. Dentre os casos que o jornalista trabalha, o autor apresenta uma consideração sobre os revolucionários em Sergipe, no contexto da história política do estado:

Fazer uma caracterização dos nossos revolucionários, principalmente na década de sessenta e setenta, é uma necessidade, para se ter uma visão objetiva das falhas ou deficiências havidas e das habilidades manifestadas, na escola da vida que Sergipe vem formando. (Araújo, 2010, p. 58-59)

Nesse ponto, os caminhos traçados pelo jornalista e militante, que foi contemporâneo e amigo pessoal de Mário Jorge, se enveredam pelos conceitos teóricos sobre “revolução” e “revolucionários” para caracterizar os revolucionários sergipanos e, o nosso, pelo entendimento de que a trajetória de Mário Jorge está inserida nesse quadro. Essa questão nos instiga a buscar a atuação dos indivíduos, grupos e gerações que organizaram a resistência em diferentes períodos da história local.

A sociedade não é homogênea, mas sim um espaço estruturado, onde diferentes indivíduos ocupam posições conforme o capital que possuem (cultural, social, econômico, etc.), e os diferentes campos (literário, religioso, econômico, etc.) tem suas próprias regras e formas de capital predominantes (Bourdieu, 1986). Dessa forma, o sentido desses deslocamentos depende da estrutura do espaço e, para isso, torna-se necessário apontar a formação intelectual de Mário Jorge, além do estímulo que recebeu no ambiente familiar. A continuidade desse

processo se dá pelo ingresso de Mário Jorge no Colégio Estadual de Sergipe – atual Centro de Excelência Colégio Estadual Atheneu Sergipense – em 1957.

## **2.2 Retratos da juventude: politização no movimento estudantil secundarista (1963-1965)**

A passagem de Mário Jorge pelo Colégio Estadual de Sergipe é interpretada neste trabalho como crucial para o seu ingresso na militância política, visto que as experiências ali ocorridas, especialmente no Grêmio Cultural Clodomir Silva e na União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES), o fizeram amadurecer seu ponto de vista intelectual e ideológico, posicionando-se contra a direita, elitista e conservadora, e a favor da esquerda popular e reformista.

Ampliando o cenário, destacamos que as vivências do poeta enquanto estudante – secundarista e universitário – o estimularam, sobretudo, na produção artística e literária. Ao consultarmos o acervo pessoal desse momento da vida do poeta, como cadernos e apostilas escolares, nos deparamos com folhas em que na frente haviam resoluções ou anotações de exercícios e, no verso, poemas, desenhos e rabiscos confeccionados por ele. Uma mente inquieta.

A reunião de acervo sobre a trajetória do indivíduo, em um primeiro momento, pareceu suficiente com as fontes orais e documentos oficiais. Entretanto, o contato com a sua história através dos documentos pessoais nos aproximou de uma versão até então desconhecida nos tempos atuais. Dentre as discussões que envolvem o uso dos arquivos privados na história, elencamos como essencial as formas de interação mais íntima do pesquisador com o cotidiano do indivíduo e o cuidado com os encantamentos “ilusórios” que podem ser despertados por esse contato. Segundo Gomes (1998, p. 125), as novas abordagens historiográficas têm valorizado o uso de documentos pessoais por permitirem um contato mais direto com os sujeitos históricos, revelando-os em sua dimensão íntima e emocional, o que possibilita ao historiador uma aproximação sensível com suas experiências, pensamentos e sentimentos, “dar cor e sangue aos acontecimentos”.

O acervo pessoal de Mário Jorge encontra-se na residência de sua irmã Ana Lúcia Vieira e está bem conservado, no entanto, necessita de uma atenção específica com o manuseio devido às ações do tempo. Nele encontramos uma diversidade de materiais que, além dos que já foram mencionados, incluem fitas de gravações filmadas pelo próprio Mário Jorge, cartazes de

exposições, pinturas e homenagens produzidas após a sua morte. Esse acesso nos possibilitou identificar o sujeito em meio à sua própria história e criar percepções que englobam diferentes fases de sua vida, como a escolar no Atheneu Sergipense, levando o nome de Colégio Estadual de Sergipe na época.

O Atheneu Sergipense<sup>3</sup>, foi inaugurado em 24 de outubro de 1870 e, desde a sua fundação, construiu-se uma aura representativa sobre a importância de frequentar aquele ambiente de ensino, compreendendo-se que “ser aluno do Atheneu Sergipense significava pertencer a um grupo distinto de jovens que, através dos conhecimentos ministrados e adquiridos na instituição e das relações constituídas, possivelmente teriam um futuro mais digno e próspero” (Rodrigues, 2015, p. 56). Este símbolo pairava sob a mentalidade dos estudantes, sobretudo aos que pleiteavam acesso ao colégio e precisavam “enfrentar sabatinas as quais selecionavam categoricamente os futuros estudantes da unidade pública mais disputada do estado até hoje” (Alves Júnior, 2005, p. 51).

A partir de 1963, os caminhos da política e cultura começam a se entrecruzar na trajetória de Mário Jorge de maneira mais assídua. Neste ínterim, destaca-se o fato de Mário Jorge tornar-se membro do Grêmio Cultural Clodomir Silva do Colégio Estadual de Sergipe, consolidando laços que vinham desde a infância com outros integrantes, e incrementando a sua formação a experiência de gestão coletiva em um período de crescente mobilização política entre os estudantes sergipanos.

Então desde criança que nos conhecemos, mas foi no Atheneu que amalgamamos essa experiência que se construiu mesmo, essa vivência, e no Cicle Clube de Aracaju, um clube de crianças que foi formado na praça Tobias Barreto, na casa do senhor Montalvão, que era parente da família Diniz. E lá nós tivemos uma vida comunitária muito interessante, onde produzíamos vários tipos de esporte e todos eles voltados para...na medida que alguém fosse se destacando, poderia frequentar o Cotinguiba pra defender as cores do Cotinguiba, esse era o mote. (...) E aí, nós construímos uma boa interlocução, uma boa amizade. E lá no Atheneu, havia sempre disputa pelo Grêmio e também na Arcádia. E também no CEGAS, que era o clube de geologia. (...) Então, dito isso, nós começamos a discutir política estudantil (Marques, 2025, p. 1-2).

Em se tratando de memória, ressaltando a relação entre o individual e o coletivo, Wellington Dantas Manguiera Marques (1945-), ex-militante do Partido Comunista Brasileiro,

---

<sup>3</sup> A nomenclatura da Instituição de Ensino já teve muitas variações, dentre elas estão: Atheneu Sergipense (1870), Lyceu Secundário de Sergipe (1881), Escola Normal de Dois Graus (1882), Atheneu Sergipense (1890), Atheneu Pedro II (1925), Atheneu Sergipense (1938), Colégio de Sergipe (1942), Colégio Estadual de Sergipe (1943), Colégio Estadual Atheneu Sergipense (1970) e Centro de Excelência Colégio Atheneu Sergipense (desde 2005) (Alves, 2005). Na presente pesquisa, optou-se por se referir ao colégio com o nome da época em que se definiu o recorte temporal.

vítima da Operação Cajueiro em Sergipe<sup>4</sup> e, no período de realização desta pesquisa, diretor-geral da Escola de Administração Pública e Gestão Governamental de Sergipe (ESAPGESE), inicia a narrativa situando temporalmente sua relação com Mário Jorge. O verbo “amalgamar”, no início da fala, revela as experiências e afetos que foram sendo formados ao longo da convivência com Mário Jorge. Isto caracteriza um processo social em que o passado é reconstruído a partir dos quadros de referência do presente (Halbwachs, 2006). A lembrança da infância e da juventude partilhada com Mário Jorge não é uma simples narrativa pessoal, mas carrega os elementos de uma memória socializada, especialmente no que tange à formação política e à constituição de laços comunitários.

A evocação do Atheneu como lugar de formação também é significativa. Atualmente, o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS), que funciona no interior do espaço escolar, exerce seu papel como lugar de memória da comunidade escolar, local onde as experiências formativas são operacionalizadas na organização dos arquivos e, ganham densidade histórica e afetiva (Nora, 1993). O CEMAS tem como finalidade central preservar os registros e testemunhos históricos, escritos ou não, ligados ao Atheneu Sergipense, reconhecido como importante agente formador de práticas pedagógicas e de figuras relevantes na história política e social de Sergipe (Oliveira et. al, 2020, p. 16).

Além disso, por oferecer subsídios para o desenvolvimento de diferentes pesquisas, identificamos que o Atheneu aparece como cenário onde a subjetividade política de Mário Jorge começa a se delinear, integrando a narrativa de Wellington com o próprio processo de historicização da militância sergipana.

Seguindo a análise, acentuamos a discussão pertinente a sociabilidade e formação juvenil. A noção de “vida comunitária” remete à ideia de espaço de socialização informal, onde crianças e jovens desenvolviam valores de cooperação, pertencimento e disciplina coletiva. De acordo com Jean-Pierre Rioux (1998), a cultura pode ser compreendida como um sistema simbólico no qual práticas, representações e valores se articulam para dar sentido à vida em sociedade. Esse tipo de prática, como a formação de clubes espontâneos, uso das praças e incentivo ao

---

<sup>4</sup> A Operação Cajueiro ocorreu em 20 de fevereiro de 1976, numa ação que tinha como principal finalidade desarticular a célula do PCB em Sergipe. A análise de Nunes (2024) contempla o dossiê da operação presente no relatório final da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (CEV/SE), publicado em 2019, e sua articulação com o contexto histórico e político da representação pessebista no poder legislativo, bem como sua expressão nos movimentos sociais (Nunes, 2024).

esporte, é indicativo de uma cultura juvenil urbana que influenciava diretamente os modos de inserção dos sujeitos nos espaços públicos e nas lógicas de organização coletiva.

O despertar do engajamento estudantil incide na dimensão política que se explicita quando o narrador afirma as disputas pelo Grêmio e a participação em clubes científicos e literários, como a Arcádia e o CEGAS. São evidências de que Mário Jorge teve acesso, desde muito cedo, a espaços em que se exercitava a oratória, a organização e a reflexão crítica sobre a realidade social. Esse momento marca uma transição importante: o deslocamento das experiências de socialização da infância para a esfera do engajamento político.

A formação da consciência política de Mário Jorge de Menezes Vieira pode ser compreendida partir das experiências concretas vividas no ambiente escolar, espaço que, mais do que um local de instrução formal, funcionou como um campo de sociabilidade, trocas simbólicas e disputas de valores. A experiência, como categoria histórica vivida, narrada e mediada pela cultura, está relacionada com a trajetória individual de sujeitos como Mário Jorge e, utilizando essa chave interpretativa, evidenciamos como os indivíduos constroem sentidos sobre suas vidas e engajamento político a partir de suas histórias e das memórias que delas derivam (Ginzburg, 2006). Dessa forma, a militância de Mário Jorge emerge como reflexo de um processo formativo situado, ou seja, é no cotidiano do Colégio Estadual de Sergipe, nos centros de representação estudantil, nos debates e nas práticas culturais, que ele elabora criticamente sua percepção de mundo, constituindo uma identidade política voltada à transformação social.

O Grêmio Cultural Clodomir Silva do Colégio Estadual de Sergipe, no qual Mário Jorge foi integrante ativo, está marcado na história da representação discente da Instituição de Ensino. Ao nos aprofundarmos sobre a história da entidade, passamos a entender a importância do contexto histórico e do tecido social na organização das entidades estudantis e suas demandas no tempo (Cruz, 2021). Nessa perspectiva, em 10 de janeiro de 1934, o Grêmio foi solenemente inaugurado no então Atheneu Pedro II, por iniciativa dos próprios alunos do ensino secundarista em criar um espaço de fomento ao debate cultural e literário para a juventude (Rodrigues, 2015).

A fundação do Grêmio Literário, cujo nome homenageia o professor Clodomir Silva (1892-1932) recém-falecido na época, está, historicamente, situada no período do Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), que ficou marcado pela transição do regime político oligárquico para a centralização de poder, pelas vias autoritárias, para o fortalecimento do Estado (Fausto, 1997; Neto, 2013), e no cenário local, sob a gestão do tenente Augusto Maynard

Gomes, Interventor Federal do Estado de Sergipe. O tenente Maynard, militar de destaque no movimento Tenentista de 1924 foi nomeado para reorganizar a política estadual implementando diretrizes alinhadas ao governo de Vargas, o que gerou forte resistência da elite local, principalmente das tradicionais famílias proprietárias de terras, que viam na centralização uma ameaça a sua dominação histórica (Silva, 1975; Dantas, 2022).

Em meio à tensão gerada pela atmosfera política desse contexto, os integrantes da agremiação deveriam ser bastante objetivos quanto as finalidades de constituí-la na comunidade escolar. O estudante Joel Silveira, um dos fundadores e primeiro diretor do Grêmio Literário<sup>5</sup>, ficou reconhecido por desenvolver estratégias que viabilizassem a sua formação por vias institucionais, ou seja, com o consentimento do diretor e corpo docente do Atheneu. Uma das estratégias foi,

(...) classificar e denominar o grêmio como literário e não apenas estudantil. Aliás, no nome completo do grêmio sequer faz menção ao termo estudantil. É possível que o jovem Joel Silveira e os demais colegas tenham decidido não denominar o grêmio como literário e estudantil, na tentativa de não associar a finalidade do grêmio a meramente um espaço de estudantes que se reuniam para discutir questões políticas partidárias e realizarem manifestações de reivindicações. (Rodrigues, 2015, p. 136).

Dessa maneira, subentende-se que a proposta da criação do grêmio estava imersa nesse cenário extremamente político, entretanto, o ímpeto da juventude em organizar-se em grupos refletiam o cuidado com a opinião pública e a vigilância das autoridades. As questões políticas e sociais, com a expansão da rede de relacionamentos dos associados com membros externos à escola, a participação frequente de professores do Colégio nas sessões e o ingresso de mais estudantes como membros do grêmio, entram nas pautas das reuniões e provocam a superação do caráter exclusivamente literário que representava esta agremiação.

As mudanças nos debates internos são percebidas quando observamos os estatutos do Grêmio publicados no jornal estudantil, “A Voz do Estudante”, a partir de 1946, no período de Redemocratização da Era Vargas, cuja transição marcou o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945) com a deposição de Getúlio Vargas e a reabertura política através do pluripartidarismo. O período entre 1945 e 1964, ficará marcado na história do Brasil como a “Terceira República” e, segundo Ferreira e Gomes (2023), ainda que existissem continuidades

---

<sup>5</sup>Joel Silveira (1918-2007), natural de Lagarto/SE, tornou-se um renomado escritor e jornalista, reconhecido nacionalmente por ter sido correspondente de guerra junto à Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial, e por suas contribuições à história do jornalismo brasileiro. Joel, enquanto estudante do 3º ano do ginásio, contribuiu para criação do jornal “A Voz do Atheneu” (1934), órgão oficial do Grêmio Literário Clodomir Silva voltado para a publicação de poesias, contos, crônicas e artigos dos jovens estudantes (Rodrigues, 2014).

em relação aos processos políticos anteriores do Estado Novo e da Primeira República, o país, enquanto experienciava uma liberal-democracia, estava caminhando na direção de uma democracia representativa, cujas pautas ampliavam os direitos dos cidadãos, entretanto, as crises advindas do sistema político partidário, principalmente, culminaram na sua interrupção com o golpe de 64.

A partir dessa conjuntura, passamos a compreender que a movimentação estudantil no espaço social reflete as transformações culturais e políticas que compõem a passagem do tempo. Para elucidar a constatação, nesse mesmo ano de 1946, o Grêmio Literário passa a ser denominado Grêmio Cultural Clodomir Silva e, na seção “Parte Geral” do seu estatuto, constata-se o parágrafo: “O Grêmio Cultural Clodomir Silva luta contra o fascismo e o integralismo, que atentam contra a soberania da Pátria e a liberdade do povo. Luta pela segurança da Democracia em nossa Pátria e pelas quatro liberdades de Roosevelt<sup>6</sup>” (Santos, 2019, p. 499).

O parágrafo do estatuto acima, sugestionou o caráter contestador da agremiação, ainda que estivesse proibida “qualquer atividade que possa servir de fator de cisão de classe” (Santos, 2019, p. 499). Vale destacar que, neste episódio, o grêmio se revela contra o fascismo e o integralismo, movimentos que refletiram no Brasil as ideologias nacionalistas e anticomunistas, com base na organização política corporativista e uma rígida hierarquia social, subordinando os cidadãos aos interesses autoritários que rejeitavam a democracia liberal (Bastos; Fonseca, 2012). Por essa razão, compreende-se que o posicionamento dos estudantes em defesa dos interesses democráticos em detrimento das estruturas do autoritarismo era motivado pela recusa ao sistema altamente repressivo e violento com a população.

Assim, em seus próprios meios, as mobilizações da juventude estudantil foi se consolidando no cenário nacional ao longo dos anos e, os jovens, buscando uma legítima representatividade nos quadros de reivindicação social, desde o contexto local até as suas reverberações na conjuntura nacional. Na medida em que realizamos essas conexões, uma série de possibilidades se abrem para compreender as formas de atuação dos grupos e dos indivíduos no meio social, cultural e político.

---

<sup>6</sup>As quatro liberdades de Roosevelt ou *Four Freedom Speech*, Liberdade de expressão, liberdade de culto, liberdade de viver sem pobreza, liberdade de viver sem medo, foram os objetivos deliberados pelo presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Delano Roosevelt, em 6 de janeiro de 1941, para o povo norte-americano no período da 2ª Guerra Mundial (1939-1945).

Nesses termos, o Grêmio Cultural Clodomir Silva foi o marco inicial da trajetória política de Mário Jorge nesta pesquisa. Contudo, tivemos certas dificuldades de encontrar documentos como atas de reuniões da época, jornais estudantis e periódicos de circulação pública que constam as atividades da agremiação. Ainda assim, analisamos as memórias apresentadas na biografia de Wellington Mangueira, as entrevistas narrativas, os jornais e o acervo do CEMAS.

A data de ingresso de Mário Jorge e o cargo ocupado por ele no grêmio não foram localizados em documentos de acesso público. Foi através das narrativas de Wellington Mangueira que passamos a compreender o contexto de formação do grupo que vivia nas proximidades da praça Tobias Barreto e estudava no Colégio Estadual de Sergipe. Uma geração de jovens interessados pela conjuntura do país, precisamente durante os trâmites da renúncia do presidente Jânio Quadros e ascensão do vice João Goulart ao poder em 1961. Segundo o relato de Wellington Mangueira (2025), eles travavam debates e interlocuções políticas embaixo da estátua em homenagem ao filósofo e jurista sergipano Tobias Barreto de Menezes na praça sobre o processo de transição de Governo, a repercussão da Campanha da Legalidade de Lionel Brizola e o apoio a João Goulart e, desde então, continuaram no caminho da politização:

Com o tempo passando, vieram as eleições de 1963 para o Grêmio Cultural Clodomir Silva (...) então, nós formamos uma chapa para concorrer à presidência do Grêmio. (...) O Grêmio era o órgão de representação dos estudantes. Tinha sido formado até por Joel Silveira, um grande intelectual, importante no jornalismo, importante na cultura sergipana. Pois bem, ganhamos as eleições disputando com chapas do científico e do clássico, como era chamado naquela época, e aí estabelecemos, pelas ideias discutidas democraticamente, que deveríamos ter um mote da nossa gestão. Então, traçou-se e consolidou-se o seguinte dístico, dístico não, o slogan...queria uma palavra em português. Concebemos uma consigna “Esporte, Cultura, Turismo e Politização: Tudo na maior gestão (1963-64)”. Com essa consigna, nós vencemos, né? (Marques, 2025, p.3)

Nos registros biográficos de Mangueira, escritos por Milton Alves Júnior, é constatado que a chapa era composta por Mangueira, que era o presidente, Léo Filho, vice-presidente, Clara Acioli, secretária-geral, Benedito Figueiredo, tesoureiro, Abelardo Silva, conselho fiscal, José Augusto Franco e José Ernestino, conselho de esporte (Alves Júnior, 2018, p. 63). Nos capítulos “Acesso ao Atheneu” e “Eleição do Grêmio/Gestão 63/64” (Júnior, 2018, p.51 e p.63), respectivamente, o autor traz relatos sobre o processo eleitoral e, fotografias com integrantes da agremiação e de atividades que foram realizadas pelo grupo. Em uma delas, Mário Jorge aparece junto aos amigos, todos homens, na mesa da comissão organizadora de uma campanha de arrecadação monetária para o Grêmio Cultural. Tratava-se do “Concurso Miss Atheneu

Sergipense” (Júnior, 2018, p. 66) que, sem muitas explicações, aparece como legenda da fotografia.

Esse fato chama atenção para os estereótipos da representatividade feminina, muito provavelmente baseados em critérios insustentáveis de padrões de beleza, no meio estudantil. A formação educacional e social das mulheres, contudo, vinha sendo questionada no Brasil há tempos e, nesse período histórico dos anos 1960, se deparava com um processo de ruptura dos valores patriarcais mais intenso com a participação das mulheres nas esferas políticas e de reivindicação social.

Nas primeiras décadas do século XX as mulheres brasileiras ainda lutavam pelo direito ao voto e enfrentavam a oposição da família e da sociedade quando decidiam realizar estudos superiores. A resistência ao estudo e a profissionalização das mulheres era ainda muito forte, pois se esperava que elas se dedicassem integralmente ao lar e à família. Entre os anos de 1920 e 1930, mulheres como Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura e Nísia Floresta iniciaram um movimento questionador desta posição. Todas elas insistiam na importância da educação e instrução feminina para a emancipação da mulher e de seu papel na sociedade. (Araújo, 2015, p.74-76).

No movimento estudantil, a participação das mulheres acontecia numa via dupla em que, tanto alunas como professoras, poderiam ser agentes de transformação social em seus nichos. No caso do Atheneu, destacamos a atuação da professora de língua portuguesa, Ofenísia Freire, nas salas de aulas e, também, nos ambientes de convívio social dos estudantes, como nos órgãos de representação estudantil. A estanciana Ofenísia Freire, teve sua trajetória marcada, sobretudo, pela importância conferida à educação plena, democrática e acessível, e pela notável militância política no PCB durante o período de redemocratização após o Estado Novo, junto a seu esposo Filemon Franco Freire, que era integrante do comitê estadual do Partido Comunista e membro do Comitê Executivo (Souza, 2017).

A reportagem “Um rebelde que ainda zune 40 anos depois” (Jornal Cinform, 2013, p. 7-8), elemento da memória coletiva que reforça o impacto das ações do poeta na época em que viveu, após quatro décadas de sua morte, dispõe de um histórico sobre a vida de Mário Jorge, composto pelas memórias de familiares e amigos, e uma cronologia, dividida em fases, das produções literárias do poeta. O recorte a seguir é a continuação do parágrafo que relata o seu histórico escolar e, a partir da sua entrada no Colégio Estadual de Sergipe,

(...) Mário Jorge iniciou os primeiros passos na militância com influência de professores progressistas da época como Ofenísia Freire, Silvério Fontes, Maria da Glória Monteiro, entre outros que ansiavam pela transformação da sociedade. E foi o engajamento político dele na disputa do Grêmio Cultural Clodomir Silva que motivou a expulsão do Colégio Atheneu, com mais quatro estudantes – Abelardo, Anderson,

Jackson Sá Figueiredo, Alceu Monteiro e Wellington Manguera (Jornal Cinform, 2013, p.8)

Os dados apontados nesse trecho sugerem uma análise sobre três aspectos, especificamente: o contexto que empenhou “o engajamento político dele na disputa do Grêmio Cultural Clodomir Silva”, a fim de dar prosseguimento com as motivações que levaram a sua expulsão do Colégio Estadual de Sergipe e, por último, o ato da expulsão e seus trâmites na trajetória política.

No caso específico de sua trajetória escolar, o texto evidencia como o ambiente educacional, permeado por professores de inclinação progressista, serviu como uma plataforma para que Mário Jorge desenvolvesse uma consciência crítica e um compromisso com a transformação social. O nome de Ofenísia Freire aparece novamente junto aos professores Maria da Glória Monteiro e Silvério Leite Fontes, todos docentes do Colégio Estadual de Sergipe na época, como influências fundamentais, não apenas pelas lições em classe, mas também pela postura ética e política que transmitiam, consolidando no jovem poeta uma visão de mundo alinhada à luta por justiça social e liberdade.

O contexto da disputa no Grêmio Cultural Clodomir Silva ganha relevância como um dos primeiros episódios em que Mário Jorge colocou em prática seus ideais políticos e, essa experiência, o posicionou no centro de tensões entre um projeto educacional tradicional e conservador e as demandas de uma juventude que ansiava por mudanças profundas.

No grêmio, Mário Jorge atuou como primeiro secretário (Marques, 2025, p. 4), no entanto, a sua participação é mais destacada quando as demandas da chapa extrapolam os muros do colégio e alcançam a representação estudantil regional, USES, e nacional, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), visto que os estudantes começaram a promover atividades mais politizadas em sua gestão.

Na obra de Ariosvaldo Figueiredo (1987), os integrantes do Grêmio Cultural são citados e exaltados quando o autor se refere à participação do movimento estudantil na vida política sergipana,

Dá gosto de ver o idealismo e a dinamicidade dos jovens. Até os grêmios estudantis, formas modestas de organização, participam dos debates e das disputas, sempre animadas, quentes, às vezes tensas. É o exercício da cidadania, a prática da liberdade, o aprendizado da democracia. Aprendizado, aliás, que projeta, no Colégio Estadual de Sergipe, Alceu Monteiro, Wellington Marques Manguera, Léo Filho, João Gama da Silva, Mário Jorge Vieira, Jackson Sá Figueiredo, Anderson Nascimento, etc. etc.

e, no Colégio Tobias Barreto, Luciano Morais, Luiz Antônio Barreto, Félix Mendes, Luciano Prado. (Figueiredo, 1987, p. 12)

Nas circunstâncias apresentadas acima, o jornalista da *Gazeta de Sergipe*, Ariosvaldo Figueiredo, está se referindo ao ano de 1963 e parece acompanhar com proximidade o cotidiano dos estudantes e suas atividades. Na época, ele escrevia para o jornal *Gazeta de Sergipe* – periódico em que Mário Jorge, alguns anos depois, publicará artigos. Na descrição, estão presentes algumas qualidades que indicam o caráter político dos grêmios, como o “exercício da cidadania, a prática da liberdade, o aprendizado da democracia”. No entanto, o autor considera que essas associações são “formas modestas de organização” e, tal apontamento, vai de encontro aos princípios do associativismo estudantil que envolvem redes de socialização e práticas educativas voltadas para o desenvolvimento pessoal e intelectual do estudante (Rodrigues, 2015).

A participação feminina nas agremiações não é citada no excerto e tal omissão não ocorre por acaso, ela revela um processo histórico mais amplo de invisibilização das mulheres nos espaços de representação estudantil e política, ou seja, mesmo quando as estudantes participavam ativamente das associações estudantis, seus nomes e contribuições foram sub-representados nos registros oficiais.

Ao abordar a participação política da juventude, é fundamental considerar como as relações de gênero estruturam a memória e a produção dos relatos históricos. Como destaca Scott (1995), a categoria gênero deve ser entendida como elemento constitutivo das relações de poder, o que nos obriga a repensar os modos como a memória histórica é construída e divulgada. Essa perspectiva nos permite problematizar narrativas que privilegiam a ação masculina e relegam as mulheres à condição de coadjuvantes ou mesmo de invisíveis. A recuperação dessas vozes femininas é necessária na produção historiográfica sobre os estudantes secundaristas e exige um esforço constante de questionamento das fontes e de reconstrução crítica dos silêncios e apagamentos presentes nos relatos (Rago, 1998).

Para seguir a investigação da militância de Mário Jorge, adentraremos no período da história brasileira que antecede e culmina no Golpe Civil-Militar de 1964. O Golpe de 1964, segundo Carlos Fico (2014), foi um evento multifacetado resultante de uma profunda crise política no Brasil, marcada por tensões entre o governo de João Goulart e setores da elite econômica, classe média e o Exército. A manobra política foi legitimada por uma narrativa que

o apresentou como uma "revolução" necessária para combater a ameaça comunista, com o apoio decisivo dos Estados Unidos, que temiam a disseminação do comunismo na América Latina.

A relação entre o Brasil e Estados Unidos é marcada pela dependência em períodos diferentes da história no século XX e, nos anos 1960, especificamente, a “Aliança para o Progresso” foi centralizadora no manuseio das ações diplomáticas. As propostas do programa cooperativista, na esfera política e social brasileira, delineavam fortes expectativas quanto à realização de profundas mudanças estruturais, visto que “no período de 10 anos, a Aliança para o Progresso mediaria o envio de subsídios de ajuda externa para os governos estaduais latino-americanos, engajados na modernização regional” (Lara; Damasceno; Oliveira, 2020, p. 104).

A solução dos problemas sociais por meio da intervenção da potência capitalista configurava-se também como um norte para a adesão do programa pelos governos estaduais, a fim de fortalecer os vínculos numa linha oposicionista ao governo federal brasileiro, na época presidido por João Goulart, e, nesse ponto, concordamos com o pensamento de Oliveira (2023) sobre tal postura revelar os propósitos políticos da ajuda externa.

O Brasil, nos primeiros anos da década de 1960, atravessava uma grande instabilidade política, a partir da renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961, e durante todo o governo de João Goulart, com a implementação das Reformas de Base e o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, até a sua deposição em 1964. Ao contrário do êxito da Revolução Cubana<sup>7</sup>, as forças progressistas brasileiras não alcançaram a vitória, mesmo com a crescente mobilização popular.

Nesse clima, os fatos se desenrolaram no fio da expectativa sobre os desígnios do equilíbrio entre as forças políticas que ocupavam a instância federal, na medida em que se ampliava a participação dos movimentos sociais urbanos e rurais, organizados em diferentes níveis sociais, e atuando em defesa de projetos e propostas da esquerda, como também da direita (Rollemberg, 2010, p. 47).

---

<sup>7</sup>A Revolução Cubana, muitas vezes considerada a "terceira guerra de independência" de Cuba, representou um marco na luta pela emancipação nacional e pelo rompimento com as estruturas de dominação colonial e imperialista. Iniciada em meio à resistência contra a exploração imposta pelos Estados Unidos, como a "Emenda Platt" (1901) e o Tratado Permanente, a revolução liderada por Fidel Castro desafiou as condições de subordinação econômica e política que beneficiavam tanto os interesses estadunidenses quanto a burguesia cubana, mantendo a exclusão social e a concentração de renda (Ayerbe, 2004; Sader, 1991).

O ano de 1963 foi marcado pelo ápice das lutas sociais no Governo de João Goulart (1961-1964), ao mesmo tempo em que crescia a polarização política no país. O contexto foi marcado por uma intensa mobilização popular em apoio às reformas sociais, melhorias nas condições de trabalho e maior participação política da sociedade. No entanto, as propostas de Goulart encontraram forte resistência das elites, que temiam a perda de poder e privilégios, resultando em um ambiente de crescente polarização.

Essa movimentação estava em consonância com as lutas revolucionárias no plano internacional, de caráter anti-imperialista e emancipatória, que aconteciam nos países subdesenvolvidos em confronto com as potências mundiais capitalistas, despertando o imaginário coletivo para as ações contestadoras ao sistema vigente. No caso brasileiro,

(...) Além dos fatores internacionais, foram principalmente aspectos da política nacional que marcaram as lutas das esquerdas. O processo de democratização política e social, com a crescente mobilização popular pelas chamadas “reformas de base” – agrária, educacional, tributária e outras que permitissem a distribuição mais equitativa da riqueza e o acesso de todos aos direitos de cidadania –, foi interrompido pelo Golpe de 1964. Ele deu fim às crescentes reivindicações de lavradores, operários, estudantes e militares de baixa patente, cuja politização ameaçava a ordem estabelecida. (Ridenti, 2014, p. 20-21).

A politização dessas camadas sociais ganhou força, articulando-se como um movimento progressista que defendia suas bandeiras. Nesse cenário, o movimento estudantil destacou-se como um mediador crucial, conectando as classes sociais e as demandas políticas, especialmente por meio do estímulo cultural e a sua característica de capilaridade.

As ações culturais, no campo das artes, principalmente, buscavam formular um tipo de engajamento que contemplasse a militância política dedicada ao povo. Essa tomada de consciência pela classe média intelectual de esquerda, como foi apontado por Heloísa Teixeira (2024), é relativo ao “deslize” proveniente das “questões internacionais sobre as minorias e as instituições patriarcais de feito autoritário para outro território de demandas mais locais e talvez mais urgentes”, ou seja, “os temas da modernização, do nacionalismo ou da “fé no povo” informam a urgência de uma arte participante e a crença no alcance revolucionário da arte e da palavra poética.” (Teixeira, 2024, p. 145).

A partir de então, compreendendo os princípios da mobilização estudantil na promoção de atividades culturais, iremos percorrer os trâmites das experiências dos estudantes sergipanos nos anos de 1963 e 1964, atentando-se a figura de Mário Jorge nesse contexto e as causas que

o levaram a ser expulso do estabelecimento de ensino que frequentava e permanecer na militância política.

As atividades do movimento estudantil em Sergipe eram projetadas, além das agremiações estudantis, nos principais órgãos representativos dos alunos secundaristas e universitários, a União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES) e a União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES), respectivamente. Identificamos, no trabalho do jornalista baiano Gilberto Francisco dos Santos (Gilfrancisco), que a USES foi fundada no ano de 1950 em Aracaju/SE, dois anos após a criação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) em 1948. Na primeira seção do estatuto da entidade estudantil, consta que está de acordo com os princípios democráticos e é responsável pela “representação e coordenação dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino secundário do Estado.” (Santos, 2015, p. 549).

Historicamente, é possível compreender que os grêmios estudantis foram embriões de uma organização estudantil maior e mais abrangente como a UBES, à exemplo do Grêmio Cultural Clodomir Silva que surgiu anteriormente. De acordo com Maria Paula Araújo (2007), ao longo dos anos 1940, a participação política dos estudantes secundaristas se intensificou e adquiriu maior organização. Em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, o movimento estudantil estava bem estruturado com base nos "grêmios" escolares.

Sobre os grêmios estudantis sergipanos, o estatuto da USES delibera que,

### Capítulo III

#### Dos Grêmios Colegiais

Art. 34º - Os Grêmios dos colégios, membros da USES, baseiam-se na participação ativa de todo o corpo discente dos estabelecimentos de ensino secundário do Estado, através da realização de assembleias gerais democráticas e eleições diretas para os cargos da Diretoria.

Art. 35º - Os Grêmios dos colégios são para todos os efeitos o órgão oficial de representação dos alunos de sua escola.

Art. 36º - Fica assegurada a economia dos grêmios de colégios, que se regerão por seus próprios Estatutos, ressalvados dos presentes Estatutos.

Parágrafo Único – As diretrizes dos Congressos Estaduais são consideradas como recomendações aos grêmios dos colégios. (Estatuto da União Sergipana dos Estudantes Secundaristas, s.d, Reg. 72 – 1 – 1).

O documento nos permite identificar como ocorreu a regulamentação da atuação nos grêmios estudantis e a hierarquia das relações sociais forjadas nesse campo do órgão representativo dos estudantes secundaristas do estado. De certa forma, o estatuto atua como uma espécie de regulamento, estabelecendo normas e posições que determinam as práticas dos

sujeitos dentro desse espaço. Embora o documento em questão não apresente a data, podemos inferir que essas hierarquias e regulamentações refletem um processo contínuo de disputa e legitimação, onde as práticas dos agentes vão sendo moldadas pelas condições históricas e sociais que situam o campo em cada período (Bourdieu, 1989).

As articulações políticas que envolveram os processos eleitorais do Grêmio Cultural Clodomir Silva e as eleições da USES entre 1963 e 1964, junto às deliberações estudantis que ocorreram no XVI Congresso Estadual da USES em Lagarto/SE, nos localizam frente às condições sociais, visto que indica, no tempo e espaço, as dinâmicas do movimento estudantil secundarista sergipano desse período histórico.

No Colégio Estadual de Sergipe, as eleições determinavam o grupo que estaria à frente do Grêmio Cultural Clodomir Silva e culminou na vitória da chapa na qual Wellington Mangueira era líder. O resultado da votação demonstrou que eles haviam ganhado com uma expressiva vantagem da chapa concorrente, entretanto, mesmo que o fato evidenciasse a sua importância, os estudantes atentavam-se para as eleições da USES que estavam por vir. Ao se envolverem com diferentes frentes de atividades, esses jovens construíam um repertório simbólico que os aproximava de ideias de transformação social, à medida que as práticas culturais, como arte e esporte, se associavam à ideia de cidadania. Nesse quesito, os espaços escolares e de lazer são essenciais na constituição de práticas de resistência e mobilização política, sobretudo em meio ao contexto de efervescência social que antecedeu o golpe civil-militar.

Essa conexão evidencia a dimensão política do engajamento estudantil, que não se limitava a questões escolares, mas assumia um caráter nacional-popular. Como enfatiza Ferreira (2008), as Reformas de Base eram percebidas por amplos setores sociais – inclusive pelos estudantes – como medidas de democratização e justiça social, refletindo uma intensa politização da juventude.

Nas memórias de João Augusto Gama (2024, p.33), amigo de infância de Mário Jorge e prefeito de Aracaju entre 1997 e 2000, o entusiasmo juvenil pela política é evidenciado quando conta que “todos esses acontecimentos despertaram em mim e na minha geração a curiosidade e o desejo de entender o Brasil” para descrever a trama política vivido no ano de 1961. Gama reforça o que a historiadora Maria Lígia Coelho Prado (2015) denomina de utopias socialistas na América Latina, responsáveis por constituir perspectivas que estimulavam a geração dos

anos 60 a superar os limites de contemplação passiva dos fatos históricos, visto que o conceito de utopia, no seu entendimento, são orientações que transcendem a realidade e transformam-se em ações que visam alterar a ordem vigente.

De acordo com a autora, as utopias socialistas, que serviram como bússola para essa geração, alinhando o engajamento político e cultural e despertando o sentimento de pertencimento a um movimento maior,

Os grandes temas políticos que nos animavam passavam por uma perspectiva crítica do capitalismo e, principalmente das ditaduras. Estabelecia-se uma solidariedade latino-americana criadora da identidade política que repudiava o imperialismo norte-americano e aproximava o Brasil dos demais países da América Latina. Estávamos unidos na luta contra a opressão e sonhávamos com um futuro de liberdade e igualdade. A utopia socialista iluminava o futuro. (Prado, 2015, p. 16)

Nesse contexto de articulação da juventude nos anos 60, com o apoio político de Jango, a UNE passa a expandir as atividades no âmbito da cultura, arte e política com a criação do CPC, “pretendendo um público composto por proletariado, intelectualidade e estudantes, o projeto estético do CPC buscava um conceito de arte de consciência política com um facilitado acesso à massa, aproveitando-se da sintaxe das formas populares e imbuindo-as de conteúdos de influência marxista.” (Prado, 2008, p. 15).

A partir de então, criava-se a figura do “artista revolucionário popular” que iria promover mudanças através da arte engajada, ou seja, a arte como instrumento de tomada de poder.

O artista revolucionário popular poderia ser o indivíduo que mora na zona sul, trabalha e ganha dinheiro, tem mãe, mas vê que a favela é logo ali e que na porta do seu edifício dorme um mendigo adulto. Sente-se, então, compelido a renegar sua existência de “burguês de doirada tez” para juntar-se ao povo. Sua opção é moral. Sua ação política é um problema de honra e de doutrina. (...) Evangelicamente, ele mitifica o poder de conversão da palavra e seu movimento intencional passa a ser o de comover e culpar: comover pela denúncia da miséria, culpar pelo investimento na suposta consciência crítica e revolucionária do intelectual. (Hollanda, 2004, p. 30)

Esta concepção centra o ideal utópico de que a expressão artística, direcionada ao grande público e a solidarização entre as classes, era suficiente para transformar realidades. Entretanto, em uma sociedade onde os direitos de cidadania não eram amplamente estendidos a toda a população e cujas classes enfrentavam dificuldades para se reconhecerem ou articularem suas vozes, eram as classes médias que emergiam através de setores “ventríloquos” para fomentar a cultura. Esses grupos, de acordo com Ridenti (2014, p. 37), tinham acesso direto a meios de comunicação e expressão, como televisão, rádio, cinema, teatro, livros, artes plásticas, jornais

e, a partir disso, tornaram-se tradutores das demandas sociais, intermediando entre o público e o privado.

O trabalho de integração da UNE nos estados federativos, por exemplo, através da criação do UNE-Volante em 1962, visava a projeção das bandeiras levantadas pelo movimento estudantil na vida dos brasileiros, para além da região centro-sul, a fim de alcançar o engajamento político dos estudantes e populares sobre os problemas da realidade nacional (Cruz, 2015). Em 1962, as caravanas da UNE-Volante realizaram sua primeira passagem por Sergipe e, destacando-se com a apresentação de peças teatrais, a promoção de encontros entre a direção da UNE com universitários de diretórios acadêmicos sergipanos e, com o estímulo para a criação do CPC do Centro Acadêmico Sílvio Romero (CASR) da Faculdade de Direito de Sergipe em 1962 (Cruz, 2021, p. 215).

Nesse período, os traços da produção artística cepecista foram identificados na primeira fase da estética mariojorgiana por Prado (2008, p. 18) em poesias que se apropriavam das temáticas “populares”, como miséria, desemprego, deficiência na assistência social, entre outras, e eram expressas pela “linguagem panfletária”. A experiência de Mário Jorge com a UNE-Volante e o CPC, provavelmente, estão articuladas com a sua participação no movimento estudantil enquanto secundarista na época (Cruz, 2021, p. 216), visto que, as fontes localizadas que registram essa influência, estão nas poesias presentes na obra “Poemas de Mário Jorge” (1982), como “Momento”, citada por Prado (2008), e “Agora” que reflete a denúncia marcada pelo subjetivismo de um período mais crítico de repressão.

Infâmia, calúnia, hipocrisia  
 Traição é o lema, ser vil é a ordem.  
 O bem e a honestidade dormem.  
 Calaram os que antes o povo ouvia.

A farsa é virtude,  
 A traição é heroísmo,  
 A pátria é o ataúde.  
 Do amor, do civismo.

A mediocridade é infinda,  
 A mesquinhez é tamanha;  
 O mau fere e arranha  
 A alma do povo, viva ainda.

A pátria é vendida,  
A liberdade acabada,  
A justiça sumida,  
A cupidez amada.

Os retrógrados e os ladrões  
Comandam o país, o rouba.  
Em todos os tempos, em todas as nações,  
A luta é eterna, o povo não soçobra.

A luta é gloriosa,  
O povo e o anti-povo,  
Como o espinho e a rosa,  
Como o belo e o nojo.

A luta não para,  
É ferrenha, é medonha,  
Para os fortes é cara,  
Para os fracos tristonha. (Mário Jorge, 2013, p. 47)

A construção poética de Mário Jorge revela-se impregnada por uma retórica de confronto direto e por um vocabulário de acusação que se encaixa na função performativa da arte engajada, tal como proposta pelo CPC. Versos como “A pátria é vendida / A liberdade acabada / A justiça sumida / A cupidez amada” operam como denúncia e como apelo político, reafirmando a arte como instrumento de conscientização das massas — princípio fundamental defendido pelos intelectuais ligados à cultura popular de esquerda, como Ferreira Gullar (2007) e Carlos Estevam Martins (2004).

A "linguagem panfletária" de Mário Jorge não deve ser lida como simplificação, mas como uma escolha estética comprometida com a eficácia comunicativa no período de efervescência política e cultural de 1963. Mário Jorge, secundarista e militante, insere-se nesse contexto através da escrita engajada que expressa o desencanto com as estruturas políticas e a indignação diante da corrupção e da repressão: “Os retrógrados e os ladrões / Comandam o país, o rouba”.

O poema reflete a visão maniqueísta típica do discurso revolucionário da época, fundado na oposição entre povo e elite, opressores e oprimidos, tal como se vê nos versos: “A luta é gloriosa, / O povo e o anti-povo, / Como o espinho e a rosa”. Essa dicotomia é recorrente na produção dos núcleos artísticos vinculados à UNE, cuja proposta era justamente dar voz aos segmentos populares e articular cultura e política (Napolitano, 2020). A metáfora “espinho e rosa” remete à ideia de que a beleza da luta popular nasce do sofrimento e da resistência, um recurso imagético que também foi amplamente utilizado nos folhetins e peças populares encenadas pelo CPC e pela UNE Volante, especialmente no Nordeste.

Ao escrever “A luta não para, / É ferrenha, é medonha, / Para os fortes é cara, / Para os fracos tristonha”, o poeta revela uma consciência aguda sobre o custo da militância e da resistência política. A juventude, enquanto sujeito histórico, aparece aqui como agente da transformação, mesmo diante das ameaças e do sofrimento. Segundo Leandro Konder (1980), a arte engajada, ao enfatizar o conflito de classes, buscava não apenas retratar a realidade, mas convocar o espectador – ou leitor – à ação.

Sobre as atividades do CPC em Sergipe, localizamos o relato da participação de João Augusto Gama (2024) por meio do teatro, demonstrando que as atividades culturais desenvolvidas pelo grupo eram dinâmicas, com a atuação de jovens estudantes e figuras já consolidadas no meio artístico, revelando a preocupação estética, intelectual e crítica na formação dos integrantes. Efusivas movimentações ocorreram na dramaturgia sergipana pelo Teatro Gato de Botas (TGB), Teatro da Cultura Artística (TECA), o Teatro do Colégio Estadual de Sergipe (TECES) e o Teatro Novo de Sergipe que, inspirados na estética cepecista, incrementaram caráter político às suas peças e esquetes, promovidas nos sindicatos dos municípios e provocando o público, como também mobilizavam os talentos locais nas artes cênicas (Cruz, 2021, p. 217).

(...) A União Estadual dos Estudantes de Sergipe (UEES), sob a presidência de Alexandre Diniz, criou o CPC de Sergipe. Levado por Chico Varela, já acadêmico, fui participar do grupo de teatro. Eu era o único secundarista. Montamos diversos esquetes e a peça “A derradeira ceia”, escrita por Luiz Marinho. Interpretei Lampião e Zelita Correia Maria Bonita. Chico Varela fez “O turco”. A direção foi de Wilson Maux, conceituado diretor de teatro da Paraíba. Apresentamos diversos esquetes como “O subdesenvolvimento”, “João da Silva”, “Canção do trilhãozinho”, “Grileiro vem” e “Zelão”, de Sérgio Ricardo. O CPC se apresentava nos sindicatos urbanos e rurais. Tínhamos apresentações frequentes no Centro Operário de Aracaju e na Sociedade União Operário Ferroviário (SUOF), os setores mais politizados de Sergipe. O CPC foi fechado em abril de 1964 e seus participantes e atores presos. (Gama, 2024, p.39-40).

Na segunda vinda da UNE-Volante para o estado em 1963, a UEES se integra às atividades culturais pontuando questões relativas à situação dos estudantes sergipanos no debate sobre a Reforma Universitária, a questão da falta de representatividade e ausência dos diretórios acadêmicos, bem como os baixos índices de ingresso da população sergipana ao ensino superior. A preocupação da UEES se voltava também à questão do analfabetismo no estado e a pressão que as mobilizações estudantis deveriam exercer na sociedade civil e no aparelho estatal deveriam refletir nas iniciativas da educação popular, afinal, tratava-se de uma rede de apoio, com o objetivo de melhorar os índices de qualidade de vida, e almejar uma sociedade mais igualitária (Cruz, 2021; Dantas, 2022).

Nesse sentido, os estudantes sergipanos realizaram diversas iniciativas voltadas para a cultura e a educação popular. Entre essas ações estavam a criação do Centro Popular de Cultura da UEES, a Campanha Estudantil de Alfabetização (CEA), por Luiz Antônio Barreto, e o Departamento Universitário de Ação Comunitária (DUAC), além de participarem de movimentos que visavam a alfabetização como o Movimento de Educação de Base (MEB) e, a valorização da cultura popular como o Movimento de Cultura Popular (MCP).

A criação do MEB no estado se deu pela continuidade das Escolas Radiofônicas, praticadas à distância, pelo Sistema Rádio Educativo de Sergipe (SIRESE), oficializado em 1959 pelo governo JK, e implementando o programa de educação de base pelos interiores sergipanos em 1960. De acordo com Barros (2014), Dom Vicente de Távora, atento aos problemas causados pelo déficit educacional e pela pobreza que afetavam grande parte da população sergipana, sugeriu a criação de um programa educativo inspirado na experiência de alfabetização pelo rádio promovida pelo Serviço de Assistência Rural (SAR) da Arquidiocese de Natal em 1958. Esse programa buscava oferecer à população conhecimentos de leitura, escrita e noções básicas de higiene, alimentação, religião e sociabilidade.

Em março de 1961, ainda com Jânio Quadros na presidência do Brasil, as Escolas Radiofônicas passaram a integrar o programa nacional de educação de base com a fundação do MEB, pelo Decreto nº. 50.370, e os objetivos, a partir de então, tomaram proporções ligadas diretamente ao processo histórico que envolvia a crescente mobilização política das classes populares em organizações sociais, partidos políticos e movimentos culturais. Ainda no final daquele ano, as propostas traziam à luz uma programação que incluía:

- a) alfabetização e cálculo;
- b) formação moral e cívica;
- c) educação sanitária;
- d) iniciação profissional, especialmente agrícola;
- e) promoção social;
- f) desenvolvimento de comunidade;
- g) associativismo (cooperativismo, sindicalismo, clubes agrícolas, etc);
- h) cultura popular. (Barros, 2014, p. 128).

A partir de então, a conscientização do ser e do povo tornaram-se palavra de ordem nas práticas de aprendizagem e, a perspectiva da educação como instrumento de transformação da realidade, foi levada à frente pelas diretrizes do movimento que crescia no âmbito nacional. Essa notável mudança de proposta era vista, cada vez mais, como uma atividade politizadora, ampliando o senso crítico entre as forças progressistas, ainda que o intuito inicial do programa fosse democratizar o ensino e preparar o “terreno” para a reforma agrária. Por essa via, compreendemos o papel fundamental da educação como impulsionador das lutas sociais e dispositivo prático para transformar vidas.

Entretanto, o MEB em Sergipe seria investigado após a instauração da ditadura civil-militar em 1964, justamente pela repercussão do caráter político o qual havia assumido. É constatado no relatório final da Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo (CEV/SE), que a ligação do MEB com o sindicalismo rural movimentou o início das investigações através da instauração de um IPM. Nesse documento, os integrantes do MEB foram taxados como “elementos ligados à ideologia comunista” e representavam ameaça contra a Lei de Segurança Nacional (LSN), visto que “alfabetizar e educar para a cidadania foram compreendidos como atos de subversão da ordem, praticados por inimigos da nação.” (Relatório Final da CEV/SE, 2019, p. 147).

Essa interpretação da LSN apresenta inconsistências quanto ao propósito comunitário, e não comunista, do MEB, pois os resultados de sua implementação contribuíram significativamente para a alfabetização de adultos e inovação das metodologias de ensino, o que implica na tentativa de melhorar os índices de desenvolvimento social no estado.

No governo de João de Seixas Dória (1963-1964), conforme apontado por Dantas (2022), a Secretaria de Educação, sob a liderança do bacharel Luís Rabelo Leite, aderiu ao movimento de mobilização para acelerar o processo de alfabetização e educar as massas de forma ágil. Com recursos provenientes de convênios com a *U.S. Agency for International Development* (USAID) e o governo federal, a secretaria incentivou e participou de campanhas de educação popular,

abrangendo desde as primeiras experiências com o método Paulo Freire até as atividades do CPC que percorreu o interior do estado, de município em município, com forte engajamento estudantil e, integrou, gradativamente, ao polo governamental, artistas e estudantes universitários que desenvolveram o projeto político-cultural com traços locais (Cruz, 2009, p. 4). A USAID contribuiu com subsídios ao projeto, visando assegurar os interesses dos Estados Unidos (Oliveira, 2022).

Nestas circunstâncias, históricas, políticas e culturais, em julho de 1963, foi realizado o XVI Congresso Estadual da USES, no município de Lagarto/SE (Júnior, 2015, p.69). Os grêmios estudantis do Colégio Estadual de Sergipe e Colégio Tobias Barreto, na ocasião, uniram-se para conquistar apoio na capital e nos interiores do estado para as eleições da diretoria geral, onde disputavam com as demais chapas. No relato de Wellington Manguieira, detectamos que o evento foi marcado por momentos de tensão entre projetos reformistas e forças conservadoras que buscavam restringir sua atuação no espaço público, principalmente com a pressão da extrema direita anticomunista entre as autoridades do município.

(...) foi nesse clima que o Congresso se realizou em Lagarto, onde, quando discutíamos a questão da reforma agrária, o então prefeito de Lagarto, da família Ribeiro, dizendo que lá já tinha havido a reforma agrária, que tinha o Banco do Brasil feito na Cooperativa do 13, e que não queria aquilo, que era coisa de comunista. E mais, que não entraria lá nem Viana de Assis, nem Cleto Maia, que era um comunista e não entrava. Então, aí, primeiro, a gente achou estranho aquilo ali, mas a violência foi grande, de não querer. Como tinha muitas moças no Congresso, de Propriá, de Estância, todo o Estado, para intimidar e criar um clima ruim, começaram a jogar sapo. Os capangas dos políticos de então jogaram o sapo dentro do auditório, da sala enorme que nós estávamos realizando o Congresso, para criar um tumulto. Mas, mesmo assim, revelado isso, o Congresso continuou. Começou a faltar comida. A gente encontrou forma de cada um comprar a sua comida. E, por último, armou com o que podemos dizer hoje, com a direita, que não devia vir nem Cleto Maia, nem Viana de Assis. Com isso, nós tivemos uma discussão de bancada e eles exigiram que não mais o orador oficial de cada colégio falasse, e sim os presidentes dos Grêmios. Teve uma discussão muito séria, com isso terminou eu tendo que falar, ainda inseguro, mas a minha proposta era clara e a votação foi pela suspensão do Congresso de Lagarto e sua transferência para Aracaju ou Propriá, quando houvesse melhores condições. Mário Jorge se destacou, não só na interlocução com outros colegas de outros lugares, ele tinha uma facilidade, por ser um poeta, já se destacava com pequenas estrofes, mas com sensibilidade humana, e ele conseguia trazer para esse conjunto de valores um bocado de gente. Foi assim que a gente tinha sido vitorioso nessa proposta e suspendeu o Congresso. Quando fomos vitoriosos, os estudantes que estavam do nosso lado nos colocaram nos braços, e todos marchando pelas ruas de Lagarto em direção ao colégio do grande intelectual Laudelino Freire (Marques, 2025, p.5).

O cenário descrito é emblemático da atmosfera de intolerância política e cerco anticomunista que permeava as esferas locais de poder. Esse enunciado condensa o imaginário da ameaça comunista enquanto recurso retórico de exclusão e deslegitimação de pautas sociais, mesmo as que estavam inseridas no horizonte legal das Reformas de Base do governo João Goulart. Como analisa Carlos Fico (2004), esse tipo de reação anticomunista era cultivado pelas elites civis como parte de um “dispositivo de vigilância moral” que justificava ações repressivas contra qualquer sujeito político fora dos marcos da tradição liberal-conservadora. Nesse sentido, o veto à presença de figuras como os deputados Cleto Maia, do Partido Rural Trabalhista (PRT) e Viana de Assis, do Partido Republicano (PR), demonstra a personalização da repressão, funcionando como pedagogia do medo.

Contudo, a violência relatada não se limita ao campo simbólico. A estratégia grotesca de jogar animais no local da reunião incorpora uma violência performática e misógina, cujo objetivo era intimidar as jovens estudantes presentes e inviabilizar o debate. Tal gesto inscreve-se na lógica do terror simbólico, como aponta Pollak (1989), em que a desestabilização emocional dos sujeitos atua como ferramenta de controle político. A hostilidade crescente, também revela como as formas de repressão se articulavam em múltiplas camadas, do psicológico ao material, para interromper a organização autônoma dos estudantes.

Apesar disso, o trecho evidencia a capacidade dos sujeitos envolvidos de resistirem à desarticulação através da criação de formas alternativas de sustentação da atividade. Nesse gesto de autossuficiência, manifesta-se o que Freire (2015) denomina como práxis libertadora, o momento em que a tomada de consciência se converte em ação solidária e política. O aprendizado forjado nas dificuldades materiais fortalece os vínculos comunitários e ativa a construção de uma subjetividade insurgente que não depende do amparo das instituições tradicionais.

Diante da intensificação da repressão e da imposição da fala aos presidentes de grêmios, a decisão de suspender o Congresso é apresentada como resultado de um processo deliberativo coletivo. A suspensão não é uma derrota, mas uma estratégia tática. Revela maturidade política e capacidade de reorganização frente à adversidade, uma forma de resistência que a irrupção de uma consciência política radical em contextos de repressão, onde a imaginação, a solidariedade e a cultura convergem como força transformadora.

Nesse contexto, Mário Jorge emerge como figura-síntese da militância estudantil. Seu destaque se dá pela conjugação entre palavra poética, sensibilidade humana e articulação política. Essa intersecção entre arte e engajamento remete à ideia do intelectual militante formulada por Sirinelli (1996), segundo a qual a produção simbólica (literária, artística, ensaística) torna-se meio de ação política e instrumento de construção do coletivo. Ao “conseguir trazer para esse conjunto de valores um bocado de gente”, Mário Jorge não apenas comunica, mas forma subjetividades, criando um campo de pertencimento e sentido. Essa atuação é coerente com o que Rioux e Sirinelli (1998) identificam como a força dos mediadores culturais na produção de identidades políticas entre jovens e setores populares.

O episódio do Congresso de Lagarto, segundo o testemunho de Wellington Mangueira, expõe não apenas os limites da democracia local sergipana no pré-64, mas também a potência de um campo cultural e político que se insurgia com base na palavra, na solidariedade e na organização coletiva. Mário Jorge, nesse contexto, representa uma liderança engajada e sensível, que articula arte e política como forma de denúncia, mobilização e utopia.

De antemão, é compreensível que, mesmo com os projetos divergentes entre as chapas, o processo deveria ocorrer de maneira democrática. Contudo, os movimentos dos diferentes grupos ou chapas, que disputam poder ou influência dentro do campo estudantil, formaram uma atmosfera de tensão que pairou sob o Congresso, visto que as estratégias determinadas pelos grupos concorrentes foram intencionais e orientadas para alcançar as posições de liderança na Diretoria Estadual.

O fluxo desta análise nos impulsiona para as fontes selecionadas, que retratam os acontecimentos entre 1963 e 1964 na trajetória de Mário Jorge, com uma atenção redobrada para as informações nelas contidas e os pretextos de suas produções. Dentre elas, estão as portarias administrativas emitidas pelo Colégio Estadual de Sergipe em 1964 localizadas no CEMAS e os arquivos da ditadura civil-militar, como o relatório do IPM, assinado pelo Tenente Gilson dos Santos Dantas, onde constam depoimentos coletados sobre o Congresso da USES em Lagarto/SE, localizado no fundo do Sistema Nacional de Informação (1982), e a ficha individual de Mário Jorge encontrada no fundo do Conselho Nacional de Segurança (1969), ambos do acervo digitalizado do Arquivo Nacional.

Nesta ocasião, Mário Jorge Vieira será citado e indiciado no relatório do IPM intitulado “Atividades subversivas praticadas por estudantes ligados à ideologia comunista” (SNI, 1982),

por contatar o deputado Cleto Maia<sup>8</sup>, para realizar uma palestra intitulada a “Realidade Brasileira”, compor o comando de greve geral dos estudantes e “realizar piquetes” em frente às escolas para impedir a entrada de alunos, a fim de que respeitassem a ordem da greve. As suas ações, perante o relatório, indicam o sentido natural da militância na defesa dos ideários políticos, no entanto, para as coordenadas da Doutrina de Segurança Nacional, eram vistas como prejudiciais à população e contra a ordem vigente, compreendendo que a investigação é realizada no ano seguinte ao ocorrido, sob constância do regime ditatorial.

(...) Seguindo os trabalhos, ouvi o indiciado Mário Jorge Menezes Vieira, acusado de ter passado um telegrama, juntamente com Abelardo de Sousa, e Alceu Monteiro, para o deputado Cleto Maia, solicitando a presença do mesmo no congresso dos estudantes em Laarto, para proferir uma palestra sobre a realidade brasileira. Tomou parte na greve dos estudantes, inclusive, fez parte do comando geral de greve e colocou cartazes na sede da USES, com os seguintes dizeres: Pedro de Sousa, débil mental, Pedro de Sousa gorila reacionário e, Pedro de Sousa párea (SNI, 1982, p. 6).

O sentido dessas alegações denota uma tendência desmoralizante das atividades estudantis que, até aquele momento, foram articuladas e desenvolvidas no regime democrático. Segundo Célia Cardoso (2011, p. 17-18), os documentos elaborados por instituições militares tendem a apresentar representações parciais dos movimentos sociais urbanos e rurais, como greves de categorias específicas, comícios eleitorais e reuniões partidárias, frequentemente com o intuito de criminalizar os opositores do regime e legitimar a adoção de medidas repressivas diante do que era retratado como uma conjuntura ameaçadora.

As condições da polarização política que envolveram os estudantes na militância combativa, entre as lutas sociais pró reformistas e anti-imperialistas e, por outro lado, as movimentações de apoio ao projeto de modernização capitalista conservador e moralista, empenharam ações de cunho político que visavam alertar a população dos processos políticos que ameaçavam a democracia no país, a partir da realidade local.

A análise das organizações e deslocamentos das forças de esquerda, assim como das ações conservadoras que buscavam neutralizá-las, permite uma leitura mais ampla e aprofundada dos eventos históricos e do impacto do golpe na trajetória de Mário Jorge de Menezes Vieira.

---

<sup>8</sup> O deputado Cleto Maia fez parte da Frente de Mobilização Popular (FMP) para a realização das reformas de base e apoio o governador João de Seixas Dória após a deflagração do Golpe, sendo cassado alguns meses depois.

### 3. A invenção do Marginauta: militância política e cultural na Ditadura Civil-Militar brasileira

*“O marginauta imagina-se  
Em remotas plagas onde o vento  
Não habita seu ninho de nuvens  
O marginauta fez-se só  
E a solidão ácida dos dedos  
Cruzando-se em mãos alheias  
Ao chiqueiro do corpo  
O marginauta maluco margina  
Andante duro de mágicas  
Cansados de sons trágicos  
Toma a nave e decola.”*  
(Mário Jorge Vieira, 1993)

#### 3.1 Nas margens do Golpe de 64: deslocamentos políticos em Sergipe

O ano de 1964 ficou marcado na história de vida e na trajetória política de Mário Jorge Vieira, pois a partir de então, as suas ações estariam na mira dos órgãos da repressão e do moralismo social. Para compor os fatos, o cotidiano dos sergipanos será impactado a partir do dia em que o golpe é deflagrado pelos militares em marcha sob o comando do general Olympio Mourão Filho, na madrugada de 31 de março daquele ano, deslocando as tropas de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro (Fico, 2014, p. 61), a deposição do governador do estado de Sergipe, Seixas Dória, em 1 de abril, e, meses depois, a expulsão de seis estudantes do Colégio Estadual de Sergipe por ordem do 28ºBC, incluindo Mário Jorge.

As complexidades, que convergem na execução do golpe, se apoiam, também, na intervenção dos Estados Unidos no aparelho político, social e cultural brasileiro, atuando como um teste, que obteve êxito, para futuros projetos intervencionistas no restante da América Latina. No governo de Dwight D. Eisenhower (1953-1961), foram estabelecidas medidas para consolidar a atuação do país norte-americano no continente e, na sequência, com a gestão de John F. Kennedy (1961-1963), a ascensão da ideologia anticomunista por meio das propagandas, marcaria o início das intervenções “indiretas” dos Estados Unidos no Brasil, a fim de garantir o controle da ordem em meio às mobilizações populares, que haveriam de

eclodir em março de 1964, de um lado pelas forças progressistas no Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e por outro, nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo.

No horizonte dos acontecimentos, os impasses vividos pelo Governo Federal, principalmente com o desalinho político e a dificuldade de dar continuidade às propostas administrativas, refletiram na sociedade e nas políticas locais. Os movimentos sociais, mobilizados pela defesa das reformas e sua realização, fortaleciam os mecanismos de resistência com o intuito de pressionar o presidente a “abrir mão” da política de conciliação com seus opositores e exercitar “as margens próprias do poder” (Reis, 2014, p. 25), abrindo caminho para a radicalização das organizações.

No contexto regional, dentre as lideranças alinhadas ao projeto reformista, destacamos o Nordeste com o governo de Miguel Arraes do Partido Social Trabalhista (PST) em Pernambuco, e João de Seixas Dória, dissidente da UDN, eleito pela Aliança Social Democrata (ASD) para o governo do estado de Sergipe. Esse último fazia parte do agrupamento político da tendência udenista que demonstrava predisposição a implementação das reformas de base, chamado de “bossa nova” (Fausto, 2006, p. 450-451).

O governo de Seixas Dória duraria aproximadamente um ano, desde sua posse no dia 31 de março de 1963, até a deposição no dia 1º de abril de 1964, em consequência da deflagração do Golpe Militar. As razões pelas quais o governador foi deposto estão alçadas nos rumos da sua trajetória política nesse último período antes da cassação, visto que Dória, até então, havia construído uma carreira marcante no cenário nacional, exercendo dois mandatos no Congresso, tornando-se membro da Frente Parlamentar Nacional e, além de estar alinhado aos propósitos nacionalistas, atuou como agente político contrário ao movimento golpista:

De posicionamento político adversário, Seixas Dória foi defensor das reformas de base do governo João Goulart e lançou Manifesto contra a nova ordem instaurada por militares e civis. Essa atitude pesou na decisão dos militares de afastá-lo do cargo de governador, sendo substituído pelo vice-governador Sebastião Celso de Carvalho (PSD). (Cardoso, 2015, p. 117)

O histórico de atuação do governador Seixas Dória inicia com a deliberação de propostas para “arrumação” da ala administrativa do Estado, buscando assegurar na composição de seu Secretariado, a pluralidade partidária, incluindo os seus antigos companheiros udenistas e atuais aliados, a fim de governar pacificamente, fruto de comum

acordo com o governador em exercício até então, Horácio Góis (Figueiredo, 1986). Seixas Dória enfrentou alguns percalços nesse processo de nomeação e, mesmo com a repercussão depreciativa na imprensa sergipana<sup>9</sup>, forma “um corpo de auxiliares heterogêneo, como era a *Aliança*, abrigando de conservadores a socialistas, embora no todo, até certo ponto aberto à política reformista que se anunciava.” (Dantas, 2022, p. 253).

As circunstâncias que determinavam a gestão de Seixas Dória e seus apoiadores em Sergipe eram difíceis de encarar, devido à crise financeira nos setores da indústria têxtil, causada pela lenta resposta do projeto modernizador da estrutura produtiva ao crescimento da concorrência industrial paulista, além do agravante referente a produção canavieira que estava em declínio desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e a falta de crédito no comércio,

É nesse contexto mais amplo que deve ser vista a situação econômica de Sergipe, quando a Aliança Social Democrática assumiu o controle da sociedade política estadual. Os esforços dos governos anteriores no sentido de modernizar a estrutura produtiva não conseguiram efeitos imediatos sensíveis, a não ser no despertar de uma certa consciência para a necessidade de adotar uma política desenvolvimentista no Estado. Algumas iniciativas no campo industrial, como a implantação da fábrica de cimento, encontraram maior repercussão posteriormente. (Dantas, 2022, p. 252)

A crise agrária demandava atenção devido à dependência orçamentária nesse setor produtivo e, a busca por alternativas na criação de gado para exportação, sinalizava a necessidade de transição no uso das terras. Para realizar tal processo, o governo de Seixas Dória deveria implementar medidas de austeridade a fim de controlar os gastos. Após reivindicações parlamentares, instituiu-se, em abril de 1963, a Lei Nº 1.172, que autorizava a aliança entre o poder público e privado no setor empresarial, ou a “constituição de sociedade de economia mista”, para gerenciar os produtos agropecuários (Figueiredo, 1986).

No âmbito social, a questão do campo também infligia o processo decorrente da urbanização, que vinha em crescimento desde os anos 50, mobilizando a população. Mas em qual sentido? O índice demográfico urbano ampliava, no entanto, a qualificação dos trabalhadores não condizia com as condições para o desenvolvimento econômico em Sergipe. Era necessário criar condições básicas que aprimorassem o desenvolvimento humano e integrassem os cidadãos no sistema produtivo industrial, comercial e agrícola, buscando

---

<sup>9</sup> “A maioria consciente, lúcida, dos auxiliares escolhidos, não descaracteriza o amorfismo generalizado. Têm-se a impressão que o Secretariado de Seixas Dória foi constituído para não funcionar. Registra, meses ocorridos, a “Gazeta de Sergipe”: “Salvo em alguns casos isolados, tópicos, o secretariado do Governador Seixas Dória, com certo exagero, ainda não tomou posse” (10/1/64)” (Figueiredo, 1986, p. 06-07).

garantir a dignidade das pessoas nos espaços ocupados. Além disso, Seixas Dória era apoiador da reforma agrária e questionava a tendência de se atribuir maior importância às cidades em relação ao campo, enfatizando os princípios cepalinos de que o desenvolvimento econômico precisa estar alinhado ao desenvolvimento social (Cardoso, 2015, p. 119).

A luta política estava fortemente polarizada e violenta, com isso os problemas de segurança pública se agravavam no interior do estado, sem muita investigação imediata, visto que as iniciativas de apaziguamento já não tinham espaço na discussão e o Golpe estava a caminho. Da mesma forma em que a esquerda se articulava, as forças reacionárias infiltravam-se nos setores sociais, culturais e econômicos. A situação que se escancarava na zona rural apontava o “espetáculo conspiratório” contra as instituições democráticas (Figueiredo, 1986, p. 67).

O governador Seixas Dória participa do Comício na Central do Brasil em 13 de março de 1964, evento histórico marcante para a queda do presidente João Goulart e os seus aliados,

Um dos panfletos de convocação da “concentração popular” dizia que “os trabalhadores e o povo em geral demonstrarão (...) que estão decididos a participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais e manifestarão sua inabalável disposição a favor das reformas de base (...) que querem ver concretizadas neste ano de 1964.” (Fico, 2014, p. 37).

A ação movimentaria todo o país no sentido de viabilizar o projeto reformista, cedendo às pressões populares, porém, abriu o pretexto necessário para a intervenção golpista das Forças Armadas, no dia 31 de março de 1964. Nesse momento, a partir das complexidades que envolvem a sociedade civil e operações estrangeiras, mantidas sob sigilo durante anos, experienciamos a inversão do processo histórico que vinha sendo construído até então pela crescente participação popular na política.

Na edição do dia 1 de abril de 1964 do jornal *Gazeta de Sergipe*, foi publicada uma seção intitulada “Marcha dos Acontecimentos” e, nela, o apêndice “Agitação em Aracaju com a crise brasileira” (Gazeta de Sergipe, 1964). Nela, estão dispostos trechos sobre os eventos ocorridos no dia 31 de março de 1964. Dentre eles, destacamos o seguinte excerto:

Na Assembleia

A ASSEMBLEIA Legislativa, desde as primeiras notícias, pôs-se em vigilância cívica. À tarde, aproximadamente, às quatorze horas e trinta minutos, alguns deputados assumiram a tribuna fazendo discursos contra o Presidente da República.

Alguns estudantes, ao tomarem conhecimento de que a Assembleia estava votando uma moção de apoio ao Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, subiram até as galerias a fim de apreciar o movimento. À discursos notadamente fascistas, os estudantes passaram a vaiar os oradores: o Presidente da AL Fernando Leite determinou a evacuação das galerias, o que foi feito de modo agressivo. O estudante Luciano Morais foi agredido na ocasião.” (Gazeta de Sergipe, 1964, p. 3).

O protesto dos estudantes nas galerias foi citado por Wellington Mangureira nas suas memórias biográficas. Os dois textos foram comparados e, no relato de Mangureira (2015), os estudantes que ocuparam as galerias da Assembleia Legislativa estavam aplaudindo o discurso do deputado estadual Gilton Garcia a favor da democracia e da liberdade de expressão no país. De fato, o deputado estadual Fernando Leite, do Partido Republicano (PR), presidente da Assembleia, incomodou-se com os estudantes e acionou a polícia para expulsá-los do recinto, causando truculência, no entanto, Mangureira acrescenta que além de Luciano, ele, Mário Jorge e Abelardo foram vítimas da brutalidade policial.

Na reportagem, a expressão “à discursos notadamente fascistas”, atribuída as falas de alguns deputados, oradores da seção, incitou as vaias dos estudantes, causando a expulsão truculenta dos mesmos da Assembleia. O fato é que percebemos o ocultamento de algumas informações ou a alteração do pretexto e, tal situação pode ter uma explicação lógica e circunstancial, devido ao confisco daquela edição por um major comandante do 28<sup>o</sup>BC (Reis, 2014, p. 49).

A deposição do governador Seixas Dória e a eleição do vice Celso Carvalho, do Partido Social Democrata (PSD), marcou a sociedade sergipana na madrugada do dia 2 de abril de 1964. Seixas Dória tinha noção que, ao declarar apoio, publicamente, à João Goulart e as reformas de base, se tornaria alvo da repressão. Assim o fez, sendo detido pelos militares e levado para a 6<sup>o</sup> Região Militar em Salvador (Dantas, 2014).

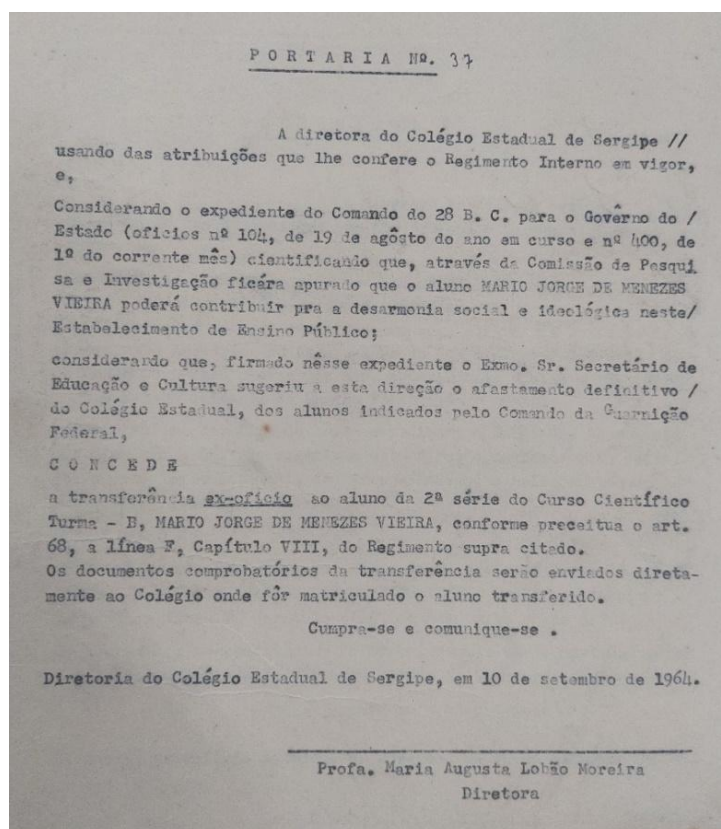
Naquele ano, os estudantes secundaristas direcionaram os atos da mobilização política contra o regime militar. Sobre a participação de Mário Jorge nas ações de cunho político, porém menos explícito ao grande público, trazemos o depoimento de Wellington Mangureira, na obra de Dantas (2014). As consequências desse ato, no entanto, não foram dimensionadas.

Conta-se que alguns desses estudantes secundaristas, especialmente Mário Jorge e Wellington Mangureira, promoveram uma singela, mas espirituosa, manifestação com o pretexto de comemoração do dia do estudante no Cinema Vitória, em 11.08.1964. Anunciaram o sorteio de um carro (que seria de brinquedo) e projeção de um filme, aproveitando a oportunidade para fazer preleção contra o regime autoritário,

umentando a animosidade dos militares para com esse grupo de jovens. (Dantas, 2014, p. 157).

Os estudantes, mesmo em uma situação desfavorável, continuaram com as reivindicações a partir do seu espaço social: a escola. Entre elas, foram relatadas a reação dos alunos do Colégio Estadual de Sergipe mediante à expulsão de seis jovens da instituição de ensino, em setembro de 1964. No campo das fontes, foram localizadas as portarias emitidas pela direção da escola com a ordem de expulsão (Figura 4), para cumprir com o expediente do 28º Batalhão dos Caçadores do Exército.

Figura 4 – Portaria Nº37/1964.<sup>10</sup>



Fonte: Acervo do Centro de Memória e Educação do Atheneu Sergipense, 2024.

A justificativa oficial para a expulsão de Mário Jorge do Colégio Atheneu, em 1964, foi fundamentada na alegação de que o aluno “poderá contribuir para a desarmonia social e ideológica neste Estabelecimento de Ensino Público”. Essa formulação revela o esforço do regime militar em controlar o ambiente escolar, suprimindo o direito à expressão e atribuindo

<sup>10</sup>Afastamento definitivo do Colégio Estadual de Sergipe e transferência *ex-officio* do estudante Mário Jorge de Menezes Vieira. Fonte: Centro de Memória do Atheneu Sergipense. 1964. Disponível em: Acervo do Centro de Excelência Atheneu Sergipense. Acesso em: 23/05/2024.

aos sujeitos politicamente engajados a responsabilidade por uma suposta instabilidade social. A criminalização das ideias e a perseguição a indivíduos dissidentes eram práticas coerentes com a lógica autoritária instaurada pelo golpe de 1964, cujo objetivo era desarticular movimentos sociais e silenciar possíveis formas de resistência.

A ficha escolar de Mário Jorge, referente ao ano de sua expulsão, informa que ele cursava o 2º ano do Ensino Científico quando foi desligado da instituição. Apesar de não ter concluído o semestre letivo, sua ficha traz a anotação “repetente”, além de registrar a portaria que determinava sua saída. Posteriormente, foram localizados dois ofícios assinados por Mário Jorge: o primeiro, de novembro de 1965, solicita a expedição do certificado de conclusão do curso ginásial e o histórico escolar do colegial; o segundo, de dezembro de 1966, reitera o pedido dos documentos referentes à sua trajetória escolar. Esses registros evidenciam o impacto da repressão política em sua vida estudantil, ao mesmo tempo que demonstram seus esforços para reconstruir sua trajetória educacional.

O processo da transferência de Mário Jorge Vieira para outro ambiente escolar, levando em consideração o motivo e forma da expulsão, além de toda questão moral que o envolvia, é percebido no discurso proferido no Arquidiocesano em dezembro de 1964, seminário em que ele, Wellington Manguiera e Abelardo foram concluir o curso científico.

Quando a minha vida caía no abismo infundo da amargura, da desilusão e da frustração; quando eu começava a desacreditar dos homens e tudo o que deles provêm; quando a lei e a justiça começavam a se tornar horizontes inalcançáveis para mim; quando tudo ao meu redor projetava dentro do meu ser um zero absoluto, uma ausência vaga, um nada incompreensível;

Surgiu-me um oásis de justiça no deserto mais árido da injúria e da iniquidade. Surgiu-me uma fonte de compreensão, jorrando a água cristalina da bondade e do humanismo. Apareceu à minha frente a sombra amena do amor cristão, convidando-me a descansar da longa caminhada forçada pelo caminho pedregoso ignóbil da vida humana. **Surgiu-me este colégio.** Surgiram-me Padre José Carvalho de Souza, D. Mariá Leite, os colegas seminaristas e externos, os professores, todos enfim que fazem este colégio.

São apenas três meses o espaço que faz meu convívio aqui. Foram três meses durante os quais nunca li em nenhum olhar, nunca vi em nenhum ato, uma reprovação, uma desconfiança nem mesmo uma interrogação. E a prova viva aqui está: recebi o mais honroso convite de **representar o corpo discente** nesta solenidade [...] (Vieira, 2013, p. 7-8 – grifo nosso).

As camadas interpretativas desta narrativa revelaram aspectos de Mário Jorge que vão além do conteúdo literal, como a dimensão emocional sobre os primeiros efeitos do regime militar em sua vida e o julgamento moralista da sociedade ao seu redor. Ao trazer as palavras

de Mário Jorge, é possível reconhecer aspectos da sua subjetividade inserida na memória coletiva, assim, observamos o impacto dos processos vivenciados por ele e, a tentativa de se reerguer, mediante o acolhimento daquela comunidade que compartilhava os valores cristãos “da bondade e do humanismo”.

A influência do catolicismo, dos valores humanistas e progressistas, cultivados na vida de Mário Jorge irá marcar outros de seus escritos, à exemplo do ano de 1965, quando escreve uma oração destinada à Arquidiocese de Sergipe<sup>11</sup>.

Nessa oração, Mário Jorge faz algumas alusões ao momento inicial da ditadura civil-militar, identificando-o como “escuro”, “maior tempestade” e “enganoso dia claro”, de homens “matando uns aos outros”, e para enfrentá-lo, o poeta, num tom devocional, conclama por forças para dar continuidade aos desafios do presente e confiança para lidar com as injustiças provocadas pelo “mal”. Mário Jorge alinha-se aos princípios da fraternidade e convoca a atenção daqueles que o ouvem, ou o acompanhavam pela leitura, para as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade e necessitavam de assistência, tanto social quanto espiritual. O tema da liberdade, nessa oração, aparece como a “aurora” que não pode sair do horizonte daqueles que lutam contra a obscuridade dos tempos.

A sensibilidade do poeta, nesse contexto, revela o desejo de transmitir uma mensagem de resistência e esperança aos setores oposicionistas à ditadura recém-instaurada. Em Sergipe, como em outras regiões do país, os primeiros anos do regime militar foram marcados por uma atuação ambígua da Igreja Católica, que, em parte, se alinhava ao regime, mas também apresentava espaços de dissenso. A partir da influência da Juventude Universitária Católica (JUC) e, posteriormente, da Ação Popular (AP), setores progressistas da Igreja passaram a promover uma crítica mais contundente ao autoritarismo.

Essa politização da juventude cristã foi fortemente influenciada pelo pensamento de Henrique Cláudio de Lima Vaz, que via a fé cristã como motor de uma consciência ética e histórica, capaz de levar o indivíduo à responsabilidade com a transformação da realidade. Para Padre Vaz (1988), o engajamento cristão não se separa da ação histórica concreta, sendo

---

<sup>11</sup> O documento da oração escrita por Mário Jorge em 1965, com a sua assinatura, foi localizado no acervo da Arcádia Literária Estudantil do Atheneu Sergipense, disponibilizado pelo CEMAS, em uma pasta com materiais utilizados para a exposição sobre o poeta. A data da exposição não foi identificada, mas os documentos da pasta são do período entre 2000 e 2005.

necessário "assumir o mundo como tarefa", o que reverberava diretamente nos militantes que, como Mário Jorge, atuavam no cruzamento entre a educação, a cultura e a fé.

Essa influência é perceptível no discurso de Mário Jorge, que se apropria de uma retórica devocional para articular a resistência. Assim como setores progressistas da Igreja enfatizavam a dignidade humana e a libertação dos oprimidos, o poeta convoca seus leitores a não perderem de vista a "aurora" da liberdade, mesmo diante da brutalidade do regime. A metáfora da "aurora" reflete a esperança em um futuro renovado, alinhando-se com a mensagem cristã de redenção e perseverança frente às adversidades. A mensagem de Mário Jorge, portanto, transcende a oração, situando-se como uma manifestação da luta simbólica contra a opressão, inspirada por uma visão ética e solidária que encontrou respaldo na ação de segmentos da Igreja durante os anos de chumbo.

Os momentos críticos da vida política de Mário Jorge ambientaram-se nos próximos anos, visto que já havia passado pelo crivo dos militares, através das constatações presentes nos relatórios do IPM, gravando a sua identidade no 28<sup>o</sup>BC. As ações dos militares promoveram, nesse período, a desintegração das lideranças do movimento estudantil e, com isso, a vulnerabilidade da militância entre a juventude que estava imersa no cenário político. A decisão pela continuidade da militância política correspondia, necessariamente, aos caminhos possíveis da clandestinidade no PCB ou nas dissidências do partido, que já se formavam no início dos anos 60 e irão se intensificar na segunda metade dessa década.

A segunda metade da década de 1960 no Brasil foi marcada por mudanças profundas no cenário político, social e cultural, decorrentes da consolidação do regime militar no Governo Federal. De acordo com José Murilo de Carvalho (2006), tanto a esquerda quanto a direita reconheciam a possibilidade de um golpe com a intervenção militar, mas imaginavam-no no modelo das intervenções anteriores de 1945, 1954, 1955 e 1961, nas quais os militares derrubavam o presidente e logo devolviam o poder aos civis. Nenhuma das partes previa uma intervenção militar que resultasse em um golpe comandado e mantido pelos próprios militares, com a instalação de um governo militar.

Com o Golpe Civil-Militar de 1964, abriram-se precedentes para a perseguição e prisão arbitrária de militantes da oposição, além de promover o desmonte dos projetos considerados de esquerda. Os registros da repressão são vistos logo no dia 1<sup>o</sup> de abril de 1964. Em Aracaju,

além da movimentação que ocorreu na galeria da Assembleia Legislativa do Estado e a prisão do governador João de Seixas Dória, os militares da 6ª Região Militar de Salvador se deslocaram para o centro da capital a fim de conter qualquer manifestação civil que pudesse ocorrer (Relatório Final da CEV/SE, 2019, p. 137). Nos meses seguintes, seriam registradas uma série de cassações políticas e prisões, desde deputados federais e estaduais a prefeitos e representantes estaduais das superintendências do governo, além de renúncias de secretários do Estado.

As dinâmicas das lutas sociais se alteram e a vida de Mário Jorge será atravessada por uma reestruturação no campo da sua militância. O PCB investiria a sustentação de sua base no movimento estudantil, entre 1964 e 1966, partido este que estava profundamente envolvido com o projeto das reformas de base no governo de Seixas Dória (1963-1964) e articulava-se, expressivamente, com a associação sindical dos ferroviários, a Sociedade União dos Operários Ferroviários de Sergipe (SUOF), a CGT e membros do sindicato da construção civil (Dantas, 2014).

O processo revolucionário por vias democráticas caracterizou o partido, seguindo as diretrizes do V Congresso de 1960 que visava nortear os projetos de cunho socialista para o Brasil, ainda que não partisse do mesmo grupo político partidário, visando superar a dependência do capital estrangeiro estadunidense, as tendências conciliatórias da burguesia mediante o imperialismo e o monopólio latifundiário na estrutura agrária (Carone, 1982a, 1982b). Nesse quesito, a aliança, estabelecida com os nacionalistas de esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), representava uma forte sustentação contra o imperialismo e o fortalecimento da nação brasileira, proporcionando a guinada do desenvolvimentismo pela implementação das reformas de base, com o apoio fundamental das mobilizações populares.

Além do PCB, a JUC teve um papel fundamental nas circunstâncias que resultaram na fundação da Universidade Federal de Sergipe, em 1968, através das mediações com o Governo e as pautas defendidas pela “classe universitária” (Cruz, 2021). Na composição do movimento estudantil sergipano, a JUC demonstrava preocupações quanto à “formação humanista e social” dos estudantes e a vida profissional, fazendo-se valer dos processos sociais e culturais que emergiam das discussões sobre “reforma agrária, educação, seca industrialização e instabilidade dos mercados.” (Ramos, 2000, p. 138).

A AP, enquanto organização que se “desprende” da hierarquia católica na linha seguida pela JUC, para atuar com mais autonomia no campo social e político, mantinha uma importante articulação com a esquerda revolucionária. A organização surge a partir da idealização de Herbet de Souza, Betinho, e Aldo Arantes, representantes da UNE e militantes da JUC, por meio das ações culturais realizadas pelo projeto da UNE-Volante. Segundo Sá (2015, p. 97), o surgimento da Ação Popular ocorreu em um período particularmente intenso da história brasileira, marcado por um clima de efervescência política e cultural, no qual as utopias pareciam alcançáveis e a transformação da sociedade era pensada como um esforço coletivo em direção ao “éden paradisíaco” do futuro idealizado.

### **3.2 A iminência do artista revolucionário sob o horizonte da repressão**

Na atmosfera da ditadura civil-militar, o ativismo político de Mário Jorge Vieira sofre deslocamentos, refletindo em sua estética artística que migra da concepção política para a mística. Para isso, nos apoiamos na proposta de Ridenti (2014), que insere esses artistas no campo da “utopia revolucionária romântica”, caracterizada pela crença na capacidade transformadora dos indivíduos e na construção de um futuro mais justo por meio do engajamento político e cultural.

A origem dessas utopias, apoiadas no romantismo revolucionário, está nas vanguardas artísticas do início do século XX, como o expressionismo e o surrealismo, nas quais refletiram o impulso de determinados setores intelectuais em resistir às transformações promovidas pela modernidade capitalista e industrial. Conforme analisam Michael Löwy e Robert Sayre (1995), essas vanguardas, influenciadas pelo simbolismo do fim do século XIX, expressam uma recusa às formas de vida dominadas pela racionalidade instrumental e pelo materialismo burguês. Trata-se de uma reação estética e existencial que tensiona os limites do progresso técnico e econômico, resgatando dimensões subjetivas, sensíveis e utópicas da experiência humana.

Essa transição do romantismo à modernidade é situada por Nicolau Sevcenko (2005) no contexto das revoluções liberais e das lutas populares do século XIX, momento em que se fortalece a figura do artista engajado – aquele que atua como porta-voz de uma sensibilidade crítica, política e transformadora. Ao longo das primeiras décadas do século XX, sobretudo na França, essa sensibilidade se traduz em movimentos que contestam os valores burgueses e reivindicam a liberdade de criação, de expressão e de circulação de ideias.

Para Sevcenko (2005, p. 16), a chamada "arte livre" é produto dessa efervescência cultural e política, marcada por uma tensão entre a subjetividade artística e a modernidade técnica. Nesse horizonte, podemos compreender a estética e a militância de Mário Jorge Vieira como desdobramentos locais e singulares desse impulso vanguardista, já que seu engajamento artístico e político também mobiliza uma sensibilidade crítica, uma recusa aos valores dominantes e a defesa de formas alternativas de vida e sociedade.

A trajetória de Mário Jorge, entre o pré e o pós-Golpe de 1964, expressa esse impulso utópico, ao conjugar ação política e elaboração estética como instrumentos de formação subjetiva e resistência histórica. Entre 1964 e 1965, a produção estética de Mário Jorge foi marcada pela influência do modelo cepecista, com destaque para o uso da lírica oratória e de elementos da cultura popular. No entanto, entre 1966 e 1970, seu processo de criação passou por profundas crises, o que resultou em uma mudança significativa em sua visão sobre a escrita, que passou a ser concebida como parte de um projeto voltado à transformação social (Prado, 2008, p. 18-19).

Esse movimento é uma marca do romantismo revolucionário que, conforme Ridenti (2014), refere-se a uma corrente estética e política que busca expressar as aspirações e lutas do povo, enfatizando a identidade nacional e as transformações sociais. Portanto, é visto como um instrumento de mobilização cultural que inspira a ação política em contextos de opressão e desigualdade e, nos ajuda a situar Mário Jorge como parte de um movimento de intelectuais e artistas que, nos anos 60, acreditavam na possibilidade de transformação da sociedade por meio de suas ações e criações culturais.

O romantismo revolucionário reflete a utopia de uma revolução social iminente, na qual os artistas e intelectuais desempenham um papel fundamental ao canalizarem seu engajamento político através da arte, com uma visão idealizada e emotiva da luta. Essa postura ganha contornos próprios na chamada geração de 1968, marcada por uma radicalização do pensamento político e estético frente à crise dos paradigmas tradicionais e à expansão dos regimes autoritários, como as ditaduras na América Latina. No Brasil, a repressão instaurada após o golpe civil-militar de 1964 e intensificada com o AI-5 em 1968 catalisou uma série de manifestações culturais e políticas que uniram estudantes, artistas e intelectuais em torno de um projeto de transformação social profunda.

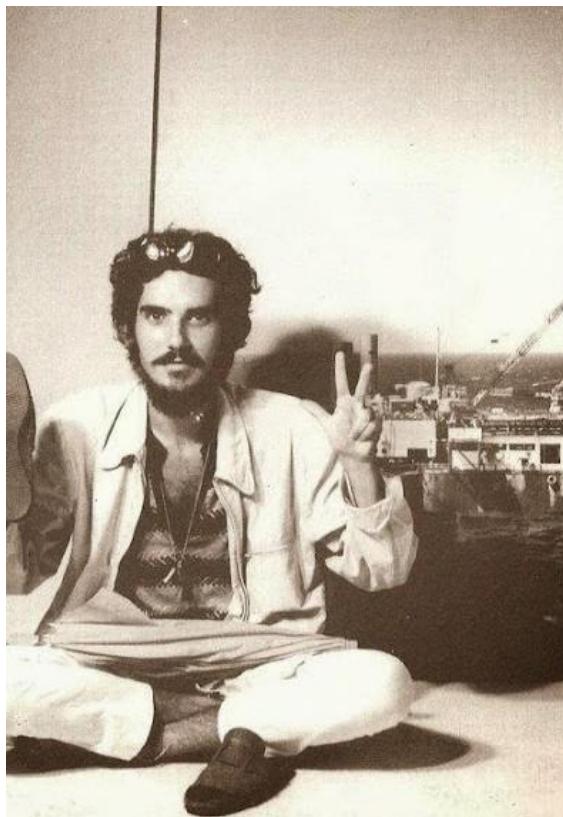
Inspirada por experiências como a Revolução Cubana, as lutas de independência dos países submetidos ao neocolonialismo e o maio de 68 francês, essa juventude passou a enxergar a si mesma como protagonista de um processo histórico de libertação coletiva. Mais do que uma marca cronológica, a noção de geração aqui mobilizada aproxima-se da perspectiva que a compreende como um conjunto de indivíduos que compartilham experiências históricas, referências simbólicas e formas de sensibilidade produzidas em um mesmo tempo social. Conforme assinalam Rioux e Sirinelli (1998), as gerações se constituem a partir de sociabilidades, práticas culturais e engajamentos comuns, sendo atravessadas por disputas de sentido e por diferentes modos de inserção no espaço público.

No Brasil dos anos 1960, essa experiência geracional foi profundamente marcada pela politização da cultura e pela articulação entre estética e militância, materializadas nas práticas dos Centros Populares de Cultura, das ligas camponesas, dos grupos de teatro independente, dos festivais de música e do movimento estudantil, nos quais a ação artística se converteu em linguagem de intervenção política (Teixeira, 2024).

Nesse horizonte, a geração de 68 assumiu um papel performático e ético no enfrentamento à ordem burguesa, produzindo uma práxis político-artística fundada na valorização do sujeito, da emoção e da espontaneidade revolucionária. Esse horizonte idealizado e visceral de revolução, embora tensionado pelo “recrudescimento da ditadura, revisão crítica definitiva do engajamento populista, modernização autoritária das relações de produção, crise do pensamento de esquerda e falência das utopias” (Pereira, 1993, p. 10), não deixou de alimentar uma rica produção cultural voltada à construção de novas formas de ser, sentir e agir no mundo.

É nesse quadro geracional que se insere a trajetória de Mário Jorge de Menezes Vieira. Suas experiências no movimento estudantil sergipano, suas redes de sociabilidade intelectual e sua produção poética revelam uma inserção ativa nesse universo cultural e político, ainda que atravessada por especificidades locais. À luz das reflexões de Sirinelli (2003), podemos situar o poeta sergipano não apenas como um caso isolado, mas como expressão singular de uma geração que fez da cultura um espaço privilegiado de resistência. Assim, sua militância artística e política dialoga com os valores, expectativas e utopias compartilhadas por aqueles que viveram a juventude sob o impacto do golpe de 1964, convertendo a criação poética em forma de ação histórica.

Figura 5 – Fotografia em estúdio de Mário Jorge de Menezes Vieira na fase adulta [s.d].



As utopias construídas por Mário Jorge são articuladas às fases da sua composição poética e,

O que predomina na maior parte das poesias mariojorgianas é a sua obsessão utópica. Sua ênfase, na maior parte de sua obra, por um conceito de utopia que tivesse uma demarcação num discurso de unidade e de centralização deixa vestígios de uma filiação com a modernidade, ainda que, em outros aspectos, sua poesia demonstre características que excedam a própria noção moderna, como a busca por outras linguagens que até então não se fundiam à experiência poética. (Prado, 2008, p. 23)

A leitura de Prado (2008) enfatiza esse aspecto ao apontar a sua obsessão utópica. Segundo o autor, essa utopia se constrói a partir de um “discurso de unidade e de centralização”, o que revela uma filiação com os ideais modernos, ainda que a obra de Mário Jorge também ultrapasse esses contornos ao buscar novas linguagens e formas de expressão poética.

A utopia em Mário Jorge não se restringe ao conteúdo temático de seus poemas, mas estrutura-se como um projeto artístico-existencial, operando como uma reorientação criativa

em meio à repressão da ditadura civil-militar. A oscilação entre uma estética de intervenção política mais direta, como se observa nos primeiros anos de sua atuação, e uma poesia que incorpora elementos místicos e experimentais nos anos seguintes, revela a complexidade de um artista revolucionário cuja escrita se faz atravessada pelas contradições e esperanças de seu tempo.

As suas marcas poéticas podem ser relacionadas às práticas voltadas para a “politização do cotidiano” que, segundo Pereira (1993, p. 14), são interferências na rotina das pessoas através da arte, característico dos poetas marginais. A militância cultural como estética da resistência surge com a figura do artista revolucionário entre engajamento e experimentação, oferecendo uma chave fundamental para compreender a trajetória estética e política de Mário Jorge nos anos de 1966 a 1970, período marcado por um tensionamento entre engajamento político e o experimentalismo, entre lirismo utópico e rupturas com o discurso tradicional da esquerda cultural.

Essa observação permite adentrar o universo de que a forma de engajamento adotada pelo poeta nessa etapa de produção artística não se resume à adesão explícita a um programa partidário ou à retórica panfletária, mas se expressa na escolha estética, na atitude existencial e na recusa da ordem instituída.

O processo de inflexão formal e existencial, principalmente no fim dos anos 1960 e início da década de 1970, insere Mário Jorge Vieira no contexto da geração dos poetas marginais com a publicação do livro-envelope “Revolução” em julho de 1968 (Gazeta de Sergipe, 1968, p. 1). O espectro da poesia marginal é percebido pelos padrões de impressão da obra, por serem folhas soltas em um envelope que não estavam no “padrão de qualidade” da literatura tradicional e,

(...) de uma linguagem próxima daquela utilizada pelos concretos, atualizando, portanto, algumas de suas preocupações: buscava-se claramente uma exploração significativa do som, da letra impressa, da superfície da página e mesmo da cor ou da massa. Em alguns, aparecia uma poesia fortemente visual, com a utilização de desenhos, fotos e quadrinhos em detrimento da palavra (Pereira, 1993, p. 23)

Essa dimensão da arte de Mário Jorge Vieira é constituída por camadas que articulam as suas composições artísticas aos propósitos das vanguardas construtivistas dos anos 50, como o concretismo, já presente nas suas percepções conceituais, formais e críticas aos meios de

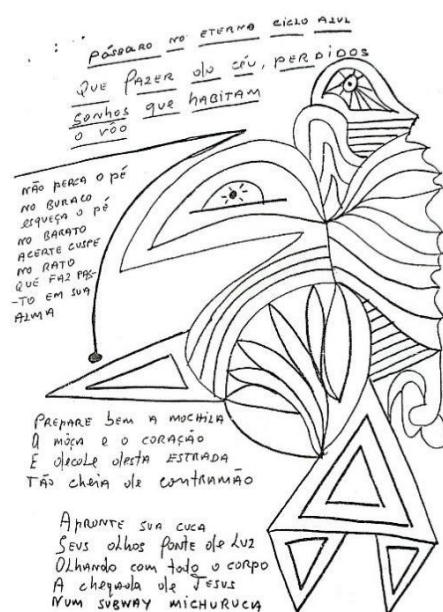
comunicação de massa. Os aspectos do concretismo que influenciam o que Prado (2008, p. 67) vai chamar de “estratégia mariojorgiana para a ilustração proibida dos espaços sociais que se tornaram órfãos de orientação política [...]”, estão atrelados à instrumentalização da linguagem, entretanto,

Nota-se que, tendo adotado a opção participante que considera a mais crítica, Mário Jorge apoia o seu conteúdo estético-revolucionário por meio da nova sintaxe. Ao mesmo tempo, o poeta estipula uma oposição a outros meios que se valem de semelhante estrutura visual contemporânea e que inspiraram, inicialmente, uma ingênua teoria desenvolvimentista da poesia concreta dos anos 50. [...] ele denuncia o corpo denuncia o corpo estrutural das mídias contemporâneas, apontando, dentro de uma tradicional perspectiva marxista, os conteúdos manipulantes que facilmente fazem parte dele. (Prado, 2008, p. 71-72).

A publicação da obra-envelope *Revolução*, nesse sentido, revelará os caminhos pelos quais o poeta irá reconfigurar-se artisticamente em meio à censura. O endurecimento do regime, principalmente após o decreto do Ato Institucional de nº5, em 13 de dezembro de 1968, no governo do general Costa e Silva, impôs novos limites à atuação dos artistas e intelectuais, exigindo a reformulação das estratégias de comunicação e resistência.

No caso de Mário Jorge Vieira, a adoção de uma sintaxe poética fragmentada, visual e conceitualmente tensionada, revela-se como resposta direta a esse ambiente de vigilância e censura, no qual a palavra explícita se tornava alvo preferencial da repressão. A poesia passa, assim, a operar nos interstícios do dizível, explorando rupturas semânticas e visuais como forma de driblar os mecanismos de controle estatal.

Figura 6 – Poema visual “Sem título” retirado do livro “Cuidado silêncios soltos”  
(1993)



É nesse sentido que sua produção poética pode ser compreendida à luz da categoria de artista revolucionário. Mesmo diante da retração das possibilidades de ação coletiva organizada, o poeta mantém o horizonte utópico de transformação social, agora tensionado pelas condições autoritárias e pela crise das esquerdas. A militância não desaparece, mas se reinscreve na linguagem, na forma e na escolha dos temas, convertendo a poesia em espaço privilegiado de resistência cultural. A crítica aos meios de comunicação de massa e à indústria cultural, destacada por Prado (2008), reafirma a permanência de uma leitura marxista da realidade, ao denunciar os mecanismos de manipulação ideológica e a produção de subjetividades conformadas à ordem dominante.

No contexto local sergipano, essa postura assume contornos ainda mais significativos. A circulação restrita de produções artísticas alternativas, a vigilância sobre os espaços culturais e a escassez de canais de difusão ampliam o caráter marginal da escrita de Mário Jorge. Sua aproximação com a poesia marginal e com os ecos da contracultura brasileira revela não apenas uma adesão estética, mas uma escolha política que valoriza a autonomia criativa, a recusa aos padrões instituídos e a experimentação de novas linguagens. A fragmentação do verso, o uso do espaço gráfico, a tensão entre palavra e imagem e a crítica implícita à racionalidade técnica

da modernização conservadora funcionam como dispositivos de contestação em um contexto de silenciamento.

A materialidade da produção de Mário Jorge se estende ainda para a sua permanência nos veículos de imprensa local. A imprensa, conforme observa Sirinelli (2003), constitui um espaço privilegiado de sociabilidade intelectual e de circulação de ideias, especialmente em contextos autoritários, nos quais os meios culturais passam a operar como arenas simbólicas de disputa. A participação de Mário Jorge na *Gazeta de Sergipe*, concedendo uma entrevista ao poeta, professor, jornalista e dramaturgo Hunald Alencar (1942-2016), intitulada “Conversa entre amigos” (*Gazeta de Sergipe*, 1967, p. 4), onde debatem sobre o cotidiano, política e “algumas mediocridades sergipanas”, evidencia o uso do jornal como espaço possível de intervenção crítica, ainda que atravessado pelos limites impostos pela censura e pela autocensura características do período ditatorial (Fico, 2001).

Em 22 de março de 1970, depois de passar pela prisão entre dezembro de 1968 e janeiro de 1969 (Conselho de Segurança Nacional, 1969, p. 620), Mário Jorge publica, no mesmo periódico, o texto “O Homem de Kiev” (*Gazeta de Sergipe*, 1970, p. 3) revelando uma estratégia recorrente entre artistas e escritores do período: o uso da alegoria e do deslocamento espacial como recurso narrativo para abordar temas como a alienação da indústria cultural, opressão, violência e autoritarismo, sem recorrer à denúncia direta.

Por esse intuito, o artista se torna um agente transformador, cuja obra estética está profundamente vinculada a uma crítica ao *status quo*. Assim, Mário Jorge surge como um exemplo ímpar cuja obra reflete não apenas uma crítica ao regime e às opressões vividas, mas também uma busca incessante por transformação. Suas escolhas estéticas compõem uma trajetória de reinvenção que acompanha a oscilação entre militância política e resistência simbólica. Essa constante tensão entre o individual e o coletivo, posiciona Mário Jorge no centro do romantismo revolucionário.

#### **4. Redutos da Memória e Resistência Sergipana**

Este capítulo tem como objetivo central explorar a intersecção entre memória e resistência política no contexto sergipano, com ênfase na figura de Mário Jorge de Menezes Vieira. Partindo da compreensão da memória como um campo de disputas simbólicas, buscou-se problematizar como as narrativas construídas sobre a resistência política durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) reverberam até os dias atuais, conferindo novos sentidos às experiências vividas. Adotamos o método da História Oral, com base nos trabalhos de Alessandro Portelli (2016) e José Carlos Sebe Bom Meihy (2005), que possibilita acessar as narrativas que enriquecem a compreensão do período estudado, sobretudo ao revelar memórias de atores sociais pouco representados em fontes tradicionais.

Neste contexto, destaca-se que o ponto central da construção deste capítulo são as entrevistas realizadas, que fornecem subsídios fundamentais para as análises apresentadas. Por outro aspecto, selecionamos um depoimento, de Ilma Mendes Fontes, realizado pela CEV/SE, através de oitivas, para ter acesso aos seus relatos sobre o poeta Mário Jorge Vieira. A seleção dos integrantes da pesquisa foi feita com base na proximidade com Mário Jorge e na disponibilidade para oferecer depoimentos sobre suas experiências e seu engajamento político no recorte temporal estabelecido. Além disso, optou-se por um formato semiestruturado a fim de favorecer livre expressão aos entrevistados, minimizando a interferência da pesquisadora.

A estrutura do capítulo é dividida em três sessões, que articulam conceitos teóricos e análises empíricas sobre o papel de atores e movimentos sociais na construção de uma memória coletiva em Sergipe. Na primeira sessão, apresentam-se os conceitos fundamentais para o entendimento da memória e da resistência política, dialogando com referências teóricas que fundamentam este estudo. A segunda sessão se dedica às narrativas e testemunhos de pessoas que vivenciaram ou estudaram a resistência política no estado, ressaltando a pluralidade de vozes e perspectivas. Por fim, a terceira sessão analisa a construção da memória política de Mário Jorge de Menezes Vieira, compreendendo seu legado como um "artista revolucionário" que integrou a dimensão cultural à luta política.

#### **4.1 Memória, história oral e narrativas biográficas como instrumentos de resistência e produção histórica**

Este estudo propõe contemplar trajetórias de resistência inscritas na dimensão histórica do autoritarismo durante a ditadura civil-militar brasileira, articulando histórias de vida e memória coletiva. Para fundamentar essa relação entre campos epistemológicos distintos, recorreremos à História Oral, que, segundo Alessandro Portelli (2016, p. 18), permite concatenar "três níveis distintos, mas interconectados: um fato do passado (o evento histórico), um fato do presente (a narrativa que ouvimos) e uma relação fluida, duradoura (a interação entre esses dois fatos)". A partir de então, observa-se que, através da reconstituição historiográfica dos fatos, a análise crítica das entrevistas sobre o contexto e, a construção da memória mediante as informações coletadas, produzimos uma interpretação do passado através da memória.

Nessa perspectiva, a memória, pessoal e pública, é um movimento contínuo de elaboração e reelaboração dos significados de eventos históricos, pois, ao interrogá-las, suscitamos diferentes versões sobre um acontecimento (Portelli, 2016). Desse modo, o papel desempenhado pelo historiador nesse campo é de exercer a escuta ativa das narrativas e checar cuidadosamente os fatos, participando do processo que envolve a reverberação das memórias no tempo presente, uma vez que as fontes orais são produzidas concomitante à pesquisa.

Por outro lado, a articulação entre oralidade e grafia no trabalho histórico deve tender à qualidade interpretativa dos relatos, devido à natureza dinâmica das narrativas, dado que “a tonalidade e as ênfases do discurso oral carregam a história e a identidade dos falantes, e transmitem significados que vão bem além da intenção consciente destes” (Portelli, 2016, p. 21). A relação entre as fontes escritas e as fontes orais constituem a essência do trabalho historiográfico da memória e, conduz os caminhos da investigação dessa dissertação.

A concepção de história de vida, no âmbito do debate historiográfico, insere-se em uma abordagem que se distingue, mas dialoga, com a definição de biografia. Ambas compartilham a essência narrativa centrada no relato das experiências de vida de um indivíduo, embora com perspectivas metodológicas diferentes. Essa dinâmica ressalta a importância do tempo como elemento estruturante na análise das histórias de vida, pois o que as transforma em “história” é precisamente a possibilidade de historicizar o objeto, destacando suas relações com contextos e temporalidades mais amplos (Prost, 2024, p. 106).

Para exemplificar, evidenciamos o trecho da entrevista com Ana Lúcia Vieira que desenvolve, dentro das suas próprias lembranças, enquanto membro da família, os impactos da repressão na vida do seu irmão Mário Jorge após o decreto do AI-5 em 13 de dezembro de 1968,

Quando Jorge foi preso mesmo aí caiu a ficha da família toda, né? Independente de ser católico, de ser conservador. Todo mundo ficou do lado de Jorge. Era todo mundo apoiando, porque na verdade, na família nós seremos e somos tratados como Jorginho e Aninha, né? Não Jorge e Ana Lúcia, era Jorginho e Aninha. Os tios, primos, todo mundo. E foi assim, um susto, né? Porque era o querido da família e além de tudo, era bonito e carismático (Vieira, 2025).

O entrelaçamento da história de vida e o lugar da memória familiar é perceptível no trecho “quando Jorge foi preso mesmo aí caiu a ficha da família toda, né?”, pois marca o momento em que o impacto da repressão política atinge, de forma plena, a esfera afetiva e familiar. A frase “caiu a ficha” expressa, em linguagem coloquial, o processo de tomada de consciência — individual e coletiva — sobre a gravidade do envolvimento de Mário Jorge na militância política e a violência da repressão pós-AI-5.

A partir da concepção de história de vida, esse testemunho não é uma narrativa biográfica tradicional, mas sim um relato subjetivo, marcado pela afetividade e pela construção compartilhada entre narrador e pesquisador, como aponta Verena Alberti (2004, p.155) “o narrador revisita sua trajetória e compartilha memórias mediadas pela interação com o pesquisador, que contribui com interpretações e contextualizações”.

A fala de Ana Lúcia Vieira evidencia a dimensão da memória familiar como fonte histórica legítima, cuja validade está ancorada na historicidade do vivido, e não na neutralidade factual. Na vivência do trauma da prisão, a solidariedade se sobressai como resistência, evidenciado na fala em que “todo mundo ficou do lado de Jorge. Era todo mundo apoiando [...]” A prisão de Mário Jorge após o decreto do AI-5 — marco de intensificação da repressão política no Brasil — aparece como uma ruptura radical na experiência cotidiana da família. Contudo, essa ruptura não provoca distanciamento, mas sim solidariedade. A adesão unânime da família a Mário Jorge reforça um aspecto político da narrativa: o afeto familiar como forma de resistência simbólica à ditadura.

Ao contrário da lógica do isolamento e do medo, que frequentemente atingia as famílias de militantes políticos perseguidos, aqui temos o relato de um apoio incondicional. A “ficha” que cai e mobiliza a família ressignifica o lugar do afeto como dimensão política da experiência, demonstrando o que Jacques Le Goff (2003, p.470) compreende como “memória como veículo de resistência”. Como sugere Elizabeth Jelin (2002), as memórias familiares podem se transformar em espaços de resistência e denúncia das violências do Estado, desafiando os silêncios institucionais e oficiais.

No que tange à força da afetividade e das representações, o trecho *“na verdade, na família nós seremos e somos tratados como Jorginho e Aninha, né? Não Jorge e Ana Lúcia, era Jorginho e Aninha.”* é central para compreendermos como os afetos e as identidades familiares são articuladas por meio da linguagem e dos diminutivos afetivos. O uso de "Jorginho e Aninha" remete a uma identidade do contexto anterior à militância, vinculado à infância, à inocência e ao pertencimento. Esse gesto linguístico e emocional representa uma forma de “resgatar o humano do militante”, repondo camadas subjetivas que muitas vezes são apagadas nas narrativas políticas tradicionais.

A cultura familiar, enquanto conjunto de valores, práticas e linguagens partilhadas, é, aqui, uma forma de resistência à desumanização imposta pela repressão. É nesse ponto que a História Cultural contribui para a análise, pois, como propõe Sirinelli (2003, p.13-38), a cultura deve ser lida como “um sistema de significações que confere sentido às práticas dos sujeitos”. Ao destacarmos essa narrativa de Ana Lúcia Vieira, observamos como a memória afetiva familiar resiste às tentativas de apagamento do passado ditatorial e, a sua fala funciona como testemunho de uma vivência familiar que foi atravessada, transformada e marcada pelas políticas autoritárias do regime militar.

Ao nos aprofundarmos na análise dessa história de vida, concordamos quando Meihy (2005, p. 147) argumenta que essa necessidade surge para conhecer os “aspectos íntimos e pessoais” da coletividade e, a busca por tais informações, já configuravam uma alternativa às fontes históricas tradicionais que, posteriormente, encontraram principal expoente na História Oral.

A valorização das impressões e sensibilidades na experiência dos indivíduos é uma característica que confere a “história oral de vida” um *status* de “revolucionária”, pois

contempla esferas da vida privada que, até então, eram consideradas arriscadas para a investigação científica, e demanda o entendimento de que é fundamental identificar os “contextos vivenciais subjetivos” do indivíduo (Meihy, 2005, p. 149) para inseri-lo como centro da pesquisa.

Por investigarmos as experiências de vida de um sujeito já falecido, pensamos ser coerente direcionar os caminhos da nossa pesquisa para uma variação da história oral de vida, a “narrativa biográfica”. A definição de Meihy (2005) sobre as narrativas biográficas está na contraposição da sua finalidade, pois almejam o “alinhamento dos fatos” cronológicos e factuais, não “o sentido moral ou contemplativo” da experiência pessoal. Nesse ponto, o pesquisador atua, justamente, como um interlocutor mais ativo e,

Na situação das narrativas biográficas, pessoas que não tenham indicações precisas sobre fatos de suas vidas podem se valer de recursos oferecidos por técnicas especiais de reconstrução biográfica. Estímulos externos podem ser oferecidos, como informações fornecidas por outras pessoas, documentos, artigos de jornais, fotos. (Meihy, 2005, p. 150).

Na entrevista de Francisco Varela, os silêncios se prolongavam, no entanto, eram cessados pelo estímulo das lembranças sobre as características do próprio Mário Jorge, e de momentos vivenciados por ambos,

Várias. O Jorge, eu acompanhei a carreira do Jorge e ele estudava Direito. Eu fiz Química. Mas a gente esteve preso em 68. Eu era repetente. Eu fui preso em 64 e depois tomei a segunda época em 68. Então, na leva de 68, veio o Mário. É isso aí. (...) Ah, o Mário era um tipo magro, ele era magríssimo, bigode, por aí, magro de bigode, um gozador tremendo. Uma das maiores características do Mário era gozar tudo e todos (Varela, 2025)

O trecho introdutório da entrevista já revela uma característica metodológica típica da narrativa biográfica, como define Meihy (2005): o depoente não traz uma exposição fluida ou voluntária dos fatos, mas necessita de estímulos para reconstruir a trajetória de vida do outro — no caso, Mário Jorge. Esse ponto confirma o que Meihy denomina como papel ativo do pesquisador na narrativa biográfica, ao propor estímulos externos (perguntas dirigidas, imagens, documentos, informações de terceiros etc.) para a reativação da memória do entrevistado. Aqui, o papel da pesquisadora é fundamental: ela atua como gatilho de rememoração, favorecendo a retomada de experiências que se encontravam parcialmente

adormecidas ou soterradas pelos silêncios típicos da memória individual e dos traumas políticos.

No âmbito da política e da temporalidade, a prisão de 1968 se destaca como um marco da repressão. O depoimento posiciona Mário Jorge no ciclo repressivo de 1968 e a referência à prisão conjunta (“a gente esteve preso em 68”) sugere não apenas uma vivência compartilhada de repressão, mas também a inserção de ambos num mesmo circuito de militância e perseguição. Essa narrativa se entrecruza, temporalmente, com as memórias de Ana Lúcia Vieira quando a mesma conta que,

Nessa prisão, o Wellington ficou numa sala, Gama ficou em outra e Jorge em outra, e os demais ficaram no salão porque disse que os três eram os mais perigosos. Pelo menos, era o que eles diziam para a gente porque mamãe perguntava: Por que meu filho está sozinho na sala? (Vieira, 2025)

Essa fala atua como uma âncora temporal fundamental na narrativa biográfica, pois insere a trajetória de Mário Jorge em um contexto histórico determinado e amplamente documentado: as prisões em massa de estudantes, artistas e militantes a partir da intensificação da repressão política. Segundo Prost (2024), é justamente esse cruzamento entre vivência individual e temporalidade histórica que transforma o relato em objeto legítimo da historiografia, “o que transforma a experiência pessoal em história é a sua capacidade de ser contextualizada em temporalidades mais amplas” (Prost, 2024, p. 106).

Outro ponto importante da análise é a forma como o depoente lida com silêncios e lacunas. A ausência de informações detalhadas, a dificuldade em lembrar datas ou eventos específicos revelam a instabilidade da memória e a complexidade do ato de recordar. Essa limitação não deve ser lida como falha, mas como parte integrante da construção narrativa. Como afirma Verena Alberti (2004, p.162), “a memória, além de seletiva, é também afetiva e construtiva. Os silêncios falam”.

Esses silêncios são especialmente significativos em contextos de trauma político. A lembrança da prisão, por exemplo, pode evocar dores latentes, o que explica o tom contido da fala. No entanto, ao descrever Mário Jorge como “gozador tremendo”, o entrevistado parece buscar também um ponto de reconforto memorial — lembrá-lo pela leveza e não apenas pela dor.

Vimos que a fragilidade da narrativa biográfica se encontra, justamente, na disposição das fontes, escritas e orais. Contudo, o ofício do historiador consiste, além de tantos outros, na perseverança mediante a realidade apresentada. Documentos e depoentes, e quando se tem a sorte de acessar arquivos pessoais, constituem os instrumentos de trabalho na reconstituição da trajetória. A capacidade criativa de articular os fatos e as lembranças enriquece o processo da escrita historiográfica e, uma vez apontado por Marc Bloch, “a crítica histórica nunca nos poderá dispensar de interpretar. Mais ainda: de inventar, se o caso for, com espírito de conjectura, os elos que faltam.” (Bloch, 2001, p. 80).

A interação entre a memória e o sujeito histórico se configura como o cerne deste trabalho. Dessa forma, nos mobilizamos para construir os moldes dessa relação de uma maneira que permita fluir a escrita e consolidar uma análise em que a história não se sobrepõe à memória, mas dialoga com ela em uma relação de complementaridade e enriquecimento mútuo.

Para tanto, nos aproximamos da definição de Maurice Halbwachs (2003) sobre o enlace entre a memória individual e a memória coletiva, posto que a relação do indivíduo com o grupo social é estabelecida para “reforçar, enfraquecer ou completar” lembranças de eventos já conhecidos por ele, ou seja, o passado é reinterpretado à luz das necessidades e preocupações do presente. Neste princípio,

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (Halbwachs, 2003, p. 30)

O coletivo, de acordo com o sociólogo, abrange as experiências particulares e, em seu detrimento, “evocamos” no presente situações do passado que por vezes não estiveram tão evidentes em nossa consciência. As partes constituintes da memória coletiva são as próprias interações e relações sociais que nos conectam com o grupo ao qual pertencemos. Assim, nossas lembranças não se restringem a experiências individuais isoladas, mas se moldam e são constantemente reelaboradas por meio do convívio com os outros, sendo reforçadas ou mesmo alteradas pelas perspectivas que o grupo compartilha.

Ao analisarmos os discursos das entrevistas (Orlandi, 2015), identificamos que entre as falas de Marcélio Bonfim, o viés da memória coletiva se destaca ao mencionar a “Geração 68”

para se referir à articulação do movimento estudantil na Universidade Federal de Sergipe e à organização política da juventude naquele período histórico,

E aí começou também, né, a construção, né, da base estudantil dentro da universidade. E aí esse grupo chegou a ser membros, que eu chamo de ser membro da chamada Geração 68. Por que Geração 68? Tô dizendo isso porque você já sabe. A Geração 68 foi aqueles que foram, é, como é o nome? Participaram do Congresso de Ibiúna e foram presos em São Paulo no Congresso de Ibiúna, que foi o Wellington Manguiera, João Augusto Gama, a esposa de Wellington Manguiera, é, Tina, é, que é filha do militante comunista, Antônio, é, é, é, Tônico Alfaiate, que foi preso também em 64. É, quem mais? É, enfim, foram presos. Benedito Figueiredo, foi preso no Congresso de Ibiúna. Pronto, foram processados, ficaram respondendo processo, mas construíram, organizavam. Aí, nessa época, já tinham organizado o DCE, que não tinha DCE, né? Aí já havia um movimento universitário bem organizado aqui dentro da universidade (Bonfim, 2025)

A construção da "Geração 68" como grupo de pertencimento, logo no início da narrativa de Marcélio Bonfim, oferece uma chave interpretativa. Essa nomeação remete à noção de geração como categoria de pertencimento coletivo, que ultrapassa o simples critério cronológico (ano de nascimento) e se ancora em experiências sociais e políticas compartilhadas. Segundo Jean-François Sirinelli (2003, p. 264), uma geração se constitui quando um grupo de indivíduos é marcado por eventos formativos comuns, neste caso, a mobilização estudantil e o Congresso da UNE em Ibiúna no ano de 1968, bem como a repressão do Estado ditatorial.

A declaração sobre a “Geração 68” é, portanto, mais do que uma referência factual: trata-se de uma afirmação de identidade histórica e política, uma forma de se localizar numa linhagem simbólica de resistência à ditadura militar. Trata-se também de uma operação da memória coletiva, por meio da qual a trajetória de Mário Jorge e de seus companheiros se inscreve num imaginário histórico compartilhado.

A menção a diversos nomes, Wellington Manguiera, João Augusto Gama, Janete Correia de Melo (Tina), Benedito Figueiredo, compõe uma rede de lembranças que ativa a memória coletiva do movimento estudantil em Sergipe. Para Halbwachs (2006, p. 85), “é no seio de grupos que a memória se forma, é a partir deles que os indivíduos recordam”. A participação no Congresso de Ibiúna, em outubro de 1968, tornou-se um símbolo da luta estudantil no Brasil. Motta (2014) aponta que essa repressão visava desarticular o movimento estudantil nacionalmente, mas acabou gerando uma memória generacional de resistência, que passou a ser resgatada e reapropriada por aqueles que viveram o período. O termo “Geração

68” evoca não apenas a experiência concreta da prisão, mas também um sentido compartilhado de pertencimento a um ciclo de enfrentamento à ditadura.

Dessa forma, a narrativa de Marcélio Bonfim, ao lembrar a repressão e a reorganização da militância, articula os planos da memória individual, da geração militante e da história institucional das universidades sob a ditadura. Essa relação entre os diferentes níveis da experiência é central para compreender como as trajetórias de resistência se inscrevem em redes mais amplas de engajamento e lembrança.

Os nomes citados servem como emblemas dessa memória partilhada e são lembrados não apenas por seus atos, mas porque representam um ethos político que definiu a juventude militante de 1968, cuja reconstrução não se dá apenas em termos factuais, mas expressa uma forma de lembrança ativa e militante, um compromisso com a memória dos que resistiram, inclusive de Mário Jorge, ainda que ele não tenha participado do Congresso de Ibiúna.

Nesse ponto, o relato de Francisco Varela nos revela que enquanto os seus companheiros vivenciavam a luta e o “sacrifício” compartilhado com a prisão em São Paulo, a resistência em Aracaju continuava,

(...) enquanto ocorria o congresso de Ibiúna, a gente pichava Aracaju, eu e o Mário Jorge. Nós pichamos Aracaju do Rio Sergipe ao Sequeira Campos, da zona norte à zona sul. A gente pichou. Pichamos a cidade inteira, eu e o Mário Jorge. Que a gente não foi. Então, nós pichamos Aracaju. Aracaju, dita de lá, aqui, aqui e cá (Varela, 2025)

A partir dessa lembrança, evidencia-se a dimensão territorializada da resistência, que ganha forma na prática concreta e simbólica da pichação. Como observa Luisa Passerini (1990), a memória de militância política não é homogênea, mas marcada por diferentes formas de expressão, que vão da prisão à ação performativa na cidade. A pichação, nesse caso, transforma-se num gesto de insurgência urbana e numa marca de presença política gravada nos muros da cidade. Esse gesto se insere na lógica da memória coletiva, pois mesmo quem não esteve em Ibiúna compartilha da narrativa comum de resistência, como destaca Ecléa Bosi (2003, p. 47), “a memória é, ao mesmo tempo, lembrança pessoal e evocação da história coletiva em que o sujeito se insere”.

Ampliando a discussão da memória como construção política e identitária, destacamos que a estrutura narrativa de Marcélio é visivelmente marcada por pausas e repetições (“né”, “é”,

“como é o nome?”), o que revela o esforço de recompor um quadro histórico a partir da memória pessoal, mas investido de uma dimensão pública. Isso é coerente com o que Bosi (2003) destaca sobre a memória de longa duração. Nesse caso, o sujeito recorda a sua própria vivência ao lado de outros indivíduos, projetando o grupo como atores históricos de um processo de transformação política, o que ajuda a consolidar a ideia de “geração” como força coletiva.

A partir de então, compreendemos que a memória não é apenas um arquivo pessoal de recordações, mas uma construção dinâmica e compartilhada, que nos permite compreender nossa trajetória e identidade a partir do lugar que ocupamos na sociedade e da narrativa coletiva que nos envolve, ou seja, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (Halbwachs, 2003, p. 69), estando elas suscetíveis à passagem do tempo e a mudança dos espaços e relações sociais.

A obra clássica e pioneira de Halbwachs, ainda que fundamental para a investigação da memória como fenômeno social, possui limitações que foram desenvolvidas posteriormente por estudiosos das humanidades. A ênfase excessiva na sociabilidade da memória, especialmente por sua aparente negligência em abordar aspectos subjetivos e psicológicos do ato de lembrar, é objeto de crítica para Ricoeur (2007) que destaca a importância de integrar as dimensões individuais e emocionais às discussões sobre memória, sublinhando que as experiências pessoais, embora moldadas por contextos sociais, possuem autonomia e singularidade que vão além das molduras coletivas.

Nessa concepção, a maioria dos trechos elencados, até o momento, nesta seção, estão carregados pela memória afetiva sobre Mário Jorge, principalmente quando os entrevistados descrevem, ao seu modo, as lembranças da convivência e os trejeitos do poeta. Para além das entrevistas realizadas para esta pesquisa, buscamos identificar outros aspectos da memória sobre Mário Jorge e, nessa investigação, nos deparamos com a jornalista sergipana Ilma Fontes. Mais uma vez, as nuances da história de vida de Mário Jorge estiveram sob a guarda de uma mulher, visto que a própria Ilma, a sua mãe, Ivone Vieira, e a sua irmã, Ana Lúcia Vieira, atuaram como guardiãs do seu legado, transmitindo suas memórias.

Durante a gravação do depoimento de Ilma, percebemos, a partir da sua história e narrativa, a presença constante do nome e das lembranças de Mário Jorge. Diferentemente dos

companheiros que viveram a militância política junto ao poeta e os seus familiares, a jornalista abordou uma dimensão mais intimista das suas vivências com o poeta,

Pela região onde eu morava na Ivo do Prado, morava perto de Wellington Mangueira, morava perto de Mário Jorge...que não era meu parente direto, mas ele tinha um amor muito grande que ele chamava “paizinho”, Osman Fontes. Ele se identificava mais com Osman Fontes do que com o pai Claudomir, que nunca entendeu Mário Jorge. E eu sempre fui colada com Mário Jorge. Eu conheci Mário Jorge numa corrida de velocípede, nós tínhamos 5 anos de idade. Claro que Mário Jorge ganhou, ele era um vencedor em tudo. Uma pessoa linda, uma pessoa muito inteligente e esclarecida. Foi Mário Jorge que me passou os principais livros que me deram uma formação intelectual...o Mário Jorge trocava muito figurinha comigo porque a minha família tava muito ligada às artes, a gente sempre esteve ligado (Fontes, 2016).

A memória individual e a evocação da infância como construção simbólica é marcada na fala de Ilma pela afetividade. Ao rememorar uma cena da infância, Ilma não apenas humaniza o sujeito histórico, mas o posiciona como um sujeito de destaque desde tenra idade. A metáfora da corrida vencida antecipa uma trajetória marcada por ousadia, inteligência e protagonismo. Aqui, a memória não cumpre apenas a função informativa, mas constrói uma representação idealizada, carregada de admiração.

Já no âmbito da cultura e sociabilidade artística como formas de engajamento, ao destacar os intercâmbios culturais com Mário Jorge, Ilma Fontes revela um universo de trocas simbólicas e práticas culturais partilhadas desde a juventude. Nesse trecho, evidencia-se o papel de Mário Jorge como mediador cultural, alguém que não apenas se destacava nas práticas políticas, mas também desempenhava um papel formador dentro dos círculos artísticos e intelectuais com os quais convivia.

Ilma destaca a atuação de Mário Jorge como um sujeito que difundia referências culturais e políticas, atuando na formação crítica de seus pares. Tal postura se aproxima do que Antonio Gramsci (2011) denomina de “intelectual orgânico”, um agente social que, enraizado nas lutas de sua classe, contribui com a produção e a circulação de ideias transformadoras, articulando cultura e política em favor de um projeto coletivo. Diferentemente do intelectual tradicional, cuja atuação estaria desligada das estruturas concretas da sociedade, o intelectual orgânico emerge do interior de sua classe e atua na construção de uma hegemonia cultural, que disputa os valores dominantes por meio da educação, das artes e da política (Gramsci, 2011).

No contexto da ditadura militar brasileira, Mário Jorge Vieira pode ser reconhecido como uma figura que, mesmo fora das estruturas formais de poder, construiu um papel ativo na luta simbólica, articulando suas práticas culturais e sua sensibilidade estética à resistência política. Nesse caso, ainda que sua produção escrita tenha sido interrompida de forma precoce, os relatos orais — como o de Ilma Fontes — constroem uma imagem de alguém que incorporava em sua vivência diária o compromisso ético e estético com a emancipação, sendo tanto um educador informal quanto um agitador cultural. Para ela, o poeta Mário Jorge era “uma pessoa muito inteligente e esclarecida”, que influenciava os outros por meio de diálogos, leituras e trocas culturais — e não apenas por panfletos ou discursos políticos.

O cruzamento dos conceitos de Gramsci (2011) e Ridenti (2014) permite compreender que a militância de Mário Jorge se deu num campo ampliado da cultura, onde livros, ideias e relações interpessoais eram instrumentos de formação política e resistência simbólica. Essa atuação híbrida — como intelectual, militante, amigo e artista — reitera o lugar da cultura como território de disputa e sobrevivência da memória, sobretudo em contextos de silenciamento e violência de Estado.

Entre os silenciamentos que demarcam o contexto da Ditadura Militar e as histórias de vida dos resistentes, as mulheres se sobressaem como guardiãs da memória e da história cultural. Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente o papel desempenhado por mulheres, Ilma Fontes, Ana Lúcia Menezes e Ivone Menezes, na preservação do legado cultural e político de Mário Jorge.

A repetição do vínculo afetivo e a intensidade da convivência revelam uma responsabilidade não apenas testemunhal, mas curatorial, como se a memória de Mário Jorge necessitasse ser guardada, ressignificada e transmitida por essas mulheres que conviveram com ele. Essa função se insere no que Ricoeur (2007) chama de “dever de memória”, especialmente diante das tentativas de silenciamento impostas pelos regimes autoritários. É uma memória que resiste e insiste em manter vivo o nome e a história de um sujeito que permanece presente nas narrativas que o reconstroem.

Contudo, como alerta Pierre Nora (1993), os processos de memória não são neutros; eles estão atravessados por relações de poder, que produzem hierarquias entre as lembranças autorizadas e aquelas relegadas ao esquecimento. As narrativas dos entrevistados, ao

enfatizarem a influência intelectual, política e cultural de Mário Jorge, não apenas compartilha uma lembrança pessoal, mas reivindica a permanência simbólica de um sujeito marginalizado na história oficial.

Nesse sentido, Pollak (1989) contribui ao discutir como memórias de experiências traumáticas – como prisões, torturas e perseguições políticas – tendem a ser silenciadas ou excluídas da narrativa pública, especialmente quando originadas de grupos sociais minoritários. Essas “memórias subterrâneas” enfrentam dificuldades em se integrar aos discursos oficiais, exigindo abordagens analíticas sensíveis às marcas deixadas pelos traumas e às estratégias de resistência empregadas para a transmissão oral dessas vivências.

A identidade, nessa trama, é inseparável da memória. Conforme Maurice Halbwachs (2003), a construção da identidade é social e relacional, estruturada por quadros de referência coletivos que conferem sentido às experiências individuais. A memória coletiva, portanto, é o espaço onde se elaboram as significações compartilhadas sobre o passado e onde se constroem formas de pertencimento. Complementando essa perspectiva, Joel Candau (2012) propõe uma concepção mais dinâmica da memória, compreendendo-a como processo em constante negociação entre o individual e o coletivo. Em sua leitura, a memória torna-se um território de disputa e transformação, no qual se forjam identidades híbridas, especialmente em contextos de mudança sociocultural como os vividos durante e após a ditadura.

Desse modo, a abordagem da memória não deve restringir-se à oposição entre lembrança e esquecimento, mas deve considerar seu caráter hermenêutico e narrativo. Como propõe Mudrovcic (1996, p. 92), “recordar o passado não é a mesma coisa que compreendê-lo historicamente”, e é nessa distinção que se evidencia a complexidade do fazer histórico. A memória, ao ser narrada, inscreve-se em um campo interpretativo, no qual a subjetividade, o afeto e o compromisso político dialogam com o rigor historiográfico.

Nesse processo, o historiador não se posiciona apenas como intérprete do passado, mas como mediador das memórias que sobrevivem a ele. A esse respeito, Ricoeur (2007) sugere que a escrita da história funciona como uma “protetora” da memória, ajudando-a a resistir ao esquecimento e ao silenciamento. Para José Carlos Reis (2010), a história, embora recorra a fontes e vestígios para validar os relatos, não pode prescindir da memória como matéria-prima do conhecimento histórico. Assim, ao se apropriar das narrativas de vida, das lembranças

afetivas e dos testemunhos de resistência, a historiografia contribui para iluminar as múltiplas camadas da experiência humana e reinsere sujeitos historicamente marginalizados no debate público e acadêmico.

A análise das entrevistas realizadas e dos depoimentos coletados, especialmente aqueles prestados por pessoas próximas a Mário Jorge, revela como as memórias afetivas e políticas são centrais na reconstrução das trajetórias individuais e coletivas de resistência à ditadura civil-militar. Através das vozes de seus companheiros e, sobretudo, das mulheres que guardaram e ressignificaram sua história, evidencia-se como a memória opera não apenas como lembrança, mas como ação cultural e política.

Esta seção demonstrou que a trajetória de Mário Jorge não pode ser compreendida sem considerar os entrelaçamentos entre cultura, identidade e memória coletiva, elementos que, ao serem mobilizados pelas narrativas orais, desafiam os silenciamentos impostos pelo passado autoritário e propõem novos sentidos para a escrita da história. Ao evidenciar essas vozes, reafirma-se o compromisso deste trabalho com a escuta sensível e a valorização das experiências que constituem a história por meio da memória viva de seus sujeitos.

#### **4.2 Vozes em disputa: relatos sobre o engajamento político de Mário Jorge.**

A reconstrução da trajetória de Mário Jorge de Menezes Vieira, enquanto sujeito inserido nas lutas políticas do seu tempo, exige não apenas o levantamento factual de eventos, mas também uma escuta atenta às memórias, testemunhos e narrativas que disputam sentidos sobre o passado. Nesta seção, propomos analisar os relatos de contemporâneos de Mário Jorge, companheiros de militância, familiares, jornalistas e estudiosos, a fim de compreender como diferentes atores sociais constroem versões sobre as experiências de resistência à ditadura em Sergipe, entrelaçando vivências pessoais, impressões coletivas e usos políticos da memória.

Partimos do princípio de que a narrativa histórica é uma construção situada, atravessada por escolhas discursivas e interpretações produzidas no presente. Nesse sentido, as contribuições do narrativismo histórico, especialmente em Hayden White, nos auxiliam a refletir sobre os limites entre história e ficção, evidenciando que as representações do passado, inclusive nos testemunhos orais e escritos, são atravessadas por estratégias retóricas, juízos de valor e disputas por legitimidade (Reis, 2010, p. 64).

Na compreensão do sentido narrativo e sua delimitação no tempo e espaço, os juízos morais e políticos na “interpretação prática do passado” podem ser considerados por quem a produz no presente. As teorias que propõem neutralidade e universalidade da história não abarcam as condições sociais de criação e organização do texto, bem como a interação com o público a qual será destinado e, essas, são características fundamentais para compreender as dimensões históricas em nossa sociedade.

A memória, como campo de embates simbólicos, articula dimensões individuais e coletivas, e, no contexto das ditaduras latino-americanas, segundo Jelin (2002), opera tanto como forma de resistência quanto como instrumento de reivindicação por justiça e reparação histórica.

As atribuições da memória coletiva, dentre as quais já foram citadas anteriormente, nos permitem construir uma noção sobre os usos políticos da memória no desenvolvimento desta pesquisa, afinal, as demandas do tempo que perpassam desde o fim do período ditatorial, a redemocratização e consolidação do regime democrático, estão profundamente associadas à abordagem política do seu passado. A experiência histórica da ditadura civil-militar no Brasil não foi unilateral, ainda que os aparelhos da repressão estabelecessem, na prática, um direcionamento ideológico violento e autoritário (Fico, 2014, posição 10).

A escuta das memórias que circundam a atuação de Mário Jorge permite observar, nas narrativas, não apenas o conteúdo informativo dos relatos, mas também as marcas afetivas, os silêncios e os enquadramentos políticos com que esses sujeitos atualizam o passado. Nesse processo, seguimos a proposta de Bosi (1987), que compreende o entrevistador como parte ativa da produção de sentido, um canal de transmissão das lembranças, e também um sujeito inserido no campo de disputas simbólicas que envolvem o ato de lembrar.

Com isso, a presente seção visa não só recolher os testemunhos, mas também analisar seus sentidos: como os contemporâneos de Mário Jorge interpretam sua militância? Quais versões do passado se destacam? Que memórias foram silenciadas ou marginalizadas? E, sobretudo, que usos do passado estão sendo mobilizados nas narrativas sobre a resistência em Sergipe?

Por essas indagações, a construção narrativa em nosso trabalho consiste na comunicação ao público leitor das experiências vividas e evocadas, através das fontes escritas e orais,

provenientes da memória, na reconstituição da trajetória. No processo de produção, é pertinente nos atentarmos às colocações e deslocamentos da trajetória no espaço social que, de acordo com Bourdieu (2006, p. 190), são movimentos biográficos essenciais para observarmos o sentido das mudanças que ocorrem na vida social do sujeito.

A história de vida deve ser lida não apenas como uma história pessoal, pois está sempre associada às relações sociais e ao contexto estrutural em que a pessoa está inserida. Para compor a “superfície social”, na qual o indivíduo faz parte, chamamos o passado para reconstituir sua trajetória no presente, criando espaço para as lembranças provenientes da memória coletiva e, ampliando a dimensão política da memória, os demais segmentos sociais encontram espaço para apresentar suas versões na contrapartida das hegemonias, “pois o passado revela não somente o que ocorreu, mas que o passado é construído, em grande medida, pelos atores sociais em luta no presente sendo modelado através de formas de erosão, esquecimento e de invenções seletivas.” (Sá, 2005, p. 24).

As narrativas que abordam a trajetória política de Mário Jorge não só interagem, como também disputam entre si nos diferentes tempos históricos, principalmente quando a temática é a sua atuação no PCB. Para seguirmos uma ordem cronológica de experiências, partiremos dos passos iniciais de Mário Jorge enquanto secundarista no Colégio Estadual de Sergipe, sobretudo no evento do Congresso Estudantil no município de Lagarto/SE em 1963, organizado pela USES e as agremiações estudantis sergipanas, e a expulsão da Instituição de Ensino em setembro de 1964, devido à ordem expedida pelo 28º Batalhão de Caçadores.

No primeiro momento, a entrevista de Ana Lúcia contempla o ímpeto da militância de Mário Jorge enquanto aluno do Ensino Médio, junto aos seus companheiros do Grêmio Estudantil Clodomir Silva, e as impressões que marcaram a sua família quando foram expulsos devido à denúncia de “subversão ideológica” nos meses iniciais da Ditadura Civil-Militar brasileira,

E Jorge, quando estava no segundo ano científico, é aí que ele entra para a militância política, né? Segundo Marcelo Bonfim, ele filiou-se ao Partidão com 16 anos de idade. Nem eu, nem papai, nem mamãe sabíamos. Ele fez a militância dele. Ele sabia que tinha todo o apoio da família para o que ele fazia, o que ele quisesse fazer, mas nunca colocou assim para a família. E aí ele vai para o Grêmio Estudantil, cuja liderança era o Wellington Mangueira. Mas ele fazia parte do Grêmio, inclusive a gente tem fotografia dele na sala, lá do Grêmio e tal. E aí no segundo ano científico...os colegas, as lideranças

do Grêmio, estavam já no terceiro ano clássico. Quando são todos expulsos do Atheneu, né? A portaria do 28º BC. E a denúncia que eles eram subversivos e estavam ideologicamente atrapalhando a escola foi feita pela própria diretora, né? A Maria Augusta Lobão. Bom, Jorge era o único que estava no científico, era o mais novo da turma. Ele tinha 16 anos. Foi um choque para todo mundo. Ter seus filhos adolescentes, assim, já no final do ensino médio, expulso de uma escola. E só existia de escola pública essa, né? Em Sergipe. As demais escolas que tinham ensino médio eram escolas particulares, que eram o Jackson Figueiredo, o Tobias Barreto e o Salesiano. E eram escolas que, politicamente e ideologicamente, não iam aceitar a transferência de adolescentes expulsos pelo golpe militar. Pelo exército (Vieira, 2025).

A memória da militância estudantil e o surgimento de uma liderança juvenil, com o testemunho de Ana Lúcia, são resgatados com o momento em que Mário Jorge ingressa na militância política, aos 16 anos, ainda como estudante do segundo ano científico do Colégio Estadual de Sergipe na época, popularmente conhecido como Atheneu Sergipense. A ênfase na autonomia política do jovem militante e na confiança da família aponta para um processo de amadurecimento precoce, típico de experiências de radicalização juvenil, onde o engajamento político é também um ato de autoafirmação e, por vezes, de ruptura simbólica com a autoridade familiar.

A partir da perspectiva de Bourdieu (2006), é possível interpretar esse momento como um deslocamento social e simbólico do jovem Mário Jorge, visto que ele atravessa os limites do espaço escolar tradicional, inserindo-se em um campo de disputas ideológicas, onde sua atuação é marcada por valores de transformação social. A militância, nesse caso, representa não só uma ação política, mas também a redefinição de sua posição no espaço social.

Nessa linha dos fatos, partimos para o impacto da repressão e as marcas do silenciamento com o episódio da expulsão dos estudantes do Atheneu, relatado com evidente indignação, pois traz à tona o papel da repressão como uma força desorganizadora de trajetórias juvenis e revela também a colaboração de setores civis com o aparato militar, desde os primórdios da ditadura, desmistificando a possibilidade de uma “ditabranda”, tendo em vista que as consequências da repressão foram drásticas para aqueles que se recusavam a acatar o autoritarismo.

A perseguição estatal e o ambiente de convivência e vigilância institucionalizada, marcaram a estruturação do aparelho repressivo ditatorial (Fico, 2001). A fala remete também à ideia de "máquina de silenciamento" na qual Jelin (2002) aponta como característica

fundamental das ditaduras latino-americanas, em que o poder não se limita a punir, mas também a apagar, reprimir e interditar narrativas dissidentes.

Esse relato revela a dimensão prática da repressão: o cerceamento do direito à educação, a estigmatização política e o fechamento das alternativas para continuidade dos estudos, especialmente num estado como Sergipe, com escassas opções de Ensino Médio público naquele período histórico. Esse episódio demonstra como a repressão não agia apenas com violência física, mas também com formas sutis e estruturais de exclusão, reforçando o que Gomes (2005) identifica como a naturalização da censura e da exclusão na vida cotidiana durante a ditadura.

O relato de Ana Lúcia, ao destacar a juventude de Mário Jorge, sua exclusão e sua insistência em permanecer na militância, contribui para a construção de sua imagem alinhada a uma juventude revolucionária que se defrontam desde cedo com os mecanismos de repressão, ainda que marcada pelo silenciamento posterior de sua política nos registros oficiais e escolares.

Por outro lado, a persistência da memória é a chave que utilizamos para tomar conhecimento e interpretar os diferentes agentes históricos presentes nas narrativas, com destaque à convivência no Grêmio Cultural Clodomir Silva do Colégio Estadual de Sergipe,

Mário Jorge, era o primeiro secretário deste Grêmio. E, neste Grêmio, começamos a movimentar arte, cultura, esporte, turismo, fazer muitas atividades. Aí consolidou-se uma amizade. Com o passar do tempo, estava na ordem do dia, as reformas de base de João Goulart. Reforma agrária, reforma tributária, reforma educacional, reforma bancária, enfim. E nós, nós estudantes, tivemos, na figura de Félix Mendes, que também era estudante, mas era o representante da UBES, União Brasileira dos Estudantes Secundários. Ele era o representante daqui. E, tinha a USES, União Sergipana dos Estudantes Secundários, que nós estávamos nos preparando para concorrer, para ganhar. E, o Grêmio Cultural, foi o primeiro Grêmio a se filiar diretamente à UBES, porque havia essa possibilidade. Não é? E nós, assim o fizemos. Pois bem, começamos a participar das manifestações em prol das reformas de base, proposta pelo governo João Goulart. E, tínhamos um carro de som. Além dos intervalos de 10 minutos, organizamos também vários campeonatos, e sempre que acabavam os campeonatos, seja de voleibol, seja de futebol, ou futebol de salão, nós pontuávamos isso (Marques, 2025)

O trecho do relato de Manguiera oferece elementos valiosos para compreendermos a inserção de Mário Jorge no movimento estudantil brasileiro no contexto de efervescência política que antecede o golpe de 1964. Esse movimento, como demonstram diversos estudos históricos, constituiu-se em um dos principais sujeitos coletivos da resistência e da mobilização

popular no Brasil, com forte presença nas ruas, nas escolas e universidades, nos jornais e nas pautas políticas do período (Gonzaga, 2014; Gonçalves, 2009; Ridenti, 2015).

O papel central do Grêmio Cultural como ambiente difusor das socializações entre a juventude, englobando demandas que ultrapassam as salas de aula, e promovendo debates sobre a conjuntura política brasileira, demonstra a importância desses espaços para o desenvolvimento da autonomia crítica. Segundo Marco Aurélio Santana (2003), os grêmios eram não apenas espaços de organização autônoma, mas também de disputa ideológica e de formação política, articulando pautas educacionais com temas nacionais e internacionais. A cultura, o esporte e o lazer aparecem como formas de ativação política, pois eram mediadas por discursos sobre cidadania, direitos e transformações sociais.

Esse envolvimento inscreve o movimento estudantil sergipano no grande cenário de mobilizações nacionais em torno das reformas de base, entre 1961 e 1964. Como enfatiza Gomes (2005), os estudantes, sobretudo ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE) e à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), desempenharam papel crucial na defesa das reformas agrária, urbana, educacional e tributária, posicionando-se ao lado de setores sindicais e populares.

No plano local, a narrativa revela que a filiação do Grêmio Cultural Clodomir Silva à UBES é relevante para historicizar a capilaridade da UBES e da UNE em estados das regiões Norte e Nordeste, frequentemente negligenciados na historiografia nacional. A filiação direta à UBES indica um alinhamento político com o projeto nacional de renovação estrutural defendido pelas entidades estudantis. Como salienta Danielle Nigri (2018), a relação entre juventude e projeto nacional nos anos 1960 foi decisiva para a construção de identidades políticas progressistas, especialmente entre estudantes secundaristas que viam a escola como lugar de transformação da sociedade.

Ainda no eixo sobre a militância estudantil na década de 60, notamos que outros trechos da entrevista reforçam o nível de organização e articulação do grupo,

Então, quando tinha movimento do centro operário, uma representação do Atheneu ia, como também alguns do Tobias Barreto iam. Foi nesse clima que se criou uma comissão para tirar delegados para o Congresso da USES. E Mário Jorge muito se destacou, porque Mário Jorge já sabia dirigir. Ele, Mário Jorge, Abelardo, que também, o pai de Abelardo deixava ele com uma, uma, não é um jipe não, como era aquele nome daquela, sem ser jipe, parecia um

jipe. Uma Rural. Uma Rural Williams. Ele com aquele carro, Mário Jorge com uma Kombi, sabe, era de menor, mas o Estado não estava tão desenvolvido. E assim nós começamos a montar o número maior de congressistas para o Congresso da USES, que ia se realizar na cidade de Lagarto, que o prefeito tinha oferecido espaços, inclusive alimentação. Ocorre que, Mário Jorge já escrevia poesia, Mário Jorge já interferia nos documentos que a gente redigia (Marques, 2025)

O episódio remete às dinâmicas dos congressos estudantis, que eram fundamentais para a formação de lideranças e para a circulação de ideias políticas, além de revelar o envolvimento de autoridades locais na viabilização desses encontros, porém, que nem sempre denotavam um ambiente de pluralismo democrático no período anterior ao autoritarismo instaurado em 1964. Segundo Jeffreys (2009), esses congressos permitiam a consolidação de uma juventude crítica e autônoma, que frequentemente entrava em confronto com setores conservadores da sociedade, sobretudo após o golpe militar.

Esse testemunho nos permite compreender a emergência de Mário Jorge como liderança estudantil em um momento de politização acelerada, reforçando sua relevância histórica não apenas como militante, mas como parte de uma geração marcada pelo desejo de mudança estrutural no país.

Em contrapartida, as narrativas contrastantes sobre a trajetória política de Mário Jorge após sua expulsão do Atheneu, especialmente no que diz respeito ao seu ingresso e atuação no Partido Comunista Brasileiro (PCB), e sua posterior relação com a luta armada, evidenciam como o processo de rememoração está atravessado por discordâncias, silêncios e interpretações subjetivas, revelando uma verdadeira disputa de memória reconstruída pelos seus contemporâneos. Esses “choques de narrativa” apontam para uma característica central da história oral e da memória coletiva: as lembranças não são homogêneas, e cada testemunha reconstrói os acontecimentos a partir de sua experiência, posição social, afetiva e ideológica.

A narrativa de Ana Lúcia Vieira, introduz a militância como um aspecto oculto da vida familiar e, esse silêncio pode ser compreendido tanto como uma estratégia de proteção diante da repressão, quanto como expressão da separação entre o espaço doméstico e a militância clandestina.

É a parte mais praticamente que a família, a gente não tem informação porque ele militava em silêncio, nós não sabíamos Isso Depois quando vem o golpe militar é que a gente vai saber E mamãe até resistia a acreditar que ele era do

partido, mas no instante ela incorporou. Então é mais quem era do partido, né? Que pode dizer. (...) (Vieira, 2025).

Já Wellington Mangureira e Marcélio Bonfim oferecem em suas narrativas, um relato mais politizado e organizado, focando na reconstrução da atuação do PCB após o golpe de 1964 e no papel de Mário Jorge nesse processo. Eles apresentam Mário como figura ativa no recrutamento de novos militantes, responsável por introduzi-los ao partido e por distribuir material político clandestino. No entanto, também destacam traços de descompasso entre sua personalidade artística e a prática política, como o incômodo com reuniões burocráticas e a busca por autonomia criativa.

Nós entramos no partido, eu entrei no partido porque Mário Jorge Vieira tinha um contato mais presente com o irmão de Viana de Assis, o deputado Viana de Assis, Celso Viana de Assis, que tinha sido militar e expulso do exército sob a argumentação de que ele era do Partido Comunista Brasileiro, então ele foi expulso do exército, e Mário Jorge passou a ter contato com Celso, assim como Chico Varela, e Félix Mendes, o grande Félix Mendes. Félix já tinha proposto alguma coisa semelhante, mas não teve disposição de nos chamar para o partido no primeiro momento. Marcelo Bonfim, que em 1964, antes do golpe, também disse que um dia trabalharíamos juntos, não se abriu completamente. Quem se abriu para mim foi Mário Jorge, pela amizade dos alunos, lá dentro do seminário: “Eu estou aqui com um documento que Celso Viana de Assis trouxe do partido, a primeira reunião depois do golpe, maio de 1964, desculpe, maio de 1965”, foi quando o Comitê Central do Partido, do PCB, clandestinamente, se reuniu. E é aí que ele disse que tinha notícias sobre isso. Então, num papel, como se chama, papel manteiga, papel seda, um papelzinho que é fácil de se destruir, nós lemos naquela mangueira que não existe lá, eu acho que é a mesma mangueira que a gente leu no pé da mangueira, essa resolução. E ele me convidou para entrar no partido (...) Ele entrou primeiro que eu (Marques, 2025)

A figura de Celso Viana de Assis, importante político sergipano que na época atuava como deputado estadual pelo PR, é central em sua narrativa, como articulador da entrada dos jovens no partido, assim como a leitura de documentos clandestinos sob a mangueira – um símbolo afetivo e revolucionário. Por outro lado, a entrevista de Marcélio Bonfim oferece uma perspectiva prática sobre a reconstrução do partido após a onda de prisões em 1964.

Pronto. Aí prenderam todo mundo, quase 100 sergipanos foram presos. E aí ficou partido, sem ter, como se reorganizar. E aí ficou eu, pivete, Milton, e mais outro companheiro, que também já morreu. Aí a gente começou a refazer os contatos com aqueles que a gente conhecia, conversar com os velhos companheiros, para ver a experiência, a forma de como reconstruir o PCB, e aí eu cheguei em Mário Jorge. Aí eu tomei conhecimento, entre 65 e 66, que Mário Jorge, o Wellington Mangureira, João Augusto Gama, Ezequiel Monteiro, que já morreu, que estudava no Ateneu, e estavam tentando organizar o Grêmio do Colégio Estadual (Bonfim, 2025).

Ele confirma a atuação de Mário Jorge como militante, inclusive sendo fundamental para consolidar a expressão do PCB no movimento estudantil universitário, contudo atribui a ele um perfil peculiar,

Aqui ele recrutou, o Wellington Mangueira, João Augusto Gama, foi o primeiro a levar material, o jornal do partido, documento do partido, entregava a ele, e ele entregava, né? Sim. Quando, às vezes, ele não era de reunião, ele não tinha paciência, né? Como todo artista, não tem paciência de sentar numa mesa, para fazer uma reunião, para discutir a construção de uma obra de arte, ele fazer uma reunião numa mesa, para dizer como é que a gente faz, até porque o artista é isso, né? Ele pensa, e quer ficar sozinho e riscar, né? Então, Mário Jorge era isso. Sim. Então, se você me perguntar, se ele era um militante do PCB, era, foi, apesar das discriminações que tinha em relação a ele (Bonfim, 2025).

Essa narrativa posiciona Mário Jorge como um militante com traços de artista, alguém mais ativo na circulação de materiais e contatos do que na construção estratégica do partido. Ao enfatizar a atuação intermediária de Mário Jorge, Marcélio reafirma seu pertencimento ao PCB, mas ressalta suas contradições e resistências ao formato organizativo tradicional, apontando para a tensão entre o ser-artista e o ser-militante.

Nessas circunstâncias, a lembrança de Wellington reforça a coerência política do PCB, mesmo diante da repressão, e contesta as versões que apontam uma adesão de Mário Jorge à luta armada. Percebe-se que ele constrói uma memória política que busca preservar a fidelidade à linha partidária tradicional, reforçando a legitimidade do PCB como principal articulador da resistência.

Há quem diga, ele nunca me falou isso, mas me trazia o livro de Carlos Marighella. Gil Natureza poderá dizer se é ou não verdade. Mas nós supúnhamos que ele chegou a ter contato. Por isso que ele, muita gente diz que ele rompeu com o Partido. Não rompeu com o Partido. Ele queria que o Partido tivesse mais agressividade. Ele queria que o Partido não renunciasse à luta armada. O Partido não renunciou. O Partido disse que o momento histórico era de unir, organizar e mobilizar as forças em torno do mais amplo arco de força contra a ditadura militar. (...), porém, a ditadura poderá nos impor o caminho da luta armada. E neste caso, devemos estar preparados e preparar os nossos companheiros para essa eventualidade. Nós queremos pela via pacífica, pela luta de massas, pela reconquista das liberdades democráticas. O Partido dizia claramente isso. Mas, a ditadura poderá nos impor o caminho da luta armada. Então, o Partido não aderiu à luta armada, mas não excluía-nos. Dizia que na luta contra um regime e a favor de outro, nós temos que usar os três princípios do marxismo. A luta teria que ser ideológica, política e econômica. Então, o Partido não abria mão disso. E olhando bem, foi quem teve mais consciência naquele momento. Infelizmente, com a redemocratização, o Partido foi perdendo seus quadros, porque muitos

romperam. E entre eles, Mario Jorge se afastou um pouco pelas influências de Carlos Marighella. E daquele outro companheiro que depois fez o PCBR...Então, Mario Jorge sofreu esse tipo de influência. Mas nunca se afastou do PCB (Marques, 2025)

Em contrapartida, o depoimento de Francisco Varela apresenta a narrativa mais crítica e cética em relação ao engajamento político de Mário Jorge. Sua memória contesta frontalmente as versões mais engajadas dos demais entrevistados. A militância é relativizada, vista como superficial ou até como uma “filosofia de vida” pouco comprometida. Essa visão levanta o problema da autenticidade e da seriedade da militância, inserindo um ruído importante no campo das memórias compartilhadas e reforçando a ideia de que a construção da memória é sempre um campo de forças, permeado por conflitos de legitimidade (Pollak, 1989).

Eu não vejo o Mário Jorge como um militante ativo. O Mário Jorge, ele era muito gozador, então eu suponho que o Mário entrou no partido, mais como uma gozação, uma filosofia, né? (...) O Mário, inclusive, é o seguinte, o Mário, ele fez Direito. E ele era um cara brilhantíssimo. Aí, o seguinte, um belo dia ele resolveu ir para São Paulo. E lá ele militou no partido também. Só que ele conheceu a turma do Marighella quando ele estava no “PCBão”, em São Paulo. Ele conhecia a turma do Marighella. Não sei se isso o fez afinar, mas de repente o Mário voltou do mesmo jeito que ele foi. Tempestivamente. Ele foi e depois voltou do mesmo jeito (Varela, 2025)

O conjunto dos depoimentos revela três momentos distintos na trajetória política de Mário Jorge, embora não haja consenso entre os depoentes. Sobre a atuação dentro do partido, visto que, embora reconhecido como membro, sua participação é descrita por alguns como intermitente e periférica. Marcélio Bonfim sublinha sua dificuldade com reuniões e seu temperamento de artista. Esse dado é fundamental para compreendê-lo como um artista revolucionário, cujas contribuições talvez não sigam a lógica tradicional da militância, mas passam por uma forma de engajamento estético e cultural.

A forma como Mário Jorge é lembrado também revela os contornos de sua identidade como artista revolucionário. A ideia de um sujeito que milita por meio da criação estética, que rompe com a rigidez da política partidária e busca formas mais sensíveis e autênticas de engajamento, aparece fortemente nos relatos de Bonfim e Ana Lúcia.

O próprio incômodo com a estrutura formal do partido, relatado por Bonfim e a escolha por atividades culturais em São Paulo, narrada por Ana Lúcia, ilustram a existência de uma militância heterodoxa, que escapa aos modelos tradicionais da esquerda. O artista

revolucionário não deixa de ser político, mas atua nas bordas, construindo outras linguagens de resistência, muitas vezes menos reconhecidas pelas instâncias oficiais da militância.

Por último, a aproximação com a luta armada e o rompimento com o PCB. Ana Lúcia e Mangureira mencionam que Mário Jorge discordava da linha do PCB, que priorizava a frente ampla e a mobilização de massas, e se aproximava das ideias de Marighella. Ana Lúcia Vieira é enfática ao afirmar que ele rompeu com o partido, informação que teria sido confidenciada à sua companheira. Já Wellington Mangureira afirma que, embora simpatizante da luta armada, Mário nunca rompeu de fato com o PCB, sugerindo uma ambivalência. Essa tensão entre permanência e ruptura pode ser interpretada como um indício da complexidade dos posicionamentos políticos nos anos de chumbo, em que muitos militantes transitavam entre siglas e estratégias conforme o endurecimento do regime.

É importante destacar que os testemunhos são produções subjetivas, inseridas em contextos históricos e afetivos próprios. A lembrança de Mário Jorge como um militante ativo, hesitante, idealista, gozador ou mesmo romântico reflete muito mais os modos como esses sujeitos hoje significam o passado, do que necessariamente os “fatos” como aconteceram. Isso não diminui seu valor, pelo contrário, é nessa disputa por sentidos que a memória se torna objeto privilegiado da história cultural.

Como destaca Pollak (1992, p. 204), as memórias são atravessadas por silêncios, esquecimentos e disputas que não apenas dizem respeito ao passado, mas que também estão profundamente ancoradas nos lugares sociais e nas trajetórias dos que lembram. Além disso, a presença da subjetividade, dos afetos e das estratégias de legitimação nos relatos permite compreender a memória não como um espelho do passado, mas como uma construção social e simbólica situada, conforme argumenta Halbwachs (2006).

A leitura dessas fontes orais, portanto, exige uma escuta atenta ao que é dito e ao que é silenciado, reconhecendo que, mais do que estabelecer uma narrativa única sobre Mário Jorge, trata-se de evidenciar as disputas e ressignificações em torno de sua imagem como militante e artista revolucionário. A história oral não é apenas uma fonte de dados factuais, mas sim um campo de significados, onde o modo como os eventos são narrados revela tanto sobre os acontecimentos quanto sobre os sujeitos que os narram (Portelli, 2016).

Além disso, o tempo da rememoração também importa: os relatos foram dados décadas depois dos acontecimentos, atravessados por transformações na política, nas relações pessoais, na imagem pública do PCB e de Marighella. O contexto da redemocratização, da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da valorização de certos ícones da resistência também reconfiguram essas memórias. A análise das memórias sobre Mário Jorge, assim, não apenas reconstrói aspectos de sua militância, mas também revela como diferentes sujeitos elaboram sentidos para o passado à luz de suas vivências e posicionamentos na contemporaneidade.

### **4.3 As Tramas da Memória Política: reivindicações e reconstruções**

A presente seção tem como objetivo aprofundar a análise da memória política de Mário Jorge de Menezes Vieira, situando-o como um agente ativo na elaboração de sentidos históricos sobre a resistência à ditadura civil-militar brasileira, com ênfase no contexto sergipano. A partir dos testemunhos orais coletados, busca-se compreender como sua militância foi ressignificada ou esquecida ao longo do tempo, em contraste com a projeção que sua produção artística e literária alcançou. Trata-se, portanto, de examinar os mecanismos de lembrança e esquecimento que permeiam a construção das memórias coletivas, especialmente quando relacionadas a sujeitos cujas trajetórias se entrelaçam com experiências de repressão, clandestinidade e dissidência.

Nesse sentido, esta análise insere-se no campo da História Cultural, ao considerar a memória como uma prática social que envolve disputas por reconhecimento e legitimação simbólica, conforme discutido por autores como Jacques Le Goff (1990) e Michael Pollak (1992). Também se dialoga com a noção de "artista revolucionário", formulada por Marcelo Ridenti (2014), a fim de interpretar como as práticas culturais e estéticas de Mário Jorge estiveram imbricadas a sua ação política, formando uma identidade militante complexa que desafia classificações rígidas. A partir disso, torna-se possível refletir sobre os motivos que levaram à invisibilidade de sua atuação política frente à valorização de sua obra literária, considerando os contextos históricos, sociais e institucionais que definem o que é lembrado ou silenciado na esfera pública.

Os depoimentos colhidos revelam percepções contrastantes sobre a militância de Mário Jorge e os significados atribuídos à sua memória nos dias atuais, permitindo o exame crítico das condições que afetam o reconhecimento de determinados sujeitos históricos no campo da

memória política. Como argumenta Ricoeur (2007), a memória é sempre marcada pela seletividade, e sua transmissão é atravessada por mediações afetivas, ideológicas e institucionais. Assim, esta seção contribui para uma reflexão sobre os processos de construção da memória coletiva em torno da ditadura militar no Brasil, ao destacar o papel dos esquecidos e das narrativas marginais, cuja relevância política ressurgiu por meio de iniciativas como a nossa pesquisa.

As etapas de construção da grafia foram auxiliadas pelo terceiro eixo do roteiro das entrevistas, intitulado “Sobre a memória política de Mário Jorge de Menezes Vieira em Sergipe”, onde buscamos compreender de quais formas a memória local sobre a atuação política de Mário Jorge é percebida pelos participantes, envolvendo as lembranças do passado e os esquecimentos da contemporaneidade. A partir disso, obtivemos respostas relacionadas não só à memória política de Mário Jorge, mas aos demais indivíduos que exerceram papéis de suma importância na história da resistência política sergipana no período ditatorial, como também aos indivíduos que militam na atualidade.

Entre as narrativas selecionadas, destaco primeiramente a fala de Marcélio Bonfim. As ações do poeta Mário Jorge, entre ambas as dimensões, cultural e política, pareciam caminhar desunidas, quando na verdade, sua figura é bastante reconhecida nas gerações representativas dessas classes. Entretanto, naquele período final dos anos 60 e início dos anos 70, o estigma social se sobressaía perante a individualidade e a liberdade de expressão, suprimidas pela repressão.

(...) os artistas, os intelectuais, os jornalistas, o pessoal que pintava, que criava, esse não tinha liberdade. Naquela época, nos anos 70, nós da esquerda, aqui, também tinha esse mesmo raciocínio que os soviéticos, que os comunistas russos tinham. Discriminava viado. Discriminava, enfim, discriminava tudo. Mario Jorge era discriminado. Então, ninguém valorizou. Ninguém olhou pra ele, olhava pra ele de mau vestido. Não era porque faltasse roupa, não. Era porque era o jeito dele. E ele em casa, só, fazendo os poemas dele. Não era publicado em canto nenhum. Vocês sabem disso, não sabem? Sim. Ficava lá, tipo um arquivo. Às vezes a gente fazia reunião, olha, às vezes a gente fazia reunião, em plena ditadura, a gente fazia reunião com três, quatro, cinco, lá na casa do Mario Jorge. Ali vizinho a Secretaria de Segurança. Que havia um certo respeito, porque o tio era procurador, então ele não era um cara vigiado. Mas também as esquerdas daqui olhavam pra ele e discriminavam. Por isso que não valorizaram as obras dele enquanto ele era vivo (Bonfim, 2025).

A invisibilidade da militância política de Mário Jorge em meio à repressão e à marginalização social é percebida no depoimento de Marcélio Bonfim que destaca o contraste

entre a visibilidade póstuma da produção literária de Mário Jorge e o silenciamento, em vida, de sua militância política. Esse silenciamento não pode ser dissociado do contexto da repressão agravada pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), de dezembro de 1968, marco que institucionalizou a violência de Estado e radicalizou o controle sobre a vida social, cultural e política dos brasileiros. A partir do AI-5, a ditadura operou com um grau extremo de arbitrariedade, censura e “eliminação” dos opositores, especialmente aqueles que atuavam fora dos quadros partidários ou em frentes culturais menos institucionalizadas (Fico, 2001).

Os artistas e intelectuais passaram a ser vigiados, censurados ou silenciados, muitas vezes não apenas pelos aparelhos repressivos do Estado, mas também por uma cultura política que, mesmo dentro da esquerda, reproduzia padrões de exclusão. O relato de Marcélio reforça essa ideia revelando que a repressão à liberdade de expressão ultrapassava os limites da ação estatal e se materializava em normativas internas de pertencimento político.

Dito isto, os preconceitos dentro da própria esquerda e os limites da militância reconhecidas por Bonfim, também expõem o poeta Mário Jorge que sofria julgamentos por conta da sua aparência, modo de vida e expressão artística singular. Essa rejeição revela o modelo normativo de militância vigente à época, baseado em valores moralizantes, virilidade e disciplina política, traços que Ridenti (2014) identifica como predominantes na conformação do militante comunista brasileiro.

Ainda que Mário Jorge integrasse redes de sociabilidade da esquerda local, sua figura foi atravessada por estigmas. Nesse sentido, os preconceitos mencionados por Bonfim, em contra artistas “mal compreendidos”, evidenciam a rigidez ideológica de parte da esquerda, que não soube acolher práticas culturais como formas legítimas de resistência. Essa constatação ressoa com as análises de Heloísa Buarque de Hollanda (2018), ao identificar que, nas décadas de 1960 e 1970, a contracultura e os sujeitos periféricos da política foram marginalizados tanto pela direita repressiva quanto pela esquerda tradicional, sendo muitas vezes lidos como “doidos”, “menores” ou “inúteis”.

A continuação da fala de Bonfim, nesse mesmo contexto, nos revela o nível de relevância que as produções de Mário Jorge passam a ter após o mesmo vir à óbito,

Só passou a ser valorizada depois da mãe, que juntou a papelada toda, e aí que chegou a irmã, e começou a separar, começou a mostrar a artistas, a intelectuais, e aí se chegou à conclusão que as obras de Mario Jorge é da maior

importância do ponto de vista cultural, do ponto de vista artístico e do ponto de vista político-ideológico. Eu fiz um arrudeio pra poder chegar aqui, mas eu queria era mostrar que isso era a concepção dos comunistas da época (...) então, é a situação de Mario Jorge. Quando eu fiz um arrudeio lá na Rússia, foi exatamente pra mostrar que lá era assim e aqui, isso é um doido. O que era que se dizia de Mario Jorge? Isso é um doido (Bonfim, 2025).

Neste relato é possível observar que o processo de reconhecimento das obras de Mário Jorge somente após sua morte, com o esforço da mãe e da irmã em organizar e divulgar sua produção, é um caso exemplar da “memória subterrânea” de Pollak (1992). A exclusão de Mário Jorge da memória política dominante, mesmo nas versões construídas por setores progressistas, ilustra os mecanismos seletivos da memória coletiva, que privilegiam determinadas formas de atuação e esquecem outras, frequentemente atravessadas por marcadores de classe, gênero, sexualidade e estilo de vida.

Nesse aspecto, Ricoeur (2007) contribui para pensar o papel do testemunho como ferramenta de reabilitação de memórias esquecidas. Ao narrar que se realizavam reuniões clandestinas na casa de Mário Jorge — “em plena ditadura” — e que ali havia um “certo respeito”, Bonfim resgata uma prática de resistência silenciosa, não armada, mas profundamente política. O espaço doméstico, que parecia protegido por laços familiares com o poder institucional, se transforma em local de articulação política, revelando a pluralidade das estratégias de enfrentamento ao regime.

Como observa Bosi (2003), a memória das figuras que atuaram de forma não convencional na história política do país frequentemente depende da ação de familiares, amigos ou pesquisadores comprometidos com a escuta do outro. A fala de Bonfim, ao descrever esse resgate realizado pela família, mostra como o reconhecimento simbólico é também um processo de luta: luta por memória, por espaço, por significado e por justiça histórica.

As narrativas de Francisco Varela, revelam um cenário mais amplo sobre o quadro da militância em Sergipe e, sobre o Mário Jorge, especificamente, a impressão que temos é parecida com as suas respostas anteriores. As questões realizadas seguiram o mesmo roteiro, no entanto, foram necessários utilizar recursos ainda mais específicos, reelaborando a pergunta para desenvolver uma melhor compreensão sobre a representação política do poeta,

É porque a, vamos supor, a presença do Mário Jorge era mais como artista. O perfil do Mário sempre foi artista, o perfil artístico. (...) ainda que ele tenha sido um militante, mas a militância do Mário era ofuscada pela parte artística

dele. Então, vamos supor, ele era menos militante, mais artista. Era esse o problema (Varela, 2025).

No trecho acima, a imagem pública e a hierarquização entre arte e militância são evidenciadas pela separação entre o “perfil artístico” e o “perfil militante” de Mário Jorge. Essa distinção, apontada como uma espécie de “ofuscamento” da militância pela dimensão artística, revela como as formas de atuação política podem ser hierarquizadas ou deslegitimadas dentro de determinados contextos históricos e culturais.

Sob esse ponto de vista, é possível dialogar com Ridenti (2014) que demonstra que não há cisão entre cultura e política: há, ao contrário, um campo de tensão no qual a arte se faz porta-voz de ideais revolucionários. A leitura de Varela, no entanto, parece refletir o tipo de cisão que a própria sociedade (inclusive os setores progressistas) acabou por perpetuar, como também indicava o depoimento anterior de Marcélio Bonfim.

A referência constante ao "perfil" de Mário Jorge como artista, mais do que militante, permite discutir também a dimensão performativa da identidade política e cultural. A forma como ele era visto por seus contemporâneos está relacionada às representações dominantes sobre o que era considerado “agir politicamente” em um contexto de repressão e polarização ideológica. O período da ditadura civil-militar impôs uma cultura política marcada pela desconfiança em relação às formas não tradicionais de militância. Isso fez com que determinados sujeitos, especialmente aqueles cujas práticas se davam no campo simbólico e artístico, fossem considerados menos “revolucionários” ou até mesmo ambíguos do ponto de vista político.

Napolitano (2020) argumenta que essa hierarquização da resistência contribuiu para a invisibilização de sujeitos cuja crítica ao regime se dava por meio da linguagem poética, da subjetividade ou da ironia cultural — formas consideradas “menos relevantes” no campo da luta política. Isso ajuda a entender por que Mário Jorge, mesmo engajado, não foi plenamente reconhecido como militante por seus pares, conforme revelado tanto no depoimento de Francisco Varela quanto no de Marcélio Bonfim.

Esse processo de “invisibilização” de Mário Jorge como militante pode ser lido como efeito do que Butler (2004) chamou de "regimes de inteligibilidade", ou seja, os padrões normativos que definem o que é reconhecível como sujeito político. Mário Jorge, com sua expressão artística fluida e pouco enquadrável, não correspondia ao ideal típico do militante

disciplinado da esquerda armada ou do sindicalismo, e por isso sua ação política passou a ser desconsiderada ou subestimada.

Contudo, ao analisarmos o seguinte trecho, percebemos que essa questão do silenciamento é recorrente na trajetória política de outros sergipanos,

Todo mundo foi negligenciado. Inclusive o Wellington Mangueira, que eu considero a estrela. O Wellington, Gama. Tudo foi negligenciado. A falta de interesse da sociedade. Sei lá. Principalmente falta de interesse. Quer dizer, quanto mais bloqueados esses caras estiverem, menos incomodam. Ainda que a história deles seja marcada. Seja uma história brilhante (...) não interessa a ninguém. Esse é o grande problema. Não interessa. O problema é a falta de interesse. Falta de interesse. Falta de interesse (Varela, 2025)

O testemunho de Varela amplia a nossa visão sobre os processos de silenciamento e apagamento das trajetórias de resistência em Sergipe, inserindo essas experiências no quadro mais amplo da negligência com a memória dos militantes da ditadura civil-militar. Ao ser questionado sobre o esquecimento dessas figuras, Varela responde com contundência: “100%. Todo mundo foi negligenciado”. Sua fala reforça e radicaliza uma impressão compartilhada por outros interlocutores desta pesquisa: a de que a memória dos militantes sergipanos permanece marginal, distante tanto dos repertórios memorialísticos nacionais quanto do reconhecimento social local.

Essa percepção conecta-se diretamente com o que Halbwachs (1990) entende como seleção social da memória, em que apenas certos elementos do passado são retidos e valorizados, conforme os interesses e valores dominantes no presente. Quando Varela aponta “a falta de interesse da sociedade” como motivo central para o esquecimento, ele revela como a memória coletiva é atravessada por disputas e por uma política ativa de silenciamento, especialmente quando se trata de trajetórias que poderiam desafiar as narrativas oficiais ou consensuais da redemocratização.

Além disso, o esquecimento também pode ser interpretado como operação política, visto que a repetição enfática de “falta de interesse” em sua fala adquire uma carga crítica: o desinteresse não seria apenas uma ausência passiva de lembrança, mas um dispositivo que garante que essas histórias “incomodem menos”. Como sugere Carlos Fico (2008), o controle da memória do período autoritário no Brasil envolveu não só a negação de justiça e de verdade, mas também a naturalização do esquecimento como parte do pacto político da transição. Nesse

sentido, o testemunho de Varela desmonta essa naturalização ao enfatizar que as histórias dos militantes, embora “brilhantes”, permanecem “bloqueadas” — expressão que remete a uma forma de censura simbólica persistente.

A menção a nomes como Wellington Mangueira e Gama — figuras destacadas na militância sergipana — evidencia uma dimensão regional da exclusão memorial. Assim como apontado por Marcélio Bonfim, há uma percepção de que os protagonistas locais da resistência foram preteridos em relação às figuras reconhecidas nacionalmente. Essa constatação se alinha ao argumento de Rioux e Sirinelli (1997) de que a memória histórica é construída a partir de critérios seletivos, muitas vezes centralizados geograficamente e ideologicamente. A ausência desses nomes nos repertórios públicos sinaliza a manutenção de uma narrativa histórica centrada nos grandes centros e em personagens mais assimiláveis ao imaginário político dominante.

Diferente de depoentes como Marcélio Bonfim, que tentam recuperar a memória de Mário Jorge a partir da reconstrução de sua atuação artística e política, Varela parece mais cético quanto às possibilidades de reparação. Sua fala carrega o peso de quem presenciou e integrou uma geração cujo legado foi solenemente negligenciado por muitos anos. Isso reforça a complexidade da memória coletiva: não basta lembrar, é preciso que haja interesse social e político pela lembrança. Essa diferença de tom em relação aos demais depoimentos não anula os pontos de contato, mas os tensiona. Enquanto outros tentam reelaborar a imagem de Mário Jorge, Varela sugere que mesmo figuras mais visíveis, como Wellington Mangueira, foram apagadas, o que reforça a gravidade do processo de esquecimento em curso.

O esquecimento é terrível para pessoas como eu que eu estou perto de morrer. Estou com 79, vou fazer 80 e pelas leis da natureza, eu vou durar pouco. Eu fico triste por não termos um estudo mais profundo sobre Robério Garcia, sobre a professora Ofenísia Freire, sobre Maria Pureza Conceição, o itabaianense Fragmon Carlos Borges, Agonalto Pacheco, Manoel Messias, Major João Teles. E tantos outros que eu posso me lembrar depois. É terrível o esquecimento que todos fizemos para defender as liberdades democráticas e a construção de um mundo mais justo, mais humano e mais fraterno. Muitos se doaram de tal maneira era lindo certas coisas, pouca gente hoje compreende. Muitas vezes a gente dizia “Não podemos viajar todos juntos porque se um for preso e morto, a luta continua”. Quer dizer, nós estávamos certos de que poderíamos morrer naquela batalha e, claro que a nossa lógica não era matar, pelo contrário (Marques, 2025).

Mangueira explicita a conexão entre a memória individual e a finitude, como destaca Ecléa Bosi (2003), o envelhecimento faz com que a memória se torne um terreno de luta contra o desaparecimento simbólico. A iminência da morte não é apenas biológica, mas cultural e histórica, pois, na ausência de registros, as histórias morrem com os corpos que as carregam.

Para além da crítica a um Estado negligente, ao dizer “É terrível o esquecimento que todos fizemos para defender as liberdades democráticas”, Mangueira internaliza a culpa, reconhecendo que o esquecimento é também uma falha coletiva — da sociedade, dos sobreviventes, das instituições. Essa autorreflexão é característica do testemunho crítico, onde o sujeito se vê como parte da engrenagem que permitiu o silenciamento.

Nos últimos trechos da entrevista, percebemos que esse exercício de “doação” praticado pelos militantes naquele momento político, revela um abismo geracional e cultural entre o passado de luta e o presente de uma memória enfraquecida. Por outra perspectiva, a crença na beleza do gesto militante e no idealismo quase poético da entrega evidencia um dos aspectos mais profundos da militância em tempos de repressão: a consciência constante do risco e a prática da solidariedade estratégica. A frase mostra que a memória desses sujeitos é também memória de uma ética militante, de um projeto coletivo que buscava resistir sem responder com a mesma violência do opressor, “nossa lógica não era matar, pelo contrário”. Esse posicionamento moral é importante porque humaniza os militantes, resgatando suas trajetórias de uma narrativa que muitas vezes os criminalizou, reforçando a necessidade de uma memória pública que reconheça essas complexidades.

Em diálogo com o esquecimento, apontado nos relatos anteriores, a entrevistada Ana Lúcia levanta questionamentos sobre a disposição das documentações que existem e legitimam as trajetórias dos militantes, especialmente a do seu irmão Mário Jorge, bem como a reivindicação dessa memória por ela que construiu sua história na política enquanto militante sindical. Além disso, Ana Lúcia Vieira cita a notável contribuição da poesia de Mário Jorge como único sergipano presente na obra “Memorial poético dos anos de chumbo: uma antologia” (2024), organizada por Marcelo Ferraz, Nelson Martinelli Filho e Wiberth Salgueiro.

Olha, eu na verdade, eu acho que vocês pesquisadores têm que levantar várias hipóteses. Eu não tenho resposta para isso porque é muito estranho que até a anistia que ele recebeu, a anistia sem ressarcimento, foi Chico Varela, né? Ele foi anistiado. Eu lembro bem que o coordenador representante da Anistia esteve aqui na OAB. Foi no auditório da OAB. Eu me lembro que desse grupo

Gilton Garcia foi anistiado também e, bom, primeiro eu não localizei o documento, e se é que eles me deram algum documento. Esse fato eu não lembro. E Jorge foi anistiado, né? Foi pedido desculpa em nome da nação. Tudo naquele auditório ali da Travessa onde tem Auditório da OAB. Eu acho que no final do primeiro governo de Dilma ou início do segundo governo. Acho que no final do primeiro governo. Foi um ato muito interessante ali na OAB e, estranhamente, você não tá na relação dos anistiados. Inclusive, uma advogada amiga me procurou...que Wellington e outros estão pensando em pedir indenização moral. E os filhos deles têm direito, mas eu tenho que ter a anistia para pedir, né? E é muito estranho que esses documentos tenham sumido, muito estranho mesmo, não sei explicar. Não sei explicar esse apagamento da vida política de Jorge. Veja, a nossa formação de esquerda no país ela sempre foi muito dogmática, né? Então têm fatos assim, que talvez...eu tenho uma preocupação que a minha militância sindical, a própria esquerda tenha tentado prejudicar a memória política de Jorge, sabe? É uma hipótese que eu levanto. Não sei. Na verdade, eu não sei explicar porque talvez seja um dos que na política está sendo silenciado como resistente. Agora veja, a gente tem as provas de todo mundo que militou com ele. Inclusive, é o único poeta que está registrado na antologia dos poetas resistentes e que enfrentaram o Golpe Militar (Vieira, 2025).

O relato de Ana Lúcia Vieira adiciona camadas densas à compreensão da trajetória de Mário Jorge enquanto militante, ao situar o apagamento de sua atuação política dentro de um cenário mais amplo de entraves ao acesso documental e disputa simbólica por reconhecimento. A dificuldade em localizar registros oficiais de sua anistia, somada à suspeita de silenciamento promovido por setores dogmáticos da própria esquerda, revela como os processos de memória política no Brasil são atravessados por apagamentos internos e institucionais.

A precariedade dos registros da repressão está presente na denúncia pela ausência ou extravio de documentos oficiais que atestam a anistia política de Mário Jorge. Essa constatação aponta a incompletude e instabilidade dos arquivos sobre perseguidos políticos, uma realidade comum no Brasil pós-ditadura. Como analisa Carlos Fico (2014), os obstáculos ao acesso pleno à documentação sobre a ditadura fazem parte de um projeto político de "esquecimento institucionalizado". Esse tipo de apagamento compromete a justiça de transição e favorece a negação da violência de Estado.

O estranhamento ecoa o sentimento de injustiça vivenciado por familiares de militantes que, mesmo após a formalização do Estado, permanecem invisibilizados nos registros públicos e nas políticas de reparação. As hipóteses levantadas pela entrevistada, na configuração desse silêncio sobre a militância de Mário Jorge, apontam para uma possível exclusão dentro da própria esquerda, visto que a origem está não apenas na negligência institucional, mas também em disputas internas no campo progressista.

A leitura de Ridenti (2010) sobre os conflitos dentro da própria esquerda brasileira corrobora com essa hipótese. O autor destaca que a militância revolucionária não era homogênea e existiam disputas de prestígio e legitimidade entre diferentes grupos e perfis de militantes. Figuras que não seguiam o modelo “ortodoxo” do militante, vinculado à organização partidária e à disciplina ideológica, podiam ser marginalizadas. A sensibilidade poética e a independência de Mário Jorge talvez o tenham distanciado dessas normas implícitas, tornando-o transgressor inclusive entre os seus.

Em outro contexto, a interseção entre memória política e memória familiar é evidenciado no depoimento de Ana Lúcia Vieira com o papel ativo das famílias na preservação da memória dos mortos e perseguidos políticos. Nesse sentido, a memória familiar atua como forma de resistência ao esquecimento público. Ao reivindicar a história de Mário Jorge, Ana Lúcia Vieira também afirma a si mesma como parte dessa narrativa coletiva, utilizando sua própria trajetória como militante sindical como mote para legitimar a importância da memória do irmão. Sua fala é também um testemunho de segunda geração (Jelin, 2002), em que os familiares das vítimas se tornam agentes ativos na preservação e reivindicação da memória.

No entanto, apesar da exclusão institucional e do apagamento político, Ana Lúcia destaca com orgulho que Mário Jorge obteve reconhecimento recente no campo artístico. Na menção à obra “Memorial poético dos anos de chumbo: uma antologia (2024)” ressoa com a ideia de que a arte opera como uma forma de resistência e memória (Hollanda, 2021). A presença do poeta na coletânea revela como a produção estética pode sobreviver aos silêncios institucionais e se transformar em uma ferramenta de visibilidade para sujeitos historicamente excluídos. A arte, nesse contexto, se torna um “arquivo sensível” da história, capaz de inscrever a memória política por vias alternativas ao documento estatal ou à narrativa oficial.

As indagações apresentadas pelos entrevistados, de modo geral, nos impulsionaram as investigações documentais. Ao encontrarmos com Francisco Varela, a fim de entrevista-lo para a pesquisa, recebemos, com satisfação, uma pasta de arquivos que o mesmo havia guardado durante muitos anos e, entre os ofícios analisados, identificamos uma relação de anistiados, datada de setembro de 1979, que correspondia aos termos da Lei 6.863<sup>12</sup>. A documentação de

---

<sup>12</sup> A Lei Federal nº 6.683/1979 (Lei da Anistia), a norma estadual reconhecia, em âmbito local, as perseguições sofridas por funcionários públicos e previa a reintegração e compensações administrativas. Sua promulgação simboliza uma etapa do processo de redemocratização no Brasil, ainda que marcada por limites, como a exclusão dos agentes de repressão dos efeitos legais da anistia (Brasil, 1979).

Varela estava incompleta, contudo, nos serviu como indício para a busca no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e lá, encontramos um adendo à relação de anistiados, publicada no boletim especial do Superior Tribunal Militar (STM), onde constava o nome Mário Jorge de Menezes Vieira, seguido pelos processos e auditoria pelos quais respondeu, respectivamente (SNI, 1979).

Nesse documento, localizamos os nomes de diversos militantes sergipanos que formaram a resistência e foram processados pelo Estado ditatorial. A partir da relação, tornou-se possível a compreensão jurídica pelo qual o poeta foi processado, porém, não localizamos a documentação que exprime as motivações exatas dessa prisão.

Por fins investigativos, recorreremos a uma das principais referências documentais sobre as vítimas da repressão política em Sergipe, o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe. No quadro intitulado “Estudantes e Professores que sofreram punições políticas no Período Militar” (CEV/SE, p. 320), o nome de Mário Jorge é seguido pela descrição que apresenta duas circunstâncias pelas quais sofreu repressão: a expulsão do Atheneu em 1964 e o enquadramento na Portaria nº 29 de 1º de março de 1969, da Universidade Federal de Sergipe, no qual era estudante da Faculdade de Direito. A questão processual, no entanto, não foi solucionada, pois o período em que Mário Jorge ficou preso não corresponde às situações registradas.

A escuta das narrativas sobre Mário Jorge revelou que a sua memória, embora viva nos relatos de amigos, militantes e familiares, está atravessada por lacunas, silêncios e disputas. As entrevistas analisadas mostram que sua trajetória política e artística é lembrada de forma fragmentada, por vezes idealizada, por vezes esquecida. Como observou Ricoeur (2007), a memória não se reduz à fidelidade do registro, mas está sujeita à seleção e à perda, marcada pelas condições sociais, políticas e afetivas dos que lembram.

Todavia, na conclusão do último bloco do nosso roteiro, ainda que no viés direcionado ao poeta, a pergunta proferida abre portas para as possibilidades de estudos sobre a memória política de militantes em Sergipe: você acha que este trabalho contribui para os estudos sobre a memória política no período da Ditadura Militar em Sergipe?

As reflexões provenientes dessa questão enriqueceram a entrevista e proporcionaram ainda mais relevância para a continuação da presente pesquisa. Os entrevistados Marcélio

Bonfim, Francisco Varela e Wellington Mangueira, ressoaram em comum acordo em suas respostas quanto a visibilização que pesquisas como essa provocam para a história política de Sergipe do período ditatorial. Mangueira, em seu relato, citou a publicação do livro “Borracha na Cabeça: o golpe e a Ditadura Militar em Sergipe” (2024), organizado por Cristian Góes, Ana Paula Rocha e Paulo Marques, membros da agência de jornalismo independente, Manguê Journalism. Nesta obra, podemos encontrar o capítulo intitulado “O canto revolucionário do pássaro azul: o poeta sergipano Mário Jorge de Menezes Vieira e as suas vivências na militância política em plena ditadura”, que é resultante do processo construtivo dessa dissertação.

Contribuindo para o fechamento desta seção, o relato de Ana Lúcia nos envolve em uma reflexão ainda mais marcada pelo investimento na (re)construção da memória crítica do passado político, para que seja possível continuar lutando pela justiça social, considerando a diversidade identitária.

A gente precisa resgatar essa memória, inclusive para que vocês pesquisadores, inclusive o seu orientador é bem cuidadoso no método, na forma de registrar a história, de resgatar as próprias contradições. Não adianta escamotear a vertente autoritária, a vertente preconceituosa, a vertente racista, a vertente sexista. A gente precisa assumir, pelo fato da utopia, do sonho de construir uma sociedade que realmente as pessoas tenham um mínimo de dignidade ou sonhar por uma igualdade, que é mais no campo econômico, né? É uma igualdade na diversidade porque não ter um modelo que enquadra os artistas, os poetas, os escritores, os pesquisadores, né? Então a gente tem que ter essa visão. Eu vejo que contribui bastante porque é uma outra leitura, é outra forma de pesquisar e demonstrar a realidade (Vieira, 2025)

A fala de Ana Lúcia desloca o foco das narrativas de perda e apagamento, discutidas anteriormente, para uma convocação ética à reconstrução da memória histórica como instrumento de transformação social. A entrevistada propõe uma leitura da história que não oculte suas fissuras, mas que as assume como parte da construção de uma consciência histórica crítica. Nesse sentido, sua posição aponta para a reconciliação da memória com a justiça, isto é, à compreensão da rememoração como ato político e moral, profundamente implicado na reparação dos silêncios e na dignificação das subjetividades que foram excluídas da história oficial (Ricoeur, 2007).

Ao reivindicar o reconhecimento das “vertentes autoritárias, preconceituosas, racistas e sexistas” que também atravessaram os projetos de esquerda, Ana Lúcia amplia a discussão sobre os limites da memória política militante, trazendo à tona a necessidade de uma abordagem que considere a pluralidade de experiências, identidades e lugares de fala. Essa tensão entre memória individual e reconhecimento coletivo é amplamente discutida por Candau (2012, p.

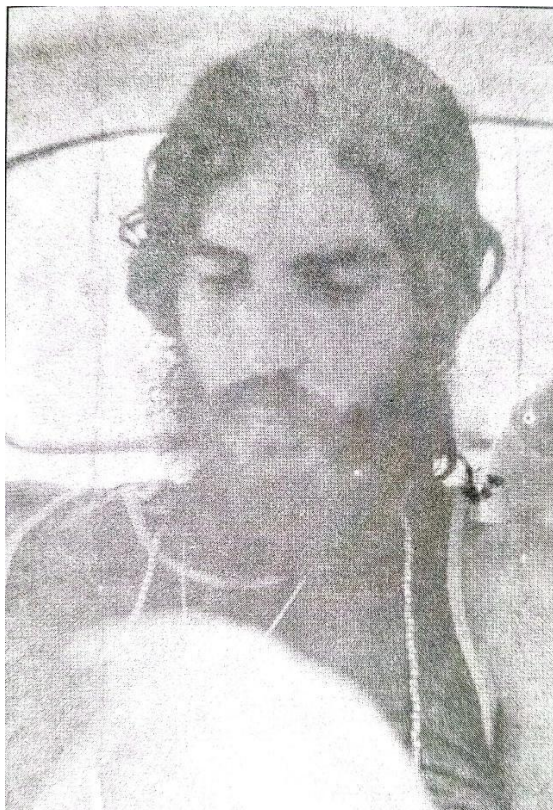
xx), que destaca que “a memória social é sempre uma seleção” e que “a identidade não é um dado fixo, mas um processo em constante reconstrução”.

O depoimento de Ana Lúcia aponta para a necessidade de construir uma memória plural, capaz de abarcar os sujeitos historicamente marginalizados e suas múltiplas formas de viver, sentir e resistir. Figuras históricas como Mário Jorge exige, portanto, não apenas o reconhecimento de sua trajetória política, mas também de sua identidade híbrida e culturalmente situada enquanto artista, poeta e militante.

A defesa de uma “igualdade na diversidade”, como propõe a entrevistada, projeta um horizonte utópico ancorado não na homogeneização das lutas, mas na valorização das singularidades: artistas, poetas, pesquisadores, escritores, todos como agentes válidos na construção de sentidos históricos. Isso permite aproximar a leitura da experiência de Mário Jorge ao que Walter Benjamin (2012, p. 222-232) nomeou de “lembrança como ato de justiça”, na medida em que resgatar os esquecidos é também romper com uma narrativa linear e triunfalista da história. A memória, aqui, não é apenas evocação, é projeto de futuro.

Assim, a escuta atenta aos relatos sobre Mário Jorge de Menezes Vieira, nos permite compreender que o esquecimento que pesa sobre sua figura não se dá apenas pela ausência de registros ou pela negligência institucional, mas também pela dificuldade de integrar à memória pública as vozes que destoam, os corpos que inquietam, os sonhos que escapam. Concluímos, portanto, que lembrar Mário Jorge não é apenas reconstituir um percurso individual, mas interrogar os mecanismos de exclusão, disputar sentidos de pertencimento e reivindicar novas formas de contar a história da resistência política em Sergipe, uma história onde a arte, a utopia e a diversidade não sejam exceções, mas fundamentos.

Figura 7 – Fotografia de Mário Jorge de Menezes Vieira (fase adulta) no banco de trás de um veículo.



Nesse horizonte interpretativo, compreendemos que a sua memória não finda com a interrupção da sua vida. Em 12 de janeiro de 1973, Mário Jorge é vítima fatal de um acidente de carro na estrada de Atalaia em Aracaju, a caminho de sua casa (Jornal da Cidade, 1973, p. 1-3; Gazeta de Sergipe, 1973, p. 1). A repercussão da morte do poeta na imprensa pode ser compreendida como um acontecimento que extrapola o plano biográfico e se inscreve nas experiências históricas da ditadura civil-militar, cuja expressão do luto por um indivíduo que viveu a resistência, como Mário Jorge, demandava discricção e, ainda assim, gerou comoção pública por parte de seus familiares e amigos.

Sua ausência precoce interrompe uma trajetória marcada pelo engajamento artístico e político, ao mesmo tempo em que inaugura um processo de silenciamento. Entretanto, como indica Halbwachs (2006), a memória não se sustenta apenas nos registros oficiais, mas nos vínculos afetivos e nos grupos que a preservam. Nesse sentido, a memória de Mário Jorge encontrou continuidade sobretudo no âmbito íntimo e relacional, guardada por mulheres que desempenharam papel central na preservação de sua história de vida. A jornalista Ilma Fontes, assim como sua mãe Ivone Vieira e irmã Ana Lúcia Vieira, constitui elos fundamentais desse processo, atuando como mediadoras entre a experiência vivida e sua transmissão simbólica.

Assim, a memória da morte de Mário Jorge não se configura apenas como lembrança da perda, mas como campo de disputa de sentidos, no qual se tensionam o apagamento público e a persistência das lembranças afetivas. Recuperar sua trajetória, inclusive em sua finitude, significa interrogar os mecanismos que excluem determinadas experiências da memória coletiva e reafirmar a centralidade da arte, da utopia e da diversidade na história da resistência política em Sergipe. Desse modo, lembrar Mário Jorge não é apenas reconstituir um percurso individual, mas reivindicar outras formas de narrar o passado, nas quais a memória íntima se converte em gesto político e em fundamento da escrita da história.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou compreender os processos de formação política da militância de Mário Jorge de Menezes Vieira em Sergipe durante a década de 1960, tomando como eixo interpretativo as suas experiências e as memórias produzidas e compartilhadas em torno de sua trajetória. Ao longo da pesquisa, com a história oral empreendida como metodologia, bem como a análise das narrativas históricas, foi possível revelar como a história de vida de Mário Jorge se entrelaça com os embates históricos mais amplos do Brasil sob a Ditadura Civil-Militar, especialmente no que diz respeito à repressão aos movimentos estudantis, à atuação da juventude na política e à insurgência de uma militância cultural crítica.

Ao examinar suas origens no movimento estudantil secundarista sergipano, observou-se que Mário Jorge teve papel ativo na constituição de espaços de resistência política e cultural ainda durante a sua adolescência, articulando-se com o Grêmio Cultural Clodomir Silva do Colégio Estadual de Sergipe e, posteriormente, com a União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES) e com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Essas experiências o inseriram em um campo de atuação coletiva que transitava entre as lutas por reformas democráticas e a construção de uma consciência política antiautoritária, marcada pela utopia de um projeto transformador de sociedade.

A relação de Mário Jorge com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos 1960, investigada a partir de documentos, relatos orais e memórias divergentes, revelou a complexidade e a fluidez de sua militância. Se, por um lado, foi identificado como quadro atuante no circuito clandestino da organização comunista, por outro, seus contemporâneos expressam leituras variadas quanto à sua adesão formal e à sua permanência dentro da estrutura partidária. Esse dado, longe de fragilizar sua imagem política, revela justamente como sua militância foi, em muitos aspectos, atravessada por uma prática contra-hegemônica, que desafiava as formas tradicionais de engajamento e encontrava na arte e na cultura novos meios de expressão política.

Assim, a análise da memória política de Mário Jorge, construída a partir de narrativas orais, permitiu compreender não apenas os acontecimentos de sua trajetória, mas, sobretudo, as disputas de significados que envolvem o seu legado. A memória, nesse sentido, não foi tratada como um simples depósito do passado, mas como um campo de conflitos e seleções, como aponta Pollak (1989), no qual o esquecimento, o silenciamento e o reconhecimento são forças

sociais em constante disputa. Através dos relatos de amigos, familiares, ex-militantes e pesquisadores, percebeu-se que a figura de Mário Jorge oscilava entre o artista revolucionário e o militante marginalizado, entre o poeta resistente e o sujeito silenciado pelas limitações do próprio campo político e cultural sergipano.

A inserção de Mário Jorge entre os campos da cultura e da política dos anos 1960 e 1970 pode, portanto, ser interpretada a partir do que Ridenti (2014) denominou como "romantismo revolucionário", categoria que permite compreender como a militância política se configurou, também, como projeto estético e existencial. Sua poesia panfletária, seus vínculos com o teatro e com os debates culturais, assim como sua marginalidade em relação aos padrões normativos da militância tradicional, demonstram como sua trajetória escapava às classificações rígidas.

Conclui-se, assim, que a história de Mário Jorge de Menezes Vieira é emblemática dos desafios que envolvem a escrita da história a partir da memória. Ela evidencia o quanto a política da memória está atravessada por relações de poder, afetos e silenciamentos. O esforço investigativo aqui realizado contribui para reinscrever sua trajetória na história política e cultural de Sergipe e do Brasil, reconhecendo-o não apenas como poeta, mas como sujeito histórico, cuja militância sensível, artística e radical ainda ressoa como possibilidade de resistência frente aos múltiplos esquecimentos que permeiam nossa sociedade.

Além disso, essa pesquisa evidencia a importância da história oral na investigação de biografias e o auxílio da memória como instrumento de busca pelo conhecimento das histórias de vida que fizeram parte do período ditatorial militar da História da República brasileira. A oralidade é fundamental no processo de expressão das ideias através da fala, mas principalmente na "arte da escuta", pois nos permite aprender, produzir e compartilhar conhecimento entre as diferentes gerações, contribuindo para a escrita e o ofício do historiador.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### A. FONTES

#### Fontes Jornalísticas

ALENCAR, Hunald. Arte é notícia – “Conversa entre amigos”. **Gazeta de Sergipe**. Aracaju, Ano XII, n. 3.449, 3-4 dez. 1967. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 4 set. 2024.

A Marcha dos Acontecimentos. **Gazeta de Sergipe**. Aracaju, Ano IX, n. 2372, 1 abr. 1964. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 4 jun. 2024.

COLISÃO na Atalaia mata jovem poeta. **Jornal da Cidade**. Aracaju, nº 259. 12 jan 1973. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 4 jun. 2024.

CONVOCAÇÃO para Ato Público. Protestar junto ao Povo contra a vinda a Sergipe ao Gringo *Lincol* Gordon. **Folha Popular**. Aracaju, Ano VIII, n. 405, 6 abr. 1963. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 4 jun. 2024.

DESASTRE mata um e fere sete. **Gazeta de Sergipe**. Aracaju, Ano XVIII, n. 4.383, 12 jan. 1973. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 4 jun. 2024.

JÂNIO renunciou ontem! **Gazeta de Sergipe**. Aracaju, Ano V, n. [não identificado], 26 ago. 1961; Hoje às quinze horas em Brasília posse do presidente João Goulart. Aracaju, Ano V, n. 1057, 7 set. 1961. Disponíveis em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MÁRIO Jorje (*sic*) lançará livro. **Gazeta de Sergipe**. Aracaju, Ano XIII, n. 3.606, 14-15 jul. 1968. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

PARLAMENTARISMO Aprovado: Capitulação do Congresso. **Gazeta de Sergipe**. Aracaju, Ano V, n. [não identificado], 3 set. 1961. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

FONTES, Ilma. Em sociedade – “Poesia no Paredão”. **Gazeta de Sergipe**. Aracaju, Ano XII, n. 3.449, 3-4 dez. 1967. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 4 set. 2024.

SANTOS, Osmário. Ivone Vieira, a mãe do poeta Mário Jorge: a vida de uma incansável que faz tudo para divulgar a grande obra do filho poeta, **Jornal da Cidade**, Aracaju, Caderno C, 2004 [s.d].

SERGIPE em Defesa da Constituição. **Folha Popular**. Aracaju, Ano VIII, n. 334, 2 set. 1961. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

UM rebelde que ainda zune 40 anos depois, **Jornal Cinform**, Aracaju, Ano XXX, Edição 1552, p.8, 7 a 13 jan. 2013. Acervo: GilFrancisco.

VITÓRIA da Democracia. **Gazeta de Sergipe**. Aracaju, Ano V, n. [não identificado], 6 set. 1961. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

### Fontes Literárias

VIEIRA, Mário Jorge. A noite que nos habita. Aracaju: **Funcaju**, 2013.

VIEIRA, Mário Jorge. Cuidado, silêncios soltos. 2. ed. Campinas: **Editora da UNICAMP**, 1993.

LOPES, Mara. De repente, há urgência. Ilustrações de Mário Jorge Vieira. Aracaju: **J. Andrade**, 2016.

VIEIRA, Mário Jorge. **Poemas de Mário Jorge**. [s.l.]: [s.n.], 1983.

VIEIRA, Mário Jorge. Revolução. In: VIEIRA, Mário Jorge. Cuidado, silêncios soltos. 2. ed. Campinas: **Editora da UNICAMP**, 1993.

### Fontes Orais

Entrevista de Ana Lúcia Menezes Vieira concedida à autora em 12 de fevereiro de 2025, na cidade de Aracaju/SE.

Entrevista de Wellington Mangureira Dantas Marques concedida à autora em 17 de fevereiro de 2025, na cidade de Aracaju/SE.

Entrevista de Hugo Bartolomeu da Costa (Hugo Julião) concedida à autora em 12 de maio de 2025, na cidade de Aracaju/SE.

Entrevista de Marcélio Bonfim concedida à autora em 19 de fevereiro de 2025, na cidade de São Cristóvão/SE.

Entrevista de Francisco Varela concedida à autora em 21 de fevereiro de 2025, na cidade de Aracaju/SE.

Fontes, Ilma Mendes. Depoimento de Ilma Mendes Fontes para a Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (CEV/SE) em 16 de maio de 2016. Aracaju: Museu da Gente Sergipana, 2016. Disponível em: <https://youtu.be/XU0exX7DRqQ?si=U2RRpNM8yODTaKdJ>. Acesso em: 23/04/2025.

### Documentos Oficiais

ASSESORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES. **Informação nº 17/73/AESI/UFS**. Portaria nº 29. Alunos punidos em 1969 e 1970: Arquivo Nacional, 1973. Fundo SNI. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

DANTAS, Ten. Gilson dos Santos. **Relatório e Solução de Inquérito Policial Militar – Aracaju/SE**. Encaminhamento N°0030/08/ASV/82. Serviço Nacional de Informações (Agência de Salvador), 1982. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SERGIPE. Colégio Estadual de Sergipe. **Portaria nº37/1964**. [Conteúdo: Afastamento definitivo do Colégio Estadual de Sergipe e transferência *ex-officio* do estudante Mário Jorge de

Menezes Vieira]. Aracaju: Centro de Memória do Atheneu Sergipense, 1964. Disponível em: Acervo do Centro de Excelência Atheneu Sergipense. Acesso em: 23 maio 2024.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Ficha Individual de Mário Jorge de Menezes Vieira**. Brasília: Arquivo Nacional, 1969. Fundo Conselho de Segurança Nacional. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA, Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar. **Relação de Condenados e absolvidos por incidência na Lei de Segurança Nacional**: Arquivo Nacional, 1979. Fundo SNI. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

## B. BIBLIOGRAFIA

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)**. 2005. 318 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

ARAÚJO, Maria. Paula. Nascimento. História Oral e Memória da Ditadura Militar: o papel dos testemunhos. In: GOMES, Castro de Angela (org). **História oral e historiografia: Questões sensíveis**. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 15-35.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias Estudantis, 1937-2007: da fundação da une aos nossos dias atuais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARAÚJO, Paulo Barbosa de. **Ícones de um terremoto: golpe militar, repressão e resistência política**. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - Edise, 2010. 300 p.

ARÓSTEGUI, Júlio. **Pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Unesp, 2004. Coleção Revoluções do século XX.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BASTOS, Pedro Paulo Zaluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura – Volume 1**. 8 ed. Série Obras Escolhidas. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

BERGER, Miguel André. IGREJA X EDUCAÇÃO: o papel do Colégio Nossa Senhora de Lourdes na formação da elite feminina. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 3, p. 147-154, jan-dez de 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2a ed. São Paulo: T. A Queiroz:

Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989;

**BRASIL**. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 28 ago. 1979.

BURKE, Peter (org.). 1992. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo, UNESP, 354 p. [original: 1991].

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011, 219p.

CARDOSO, Célia Costa. 1964 EM SERGIPE: política e repressão. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais**. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-18.

CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. In: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; ARIAS NETO, José Miguel. **Democracia e Autoritarismo: estratégias e táticas políticas**. São Paulo: Horizonte, 2015. p. 115-141.

CARONE, Edgard. **Da esquerda à direita**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, 230 p.

CARONE, Edgard. **O PCB. 1943 a 1964**. São Paulo: DIFEL, 1982, 325 p. (Vol. 2).

CARONE, Edgard. **O PCB. 1964 a 1982**. São Paulo: DIFEL, 1982, 400 p. (Vol. 3).

CHAUÍ, M. S. Os trabalhos da memória (Apresentação). In: BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p. 17-32.

CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985**. 2. ed. Aracaju: Criação, 2021.

CRUZ, José Vieira da. MEMÓRIAS EFERVESCENTES: ESTUDANTES, ARTISTAS E OS MOVIMENTOS CULTURAIS EM SERGIPE EM TEMPOS DE SOMBRAS. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Anpuh, 2009. p. 1-9.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe: República, 1889-2000**. 2.ed. Aracaju: Editora SEDUC, 2022.

DANTAS, José Ibarê Costa. **A Tutela Militar em Sergipe: 1964-1984** (partidos e eleições num Estado autoritário). 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

DEMIDOFF, Alexandre de Oliveira; MATOS, Marcus V. A. B. de. Política, Ideologia e Movimento Estudantil: a participação do c.a.c.o. na greve dos bondes de 1956. **Revista Eletrônica OAB/RJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-30, out. 2021. Edição Especial: 130 Anos da Faculdade Nacional de Direito/UFRJ. Disponível em: <https://revistaeletronica.oabRJ.org.br/?artigo=politica-ideologia-e-movimento-estudantil-a-participacao-do-c-a-c-o-na-greuve-dos-bondes-de-1956>. Acesso em: 28 mar. 2025.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930 e a estruturação do Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERENANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 1966

FERNANDES, Simone Silva. Ação Católica Brasileira: as origens de uma fundamentação teórica para a institucionalização de um apostolado leigo dentro da igreja e preservação de seu patrimônio. In: XIV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH RS: DEMOCRACIA, LIBERDADE, UTOPIAS, 2018, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2018

FERRAZ, Marcelo; MARTINELLI FILHO, Nelson; SALGUEIRO, Wiberth. **Memorial poético dos anos de chumbo: uma antologia**. Porto Alegre: Zouk, 2024.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura**. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 59-124.

FICO, Carlos. **A História do Golpe de 1964 no Brasil: um século de conflitos políticos**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. 2. ed. Aracaju: Editorial de Sergipe, 1986. 7 v.

GAMA, João Augusto. **Memórias de um Político**. Aracaju: Criação Editora, 2024. 170p.

GHERMAN, Michel. Bolsonarismo e a extrema direita no Brasil: uma reflexão sobre origens e destinos. In: PAULA, Marilene de; VITAL, Christina (org.). **Religião, democracia e a extrema direita** [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2023. p. 58-65. PDF.

Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2023/07/18/bolsonarismo-e-extrema-direita-no-brasil-uma-reflexao-sobre-origens-e-destinos>. Acesso em: 08 dez. 2024.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos do arquivo privado. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, jul. 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/issue/view/287>. Acesso em: 31 mar. 2025.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 17-58.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 24, n. 2, 2023. DOI: 10.34019/2594-8296.2018.v24.20880. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20880>. Acesso em: 15 jul. 2025.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Juventude e Ditadura: a Ação Popular e a luta armada**. São Paulo: Annablume, 2009.

GONZAGA, Hugo. **O movimento estudantil e a ditadura militar no Brasil (1964–1984)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação: perspectivas**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003. Tradução de Beatriz Sidou.

HASENBALG, Carlos. **Estrutura e Mudança Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **26 poetas hoje: antologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de Viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960-1970)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja na América Latina e no Caribe: 1945-1995: o debate metodológico/apresentação** José Oscar Beozzo – Petrópolis: Vozes, 1995.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la Memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, S.A, 2002.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 90-113. Tradução de Pedrinho A. Guareschi.

LARA, José Victor de; DAMASCENO, Natália Abreu; OLIVEIRA, Pedro Carvalho. **De Washington ao nordeste brasileiro: política externa e desenvolvimento na guerra fria (1947-1964)**. Porto Alegre: Fi, 2021. 159 p.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. Tradução de Fernando Scheibe.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MENDONÇA, Katherine de Albuquerque. **A Pluralidade Poética de Mário Jorge: do concretismo a outras expressões poéticas**. Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia de Letras, 2001.

MUDROVIC, Maria Inés. **Algunas consideraciones epistemológicas para una "historia del presente"**. Madrid: Hispania Nova, 1998-2000. p. 1-7. Disponível em: <http://hispanianova.rediris.es/general/articulo/013/art013.htm>. Acesso em: 6 maio 2024.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira: Utopia e Massificação (1950-1980): cultura de massa e cultura de elite, movimentos de vanguarda, arte e política**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **Juventude e Contracultura**. São Paulo: Contexto, 2023. 176 p.

NASCIMENTO, Afonso. **Mário Jorge e a militância política estudantil**. 2020. Disponível em: <https://www.blogprimeiramao.com.br/mario-jorge-e-a-militancia-politica-estudantil/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

NORA, Pierre. “Entre memória e História: a problemática dos lugares”. Tradução: Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**. v. 10. São Paulo: PUC, 1993. p. 07-28

NUNES, Ronaldo de Jesus. Desvendando o enigma vermelho: Operação Cajueiro, PCB e crise partidária em Sergipe (1976-1980). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, [S. l.]**, v. 1, n. 54, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/21419>. Acesso em: 02 de jun de 2025.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; ALVES, Eva Maria Siqueira; COSTA, Rosemeire Macedo; FONSECA, Simone Silva da. Fontes e acervos na escrita da história de uma instituição educacional: o lugar do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 2, n. 50, p. 178-203, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/14585>. Acesso em: 02 jun. 2025.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. **Topoi (Rio de Janeiro)**, [S.L.], v. 18, n. 35, p. 429-446, jul. 2017. UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x01803509>.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E A GUERRA FRIA EM SERGIPE DURANTE O GOVERNO SEIXAS DÓRIA. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, São Cristóvão, v. 30, n. 16, p. 197-214, jan-jun. 2022.

PAES, Maria Helena Simões. **A Década de 60: rebeldia, contestação e repressão política**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1992.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. Poesia Marginal: Literatura e Cultura nos anos 1970. In: **Em Busca do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 200-212, 1989.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: **Estudos Históricos: Memória**, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

PORTELLI, A. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. Tradução de Ricardo Santhiago.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Desafios do historiador brasileiro face às utopias latino-americanas do século XX. In: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; ARIAS NETO, José Miguel. **Democracia e Autoritarismo: estratégias e táticas políticas**. São Paulo: Horizonte, 2015. p. 13-28.

PRADO, Thiago Martins. **Utopia Política, vanguarda e ritual: linguagem e temporalidade na poesia de Mário Jorge**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008. 176p.

RAMOS, Antônio da Conceição. **Movimento Estudantil: a JUC em sergipe (1958-1964)**. 2000. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2000.

REGINATO, Andréa Depieri de Albuquerque; REIS, Gilson Sérgio Alves (org.). **Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo" Sergipe: relatório final**. Aracaju: Edise, 2020. 426 p. E-book [PDF].

REIS FILHO, D. A. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, D.

A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 29-52.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 29-52.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Carla Darlem Silva dos. *Gazeta de Sergipe: Gazeta combativa? (1959-1968)*. **Revista Crítica Histórica**, [S.L.], v. 5, n. 10, p. 37-63, 1 dez. 2014. Universidade Federal de Alagoas. <http://dx.doi.org/10.28998/rchv15n10.2014.0004>.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. São Paulo: Zahar, 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, E. F.; VASCONCELOS, S. M. F. A entrevista de narrativa de vida: uma abordagem que revela um gênero. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 9, n. 4, 2020, p. 209-224.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas: Unicamp, 2007.

RIDENTI, M. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era TV**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2010.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Tradução de Ana Moura.

RISÉRIO, Antônio. *Duas ou três coisas sobre a contracultura no Brasil*. In: ITAÚ CULTURAL. **Anos 70: trajetórias**. São Paulo: Itau Cultural, 2005.

RODRIGUES, Simone Paixão. **Com a palavra, os alunos: associativismo discente no grêmio literário Clodomir Silva**. 2015. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. p. 56.

RODRIGUES, Simone Paixão. Joel Silveira: traços da história de um jornalista sergipano na imprensa carioca. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 1, n. 44, p. 87-106, fev. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/11944>. Acesso em: 01 abr. 2025.

ROLLEMBERG, Denise. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. 4. ed.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Vol. 4.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. 60 anos do Golpe de 1964: em defesa da memória e da democracia no Brasil. **Revista Paulo Freire**, Aracaju, n. 47, p. 8-11, maio 2024. Disponível em: [https://sintese.org.br/download/revista-paulo-freire\\_47/](https://sintese.org.br/download/revista-paulo-freire_47/). Acesso em: 08 dez. 2024.

SÁ, Fernando. **Combates entre História e Memória**. São Cristóvão: Ufs, 2005.

SADER, Emir. CUBA NO BRASIL: influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SADER, Emir; MORAES FILHO, Evaristo de; MORAES, João Quartim de; ZAIDÁN, Michel; SANTOS, Raimundo. **História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 159-183. V. 1.

SANTOS, Gilberto Francisco (GilFrancisco). **Agremiações culturais de jovens intelectuais na imprensa estudantil: grêmio Clodomir Silva & mensagem dos novos de Sergipe**. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2019.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEVCENKO, Nicolau. Configurando os anos 1970: a imaginação no poder e a arte nas ruas. In: ITAÚ CULTURAL. **Anos 70: trajetórias**. São Paulo: Itaú Cultural, 2005.

SILVA, Jefferson Luiz. Faculdade Nacional de Direito e a luta pela garantia do processo democrático. **Revista Eletrônica OAB/RJ**, Rio de Janeiro, p. 1-9, out. 2021. Edição Especial: 130 Anos da Faculdade Nacional de Direito/UFRJ. Disponível em: <https://revistaeletronica.oabRJ.org.br/130-anos-da-faculdade-nacional-de-direitofrj/lista-de-artigos-edicao-especial-fdnufjr/>. Acesso em: 28 mar. 2025;

SILVA, José Calazans. **Sergipe e o Estado Novo**. Aracaju: Editorial de Sergipe, 1975.

SILVA, Rosana Oliveira. **ESTADO, IGREJA E IMPRENSA: o episcopado de Dom José Brandão de Castro e a Ditadura Civil-Militar em Sergipe (1964-9185)**. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

## C. APENDICE

- I. Termo de consentimento livre e esclarecido elaborado pela autora para as entrevistas

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O senhor/A senhora está sendo convidada a participar como voluntária da pesquisa **"ITINERÁRIOS DE UM ARTISTA REVOLUCIONÁRIO: MEMÓRIA E POESIA DE MÁRIO JORGE DE MENEZES VIEIRA (1963-1973)"**, que tem como objetivo compreender os processos de formação da militância política de Mário Jorge de Menezes Vieira, a partir das experiências vividas, entre 1963 e 1973, e da memória coletiva sobre esse período. A pesquisa é de responsabilidade de Maria Vitória Santos Fontes, mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS-UFS), sob orientação do Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá.

Se concordar em participar, o seu nome não será divulgado e os dados obtidos através da sua participação nas atividades de questionários e entrevistas serão utilizados somente para os objetivos da pesquisa. Você não terá nenhum custo, nem receberá benefício financeiro, por isso, podendo desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem prejuízo algum. Somente nós, o pesquisador responsável e/ou equipe de pesquisa, teremos conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo. Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que está disponível no site: [http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha\\_Direitos\\_Participantes\\_de\\_Pesquisa\\_2020.pdf](http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf)

Esta pesquisa tem alguns riscos mínimos como: invasão de privacidade; possibilidade de constrangimento, desconforto ou cansaço ao responder às perguntas; divulgação de dados confiáveis; interferência na sua rotina de atividades. Mas, serão tomadas medidas e cautelas para evitar ou reduzir esses riscos como: mostrar os resultados da pesquisa; minimizar desconfortos através de ambiente reservado para as entrevistas e liberdade para não responder questões que não se sinta a vontade; garantir o uso dos dados somente para os fins da pesquisa e assegurar a confidencialidade e sigilo das informações; e também, a

suspensão do estudo se percebermos algum risco ou danos a sua saúde, o que lhe garante assistência integral e indenização, de acordo com o Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 e 954 e Resolução CNS nº 510/2016, Artigo 19.

Esclareço que a pesquisa traz benefício direto em relação às práticas educadoras de terreiro executadas a partir das experiências das mulheres, líderes das comunidades, onde a educação é praticada, colaborando para a positividade do reconhecimento dos terreiros de candomblé enquanto espaços educativos. Além disso, o pesquisador assume o compromisso de apresentar os resultados do estudo de forma individual aos participantes da pesquisa e também à instituição pesquisada, através de orientações sobre o processo de educação praticada fora dos muros escolares.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais. Deverá ser assinado tanto pelo participante da pesquisa como pelo pesquisador responsável e todas as páginas serão rubricadas. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Depois desse tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. A sua identidade será tratada com padrões profissionais, atendendo as legislações brasileiras (Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde – CNE), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Qualquer dúvida, por favor, entre em contato com Maria Vitória Santos Fontes, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: (79) 99130-3949, e-mail: [mmvsfontes@gmail.com](mailto:mmvsfontes@gmail.com), endereço: Av. Dr. Silvio Cabral Santana, 500, Casa 08, Aruana, Aracaju/SE, CEP 49.000-239 e **Prof. Dr. Antonio Fernando de Araújo Sá** (Orientadora da pesquisa), e-mail: [fernandosa@academico.ufs.com](mailto:fernandosa@academico.ufs.com). E, com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, localizado à Rua Cláudio Batista s/n. Bairro: Sanatório– Aracaju. CEP: 49.060-110 – SE. E-mail: [cep@academico.ufs.br](mailto:cep@academico.ufs.br), telefone e horários para contato: (79)3194-7208, segunda a sexta-feira das 07 às 12h. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é responsável pela avaliação e acompanhamento de pesquisas que envolvem seres humanos, e tem como objetivo a proteção dos participantes de pesquisa do Brasil.

*Consentimento do participante*

Eu, abaixo assinado, declaro que concordo em participar desse estudo como voluntário(a). Fui informado(a) e esclarecido(a) sobre o objetivo desta pesquisa, li, ou foram lidos para mim, os procedimentos envolvidos, os possíveis riscos e benefícios da minha participação e esclareci todas as minhas dúvidas.

Sei que posso me recusar a participar e retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me cause qualquer prejuízo, penalidade ou responsabilidade. Autorizo o uso dos meus dados de pesquisa sem que a minha identidade seja divulgada.

Recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim e pelo Pesquisador Responsável.

*Nome da*

*participante:* \_\_\_\_\_

*Assinatura:* \_\_\_\_\_ *local e*

*data:* \_\_\_\_\_

*Declaração do pesquisador*

Declaro que obtive de forma apropriada, esclarecida e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante para a participação neste estudo. Entreguei uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e a última assinada por mim ao participante e declaro que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

*Nome do Pesquisador Responsável:*

\_\_\_\_\_

*Assinatura:* \_\_\_\_\_

*Local/data:* \_\_\_\_\_

*Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha quando aplicável:*

\_\_\_\_\_

*Assinatura:* \_\_\_\_\_

*Local/data:* \_\_\_\_\_

**II. Entrevistas****Entrevista com Ana Lúcia Menezes Vieira (19/02/2025)**

**Maria Vitória:** O segundo eixo ele é sobre a militância política dele no movimento estudantil secundarista. E o terceiro sobre a militância política partidária no PCB.

**Ana Lúcia:** É a parte mais praticamente que a família, a gente não tem informação porque ele militava em silêncio, nós não sabíamos. Depois quando vem o golpe militar é que a gente vai saber e mamãe até resistia a acreditar que ele era do partido como esse, mas no instante ela incorporou então é mais quem era do partido, né?

**Maria Vitória:** O quarto eixo é sobre a memória política dele aqui em Sergipe. Mas vamos começar pelo começo, né? A primeira parte é isso, as experiências que marcaram a juventude, a infância e a juventude de vocês dois. O que você se lembra sobre Mário Jorge e descrever um pouco das lembranças da família. Onde vocês cresceram, como foi a infância e a juventude.

**Ana Lúcia:** Bom, Jorge é o mais velho, né? E eu sou a segunda, minha mãe teve mais três filhos, né? Mas aí é que vem então, tanto Mário Jorge quanto eu, Ana Lúcia, nós somos os primeiros filhos, sobrinhos e netos de uma família muito grande por parte de mãe. Minha mãe era ela e mais sete irmãos. Seis irmãs e um irmão. E assim, era uma família muito acolhedora e nós éramos o centro da família. A família é grande e chega assim, Jorge depois, praticamente três anos depois eu chego. E aí vai diferenciar a nossa criação. Por quê? Porque minha mãe, depois da Segunda Guerra Mundial, depois que eu nasci, foi feita a pesquisa do fator RH. E minha mãe tinha fator RH negativo e meu pai positivo. E eu nasci com RH positivo. Já Jorge nasceu negativo.

Então eu vim tranquilamente, né? Porque ele era compatível com mamãe. E depois que eu nasci, um ano depois, mamãe, não chegou, é um ano e pouco, mamãe engravida e tem a primeira perda, né? Que é meu irmão Alcino. Ela tem um parto normal e a criança nasce morta e ninguém sabia a causa. Então quando mamãe engravidou e que foi para a maternidade e tudo mais, a gente era muito acolhido pelas tias, pela avó materna. E tinha uma tia. Uma tia que não tinha filhos, que era a Carolina, que casou-se com a Osman Fontes. Foi, inclusive, professor catedrático da universidade, Departamento de Direito. E aí eu e Jorge ficamos com eles, para mamãe ir para a maternidade, depois que ela vinha traumatizada e tal. E isso teve uma sequência.

Porque depois, eu acho, com menos de dois anos, ela engravidou de novo. Aí veio uma menina, o mesmo processo. Depois desse quarto. O quarto parto é que se descobre, e mamãe é o primeiro caso a ser estudada aqui, por Doutor Hugo, né? E o caso dela foi publicado em revista nacional sobre a questão do fator RH negativo. E daí, quando ela vai ter a quinta gravidez, ela vai para o Rio de Janeiro, porque entra naquele processo de fazer cesárea antes do sétimo mês de gravidez e fazer a transfusão. Então ela vai para o Rio de Janeiro. Porque lá ela tinha uma irmã, que também estava grávida, inclusive, as duas, com o mesmo problema de fator negativo, os maridos positivos. E ambas fizeram o mesmo dia, cesariana.

Só que meu primo conseguiu sobreviver, mas meu irmão era um menino, não. Com três horas de transfusão, morreu. Então, veja, eu e Jorge tínhamos, assim, muito acolhimento da família por conta dessa vida de mamãe. Então, as irmãs. As irmãs ajudavam bastante. E nós fomos, praticamente, nós tivemos dois pais e duas mães. Só que eu fiquei mais apegada a, não é mais apegada, mas eu convivia mais na casa de meus tios, por ser a filhada deles de batismo. E aí eles me ensinaram a chamar paizinho e mãezinha e Jorge, papai Osman e mamãe Caió. Ambos chamavam eles de pais. E, assim, era como se fossem dois pais e duas mães mesmo, tanto que o meu tio vendeu a casa que ele tinha na Avenida do Marumarum para construir na praça e toda a família ficou ali na praça.

Uma tia-avó, meus tios, que nós chamávamos de pais, e meus pais. Então, era uma família muito unida, com muita identidade. É uma família musicista, desde a infância, que minha tia mais velha, irmã de mamãe, ela era professora do Jardim da Infância Augusto Maynard, mas ela tocava muito bem acordeom e piano. E ela fundou aqui, era na Praça Tobias Barreto, na casa da minha avó, a Academia Mário Mascarenhas, que era, na década de 50, a classe média e a classe alta, era o boom da música, era o acordeom. Então, ela ensinava acordeom. E aí eu aprendi. Eu aprendi acordeom. Jorge não quis acordeom, foi aprender piano com a professora Maria, ali na Rua de Pacatuba. Depois, minha tia, nessa academia, ela criou uma orquestra, assim, com as alunas, que era o músico, agora falha a memória, eu estou assim, falha a memória, depois eu lembro.

Enfim, era o grande carnavaquista daqui, mas ele é que nos ensinava a tocar os instrumentos de percussão, não de sopro, né? E esse conjunto, minha tia vazia grandes espetáculos, no Ateneu no final do ano, predominância do acordeom, mas também sempre tinha essas alunas tocando outros instrumentos. Ela tocava o piano. A minha tia mais nova, que ainda é viva, a Maria Virginia, tocava acordeom. Eu tocava Bangor e reco-reco também, e Jorge na bateria, né? E assim, as outras alunas também tocavam instrumentos. E a concentração da família era toda na casa da minha avó, na Praça Camerino, né? E era uma família grande e muito unida, principalmente, por exemplo, todos os dias a gente, eu e Jorge, estudávamos no Colégio Brasília, né? E quando ia tarde, a gente vazia a banca, né?

E uma das donas do Colégio Brasília era a vizinha da minha avó, a professora Helena. E nós voltávamos todos os dias com ela, ficávamos na casa da avó, esperando o pai ou a mãe para vir nos buscar, né? Então, assim, essa foi, assim, no Jardim da Infância Augusto Maynard, essa minha tia Maria Aurélia. Ela era professora, mas, na verdade, ali tinha uma influência muito grande, né? De uma concepção, eu acho que do Freud mesmo, né? Em termos de Jardim da Infância. Até a arquitetura dela é bem interessante. E ela tocava piano, né? Para os agrupamentos de alunos e também para nos acalmar depois do recreio, né? Sabe? Então, era assim. E ela levava música também ali para o Jardim da Infância Augusto Maynard. Era um grupo de professoras, todas da classe  
média,  
né?

Dirigida pela professora Nubet Yuba, Bebet Yuba, né? E que era uma liderança que aglutinava muito as professoras. E tinha uma pedagogia muito interessante, né? Jorge passou pelo Jardim, eu também, e depois nós fomos para o Brasília. No quarto ano, né? Que era seriado, que era a quarta série. Jorge, quando terminou, fez o exame de admissão, para o Ateneu. E três anos depois eu faço para o Colégio São José, que era na praça onde nós morávamos. Então, é bem a característica do masculino e do feminino. Ele vai para o Ateneu, eu vou para o Colégio de Freira. Porque a minha família era muito católica, né? Meu nome, Lúcia, é uma homenagem à minha tia, irmã de mamãe, que foi ser freira. Mas ela foi ser freira. Sacramentina, né?

Mas mamãe também, como muito católica e militante ali da paróquia São José, ela fez a opção de eu ir para as irmãs Sacramentinas, né? Bom, enfim, Jorge vai para o Ateneu. Desde a infância, né? No Colégio Brasília e depois no Ateneu. Ele sempre se destacou, né? Pelo seu desempenho cognitivo. Sempre foi um aluno, assim, de destaque. Sem...? Nós não tínhamos uma família que exigia aquela disciplina de estudo e tal. Realmente, ele tinha uma inteligência acima do normal. Era um menino que se destacava desde pequeno, por exemplo. Ele, com acho que uns quatro ou cinco anos, teve uma corrida de velocípede aqui no centro da cidade. Eu acho que foi a Rádio Liberdade que promoveu. E era Santos Mendonça, né? Que promovia essas coisas como radialista. E ele era nosso  
vizinho.

Morávamos bem perto, a gente na praça, ele ali na Rua do Cedro. E ele era compadre do meu pai. Meu pai era padrinho do filho mais novo dele. E Jorge, nessa corrida de bicicleta, ele ganhou o primeiro lugar. Então, ele passa a ter medalhas e reconhecimentos desde pequenininho, né? Sempre se destacando. Daí ele faz o exame de admissão também. Ele passa em primeiro lugar lá no Ateneu. Bom, e aí ele vai entrar na adolescência no Ateneu, sempre um aluno de destaque. Sempre o destaque dele era na parte de escrita e de história, mas Jorge tinha uma inteligência múltipla mesmo. Ele tinha facilidade para matemática, para física, para química. Não tinha dificuldade nessa área de conhecimento. Não tinha dificuldade de estudo. Bom, ele vai, continua os estudos e vai fazer o curso científico.

Naquele tempo era científico e clássico, né? E o curso normal, que era o pedagógico. Eu vou para o Colégio São José. No Colégio São José eu faço o antigo ginásio e vou fazer, quer dizer, eu resolvi fazer o clássico, mas no primeiro mês eu não me adaptei. No Colégio Ateneu, para mim, foi outro mundo assim né, aí eu voltei e fiz o curso normal, fiz o pedagógico lá com as freiras.

E Jorge, quando estava no segundo ano científico, é aí que ele entra para a militância política, né? Segundo Marcelo Bonfim, ele filiou-se ao Partidão com 16 anos de idade. Nem eu, nem papai, nem mamãe sabíamos. Ele fez a militância dele. Ele sabia que tinha todo o apoio da família para o que ele fazia, o que ele quisesse fazer, mas nunca colocou assim para a família. E aí ele vai para o Grêmio Estudantil, cuja liderança era o Wellington Mangueira. Mas ele fazia parte do Grêmio, inclusive a gente tem fotografia dele na sala, lá do Grêmio e tal. E aí no segundo ano, científico, e os colegas, as lideranças do Grêmio, estavam já no terceiro ano clássico. Quando são todos expulsos do Ateneu, né? A portaria do 28 BC. E a denúncia que eles eram subversivos e estavam ideologicamente atrapalhando a escola foi feita pela própria diretora, né? A Maria Augusta Lobão. Bom, Jorge era o único que estava no científico, era o mais novo da turma. Ele tinha 16 anos. Foi um choque para todo mundo. Ter seus filhos adolescentes, assim, já no final do ensino médio, expulso de uma escola. E só existia de escola pública essa, né? Em Sergipe. As demais escolas que tinham ensino médio eram escolas particulares, que eram o Jacques Figueiredo, o Tobias Barreto e o Salesiano. E eram escolas que, politicamente e ideologicamente, não iam aceitar a transferência de adolescentes expulsos pelo golpe militar. Pelo exército.

Então, foi assim, um pânico desses adolescentes não terem onde estudar. E, assim, minha mãe, pela militância católica dela, ela era da ação católica, era uma mulher muito ativa, né? Muito criativa, tinha muita energia e muita coragem. Ela tinha uma relação muito próxima com o Dom Távora, né? Tanto que meu pai era agnóstico. E era o tesoureiro do agrupamento que eles tinham. Bom, eu estou com muita falha de memória, mas a Fundação Manoel Cruz, que era um dos lugares que mais dá renda à Arquidiocese, porque o Manoel Cruz deixou muitos bens para a Diocese. Meu pai era o tesoureiro da Fundação, porque Dom Távora confiava muito em papai. E, de vez em quando, ele ia jantar com a gente, né? E aí, ele orienta a mamãe no sentido de conversar com o padre Carvalho para ver por que a estrutura do seminário em Sergipe, que era dirigido pelo padre Carvalho, era de científico, não era de clássico. Então, mamãe foi conversar e o padre Carvalho, mesmo com a pressão de 1928, aceitou Jorge no segundo ano científico. E, assim, Jorge termina o segundo ano científico. Inclusive, assim, no livro, no primeiro livro que o Hélio com a mamãe organizaram, Poemas de Mário Jorge, tem a oração que ele escreve no final do ano, né? E ele vai conversando com o padre Carvalho, que o clássico era bem melhor no seu currículo para o seminarista, porque aí tem filosofia, sociologia, do que o curso científico. E o padre Carvalho, convencido disso, transforma o terceiro ano em clássico, né? Porque podia acontecer isso, fazer adaptação do currículo. E, assim, os demais estudantes expulsos vão para o colégio, ou para o seminário, que passou a ser depois o Arquidiocesano, estudar o clássico e terminar o seu curso. A maioria deles fizeram o direito, né? Eu acho que só Alceu, que fez letras, mas os demais eu acho que fizeram o direito. E Jorge também, no vestibular, passa em primeiro lugar, na faculdade de Direito. Daí, ele não se adaptou muito. É aquela decepção do adolescente que entra numa perspectiva e é outra, né? Alguns professores muito conservadores, em plena ditadura militar.

Bom, vem um professor, eu acho que professor Ovidio, né? Bom, vem um professor, eu acho que professor Ovidio, né? Traz, eu não lembro, não gravei, quem foi o professor da USP de Sociologia. Eu acho que não foi Florestan Fernandes. Mas veio um desses professores dar um seminário aqui pela universidade, né? Através do professor Ovidio. E Jorge vai fazer esse seminário. E ficou muito encantado com o curso de Ciências Sociais. E leva esse professor para meus pais conhecerem no jantar lá em casa. Para que o professor convença de que ele deveria estudar em São Paulo, né? E aí,

papai e mamãe diziam, tudo bem. Então, ele resolve fazer vestibular na USP, né? Em São Paulo. Meu pai era revendedor Volkswagen. Quer dizer, ele era um dos diretores da Transemasa. Ele era o vice-presidente. Mas era um acionista. Ele era um acionista minoritário, mas era uma pessoa, foi o primeiro revendedor, não só em Sergipe, mas quando ele aposentou-se, ele era o mais antigo do Brasil, da Volkswagen. Então, praticamente, quase todo mês, ele ia para São Paulo para buscar a cota de carro, né? E naquele tempo, os carros vinham, eles vinham dirigindo. Então, ele ia, ele trazia um carro e outros motoristas vinham trazendo a frota, que eram frotas pequenas. Depois é que foi aumentando. Então, papai tinha uma relação boa lá em São Paulo. E nós tínhamos os sergipanos que estavam em São Paulo por conta da perseguição da ditadura, como o jornalista e economista Paulo Barbosa, que foi como um irmão para Jorge. Então, Jorge é bem acolhido lá em São Paulo. O vestibular foi no mês de dezembro, final de novembro, início de dezembro. Passou um mês estudando para o vestibular, né?

**Maria Vitória:** Qual foi o ano?

**Ana Lúcia:** O ano foi 66 ou foi 67, viu? Agora você me pegou, acho que foi 66, né? Aí ele faz o vestibular e passa, né? Também. Segundo uma ex-namorada dele, lá da USP, ela passa a informação que ele foi um dos primeiros classificados. Me parece que ele passou em terceiro lugar. Mas também nós nunca tivemos acesso a esse documento, para ver como é que foi a classificação. O fato concreto é que ele começou a fazer ciências sociais.

A essa altura, ele já tinha uma boa relação com o pessoal do Rio de Janeiro, porque a minha tia, que morava no Rio de Janeiro, irmã de mamãe, assim, nós éramos muito apegados a ela também. Então, nas férias, sempre a gente, desde a adolescência, que a gente passava lá no Rio de Janeiro, né? E, a partir daí, ele começa a ter uma relação muito forte na área de cultura com o pessoal de teatro, que ele já tinha uma influência aqui, né? O Bem-vindo Salles, o Bem-vindo Siqueira, influenciou muito aqui a formação, né? Eu acho que quem mais fez teatro e tudo, naquela época, com o Bem-vindo, foi o Gama, né? Mas devem ter sido outros também. Enfim, nessa relação, ele já tinha uma ponte com o teatro da Ilha, o teatro de opinião da Ilha do Governador, né? Inclusive, eu acho que foi em 67 ou foi em 68 que o grupo vem apresentar a peça Joana em Flor, aqui. Então, quando ele vai pra São Paulo, ele já tinha essa relação também no Rio. Rio, São Paulo, enfim. Lá, ele amplia a relação de amizade dele, né? E ele deixa o Partido Comunista, né? Ele nunca falou pra mim que tinha rompido e que a opção dele foi por Marighella. Na ruptura. Mas pra a companheira dele, a Marinice, né? Que também era do Partidão, o Múcio Medicina e tal, que é a mãe do meu sobrinho mais velho, do Ernesto, ele disse que rompeu com o Partido, que não tava concordando com a tática e tava concordando com o de Marighella. Mas se é que ele militou com Marighella, foi pouco tempo.

Ele deixa a militância, entra pra essa parte cultural, né? E, enfim, vai mudar totalmente a vida dele. Bom, voltando pra essa parte cultural, Jorge escrevia muito bem. Vazia as redações dele, sempre ele se destacava. Mas poesia mesmo, que a gente tem conhecimento. Ele escreveu o primeiro poema quando foi expulso, quando recebeu a portaria de expulsão. Quando ele, no outro dia de manhã, a mamãe encontrou, ele fez tipo um caderninho, assim, e a mamãe encontrou a primeira escrita poética dele no chão. Ele escreveu e tava ali no chão. Daí em diante, ele começou uma produção muito intensa, né? Era uma pessoa que estudava bastante, lia muito, né? Muito. Tinha uma cultura geral muito consolidada pra idade dele.

Jorge, com 17 anos, debatia com Dom Luciano, né? Eu me lembro que ele me levou, eu adolescente, eu fui com a então mulher dele, a Marinice, pra um debate. Eu acho que eu tinha 17, 18 anos. Era no período do golpe militar mesmo. Na galeria Álvaro Santos, né? Sobre Thierry Chardin. E aí ele foi discordar de Dom Luciano. Ele novo, tinha 19 anos. E Dom Luciano ficou extremamente irritado, né? Daquele jovem tá discordando. Mas era uma pessoa assim, muito à frente do tempo dele. Muito,

né? E não só pela leitura, mas eu acho que pela criação que nós tivemos. Minha mãe só tinha o ginásio. Ela foi educada com as freiras sacramentinas, né? Interna, ali no Colégio Sacramentina. E meu pai tinha o ginásio e o curso de contabilidade. Que naquele tempo não era ensino médio. Se você terminasse o ginásio, tinha o ensino profissionalizante. Ele fez contabilidade. Mas era um homem que escrevia bem. Que gostava muito de ler, né? De estudar. E eu vejo que a inteligência de Jorge era muito semelhante à de papai, assim.

Bom, enfim. Eles tinham uma educação muito liberta pra gente. Muito libertária, sabe? Na nossa casa era muito diálogo. Nem eu, nem Jorge nunca tivemos, vamos dizer, uma repressão física. Um castigo, assim. Era muito na conversa. Estabelecia limites, mas muito colocando o porquê daquele limite. Então, é muito interessante. Eu acho que eles tinham essa visão que era muito mais pela intuição e as pistas, as leituras que eles tinham do que, na verdade, as informações acadêmicas, né? Então, isso ajudou muito a Jorge ter uma visão libertária. Muito à frente do seu tempo. Agora também perdeu muito os limites, né? Assim, em termos do que a sociedade estabelecia, ele rompia, né? Rompia.

Eu me lembro que eu fui com ele também, com o Marinice, assistir, nesse período, né? Final de 60, início de 70. Macbeth, aqui no Teatro Ateneu. E quem sacou que já era um teatro interativo, né? De participação do público, foi ele. Eu lembro que, no final, ele vai participar da matança também. Quer dizer, ele pega a arma. Voltando, né? Para a parte de quando ele está em São Paulo. Aí ele abandona praticamente o curso de Ciências Sociais e ele fica nessa dúvida.

Ele casa em 68, né? A namorada, a Marinice, era ainda estudante de medicina, engravidou. E ele, apesar de ser bastante influenciado pelo William Hash, né? A Revolução Sexual. E um comunista daqueles que achava que o casamento é contrato e tal. Ele colocou o seguinte, olha, eu vou casar no civil. Porque a Marinice era filha de pastor, né? O pastor José. E minha mãe é muito católica. Em igreja, eu não caso. Porque um é católico, o outro é evangélico, é protestante. E eu não sou nada, então eu não caso. Mas vou casar no civil que atende os dois, né? Não ia chocar nenhuma das duas famílias. E assim ele fez. E Marinice casou sabendo a cabeça de Jorge. Ele jamais seria enquadrado dentro das regras de convivência. De casamento e tal. Bom, enfim. O Ernesto nasce no dia 30 de outubro de 68. E já no final de novembro ele é preso, né? Tanto que Ernesto ia novinho, né? Comigo e mamãe, lá pra visitá-lo. Ele ficou nessa coisa. Entre São Paulo e Aracaju.

Voltou a estudar direito, mas no primeiro semestre cancelou. Aí volta, reabre a matrícula. Nessa história de vai e vem, fecha uma matrícula, fecha outra. Ele não concluiu nenhum dos dois cursos, né? E no dia 11 de janeiro de 73 ele estava com a esposa. No apartamento da esposa, né? Mas ele tinha N namoradas lá em São Paulo. E tinha uma das namoradas que tinha engravidado. Que era a Luiza Medeiro. Que também é sergipana. Filhos de sergipano, né? E no outro dia ele ia viajar. Quer dizer, no dia 12 ele ia pra São Paulo exatamente pra visitá-lo, né? Porque ela estava já acho que no sexto mês de gravidez. Bom, enfim. Aí de manhã cedo ele pede o carro de Marinice. Que era um fusquinha. Pra vir dar um mergulho aqui na praia, né?

E aí quando ele vem, depois da ponte. Que era a ponte antiga. Não era essa ponte. Exatamente naquela curva ali do Parque dos Cajueiros, né? Um ônibus para. E não deu tempo dele parar. Ele desvia. Quando ele desviou vinha um rapaz. Num chevette aprendendo a dirigir. Tinha muito terreno do lado direito. Mas ele não teve a agilidade de desviar. Então a batida foi de frente. Jorge morreu na hora. Porque o volante provocou hemorragia, né? Quando um taxista. Amigo nosso. Foi que deu socorro. Viu que ele já estava morto. Aí prestou socorro a outro carro, né? O rapaz que estava aprendendo. Teve problema na perna. Mas, enfim. Foi o problema que ele teve. E Jorge morreu. Exatamente no dia 11 de janeiro de 73. Na adolescência, assim. Era uma pessoa extremamente

alegre.

Jorge era uma pessoa que tinha uma risada. Que marcava todo mundo. Quando ele vinha andando pela Rua Itabaiana. Nas madrugadas. Então minhas amigas que moravam por ali diziam. Olha, Jorginho passou por aqui de madrugada. Por causa das risadas dele e tal. Então era assim. Era uma pessoa muito carismática demais. E muito amigo de todo mundo. E muito desprovido dos bens materiais.

Vou contar alguns fatos. Assim, interessantes. Sim, aí tem um problema, né? Ele começa nessa militância política. Nas suas leituras e tudo mais. Nas suas leituras libertárias e tal. Bom, ele começa a beber. E às vezes se cedia no álcool. Do álcool, né? Ele vai para o fumo. Para a cocaína. Enfim, no final da vida dele. Ele já tinha. Não sei se ele era dependente químico. Porque ele várias vezes. Ele ficou interno para se desintoxicar. Mas ele como vários poetas da geração dele. Que enfrentou a ditadura. As angústias e as ansiedades e tudo mais. Ele resolvia com a questão da droga. A drogadição mesmo. Isso assumido por nós. E com todo apoio. Até pouco tempo. Antes, mamãe guardava numa caixa de fósforo. Folhas de maconha, que estava exatamente na casa. Porque assim, quando ele se casou, meu pai tinha comprado aqui. Logo depois do terminal de Atalaia. Era um grande sítio, de seu Manuel. Que era um amigo do papai e o seu Manuel loteou. Aí papai comprou um lote. De 12 por 30, eu acho, 35, no nome de Jorge e no meu nome. E quando Jorge casou. Fez uma casa pequena para eles. E foi o desenhista Osiel. Que ele era desenhista do DR.

Era do Partido Comunista. Um grande amigo. Que fez o projeto. Então Jorge. No início morava Jorge e Marinice. Depois com muito conflito. Marinice voltou a morar na casa de papai. Até comprar a casa dela. E ali passou a ser a casa dele. Também o ponto de encontro. Dos intelectuais. Das farras. De tudo. É. E. Quando ele faleceu. Que nós fomos buscar. As coisas dele dentro de casa. Nós encontramos. Muita coisa. Mamãe guardava também a seringa. Depois ela. Acho que ela se desfz disso. Porque não está no memorial dele. Mas eu lembro bem. Da seringa. Da caixa de fósforo. E, bom, contar outra parte assim. Bem humana. E desprovida. Da questão material. Ele. Ele ficava aí na casa. Praticava. Teve uma época que. No final da vida dele. Alimentação dele era macrobiótica.

Mas mamãe aqui vazia. E meio dia geralmente eu vinha trazer. Eu era a motorista da família. Então. Acho que ele saiu. Não sei como foi. A casa foi arrombada. A máquina. Eram duas coisas que ele não se separava. A máquina Oliveto Portato. Que o papai tinha dado. Uma para ele. Outra para mim. E o casaco, né. E aí quando ele chega, a casa está arrombada. Não tinha nem o casaco. Nem a máquina. E outras bobagens. Aí. Ele chegou lá em casa. Ele disse “não eu vou ter que ir na delegacia porque eu não vou perder meu casaco nem minha máquina e foi Lorde Múrcio que levou.” Como é que você sabe? “Não, porque Lorde, eu conheço o Lorde e eu sei que foi ele, então eu não quero que ele fique preso mas ele vai ter que devolver minha máquina e meu casaco.”

E assim ele o fez. E foi Lorde Múrcio mesmo. Lorde Múrcio era uma figura assim. Que vazia esses furtos. E tal. Mas que vivia com. Os intelectuais. A rapaziada da época. A moçada aí. E assim. Na delegacia. Ele. Ele. Estava detido mesmo. E aí o Jorge disse “Não, devolve que eu não quero que Lorde fique preso não.” Aí ele devolveu o casaco e a máquina. E eu tenho esses dois objetos. Quando nós fizemos a homenagem ali no Ateneu e eu fiz o memorial dele. Então estava lá o casaco e a máquina, né? Tem a máquina de filmagem. Tem a máquina de fotografia, né? Então esses objetos, ele tinha muito cuidado. Que é o que ele gostava de fazer né?

Então Jorge fez filme né? Não foi só poesia, fazia contos, novelas né? E na última fase dele, essa fase Pop, né? Muito grafismo, muito grafismo. Tanto que o livro que foi premiado, pelo prêmio. Lá da Unicamp que o Vinícius Dantas. É o livro que o Vinícius Dantas organizou. E que disputou esse prêmio. O prêmio foi reeditar o livro. E aí Vinícius conseguiu que a reedição, a capa fosse colorida

e conseguiu colocar vários grafitos dele, colorido, no livro. A primeira edição que fomos nós que bancamos não tem isso né? Que tem outro dado importante, o que a gente já conseguiu publicar de Jorge foi tudo meu pai que publicou, financiou.

Nós nunca conseguimos que o poder público financiasse alguma edição com exceção do A noite que nos habita, que aí deda já era prefeito, mamãe conversou com Deda, que ele deixou. Que é exatamente. Essa última fase dele, Pop, deixou o livro praticamente pronto. Inclusive, Deda, Tânia Soares era presidente da Funcaju aí com Deda, comigo e mamãe, nós consensuamos. Que o livro deveria ser publicado da forma que ele escreveu, inclusive com manuscritos e tal, que é o A noite que nos habita, que está também esgotado. Foi o único livro que a família não teve despesa, né? Os Demais não foram publicados. E a própria reedição também, né, já fomos nós. Tanto de Poema de Mário Jorge como o Envelope, que é a primeira e a única publicação que ele deixa em vida.

É o Revolução, né? É o processo dele em 68 né? Ele nos dizia que os Militares mais queriam que ele decifrasse o que era essa “revolução” né? Não era “revolução”, era “revolição”. Que são as primeira Poesias concretas aqui de Sergipe. Esse livro, esse envelope, eu tive uma grata surpresa no ano passado, quando fui consultada por um grupo de pesquisadores. Quem entrou em contato comigo foi Marcelo, professor de Literatura na Universidade federal de Goiás. Eles conseguiram pela Capes, publicar uma antologia dos poetas que resistiram ao golpe militar né? De Sergipe, o poeta, a poesia que foi publicada foi a de Jorge, e eles tiram exatamente de Revolição. Então, um deles deve ter tido acesso ao envelope e escolheu um dos poemas que está nessa antologia.

E estou tentando ver se Marcelo pode vir agora em março para lançar o livro aqui. O livro já está na Amazon, mas acho interessante lançar agora no mês de março, diante da conjuntura que a gente tá vivendo. No primeiro de abril, nós vamos sofrer um golpe civil-militar. É, bom, se você perguntar acho que a memória vai lembrar de outras coisas.

**Maria Vitória:** Sim. Eu tenho uma pergunta sobre a relação dele com Osman Fontes Se, ele também foi influenciado pela leitura. Porque Osman era um intelectual também, querendo ou não.

**Ana Lúcia:** Era, então, extremamente influenciado né? Então. Quando Osman, que eu chamava de paizinho. Transfere a casa ali para a Praça Tobias Barreto, facilitou a vida minha e de Jorge né? Porque tinha dias que eu dormia na casa dele. Durante o período escolar, geralmente, eu ficava mais na casa de papai e mamãe né, mas nos fins semana ficava lá. Pra. Jorge e pra mim foi excelente. Porque ele orientava, comprava livros e orientava as leituras. Jorge era assim, sedento por leitura. Ele atravessava a praça e ficava na biblioteca de Paizinho trancado, o dia inteiro lendo. Se a gente não chamasse para a refeição, ele esquecia até da alimentação. Lendo né? E a influência muito forte, assim, tanto que, quando eu vou entrar na militância. Porque aí, quando vem o Golpe Militar, eu tinha 14 anos. Então os dois pais e as duas mães procuraram o máximo cecear minha participação, porque eles ficaram apavorados. Mas não tem jeito, você vive aquele ambiente o tempo todo.

Então, eu tive menos leitura nesse período do que Jorge, que já tinha uma leitura acumulada nesse sentido. Já lia os clássicos com a maior facilidade, ele tinha uma facilidade de leitura que eu não tinha. Eu mesma com 14 anos não ia entender Marx e os clássicos, Jorge entendeu né? Claro com a orientação de paizinho, de Osman, né? E também assim, com a vivência de Papai, né? Papai tinha um espírito crítico muito aguçado. E a gente, ele contava muitas histórias pra mim e pra Jorge. Ele era um pai muito presente. Por. Exemplo, final de semana, é ele gostava muito de, com mamãe de viajar pela cidade pra. conhecer o Estado né, e nós íamos. Era muito legal que a gente, nós, íamos em uma Kombi, tanto eu podia convidar qualquer amiga como Jorge também os amigos, então a gente ia embaixo de uma ponte, embaixo de uma árvore, aí mamãe tinha aquele fogãozinho de gás pequenininho, aí esquentava a galinha e tal, aí ali a gente comia e depois continuava.

E assim, tanto eu como Jorge conhecemos grande parte dos municípios de Sergipe, por conta dessa forma como papai e mamãe nos educavam. Então, a influência foi muito grande, da leitura. Paizinho, eu acho ficou mais abatido com toda a perseguição a Jorge do que papai mesmo. E aí, quando eu entro para a militância, acho que foi quando fiz a greve de fome, eles não sabiam. Quando foram avisar mamãe, ela já sabia, porque já tinha saído no noticiário. Mamãe, de pronto, já foi pra Assembleia e, chegando lá, já foi dando entrevista “Bom, eu quero que seja logo resolvido porque eu já perdi um filho não vou perder agora minha filha” ela já foi desse jeito, mamãe não temia nada.

Já os dois pai, ai meu pai me contou que Osman chegou aqui nervosíssimo, preocupado, aí disse “Claudomir, a gente tem que convencer Ana Lúcia de que dá pra ela ser socialista, ela tem que deixar essa militância, porque é muito perigoso e tal.” Ele disse “Olha, as leituras e a formação e influência foram mais sua do que minha. Ela é adulta, mãe de família. Então Jorge também fez a opção dele, era adulto. São opções que eles fizeram na vida. São opções que eles fizeram na vida. A gente vai ter que apoiar e buscar a forma de amenizar as perseguições, mas é opção de vida.” Veja como é interessante, meu pai não era nenhum (...), já Paizinho ficou apavorado, claro. E só tinha eu né? Eu passei ser o centro de dois pais e duas mães. E enfim, até hoje meu sobrinho é apegadíssimo a mim, é tudo comigo. Então a influência foi decisiva.

Porque Osman era socialista, foi militante na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro. Era militante do DCE, com J.G de Araújo Jorge que era o presidente, aí a época da Ditadura de Getúlio né? E ele era muito perseguido, quase todo ele era preso. Paizinho contava pra gente que ele já ia com a pasta, com roupa, escova e pasta de dente, porque sabia que, a cada agitação que ele fazia, ele ia ser preso. O interessante é que ele namorava a filha de Vargas. Inclusive, Paizinho conta que, na formatura, ela fez questão de ele ir à festa no Catete. Ele disse: “Mas como é que eu vou se todo dia seu pai manda me prender?”. Mas ele foi, chegando lá, Getúlio disse assim “Ah, é você que é o melancia, verde por fora e vermelho por dentro”. Ele foi o orador da turma e foi preso, quando terminou de fazer. Então, paizinho era um militante da esquerda, quando chegou aqui participou da fundação do Partido Socialista. Depois, prestou concurso para juiz e, a partir daí, rompeu com a militância partidária. Mas sempre foi uma referência da esquerda principalmente do Partido Comunista.

**Maria Vitória:** Sim. Sobre a militância da sua mãe na Ação Católica, você poderia me contar um pouco mais?

**Ana Lúcia:** Sim. Olha, bom, mamãe tinha uma formação conservadora em termos de catolicismo. Foi criada assim. Desde pequena, com cinco anos, já foi estudar no colégio das Sacramentinas de Nossa Senhora de Lourdes. Meu avô tinha fazenda em Riachão, então todas as filhas estudavam internas. Mas, quando ela começa, eu acho que ela passa a ter outra visão do catolicismo, primeiro pela influência de dois frades alemães, Frei Guy e Frei Emanuel. São eles, é a geração deles que constrói essa Igreja do Espírito Santo, então, eles dois eram orientadores, orientavam essa coisa da confissão e da formação. Mamãe recebia muita orientação deles dois. Eles também frequentavam muito nossa casa, trocavam muitas ideias com papai. Eles sempre diziam que papai era um agnóstico interessante, porque ele era muito mais cristão do que a maioria de muitos cristãos.

Ai vem Dom Távora pra cá, né? E aí, Dom Távora, com a ação Católica, é quando ele organiza mesmo a Ação Católica, isso foi decisivo na formação de mamãe, inclusive para ela compreender a posição política de Jorge, em pleno Golpe Militar. Minha tia, que era freira, o nome de Freira dela era irmã Mercedes, na época do Golpe Militar ela estava em Maceió e aí ela fazia as cartas “Minha irmã, vamos rezar porque o comunismo pode chegar”. Mamãe dizia “Não vou nem responder. Meu filho está ameaçado de ser preso”. Quando ela vinha no Natal, todo mundo explicava pra ela e tal.

Quando Jorge foi preso, ai caiu a ficha da família toda né? Independente de ser católico, conservador ou não, todo mundo ficou ao lado de Jorge. Na família, nós eramos e somos tratados como Jorginho e Aninha, né? Não era Jorge e Ana Lúcia. Era Jorginho e Aninha. Tios, primos, todo mundo. E foi assim, um susto enorme, porque ele era o querido da família. Além de tudo, era bonito e carismático.

E aí, mamãe foi recebendo essa influência forte de Dom Távora daí ela entra em uma militância muito forte. Sempre ela teve muita sensibilidade com papai para a questão social. Por exemplo, a minha casa ali na praça Tobias Barreto e, naquele tempo, na minha infância, era muito forte, hoje tá muito espalhado na sociedade. Mas antigamente aquela praça Tobias Barreto, por ter um coreto, atraía muitas pessoas com problemas mentais que eram vulneráveis, porque estavam abandonadas pela família. E a varanda de minha casa era o lugar que eles dormiam, porque o coreto não era coberto. E papai sempre deixava. Tinha uma mulher com problema mental que criava um bode, ela só vivia com um bodee uma cabra e às vezes ela deixava muito sujo, e mamãe conversava que deixar sujo ali não podia porque dava muito trabalho que ela tinha que aprender a limpar. Ai ela aprendeu a limpar e passou a dormir ali, deixando o bode no coreto.

Depois, quando diminui a presença dessas pessoas na praça, a varanda passou a ser um local de acolhimento dos jornalheiros. Eles chegavam três, quatro horas da manhã, arrumavam os jornais todinhos ali na varanda e ficavam na esquina vendendo jornal que era muito forte. Mesmo quando começou, mamãe ficou viúva, né? Começou a ter uma certa insegurança, o portão era baixinho, eles tinham o mesmo direito de abrir né? E quando nessa questão, quando mamãe passou a botar cadeado ela autorizava eles a pular e botar sem nenhum problema. Então, nessa relação a vida nós fomos criados desde pequenininhos vendo assim essas ações de papai e mamãe. Por exemplo, mamãe foi dirigente, por várias vezes, orfanato né? Da casa de acolhimento dos Leprosos. Era lá pra depois do Aeroporto velho, a gente ia no sábado, todo sábado. Ela levava eu e Jorge pra gente brincar lá com os meninos, interagir e tal. E depois com Dom Távora, quando, pela Ação Católica, começou a criar vários espaços de acolhimento social né? Como por exemplo o Centro Dom João 23. Que era acolhimento e profissionalização das profissionais do sexo né? Das. Prostitutas.

Mamãe é fundadora e era professora de artesanato. Lá né, eu ia ajudar a ensinar, a fazer, eu e Jorge. A gente sabia fazer macramê, fazer as flores que ela fazia. Enfim, tudo que ela fazia ensinava pra nós dois depois. Vai. Ser. Criado. Sem. O. As. O. Bem. Que. Né. Que. Vai. Ser. O. Acolhimento. As Crianças, é os filhos das prostitutas né, ela dava apoio. Mas aí ela com dona Bernadette né? E outras mulheres da ação social. Elas vão criar A Creche José. Vicente Távora.

Mamãe é fundadora e era professora de artesanato. Lá né, eu ia ajudar a ensinar, a fazer, eu e Jorge. A gente sabia fazer macramê, fazer as flores que ela fazia. Enfim, tudo que ela fazia ensinava pra nós dois depois. Vai. Ser. Criado. Sem. O. As. O. Bem. Que. Né. Que. Vai. Ser. O. Acolhimento. As Crianças, é os filhos das prostitutas né, ela dava apoio. Mas aí ela com dona Bernadette né? E outras mulheres da ação social. Elas vão criar A Creche José. Vicente Távora. Aqui na Praça da Bandeira, aí dava toda assistência, era uma mulher muito ativa né? Nessas ações, todas. As. Festas. Ali. Da. Paróquia. São. José. Ela. Com. A. Vizinha. Que. Era. Dona. Cila. Né. Dona. Cila. É. A. Mãe. Vamos. Do. Procurador. De. Estado. É. Celso. Leó. Né. Hidrolito. Leó. Nós. Éramos. Vizinhos. Elas. Duas. Eram. Mesmo. Que. Irmãs. Todas. Duas. Artistas. Né. Então. O. Andor. Da. Da. Festa. De. São. José. Era. Feito. Pelas. Duas. Aí. Mamãe. Que. Era. Muito. Ativa. E. Papai. Muito. Conhecido. No. Comércio. Ela. Saia. Por. Esse. Comércio. Arrecadando. Recursos. Para. Festa. Do. São. José. Todas. As. Festas. Na. Paróquia. São. José. Ela. Estava. Ali.

Né.

Frente. Com. Ela. Enfrentava. Né. E. Dava. Muito. Acolhimento. Não. Só. A. Jorge. Mas. Aos. Que.

Aqui. Chegavam. Minha. Casa. Era. Uma. Casa. De. Acolhimento. Jorge. São. Paulo. Mas. Eu. Lembro. Bem. De. Um. Jovem. Que. Ficou. Alguns. Dias. Em. Casa. Que. Vem. De. Minas. Na. Clandestinidade. Então. O. Partidão. Tinha. Eles. Conseguiram. Né. Um. Processo. De. Comunicação. E. As. Pessoas. Não. Ficavam. Muitos. Dias. Ali. Na. Na. Aquela. Casa. Que. Tinha. Que. Sair. Pra. Não. Ser. Preso. É. Assim. Jorge. Era. Era. Amigo. Da. Turma. Do. Pasquim. Né. E. Aí. O. Paulo. Né. Que. Virou. O. Grande. Escritor. É. Inclusive. Quando. Ele. Ele. Escreve. O. Autobiografia. Dele. Ele. Cita. Que. Uma. Das. Vezes. Que. Ele. Fugiu. Lá. Da. Clínica. Ele. Ele. Fugiu. Pra. Aqui. E. Ficou. Lá. Na. Casa. Mamãe. Né. O. O.

**Maria**

**Vitória:**

Qual

Paulo?

**Ana Lúcia:** O Mago. Como. É. O. Sobre. Nome dele. Estou. Com. Esses. Lá. Lá. Nome dele. Bom. Que. É. Muito. Conhecido. Aí. Era. Paulo Coelho. Paulo Coelho. Ficou. Na. Casa. Quando. Ele. Fugiu. Do. Com. A. Naquele. Revê. Naquele. Livro. Acho que é o Magro que conta a biografia Ele disse que veio aqui Para a casa de Jorge Em 68 Quando O pessoal da Ilha do Governador Eles vieram apresentar A peça Joana e Flor Que foi ali no Cine Teatro Rio Branco O Gonzaguinha E o Reinaldo Gonzaga Depois ele virou artista da Globo Hoje eu não sei nem se ele é vivo ainda Eles ficaram hospedados lá em casa A Leila Que era a única artista Ficou na casa de Ilma Fontes O Fernando que era o diretor Ficou na casa dos parentes Que ele era primo de Dom Luciano E o Bem Vindo Bem Vindo tinha muita gente amiga aqui Eu não sei onde é que ele ficou.

Agora O que aconteceu Eles demoraram Na verdade Eles apresentaram a peça Gastaram o dinheiro todo Enfim E aí ficaram Para reapresentar a peça Para ter dinheiro para voltar para o Rio E aí eu e a irmã de Elipo Mangueira O Ilma Nós duas Estudávamos lá no Colégio São José Nós duas negociamos com as freiras Para ceder o auditório Para eles apresentarem Porque aí só era lucro Exatamente quando Coste Silva Vem visitar Aqui Aracaju E o exército Desapresentou Ele disse que era uma peça Subversiva E que eles tinham vindo Para fazer algum ato terrorista Contra a coerciva Só que eles já estavam aqui há muito tempo Eles ficaram presos Aqui na rua de Itabaiana No quartel da polícia E mamãe É que deu toda a cobertura Então levou os colchões Lençóis E alimentação As três alimentações Todo dia era perto lá de casa.

Eu sempre como motorista Então mamãe É que deu toda a cobertura E teve também um dado interessante Quando foi anunciada A prisão dos artistas O pai de Ilma Fontes Ele Ele disse Eu não quero subversiva aqui dentro da minha casa Aí foi o que Ilma fez Ilma levou o Leila lá para casa também Então elas desceram ali A Avenida Augusto Mainá A Leila entra No armazém de Dona Cila Ali na esquina Que hoje é uma floricultura E ela veste um vestido meu Lembro como hoje Era um vestidinho de lista vermelho e branco E pula o muro lá para casa E as 24 horas Que eles ficaram presos Ela ficou presa também lá em casa Para não ser presa.

Depois quando eles Quando eles soltaram Todos que estavam presos O papai contou As passagens de volta De onde Para eles voltarem para o Rio Porque as freiras também não deixaram mais Que a peça fosse apresentada Porque esse era o clima da ditadura Aí depois O Gonzaguinha volta Eu acho que uns dois ou três anos depois Jorge estava até trabalhando com o papai na Transemasa Quando o Gonzaguinha chega De carona Ele veio do Rio de Janeiro de carona Aí foi Foi lá na firma E perguntou a Jorge Se tinha condições dele levar Até a ponte De propiar Dali ele pegava outra carona Que ele ia filmar a vida do pai Lá em Pernambuco E aí papai Botou gasolina, deu dinheiro para ele ir Levar Só que Jorge só voltou dois meses depois Na verdade ele foi Com o Gonzaguinha fazer a filmagem E ficaram E a gente Naquele tempo A comunicação era difícilíssima A única esperança Que

a gente sempre tinha É que se tivesse alguma notícia ruim O Rádio Amador dava.

E dois meses depois Jorge voltou Deixou Gonzaguinha em Salvador E veio embora E aí Como é que vocês sobreviveram Esses dois meses Imagina o filho Luiz Gonzaga E o carro de papai O Fusca Que ele foi Tinha o emblema Do Lions Club Que o papai era do Lions Club Ele tinha esse emblema meu pai Foi uma salvação Chegava no mecânico qualquer coisa Então ele não cobrava Porque dizia que era filho de um leão E a gente dizia que não tinha dinheiro E era filho de Gonzaguinha Ou de Luiz Gonzaga Então a alimentação, tudo O acolhimento, não teve problema Voltaram tranquilamente Deixa eu ver se eu lembro mais A pintura de Jorge.

**Maria Vitória:** Isso foi quando, Ana Lúcia?

**Ana Lúcia:** Isso foi acho que em 70 Ele morre em 73 Foi entre 70 e 71 Por aí Deixa eu ver Não Foi depois Foi em Espera aí 70 É, foi em 71 Foi em 71.

**Maria Vitória:** Eu fiquei interessada agora nessa questão Como ele Trancava um curso Aí depois abria de novo Se matriculava, desmatriculava Como é que ele fazia para ganhar dinheiro? Ele trabalhava no que?

**Ana Lúcia:** É Então alguns períodos Ele trabalhou na firma com o papai Mas não tinha nada a ver com ele Não era o perfil dele Sim, isso também Então Não só o papai Mantinha isso e de volta Como também O acolhimento De todo esse pessoal dentro de casa E comprava Tem outro fato Que agora eu estou lembrando Da vinda Dos artistas Quando intensifica muito Ele deixa a militância do partidão Em plena ditadura E intensifica muito Essa questão da arte Da poesia E do teatro Então Vem um artista A Ana Essa era do Rio de Janeiro Ela Não sei Ela veio para aqui.

Enfim Estava namorando Veja a situação da gente E ele botava tudo dentro de casa Mas Marinice Já tinha a casa dela separada E meus pais eram muito apegados A Marinice Tinha como filha mesmo E aí vem a Ana Fica ali Uma mulher muito bonita Bem novinha Bem novinha Devia ter 20, 20 e poucos anos E bem assim Avançada Para a província de Aragaju Bom, tudo bem Ela vai ficando aqui Existia um mal-estar Mas meu pai e minha mãe Não tinham coragem De falar com o Jorge Mas ficavam muito preocupados Por causa da situação de Marinice Aí eles estavam brigados Com Marinice e Jorge Bom, o que é que acontece? Meu pai Era muito amigo de Freitas Que é o que explorava O restaurante do Cacique Chá Freitas do Cacique Chá Eles eram amicíssimos.

Todos os dias Quando o papai saía Da Transemasa Da firma Ele passava a tardinha No Cacique E tomava uma cerveja Uma cerveja quente O papai não tomava Cerveja gelada E ali ficava o papo Ele sabia das coisas De Aragaju E também do que o filho Estava fazendo E das críticas e tudo mais E o papai era muito fleumático Aí Freitas disse Dormir Ele chamava o papai Dormir Dormir Olha, tem uma coisa Que eu vou lhe contar Agora estão dizendo Que Jorginho Está aprontando muito E agora é Aninha também Ele disse Aninha Ele disse Diz que ela estava Na praia Despida Na talaia Despida Na água doce Ali no banho doce E foi o comentário Que estava aqui hoje Aí o papai disse Não, já chegou no limite É que a moça Artista que está lá em casa O nome é Ana Agora confundindo Com minha filha Não vai dar certo não Vou comprar a passagem dela E vou dizer A Jorge que está lá em casa Ela vai ter que ir embora.

E aí quando chegou Mas papai não tinha coragem De dizer a Jorge Sabe Que ele achava Que ia ferir assim Aí mamãe com muito jeito Colocou Bom, enfim Eu era mensageira Mas Jorge nunca ficava Com raiva de mim não Ele dizia que eu era A pessoa legal Ele chamava Pensão Mendes Ele dizia Pensão Mendes Porque quem ele queria Trazia lá para casa Sabe E pronto E ainda ele sabia Que o papai e mamãe É isso que eu digo assim Papai e mamãe Deu muita liberdade a gente Cesseava muito

pouco Mas na ditadura Com toda repressão Aí o Jorge também Não via limites nisso não Não era só ele Que papai vazia as vontades De mamãe Vazia as vontades dele E de quem estava No entorno dele Bom, e aí a Ana volta Por conta disso Então tem muitas passagens Interessantes Essa foi uma das interessantes Porque quando eu vi Eu confundi o meu nome Com o de Ana Deixa eu ver se eu lembro Mais coisas assim.

Assim, bom Eu acho que aí tem Vamos para a parte política De mamãe, veja Aí mamãe vai se politizando No cristianismo dela Nessa greve secundarista E universitária Que Jorge já estava Na faculdade de direito Eu lembro Eu lembro bem E mamãe sempre acompanhou a gente Se você for ver Essa semana até Dia 13 foi o aniversário dela Então ela faria 100 anos Eu fiz uma postagem Mostrando ela em atos do Sintese Porque quando tinha repressão Ivone aparecia, né? E se viesse me bater Ela apanhava as duas juntas E aí Eu lembro como hoje, né? Na greve secundarista Ela Aninha Vamos Jorge Foi de bicicleta Para a porta do Colégio Salvador E eu soube que ela estava Porque ele disse que ia fechar o Colégio Salvador Vamos lá E lá vai nós Nós duas Aí chegando lá Era para segurar a bicicleta Para ele No assento, né?

Ele tentar subir Para falar Para fechar E o povo do Colégio Salvador Já estava apavorado Suspenderam as aulas mesmo E pronto Bom, aí nós voltamos Depois Durante essa greve Papai colocou A Kombi O pessoal do partido Apelidava a Kombi De azeitona Porque ela era verde A Kombi não era do papai A Kombi era da firma Então O papai autorizava Eu dirigir Sabe? E Porque Jorge sempre passava Do limite Então Eu aqui dirigia E nesse período de greve É porque ele estava lá Nas tarefas e tal Então eu era motorista E Eu lembro que eu fui Com o Moacir Que é procurador Da justiça aposentado Nós fomos uma vez Para o mercado Comprar gelo Para a greve E o Moacir achou interessante A facilidade que eu tive De sair de ré Na Kombi Para abastecer lá a turma Que o centro era ali Na faculdade de direito Que é lá No centro acadêmico Da faculdade de direito Que Jorge lança em 68 O envelope Revolução Entendeu?É lá que lança

Sim Aí mamãe vai Com a morte de Jorge Primeiro fato Que precisa ser registrado Pós-morte de Jorge É que a missa de Sétimo Mamãe muito católica Aí disse Olha Só existia Um axérox Aqui na rua de Laranjeiras Ali Bem pertinho Do cartório de Amintas Essa minha filha Você vai lá E vai tirar 500 cópias Dessa portaria Porque no ofertório Essa portaria É que Vocês vão entregar Porque é o que Marcou a vida de meu filho E portanto é isso Que eu vou ofertar Pronto Aí eu fui Papai me deu dinheiro Fui, tirei as cópias As 500 cópias E no ofertório Os meus dois primos Do Rio de Janeiro Que era o Eduardo e o Beto Que é essa tia Que a gente era muito ligado E os primos Também Quando eles vinham pra aqui Eles ficavam lá em casa Então é uma ligação Mesmo de irmãos Apesar deles serem Bem mais novos Do que a gente.

Aí eles dois É que vão entregar No ofertório Um de um lado Outro do outro A missa estava lotada O sepultamento de Jorge Tinha do governador As prostitutas Que mamãe trabalhava E que a gente ajudava Tanto eu como Jorge Então A missa também Estava super lotada E Jorge era amigo Do filho mais novo De Maria Augusta Lobão Lobinho Que era um artista também E não tinha nada a ver Com o reacionarismo Não só da mãe Do pai era mais grave Porque o pai Foi uma das pessoas Que mais delatou aqui Era o famoso dedo duro mesmo Para agradar o exército O João Moreira Que tinha o apelido de João Banha Então mamãe Eles entregaram tudo bem No outro dia Da missa de sétimo Dois dias depois Da missa de sétimo As mulheres da ação católica Marcaram para passar a tarde Com mamãe.

E aí foram Passar a tarde com mamãe A ação católica Aqui em Sergipe Tinha as mulheres da elite E que eram todas amigas Então assim De Dona Virginia Franco A outras mulheres Todas assistiram E foram Nesse dia A polícia federal chegou Com intimação Para que com 24 horas Minha mãe se

apresentasse Na polícia federal Porque eles tinham recebido a denúncia De que ela tirou uma portaria Do exército Que estava nos arquivos do Ateneu Para distribuir para a sociedade E na verdade Mamãe não tirou portaria nenhuma Foi a portaria que ela recebeu em casa Aí No outro dia Eles deram 48 horas Aí papai foi com mamãe E papai me contou o seguinte Quando mamãe chegou Ela já foi assim Jogando a carteira de identidade Jogando a carteira de identidade Tá eu quero responder Porque foi aquela cachorra De Maria Augusta Lubão Porque na verdade Eu acho que ela era apaixonada Por meu filho Porque ele era muito bonito E inteligente Porque ela persegue Até depois de morto.

Foi ela que veio com calúnia Olha meu senhor Essa portaria foi Eu que recebi com mamãe Papai disse que o policial O delegado Mão suja assim Da reação dela Também respeitou Uma senhora De cabelo branco Dois velhos Aí anotou o que ela disse Aí também fez algumas perguntas ao papai Anotou Papai explicou direitinho O que aconteceu Foi embora O fato concreto É que eles arquivaram Eles viram que foi uma calúnia Eles arquivaram Não deram andamento Ao processo

Mas mamãe era assim Por exemplo Nas visitas No 28 BC Quando eles estavam presos Mamãe já dizia assim Já dizia Já xingando Maria Augusta Sabe Esses Puxa saco Que fica Denunciando esses meninos Que não tem Assim Não era uma coisa politizada Era uma coisa bem emotiva Que Contestava Contestava mesmo Aí Por exemplo Para Ernesto chegar.

Pequeninho Na sala Que Jorge estava Porque assim Nessa prisão O papai O Hélio ficou numa sala Gama ficou em outra E Jorge em outra E os demais Ficaram no salão Porque disse Que os três Eram os mais perigosos Pelo menos Era o que eles diziam Para a gente Porque mamãe perguntava Por que meu filho Está sozinho na sala Mamãe perguntava tudo E Foi uma luta Para a gente negociar Para eles levar Porque eles É que tinham que levar Lá na sala Que Jorge estava A criança Para ficar mais tempo Porque eles tinham Pouco tempo De conversa com a gente E eu sei Que Dona Ivone Conseguiu convencer Aí ele ficou Com o Ernesto Na sala Depois que chegou No horário dele vir Aí ele veio E trouxe o Ernesto De volta Mas o problema era O soldado levar Ernestinho Para a sala Então assim São São muitos fatos E Dona Ivone Não brincava não Ia para o enfrentamento Mesmo.

Na minha greve de fome Disse Que ela chegou Sim Oxente Minha filha Fazendo greve de fome E a empresa Toda em cima dela Assim E ela Soltou o verbo E o pior Que Pela igreja Ela era Muita amiga De Maria do Carmo Que era A primeira dama E quem mais Encareceu De não abrir Negociação Foi Netinho Que era militante Com Jorge Netinho era Liderança Na medicina E tal Tinha uma boa convivência Mas ele Ficou irritado Com a minha greve E foi quem mais Deu trabalho Para abrir As negociações Mas Mas ela também Não Ela sempre se deu bem Com Maria do Carmo Continua até o final da vida Se dando bem É Tem uns edifícios Ali na Na Nova Saneamento Que Alguns anos Depois que Jorge morreu A construtora Deles São São blocos De De Apartamento Acho que de Três Quatro andares E só que Maria do Carmo Teve a ideia De ter painéis Na frente Dos blocos E tem um Que Tem o nome de Jorge Com um painel de Jorge Foi mamãe que pintou Na cerâmica Reproduziu Um dos desenhos Dele Sabe É Então são essas Contradições Do lugar pequeno Que todo mundo Se conhece.

**Maria Vitória:** O último bloco De perguntas É sobre A memória política De Mario Jorge Aqui em Sergipe É São três perguntas A primeira Não é Exatamente Uma pergunta Mas Meio que Um fato Que Diferentemente Do destaque Que a produção Literária De Mario Jorge Ganhou A produção artística Literária De Mario Jorge Ganhou Aqui no estado Em outras regiões Do país A sua militância Política Não foi Apresentada Ao público Ou investigada Durante muitos anos Por quais razões Você acha Que isso aconteceu?

**Ana Lúcia:** Olha, eu na verdade, eu acho que vocês pesquisadores têm que levantar várias hipóteses. Eu não tenho resposta para isso porque é muito estranho que até a anistia que ele recebeu, a anistia sem ressarcimento, foi Chico Varela, né? Ele foi anistiado. Eu lembro bem que o coordenador representante da Anistia esteve aqui na OAB. Foi no auditório da OAB. Eu me lembro que desse grupo Gilton Garcia foi anistiado também e, bom, primeiro eu não localizei o documento, e se é que eles me deram algum documento. Esse fato eu não lembro. E Jorge foi anistiado, né? Foi pedido desculpa em nome da nação. Tudo naquele auditório ali da Travessa onde tem Auditório da OAB. Eu acho que no final do primeiro governo de Dilma ou início do segundo governo. Acho que no final do primeiro governo. Foi um ato muito interessante ali na OAB e, estranhamente, você não tá na relação dos anistiados. Inclusive, uma advogada amiga me procurou...que Wellington e outros estão pensando em pedir indenização moral. E os filhos deles têm direito, mas eu tenho que ter a anistia para pedir, né? E é muito estranho que esses documentos tenham sumido, muito estranho mesmo, não sei explicar. Não sei explicar esse apagamento da vida política de Jorge. Veja, a nossa formação de esquerda no país ela sempre foi muito dogmática, né? Então têm fatos assim, que talvez...eu tenho uma preocupação que a minha militância sindical, a própria esquerda tenha tentado prejudicar a memória política de Jorge, sabe? É uma hipótese que eu levanto. Não sei. Na verdade, eu não sei explicar porque talvez seja um dos que na política está sendo silenciado como resistente. Agora veja, a gente tem as provas de todo mundo que militou com ele. Inclusive, é o único poeta que está registrado na antologia dos poetas resistentes e que enfrentaram o Golpe Militar.

Eu até Vou buscar O livro Para você Ver Então Assim É uma coisa A ser Pesquisada Vê Que é Muito sério Inclusive Veja As contradições Do Estado De Sergipe É

Marcelo Bonfim conversou comigo pra eu fazer o requerimento para pedir que fosse constituída a comissão da anistia. Porque você sabe que eu, como deputada, anistiei e anulei, assim simbolicamente, a cassação de Seixas Dória, depois dos 6 deputados que foram cassados em 64...Cleto Maia, Viana de Assis

Conversou Comigo Para eu Fazer o requerimento Para pedir Que fosse Constituída A comissão De anistia Tá Porque Você sabe Que eu Como deputado Como deputada.

Eu sou Seixas Dórias Depois dos Seis deputados Que foram Caçados Em Sessenta e quatro De Euclésio Ecleto Maia Bom Todos Que foram Viana De Assis Bom Os seis Foram E Também É Domingo Né O médico Que em Cinquenta e quatro Foi caçado Também Que era Do Partido Comunista Eu Anistei Todo mundo Simbolicamente Restituindo O mandato Tele Foi Uma ação Difícil Porque A procuradoria Da assembleia Tinha Receio De que As pessoas Pedissem Indenização Mas Isso Não Era Um ato simbólico Não Tinha Nada De Indenização A forma Como A gente Fez E Aí Eu Faço Requerimento Pra Jacso Né Fiz Mais De Um Requerimento Vazia Os Pronunciamentos Toda Hora Eu Cobrava Enfim Eu Acho Que Isso Durou Uns Dois Anos De Pressão Até Que Jacso.

Resolveu Institui A Comissão Inclusive Que Quem Anuncia No Plenário Da Assembleia Sou Eu Que Ele Liga Para Mim E Ele Me Chamava De Aninha Porque Jorge Só Me Chamava De Aninha Jorge Nunca Me Chamou De Ana Lúcia E Aí Os Amigos Que Conviviam Com Ele Todo Mundo Me Conhecia Por Aninha E Aí Ele Liga Dizendo Isso É Pode Anunciar Que Eu Estou Organizando Instituinto A Comissão De Anistia Vai Ser Presidido Por Josué E Tá Saindo Aí O Decreto E Tal E Eu Fiz Esse Anúncio Na Plenária Que Foi Uma Vitória Da Casa Que Vinha Pedindo E Tal

Eu nunca fui chamada pra depor e Jorge não consta no relatório, é como se ele não tivesse participado. E assim, o professor Afonso, é aí que eu me aproximo do professor Afonso (...) ele me

disse: “Eu vou pedir pra você vim porque Jorge é muito...muita gente faz referência a ele. Mas nunca me chamaram, não consta no relatório, e as referências que fazem são as interpretações de cada militante.

Eu Nunca Fui Chamada Para Depor E Jorge Não Consta No Relatório É Como Se Ele Não Tivesse Participado E Assim O Professor Afonso É Aí Que Eu Me Aproxime Professor Afonso Porque Ele Inclusive Ele Me Disse Não Eu Vou Pedir Para Você Vim Porque Jorge É Muito É Muita Gente Faz Referência Aí Mas.

Nunca Me Chamaram Não Consta No Relatório E As Referências Que Fazem São Interpretações De Cada Militante Porque Militante Que Frequentava Minha Casa Desde A Juventude E Que Era Amigo De Jorge Desde A Infância Do Jardim Da Infância Tudo Mais É Gama Né O Outro É Doutor Apolônio Né Que É Método Homeopata O Irmão Dele Abelardo Né Era Amigo De Jorge Tudo Mas Quem Frequentava Minha Casa Mesmo Era Mais Apolônio Né O Hélio Mangueira Amizade Vem A Partir Dessa Questão Do golpe Militar Então A Relação Das Amizades Das Famílias Unidade Da Família E Aí Ele Se Aproxima Da Gente Mas Não É A Pessoa Que Frequentou Né Por Um Amizade Familiar Desde A Infância Minha Casa Pra Conhecer Como Era Como É Que A Gente Se Constituiu Né E Estranhamente Eu Não Sei Por Que Também Não Fui Chamada Não Consta No Relatório Então Tudo Isso Acho Que É Coisas Pra Ser Estudado Esse Apagamento Esse Silenciamento Tentar Silenciar A Militância Política De Jorge.

**Maria Vitória:** Isso É Uma Das Coisas Que Vai Acabar Entrando Inclusive Como Um Dado Histórico Na Dissertação Esse Fator Do Esquecimento Porque Isso Aí Acaba...

**Ana Lúcia:** Porque Nós Nunca Tivemos Interesse Né Pelo Contrado Se Você For Ver O Primeiro Livro Que Nós Lançamos Que O Elito Organizou Com A Portaria Dispulsão Tem A Oração Dele Que É Bem Política O Livro Que A Noite Que Nos Habita Que O Prefácio De Paulo Barbosa Sabe É Um Prefácio Que Coloca Inclusive A Passagem De Jorge Em São Paulo Tudo Mais Então Quem Conviveu Com Ele Não Está Negando Que Coisa Estranha Essa De I Silenciar A Parte Política Dele Não Sei Por Que Muito Estranho Inclusive Quando Eu Pedi O Decreto De Anistia Acho Que É Um Decreto Ao Ministério De Direitos Humanos Através Do Deputado João Daniel Eles Justificaram Que Não Estava Localizando Que Estava Tendo Uma Passagem Do Ministério Da Justiça Para Eles E.

Eles Não Estavam Localizando Como O Mário Miranda Agora Está Lá No Ministério De Direitos Humanos Eu Vou Ver Se Ele Conseguir Uma Força Tarefa Para Ver Se Localiza Esse Decreto E Vou Dar Mais ou Menos Qual Foi O Período Eu Vou Ver Se Eu Tenho Informação De Dito Garcia Que Ele Deve Lembrar Ou A Família Deve Lembrar Qual Foi A Data Que Eu Não Lembro O Ano Se Eu Lembrar O Ano Coisa Que Eu Preciso Recuperar Né

**Maria Vitória:** Essa Pergunta Ela Acaba Casando Com A Outra Que Eu Iria Fazer Mas Acho Que Já Foi Respondida Que É Qual É A Sua Opinião Sobre A Estadiatura De Militantes Do Período Da Datadura Militar Que Caem No Vão Do Esquecimento Ou São Negligenciadas Em Nossa Realidade Atual.

**Ana Lúcia:** Olha É Isso Acho Que Vai Ter Que Assim Numa Análise Mais Ortodoxa Jorge Jorge Veja Ele Feriu Várias Com Seu Comportamento Né Vamos Dizer Várias Orientações Do Partidão Né Né Nas Farras Na Drogadição Né No Impacto Que Ele Criava Né Por Exemplo Não Sei Se Gama Lembra Mas Ele Com Chico Varela Ele Estava Na Associação Atlética Com Jorge E Aí.

Eu Acho Que Se Cederam Né Na Bebida Aí Ele Ligou Pra Eu Ir Buscar Jorge Porque Jorge Entrou

Na Piscina E Tava Nu E Aí Ele Ficava Gritando Mesmo Né A Burguesia Esse Negócio Tudo E Aí Eu Fui Eu Fui E Ele Veio No Carro Comigo Eu Fui Tirei Ele Da Piscina E Ele Veio Embora Comigo Então Veja Isso Não É Comportamento De Um Comunista Entendeu Então Essa É Uma Pesquisa Ser Feita Né É Uma Hipótese Que Se Levanta Né E Não Só Isso Ele Aprontava Mesmo Né Ali Na Boata Oxente Né Com Alfredinho Então Ele Era Uma Pessoa Muito À Frente Dos Limites Que Descomprecia Né Então Ele Descumpria Mesmo Aí Ele Tinha Mais Um Comportamento Anarquista Do Que Comunista Entendeu Bom Essa É Uma Hipótese Que Eu Levanto Né Agora Quem Teve Essa Força. Quais As Forças Estão Conseguindo Silenciar Essa Militância Política De Jorge É O Grande Desafio Para Vocês Pesquisadores Eu Não Tenho Resposta

**Maria Vitória:** É Uma Das Minhas Hipóteses Em Relação A Isso É Justamente Ele Ser Averso A Essa Moral Comunista Da Época E Também O Fato De Que As Pessoas Não Acreditavam Que A Militância Ela Podia Acontecer De Outro Jeito Sem Ser Necessariamente Político Partidário.

**Ana Lúcia:** Isso E Ele Era Muito Rotu Assim Quando Jorge Começa A Ter Um Comportamento Diferenciado Né Das Orientações Vamos Dizer Da Regra No Estabelecido É Assim Como Eu Não Acompanhava Jorge Nas Farras Eu Tinha Uma Outra Vida Assim Né Que Até O É Esse Essa Esquerda Que Resista Mais Na Fofoca Do Que Nos Fatos Né Coloca Que Eu Não Tinha Uma Muita Convivência Com Meu Irmão Pelo Contrário A Convivência Era Muito Próxima Então Eu.

Vejo Que Por Exemplo Na Faculdade Eu Estudei No Prédio Que Hoje É Dark De Ossésio Mas É O Ips Né A Sede Ali Do Ips Ali Eram Todas As Licenciaturas Durante O Dia E A Noite Funcionava A Faculdade De Economia Né Então Todas As Licenciaturas Eram Ali E Por Exemplo Uma Vez Eu Fiquei Chocada Mas A Gente Tinha Que Ficar Em Silêncio Não Adiantava Quando Eu Fui Passando Tinha Uma Poeta Né Que Estudava A Parte De Letra Ela Passou A Ser Professora De Português E Francês Ela Já Faleceu Por isso Que Eu Não Vou Citar O Nome E Ela Estava Conversando Com Outra Pessoa E Acho Que Jorge Ganhou Alguma Coisa Nenhum Concurso De Poesia Esse Louco Estigmatizado Como Louco Né O Drogadito E Isso Nós Da Família Nós Escutávamos Né E Nós Estávamos Ainda Em Plena Ditadura Quer Dizer Essa Classe Média Mesmo De Esquerda E Dita Intelectual Ela É Cheia De Estigma E De Preconceito Fortíssimo Né E Os Ressentimentos Eles Explodem Exatamente Na Mentira Na Fafoca Na Meia Verdade E Jorge.

Itaí Pequena Com Era Caju Né Fortemente Conservadora E Contraditória Né Porque Sempre É Sempre Teve Uma Força Progressista Né Principalmente Na Prefeitura De Aracaju Ele Não Vai Aceitar Né Os Amigos Mais Próximos Não Vão Aceitar Mas Essa É Uma Hipótese Muito Forte

**Maria Vitória:** É A Antepenúltima É A Antepenúltima Não A Penúltima Pergunta É Você Acha Que Esse Trabalho Esse Trabalho Que Eu Estou Fazendo Contribui Para Os Estudos Sobre A Memória Política No Período Da Ditadura Militar Em Sergipe

**Ana Lúcia:** Eu acho que contribui bastante. A gente precisa resgatar essa memória, inclusive para que vocês pesquisadores, inclusive o seu orientador é bem cuidadoso no método, na forma de registrar a história, de resgatar as próprias contradições. Não adianta escamotear a vertente autoritária, a vertente preconceituosa, a vertente racista, a vertente sexista. A gente precisa assumir, pelo fato da utopia, do sonho de construir uma sociedade que realmente as pessoas tenham um mínimo de dignidade ou sonhar por uma igualdade, que é mais no campo econômico, né? É uma igualdade na diversidade porque não ter um modelo que enquadra os artistas, os poetas, os escritores, os pesquisadores, né? Então a gente tem que ter essa visão. Eu vejo que contribui bastante porque é uma outra leitura, é outra forma de pesquisar e demonstrar a realidade.

Eu Acho Que Contribui Bastante Contribui Bastante A Gente Precisa Rescatar Essa Memória Inclusive Para Que Vocês Pesquisadores E Nesse Sentido Seu Orientador Ele É Bem Cuidadoso No Método Na Forma De Registrar História De Resgatar As Próprias Contradições As Próprias Contradições Não Adianta Escamotear A Vertente Autoritária A Vertente Preconceituosa A Vertente Racista A Vertente Sexista A Gente Precisa Assumir Pelo Fato Da Utopia Do Sonho De Construir Uma Sociedade Que Realmente As Pessoas Tenham Um Mínimo De Dignidade O Sonhar Por Uma Igualdade Que.

É Mais No Campo Econômico É Uma Igualdade Na Diversidade Porque Não Tem Como Você Ter Um Modelo Que Enquadra Os Artistas Os Poetas Os Escritores Os Pesquisadores Então A gente Tem Que Ter Essa Visão Eu Vejo Que Contribui Bastante Porque É Uma Outra Leitura É Pesquisar E Demonstrar A Realidade Essa Parte Política De Jorge Eu Nunca Tive Nem Mamãe Também Mamãe Teve Entrevistas De Jornal Mas Nunca Teve A Oportunidade De Falar Sobre Como É Que Ele Se Constituiu As Influências Que Ele Recebeu Como É Que Ele Se Comportava A Versão Da Família Da Convivência Do Dia A Dia Eu Disse A Você Como Era Dentro Do Partido Eu Não Sei

Nós fomos saber que ele era do Partido quando ele foi preso...quer dizer, não quando ele foi preso. Quando ele foi expulso do Atheneu, que logo depois Wellington foi preso, Aberlardo foi preso e veio a ordem de prisão pra Jorge, né? (...) Foi o Sargento Barreto, hoje ele já faleceu, a gente tem que colocar. O Sargento Barreto viu eu e Jorge nascermos e nos constituirmos na sociedade. Ele morava ali perto e tinha uma amizade com meu pai, a esposa também era muito amiga de mamãe. Enfim, aquela região do São José, as famílias eram muito amigas, mesmo que não frequentassem a vida um do outro mas tinham identidades, né? E aí ele chegou lá na Transvemasa, que era ali no Mercado, onde tem o Gbarbosa (...) Ali era a firma que papai era sócio. Aí o Sargento foi lá com a ordem de prisão e disse: “Olhe eu não vou prender Jorginho, porque eu conheço vocês, conheço Jorginho desde pequenininho, ele tem 16 anos e eu não vou prender”. E ele rasga a ordem de prisão...na certa ele estava com ordem superior pra fazer isso, né? E Jorge não foi preso em 65, eu acho, ou ainda em 64. Essas datas eu não me lembro mais, talvez Wellington lembre porque foi exatamente quando Wellington teve a primeira prisão, Abelardo...porque Wellington foi uma das pessoas que mais sofreu em termos de prisão desse agrupamento, né? Então, essa primeira prisão não aconteceu, que ele tinha 16 anos. Vai acontecer em 68, quando ele lança o livro e um mês depois ele é preso com os demais colegas. Aí ele passa o mês de dezembro todo lá na prisão e aí abre o processo, a advogada é a mesma, Romilda, lá da Bahia.

Nós Fomos Saber Que Ele Era Do Partido Quando Ele Foi Preso Quando Ele Foi Expulso Do Ateneu E Veio.

A Ordem De Prisão Para Jorge E Aí Meu Pai Chegou Em Casa E Disse Olha Lá Na Firma Foi O Sargento Barreto Hoje Ele Já Faleceu A Gente Tem Que Colocar O Sargento Barreto Viu Eu E Jorge Nascermos E Nos Constituímos Na Sociedade Ele Morava Ali Perto Tinha Um Amizade Com Meu Pai A Esposa Também Era Muito Amiga De Mamãe Enfim Aquela Região Ali Do São José As Famílias Eram Muito Amigas Mesmo Que Não Frequentassem A Vida Um Do Outro Mas Tinha Identidade E Aí Ele Chegou Lá Na Transemasa Que Era.

Sócio Aí O Sargento Foi Lá Com A Ordem De Prisão Ele Disse Olha Eu Não Vou Prender Jorge Porque Eu Conheço Vocês Conheço Jorge Desde Pequenininho Ele Tem 16 Anos Eu Não Vou Perder E Ele Rasga A Ordem De Prisão Na Sete Ele Tava Com Ordem Superior Pra Fazer Isso Lá E Jorge Não Foi Preso Em 65 Ou Ainda Em 64 Talvez O Hélio Lembre Porque Foi Exatamente Quando O Hélio Teve A Primeira Prisão A Belardo Né Porque O Hélio Foi Uma Das Pessoas Que Mais Sofreu Em Termos De Prisão Desse Agrupamento Né Então Essa Primeira Prisão Não

Aconteceu Que Ele Tinha 16 Anos Vai Acontecer Em 68 Quando Ele Lança O Livro E Um Mês Depois Ele É Preso E Aí Ele Passa O Mês De Exemplo Todo Lá Na Prisão E Aí Abre O Processo A Divogada É A Mesma É A Romilda Né Que É Da Bahia Né Então Assim O Diálogo É Das Famílias Com Zé Carlos Teixeira Né Uma Coisa Né Papai Tinha Certa Facilidade Porque Era Muito Amigo De O Vieira Teixeira Né Que Era Tudo.

Se Conhecia Isso Facilitou Inclusive Pra Evitar As Torturas Aqui Em Aracaju Né Que O Hélio Laurinha O Pessoal O Bosco Eles Vão Ser Torturados Fora Do Território De Aracaju Em Aracaju A Tortura Vai Acontecer Mesmo Na Operação Cajueiro Até Então Eles Tinham Uma Tortura Psicológica Mas Não Física Como Os Outros Passaram Né Então É Isso Eu Acho Que Teve Uma Força Forte Aí Pra Silenciar Jorge

### **Entrevista com Francisco Varela (Aracaju/SE, 21/02/2025)**

**Maria Vitória:** O primeiro eixo de perguntas é sobre a vida de Mário Jorge, ou mais precisamente a juventude, porque ele só viveu 26 anos.

**Maria Vitória:** A pergunta é como e quando você conheceu Mário Jorge e qual o grau de afetividade entre vocês e se você poderia descrever as lembranças de vivências com ele na juventude, ali nos anos 60.

**Francisco Varela:** Eu conheço o Mário, é 60, sei lá, eu conheço o Mário, ele foi colega de turma do Gama e do Wellington, eu conheço ele, sei lá o que, no início da juventude, que quando eles foram expulsos do Ateneu, eu era na frente, eu já era universário em filosofia, quando ocorreu a expulsão deles, quatro ou cinco, ele, Gama, Wellington e sei lá, mais um ou dois, desde essa época que eu o conheço, né? E privei da amizade do Mário Jorge. Até ele morrer. Quando ele morreu, eu morava em Brasília. Eu estava morando em Brasília. Eu estive em férias em Aracaju e ele morreu, sei lá, em janeiro, uma coisa dessas. Em janeiro, exatamente. Morreu numa Kombi, não é isso? Uma Kombi do pai. Eu vim. Eu morava em Brasília e vim para Aracaju. Encontrei com ele. Quando eu voltei, um, dois dias depois, eu soube da morte dele. É isso.

**Maria Vitória:** Quais são as experiências que o senhor teve com ele?

**Francisco Varela:** Várias. O Jorge, eu acompanhei a carreira do Jorge e ele estudava direito. Eu fiz Química. Mas a gente esteve preso em 68. Sim. Eu era repetente. Eu fui preso em 64 e depois tomei a segunda época em 68. Então, na leva de 68, veio o Mário. É isso aí.

**Maria Vitória:** Você lembra de como ele era?

**Francisco Varela:** Ah, o Mário era um tipo magro, ele era magríssimo, bigode, por aí, magro de bigode, um gozador tremendo. Uma das maiores características do Mário era gozar tudo e todos.

**Maria Vitória:** O perfil dele era mais militante? Sim. Ou era mais artista?

**Francisco Varela:** Artista.

**Maria Vitória:** Mais?

**Francisco Varela:** Era militante por acaso.

**Maria Vitória:** Por acaso.

**Francisco Varela:** Era militante por acaso. Mas o perfil dele era um perfil artístico. Sempre foi. Sim.

**Maria Vitória:** Eu vou passar para o segundo eixo, então. Sim. Que é uma coisa mais específica. Como se deu o início e a sua participação no âmbito político das organizações sociais nos anos 60? Foi pelo movimento estudantil, foi pelo partido?

**Francisco Varela:** Eu já era do partido.

**Maria Vitória:** Desde quando?

**Francisco Varela:** Eu era do partido desde 60 e eu fui preso em 64 e entrei no partido em 65. Meio assim. E o Mário deve ter entrado no partido. Eu não lembro bem, mas o Mário deve ter entrado no partido em 67, 68, por aí.

**Maria Vitória:** Mais tardio.

**Francisco Varela:** Bem mais. Eu fui o precursor de todo mundo. Sim.

**Maria Vitória:** E quem levou ele para o partido?

**Francisco Varela:** O Wellington e Gama. Os companheiros dele. Eu já era diferenciado. Eu já estava na faculdade de filosofia, que não tinha universidade ainda. Sim. E ele foi levado pelos companheiros dele, pelos colegas de turma dele por aí.

**Maria Vitória:** Nas entrevistas com o Wellington e com o Marcelio, eu fui perguntar a Marcelio, é o contrário. Eles disseram que o Mário Jorge que levou o Wellington para o partido.

**Francisco Varela:** Não, que nada.

**Maria Vitória:** Não foi assim.

**Francisco Varela:** Não, não foi assim. Não, que nada. Não foi. Não foi. Não foi porque o primeiro a entrar no partido fui eu. Sim. E eu levei toda a moçada, né? Eu levei toda a moçada, inclusive o Mário.

**Maria Vitória:** Para fazer essa articulação do partido com o movimento estudantil.

**Francisco Varela:** Com o movimento estudantil. Sim.

**Maria Vitória:** Isso eu também ouvi dos outros participantes que era justamente assim. Eles se organizavam como se fosse uma expressão do Partido Comunista no movimento estudantil, ali dentro do DCE, enfim, onde aconteciam essas.

**Francisco Varela:** Onde aconteciam os eventos. É, os eventos, as atividades.

**Maria Vitória:** Bom, sobre a militância partidária no PCB. O Partido Comunista Brasileiro já estava posto na ilegalidade quando a ditadura militar foi deflagrada no país. Ainda assim, muitos militantes o elencaram como alternativa para a resistência combativa. Você também pensou assim? Como se deu a sua filiação no partido?

**Francisco Varela:** É o seguinte, você tinha duas opções. Guerrilha ou Não Guerrilha. E o partido era uma opção. O partido era, não guerrilha, mas o partido defendia a legalidade, sempre defendeu a legalidade. Você tinha agremiações, agremiações que eram a favor da revolução. Polop, AP, que mais? Sei lá. E o partido sempre defendeu a legalidade. Nós éramos direção do partido e obviamente defendíamos a legalidade. O não combate, vamos dizer assim. Armado, né? A luta armada. O não combate armado, claro. A luta era, a militância já era um tipo de luta, sempre foi.

**Maria Vitória:** Em relação ao Mário Jorge, quais são as lembranças em relação ao ingresso e a desenvoltura nele no partido? Ou ele não era tão ativo assim?

**Francisco Varela:** Não. Eu não vejo o Mário Jorge como um militante ativo. O Mário Jorge, ele era muito gozador, então eu suponho que o Mário entrou no partido, mas como uma gozação, uma filosofia, né? Sim.

**Maria Vitória:** Mas ele não exercia muitas atividades ali dentro?

**Francisco Varela:** Não.

**Maria Vitória:** Tem mais alguma coisa que o senhor se lembre? Não. Em relação a atuação dele?

**Francisco Varela:** Não.

**Maria Vitória:** Mas ele foi filiado a partido.

**Francisco Varela:** Sim, claro que foi. O Mário, inclusive, é o seguinte, o Mário, ele fez direito. Sim. E ele era um cara brilhantíssimo. Aí, o seguinte, um belo dia ele resolveu ir para São Paulo. E lá ele militou no partido também. Só que ele conheceu a turma do Marighella. Quando ele estava no Percebão, em São Paulo. Ele conhecia a turma do Marighella. Não sei se isso o fez afinar, mas de repente o Mário voltou do mesmo jeito que ele foi. Tempestivamente. Ele foi e depois voltou do mesmo jeito.

**Maria Vitória:** Lá em São Paulo tinha integrantes do PCB daqui? Na época que ele foi para lá?

**Francisco Varela:** Sim.

**Maria Vitória:** Sabe dizer os nomes?

**Francisco Varela:** Olha, o Agonalto Pacheco, sabe quem é?

**Maria Vitória:** Sim.

**Francisco Varela:** Tinha um irmão do Agonalto. Esqueci o nome.

**Maria Vitória:** Oswaldo. Oswaldo Pacheco.

**Francisco Varela:** Oswaldo Pacheco era, entre aspas, o dono do Porto de Santos. A militância dele era dentro do Porto de Santos. Sim. E eu não sei se o Mário foi a São Paulo. Não, que o Mário foi a São Paulo, foi. Eu não sei como o Mário conheceu a militância de São Paulo. Mas eu tenho certeza que o Mário entrou em contato com o pessoal do Marighella.

**Maria Vitória:** Sim. Isso foi uma questão também, porque a Ana Lúcia, ela citou isso. E eu perguntei com quem ele tinha se encontrado lá, o pessoal daqui. E dois nomes foram falados. Que inclusive está numa reportagem de Paulo Barbosa de Araújo. Ele estava lá na época.

**Maria Vitória:** Ele era do PCB.

**Francisco Varela:** PCBão.

**Maria Vitória:** E Gil Cardoso Natureza.

**Francisco Varela:** Gil Cardoso, é. Através do Gil. Gil Cardoso Natureza. Gil Cardoso Natureza é o seguinte. Ele foi. Eu fiz. Na época não existia universidade. Eu fiz faculdade católica de filosofia. Eu no primeiro ano. Como eu fazia teatro. Eu fui. Foi até em Santo Amaro das Brotas. O congresso da USES. Da UEE, desculpe. Da UEE. E eu fui eleito. Eu fui eleito diretor da UEE. Um dos diretores da UEE. Um dos diretores da UEE. E nesta época o Gil Natureza foi meu colega de diretoria. Aí depois houve uns problemas com o Gil. E ele migrou. O Gil era o comunista daqueles que só pensavam em comunismo. Então o Gil. Eu não sei se você conhecia. Se alguém já te falou do Gil. O Gil era o biotipo do indiano. Biotipo. Biotipo do indiano. E ele casou com uma garota. Protestante. Branca. Mas branca



**Maria Vitória:** Sim, e não volta mais?

**Francisco Varela:** Não. Eu morei entre Rio, Belo Horizonte e Brasília, 35, 36 anos. Então, quando eu vinha, eu tinha notícias de que eu ia encontrar com ele.

**Maria Vitória:** Sim. Bom, agora uma pergunta mais específica. Você tinha acesso ou conhecimento das funções realizadas pelos companheiros mais próximos dentro do partido? Mário Jorge estava à frente de alguma tarefa específica?

**Francisco Varela:** Que eu saiba, não. É possível que ele tivesse alguma tarefa específica, mas, como eu não militava mais no partido em Alacajú, em Sergipe, eu não tenho ideia.

**Maria Vitória:** Mas, na época que o senhor militou, aqui?

**Francisco Varela:** Quando eu militei, durante a minha militância, a pergunta é qual?

**Francisco Varela: Maria Vitória:** Se tinha conhecimento das funções que eles exerciam?

Não, não. Eu ia fazer as funções. E de algum militante, eu não tenho ideia de que funções ele tinha. Sim.

**Maria Vitória:** Como eram realizadas as articulações do PCB com outras forças de resistência política, como o movimento estudantil secundarista ou universitário?

**Francisco Varela:** Eu falei que ele era mais adiantado que eles. Eu acho que quando eles tinham uma militância no estadual, no colégio estadual de Sergipe, eu já era universitário. Então, a diretora do Ateneu, aqui em frente, era Maria Augusta Lobão. E ela expulsou Gama, Wellington, Mário Jorge, Anderson, uns seis ou sete, não é? Sim. Ela expulsou. E este grupo, basicamente, fez Direito, eu era em Química. Então, a nossa relação, embora tivesse uma aliança entre Química e Direito, uma aliança fortíssima, a gente era seis escolas. Duas estaduais, Química e Economia. Duas da Igreja, Filosofia e Civil e Social. E a escola, Medicina. E ela era de uma fundação. E Direito, que era federal. A Universidade Federal de Sergipe tem dessas seis escolas. Então, eu não tenho ideia do que era feito. Não sei o que era feito.

**Maria Vitória:** Em 1966, a partir, na verdade, em 1966, no contexto das dissidências políticas do PCB, como o senhor se posicionou?

**Francisco Varela:** Eu fiquei com o partido.

**Maria Vitória:** Na legalidade?

**Francisco Varela:** Na legalidade. Porque você tinha duas opções, uma luta armada ou não. E o partido, ela, pela legalidade. O partido nunca defendeu a luta armada. Embora, embora, embora, o Wellington Mangueira e eu, éramos direção do partido, a gente teve treinamento em Guerrilha. Sim. O Elton e eu, especificamente, nós tivemos treinamento em Guerrilha. Na Bahia. Sim. Nós tivemos um treinamento específico em Guerrilha, porque nós dois éramos direção. E o partido, embora o partido optasse pela não luta, o partido teve que treinar a sua direção. Porque, num caso de emergência, a gente estaria treinado. Então, o Wellington Mangueira e eu, nós tivemos na Bahia. Foi na terra que o, meu Deus, aquele capitão Lamarca foi morto. O capitão Lamarca. O capitão Lamarca. O capitão Lamarca. Lembra dele? Lembro. Onde ele morreu? O município. É em qual região? É em cima de Simão Dias. Do outro lado. Do outro lado da rua. Simão Dias é do outro lado. Eu não lembro. É na região central? Não, é Simão Dias. Simão Dias. Acima de Simão Dias. Mas é na Bahia. Na Bahia. Simão Dias. Claro, acima, já na Bahia. Ah, por ali eu sei que tem Conceição do Coité, Serrinha, Feira de Santana. Não, Feira de Santana não. Serrinha, se eu não me engano. Serrinha. Minha família é de lá. É? Coincidência. Coincidência mesmo.

**Maria Vitória:** Mas, nesse momento, então, por exemplo, nesse contexto das dissidências, onde vocês foram treinados, era no início dos anos 70, final dos anos 60? Foi quando?

**Francisco Varela:** Eu saí daqui em 68, foi antes.

**Maria Vitória:** O que aconteceu com os integrantes do PCB e do movimento estudantil que estavam alinhados no ano de 68, após o AI-5? Em dezembro de 68.

**Francisco Varela:** Dezembro de 68, 13 de dezembro de 68 foi o AI-5. Isso. É o seguinte, eu me formei no dia 15 de dezembro. Dois dias depois. Dois dias, exatamente dois dias depois. Exatamente dois dias depois. Houve a festa formatura. Houve a festa formatura do Iate Clube, etc. Quando eu voltei para casa, eu fui em Cana. Exatamente um dia depois que eu fui em Cana. Então, eu fiquei em Cana até março. Abril de 69.

**Maria Vitória:** Ficou mais tempo do que os outros.

**Francisco Varela:** É, porque em 64 eu tinha ido em Cana. Então, os caras me prenderam em 68. Não, em 69. Não, eu fui preso em 68. Em 68. Dia 15 foi minha formatura. Dia 16 eu fui em Cana.

**Maria Vitória:** Em 64 o senhor foi preso por quê?

**Francisco Varela:** Em 64 eu fui preso por que o seguinte. Eu, Jânio, Jânio Quadro, renunciou no dia 15 de agosto de não sei quanto, 61. 61. E eu fui em Cana. Depois de descobrirem que eu era menor, me soltaram imediatamente. Quando foi em 64, eu fui em Cana por causa disso.

**Maria Vitória:** Mas o senhor já era filho? Afiliado?

**Francisco Varela:** Não. Não, não era não. Eu fui em Cana por causa disso. Não tinha nada a ver. O senhor não precisava ser afiliado para ir em Cana, não.

**Maria Vitória:** Mas já era militante?

**Francisco Varela:** Não. Não? Militante, não.

**Maria Vitória:** Do movimento estudantil?

**Francisco Varela:** Não, de jeito nenhum. Não. A Cana foi que me levou à militância. Entendi. Foi a Cana que me levou à militância. Mas eu não era militante. Eu era de uma linha chamada Independente. Sim. Eu não tinha vinculação com nada. Não tinha vinculação com nada, nem com ninguém, com nada. Tanto é que eu era, eu te falei que eu era da UEE. Eu era da UEE e a UE nos mandou a um congresso. Um congresso de cultura popular no quilômetro, em Campo Grande, no quilômetro 41, 42, sei lá o que é, de Campo Grande. Aqui a gente pertencia a alguma, pertencia a alguma, não. Tinha duas. Era AP e PC. Só duas. Então é o seguinte. E era muito discreto. Muito discreto. Então quando a gente chegou neste congresso de cultura popular, apareceu uma garota que bateu palma da gente. Gente, quem for da AP, sala não sei quanto. Aí eu fiquei abismado. Aí o nome do cara era a mesma coisa. Gente, quem for do PC, sala não sei quanto. Era Nelson Werneck, Nelson Werneck Jr. Filho do Nelson Werneck. Sobramos de mais de 50, 40 caras. Dois sujeitos. Eu e um cara do Mato Grosso. E a gente ficou com um cara de besta. Só nós dois. Nós éramos de mais de 50. Aí só nós dois. Pô, cara, eu fiquei de papo com o cara. Então era uma polarização brutal. Ou era A ou era B. Não tinha meio de campo. Ou era A ou era B. Dentro do próprio movimento.

**Maria Vitória:** Dentro do próprio movimento.

**Francisco Varela:** Era A ou B. AP ou PC. Isso era em qual ano? 67, por aí.

**Maria Vitória:** E que teve esse congresso lá em Campo Grande.

**Francisco Varela:** Em Campo Grande.

**Maria Vitória:** Poxa. Isso é importante pra mim, pra eu entender como é que funcionava o movimento estudantil nessa época.

**Francisco Varela:** No congresso da UNE de Ibiúna, eu era Presidente do Diretório da Escola de Química. Eu era Presidente do Diretório da Escola de Química. E como estava, eu ia participar, como participaram todos os Presidentes do Diretório. Na véspera do evento, um, dois dias antes, a minha mãe teve um infarto. E eu era filho único. Aí eu chamei o Partido e disse Olha Não tem condição nenhuma de eu ir pra essa negócio de Ibiúna. Aí eu chamei o meu vice. Meu vice no Diretório, que era o Zé Polito. Zé Dias Polito. E eu mandei o Polito no meu lugar. E fiquei em Aracaju. E eu fiquei em Aracaju. Enquanto ocorria o congresso de Ibiúna, a gente pichava Aracaju, eu e o Mário Jorge. Nós pichamos Aracaju do Rio Sergipe ao Sequeira Campos, da zona norte à zona sul. A gente pichou. Pichamos a cidade inteira, eu e o Mário Jorge. Que a gente não foi. Então, nós pichamos Aracaju. Aracaju, dita de lá, aqui, aqui e cá.

**Maria Vitória:** E o que tinha escrito nas pichações? PCB, sei lá, milhões de coisas.

**Francisco Varela:** PCB, abaixa a ditadura, coisa que eu acho.

**Maria Vitória:** Como foi essa reunião antes do congresso de Ibiúna? Foi aqui mesmo em Aracaju ou foi em outro local?

**Francisco Varela:** Como?

**Maria Vitória:** A reunião antes do congresso de Ibiúna. Pra decidir quem ia?

**Francisco Varela:** Ah, foi aqui em Aracaju mesmo. Chegou um cidadão, Mata Machado, disse que ela foi morta pela ditadura, né? Cidadão chamado Mata Machado e fez uma reunião com a gente, com os presidentes diretores, explicando da importância do congresso da Ibiúna. E como tudo ia ocorrer lá? É. E como ia acontecer, etc. E Ibiúna era uma cidadezinha em São Paulo de, sei lá quantos habitantes, sei lá, vinte, trinta mil habitantes. Aí você chega numa padaria, pede trezentos pães. Tinha que cair, né? Pô, não sei mais nem. Uma cidadezinha de vinte mil habitantes, uma cidadezinha pacata. Chega uma enxurrada de jovens. Universal. Universal. Aí os caras tinham que comprar mantimentos. Aí você tira de uma padaria daquela, pede trezentos pães, pô. Imagina. Primeiro o contrassenso de fazerem numa cidade, porque os congressos da UNE até então eram feitos em conventos. Os dominicanos, basicamente, eram de tremenda cobertura. Mas aí, alguma mente brilhante resolveu fazer. Aí deu. Aí eu me lembro de um negócio que a gente comprou. Trezentos pães, pô, trezentos pães. E entregou. Pô, tô pensando. Sim. E aí todo mundo que tava lá foi preso. Pô. Preso de caminhão. O exército cercou. Eu não fui, mas o pai do Wellington. Seu Alvarinho Mangureira. É que os milicos confiaram, os presos políticos, desse jeito pra seu Alvarinho. E seu Alvarinho veio num ônibus. Trazendo. Trazendo. A cachorrada. Seu Alvarinho Mangureira, pai do Ellington. Eu não sabia dessa história. Sabia. Mas é. Não. Tem a proporção que você vai puxando. Seu Alvarinho Mangureira. Seu Alvarinho Mangureira. Sim. Seu Alvarinho Mangureira já tinha experiência militante. Seu Alvarinho Mangureira foi líder sindical. Sim. Essa parte eu tenho conhecimento. Era líder sindical. Sim. A dona Iracema que não tinha nenhuma militância. Mas o seu Alvarinho era militante. Iracema é a mãe. É a mãe. Sim. É. E o Erico morava na rua do Cotiguiba. Era o Cotiguiba aqui. O Erico Mangureira morava uns 200 metros. Boa tarde. Boa tarde. Tudo bem? Tudo bem, Dom Alvarinho? Obrigado. Obrigada.

Era um reduto, né? Um reduto. E mais, as nossas mães, a mãe do Wellington, a minha mãe e a Dona Ivone frequentavam a igreja São José. Eram carolas radicais. E os filhos, pequenininhos todos, comuns. Que é um contrassenso.

**Maria Vitória:** Bom, aí agora, sobre esse momento, sobre esse período, tem mais algo a acrescentar ou alguma lembrança de Mário Jorge?

**Francisco Varela:** Não. O magão era escritor, escreveu dois livros. Revolição e um livro de poemas. Prefaceado, inclusive, pelo Wellington. Só que esse só foi publicado depois da morte. Pós-morte.

**Maria Vitória:** Tem mais alguma lembrança dele?

**Francisco Varela:** Não Porque eu não vivia aqui Eu só encontrava com o Magrão Nas minhas férias Eu saí daqui muito cedo. Eu tinha uma amizade profunda com ele Depois de muito tempo É que eu me mudei para o Rio Para Brasília, para Belo Horizonte

**Maria Vitória:** Mas vocês se conheciam desde sempre Desde pequeno também

**Francisco Varela:** Desde pequeno Eu sou mais velho Dois, três anos

**Maria Vitória:** Mas o senhor estudou no Ateneu? Estudou no Ateneu também

**Francisco Varela:** Agora, eu estudei no Ateneu É o seguinte O Ateneu tinha Três turnos E o turno do ginásio Era quem mandava No Ateneu, pelo número de alunos Então a gente pegou Um diretor idiota Que eu convenci A apurar por turno Uma eleição apurada por turno Você tem ideia De que lado a eleição vai Porque se fosse num turno O ginásio Aí eu consegui E eu consegui E apurado por turno Éramos três chapas Ginásio científico e classe E nós fizemos o seguinte acordo A chave que ficasse Vindo para o lugar, retirava.

Saía Que é para só distribuir Papelzinho Então, quando o diretor apurou Nós nos Nos arrumamos E nós ganhamos a eleição Quando o ginásio era mais do que o dobro Sim No ginásio, no científico e no curso noturno A gente decidiu no curso noturno Eram as eleições para Grêmio Grêmio estudante e o Claudomir Silva Isso foi em qual ano? 62

Eu encontrei algumas informações sobre o Grêmio e o Claudomir Aí mesmo no Ateneu Porque eles têm um centro de memória Centro de memória Arcádia Arcádia Arcádia estudantil Era o dono da Arcádia Era o dono da Arcádia Era o fundador Era o Artemísio Artemísio Rezende Sim Que é geólogo Eu queria achar os jornais estudantis dessa época Que eu acabei não localizando Se tiver algum exemplar Está no Instituto Histórico Que está em referência Então eu não consegui acessar Até o momento É No nosso tempo Você tinha a Verdade O jornal A Verdade A Verdade Sim Daí do Ateneu mesmo Não No nosso tempo científico Desculpa, desculpa, desculpa De universidade.

Não é É a Verdade A Verdade era o Era o Era o jornal oficial do PCBOM Sim Na universidade Na universidade daqui Na universidade Não tinha universidade No científico Ou no curso superior Você sabe o que é a Verdade em russo? Právida Právida é Verdade Então o nosso jornal O nome quem deu foi Právida É a Verdade Que é Právida em russo Tomara que eu encontre Algum exemplar desse jornal Hein? Tomara que eu encontre Algum exemplar desse jornal Deixa eu ver qual é Deve ser Eu perguntei a ele Não, era na UFIS Era nas faculdades Segunda-feira Ele disse que Não sabia Mas que ia olhar É Ele já respondeu que não? Ele disse que não sabia se tinha, mas que ia olhar. Então, eu também preciso aguardar.

É o seguinte, eu era presidente do Diretório de Química, então a Escola de Química recebia muita grana por ser uma escola de ciências exatas. Então, meu Diretório era muito rico, então a gente comprou um mimeógrafo, era o mimeógrafo. Todo mimeógrafo era aquela porcaria de álcool, imprimia uma página. Meu mimeógrafo da Escola de Química era a tinta e impressora. Aí, eu fui presidente do Diretório, escrevi não. Transferi o meu mimeógrafo para o Diretório de Direito e larguei lá. Eu só usava o mimeógrafo para imprimir as apostilas do pessoal. Então, pronto. Quando acabou o meu mandato, eu

repus. Nessa época, Mário de Agelho escrevia para esse jornal? Não, que eu me lembre, não. Eu não lembro. Eu não me lembro do Mário de Agelho escrevendo. Para um jornal estudante? Não, ele escrevia, sim. Ele escrevia, ele escrevia, sim. Era durante a Guerra do Vietnã. O Mário de Agelho escrevia. Tanto é que, um belo dia, ele faltou. Aí, pô, a gente tinha que ter o espaço da poesia. E daí? Aí eu falei assim, pô, velho, vamos fazer a porra da poesia. Aí fizemos. E voltou no lugar. Aí eu assinei o Mário de Agelho. Isso é muito legal. Então podia, o jornal, o Mário de Agelho era o responsável. Vinha no mundo agora. Sim.

**Maria Vitória:** Bom, agora a gente está chegando já no final da entrevista. Sim. É o último eixo de perguntas, que é sobre a memória política dele, aqui em Sergipe. No caso, a preservação da memória política dele. Diferentemente do destaque que a produção artística de Mário Jorge ganhou aqui no Estado e em outras regiões do país, a sua militância política, ela não foi apresentada ao público ou investigada durante muitos anos. Por quais razões o senhor acha que isso aconteceu?

**Francisco Varela:** Eu não sei porque eu não morava aqui. Esse era o grande problema. O grande problema meu é que eu não morava aqui. Eu te disse que eu vinha em férias, encontrar com o Mário Jorge. Mas eu não morava aqui, então eu não tenho elementos para responder essa pergunta. Sim.

Por exemplo, por que não se falava tanto dele enquanto militante ou só como um artista, sendo que ele foi as duas coisas? É porque a, vamos supor, a presença do Mário Jorge era mais como artista. O perfil dele. O perfil dele sempre foi. O perfil do Mário sempre foi artista, o perfil artístico. Ainda que ele tenha sido um militante. Ainda que ele tenha sido um militante, mas a militância do Mário era ofuscada pela parte artística dele. Sim. Então, vamos supor, ele era menos militante, mas artista. Entendi. Era esse o problema. Entendi. É. Qual a sua opinião sobre as trajetórias dos militantes do período da ditadura? Da ditadura militar que caíram no vão do esquecimento ou são negligenciados na nossa sociedade atual? 100%. Não são lembrados. 100%. Porra, gente. 100%.

**Francisco Varela:** Minha resposta é 100%. Todo mundo foi negligenciado. Inclusive o Hélio Manguiera, que eu considero a estrela. O Hélio do Gama. Os três estrelas negligenciadíssimos. Gama. Tudo foi negligenciado. O que será que aconteceu? Sei lá o quê. A falta de interesse da sociedade. Sei lá. Principalmente falta de interesse. Falta de interesse principalmente. Quer dizer, quanto mais bloqueados esses caras estiverem, menos incomodam. Ainda que a história deles seja marcada. Seja uma história brilhante. As suas histórias.

**Maria Vitória:** O senhor também está incluído nisso. Não, mas não interessa. Não interessa a ninguém. Esse é o grande problema. Não interessa. O problema é a falta de interesse. Falta de interesse. Falta de interesse. Você acha que esse trabalho que eu estou fazendo hoje contribui para os estudos sobre a memória política da ditadura militar aqui no Estado?

**Francisco Varela:** Sim. O professor Alfredo foi seu precursor. E você. Vocês fizeram. Vocês estão fazendo. Vocês estão fazendo. Um trabalho brilhante sobre a história política do Estado. Isso. Estão fazendo um trabalho brilhante. Mas brilhante, brilhante, brilhante, brilhante. A história política do Estado. Que é muito negligenciada. Muito não. Totalmente negligenciada. Sim. Ontem teve a sessão especial na Câmara Municipal dos Vereadores. Sobre os 49 anos da Operação Cajueiro. Aqui no Estado. Então muitos militantes da Câmara. A Operação Cajueiro eu não tenho ideia. Porque eu morava, como eu falei, em Brasília, Rio. Sim. Então eu não tomei conhecimento. Eu soube das consequências. Foram torturadiços, blá, blá, blá. Porque é o seguinte. A Operação Cajueiro. O 28 BC foi esvaziado. E veio um time do Drops. Um time da pesada. Aí meteu bronca. Sim.

Tinha muita gente presente daquela época. E assim, houve alguns espaços para eles falarem mais ou

menos o que tinha acontecido. Milton, Milton Alves. Milton Alves foi uma das maiores vítimas do Cajueiro. Milton é muito meu amigo também. Sim. Aí, querendo ou não, é um passo que se dá para poder retomar a memória de todos esses acontecimentos aqui no Estado. Porque existem pessoas que não sabem que teve ditadura aqui. Então é um espaço para fazer isso acontecer. É o seguinte. Não se sabe disso por ignorância ou por burrice. Esse senhor, o Dr. Jair. Jair Messias Bolsonaro. Fez um mal a esta República. Que você só vai ter condição de analisar na história. Sim. Porque o que se sabe. O Bolsonaro hoje, eu estava vendo no noticiário. Ele falou assim. Eu caguei para a prisão. Gente. Quando é que um líder político. Um Luiz Carlos Prestes. Um Ulisses Guimarães. Ia falar num negócio desse. Quer dizer. Esse cara é abjeto. O termo dele é abjeto. Sim. Abjeto. Quer dizer. Então é o seguinte. Quando. E esse cara criou. Ele criou uma.

### **ENTREVISTA COM MARCELIO BONFIM(São Cristóvão/SE, 19/02/2025)**

**Maria Vitória:** Bom, a primeira pergunta é uma pergunta na geral. Quais as experiências que marcaram a sua juventude na década de 60 em Sergipe? A segunda pergunta é como e quando conheceu Mário Jorge? E a terceira é para você descrever as lembranças que você tem sobre Mário Jorge ou de alguma convivência que teve com ele. Esse é o primeiro eixo de pergunta.

**Marcelio Bonfim:** Olha, a primeira pergunta é, repita aí.

**Maria Vitória:** Quais as experiências que marcaram a sua juventude nos anos 60?

**Marcelio Bonfim:** Primeiro, eu sou filho de um trabalhador rural. É. Meu pai trabalhava no alugado. O que é isso, trabalhar no alugado? É chegar para o dono da terra, fazendeiro, e fazer um acerto. Não era nem um contrato assinado, um acerto de boa. O dono da fazenda dizia, escolha aí o pedaço de terra que você quer para fazer a sua rosa. Ele escolhia, limpava. Na época não tinha trator, né? Porque eu tenho 80 anos, imagina, né? Não tinha nem trator ainda. Era na enxada, na foice. Ele aí desmatava, ele limpava, ele plantava. E quando vinha a produção do milho, do feijão, ia fazer a colheita, a metade da produção era do meu pai e a metade era do dono da terra. E ainda, meu pai ainda tinha o compromisso de entregar essa área que foi limpa, que foi plantada, entregar ela com o capim plantado, desfeito o pasto da fazenda. Mas teve uma seca brava nos anos 50, aí eu já tinha quantos anos?

Eu nasci em 44 e em 50 eu tinha 6 anos, e meu pai teve que sair de Canhoba porque não tinha o que fazer, uma seca, ele vivia de roça. E veio para Alacajú ser servente de pedreiro. Trabalhou muito tempo ali na antiga escola normal, que hoje não é mais escola normal. E eu me lembro que ele chegava sempre alegre, satisfeito. Ele dizia que estava construindo uma escola, quando começou a construir a escola, era a escola para formar professores. Era a escola normal. Que estava construindo uma escola onde minha filha, ele dizia, vai ser professora, vai estudar lá, vai ser professora. Dito e feito, né? Terminou e terminou estudando lá e hoje é apresentada como professora da rede estadual. Pronto. Depois, as dificuldades que a gente tinha, minha mãe, né? Minha mãe, Beata, eu estou até exagerando nesse tempo chamando ela de Beata, mas ela era Beata da Ode, terceira de São Francisco, e começava a reclamar junto com o Frade lá da igreja Espírito Santo, das dificuldades para educar os filhos.

E no meu caso, como eu era o mais velho, ele disse, por que não bota ele no seminário para ser padre? Mas tinha custo isso, né? Aí esse mesmo padre, esse mesmo Frade, disse, vamos falar com o bispo, aí já é minha mãe que me contou, né? Vamos falar com o bispo que era D. Fernando Gomes, que saiu daqui, nos anos já perto do golpe de 64, e foi para Goiás. E lá foi perseguido, não sei se foi preso, mas foi perseguido pela ditadura. E lá ele disse, não, a gente arranjou a befeitura. E ele mesmo arranjou a befeitura, porque para entrar no seminário você tinha que ter batina, você tinha que ter todo o fardamento de padres, e tinha os custos do seminário, porque tinha que ter custo. E aí eu passei uns seis anos lá, né?

Deve ter entrado lá. Uns dez anos, saí. Uns dezesseis. Até porque eu descobri, sempre digo, até brincando, né? Descobri que o meu destino não era pregar o Evangelho de Cristo, era pregar o Evangelho de Marx, de Lenin, de Trotsky, né? Acabou. Estudando, depois de sair do seminário, estudando à noite no Colégio do Tobias Barreto, com a bolsa de estudo, ali na Colégio do Tobias Barreto, que hoje é o Colégio Estadual, eu estudava de noite lá.

E em agosto de 1961, ocorreu uma tentativa de golpe, que foi a renúncia de Jânio Quadro. Teve a eleição em 60, ele assumiu, e seis meses depois renunciou. E a renúncia dele abriu caminho, né? Um caminho para que a burguesia daqui, junto com o sistema financeiro americano, e os militares americanos, e os militares daqui, tentassem impedir a posse do vice-presidente. Que tinha um dado interessante. Naquela época, hoje você vota no presidente e no vice da mesma coligação, né? Mas naquela época você escolhia o presidente e escolhia o vice de qualquer outro partido e o vice de qualquer outro candidato. E aí, esse outro candidato foi João Goulart, que não foi o candidato do partido de Jânio Quadro. Jânio Quadro era da UDN. E João Goulart foi vice do Marachal Teixeira Lopes. Pronto. Jânio Quadro ganhou, o vice dele não ganhou, quem ganhou foi João Goulart. E tentaram impedir a posse. Aí houve um movimento no país, comandado por Lionel Brizola, do Rio Grande do Sul, que organizou uma cadeia de raios e começou a convocar a população. E aqui em Aracaju, um cidadão que estivesse vivo, era vizinho aqui da universidade, ele era prefeito de Aracaju, Conrado, morava numa fazenda lá na frente. Eu até acho que parte aqui da área da universidade tinha sido da propriedade dele. Como tinha votado em jango para vice-presidente, embarcou nessa luta de resistência ao lado de Brizola. E aí eu cheguei no colégio de Barreto de noite para estudar e encontrei a manifestação. Não entendia pata-vinda, né? Não entendia pata-vinda de nada. Aí encontrei um que já era do partido, Félix Mendes, de instância, que foi preso comigo também em 64, mas depois ele se afastou e foi cuidar do que ele gostava de fazer, pintar, criar. Félix Mendes. Ele fazendo discurso, explicando e convocando todo mundo para sair e passear, está ali pela rua de Pacatuba, para a frente da prefeitura, para encher a frente da prefeitura e participar. E eu dei sorte, sem entender de nada, que encontrei ali onde você vê hoje, você chega ali, tem a cama lá na frente, você entra à esquerda para ir para a prefeitura, em frente tem a galeria Álvaro Santos. Sim. Ali naquela época era um grande aquário, que tinha peixe, tinha pequenos animais. Aí estava lá parado, em pé, Paulo Barbosa, que foi professor depois aqui da Universidade de Economia. Na época era estudante, mas já era jornalista. E que eu conhecia, porque o pai dele era da família também de Canhoba. Aí eu perguntei, Paulo, o que é isso? E ele foi me explicar. A partir daí, é, eu entrei no Partido Comunista, né? Porque ele já era militante do Partido Comunista, e foi me dando o livro, foi discutindo, eu entrei.

Pronto, aí me engajei, passei a ser militante do Partido, a partir de 61. E aí vim até 64, né? Em 64, a gente foi preso, eu, Paulo Barbosa, e os companheiros foram presos, os dirigentes do partido, dirigentes sindicais, sindicalistas, é, não tiveram mais condição de continuar. Uns foram processados, outros tiveram que sair de Sergipe para não ser preso, outros perderam o emprego, mas a gente precisava. Aí ficou, quem? Dois pivete malucos. Eu, Milton Coelho, que também estudava no colégio do Tobias Barreto, ele morava na rua de Siriri, e eu morava na rua de Vitória, quer dizer, um perto do outro.

A gente se encontrava no caminho do colégio. Pronto, me engajei, né? E a gente foi para a resistência do golpe, grande, né? Eu me lembro disso, isso é registrado no livro de Paulo Barbosa, não sei se você já teve a oportunidade de ler, Os Ícones de um Terremoto. Aí eu só tenho um livro, mas quando a gente sentar, eu lhe empresto para você dar uma lida dele. Aí é a história da ditadura de 64, e ele chega até a Operação Cajueiro. Pronto. Aí me lembro, me lembro, me lembro de que as tentativas malucas, né? De resistência ao golpe, na madrugada de março para 1º de abril, como você tinha a Leste, os ferroviários, que eram os trabalhadores mais organizados do país, isso porque a comida, o transporte era feito por ferrovia. Então os ferroviários, quando decretavam uma greve, parava o país. Você não tinha comida, você não tinha petróleo, você não tinha nada. Eles eram organizados por isso. E aí tentaram organizar uma resistência lá na Estação da Leste. E aí nós fomos para lá para discutir, eu já estava, eu entrei em

61, tinha 3 anos que eu estava dentro do partido. E curioso. E aí veio a discussão, como resistir? Que ninguém estava preparado. Do mesmo jeito, do mesmo jeito, que nós não estamos preparados hoje para enfrentar, que eu vejo com muita apreensão o que está acontecendo no país. A direita a cada dia se fortalecendo, avançando, e o Lula a cada dia despencando, despencando nas pesquisas, os problemas sociais sem ser resolvido, a questão da educação caindo pro beleleu, a questão do emprego, a questão da fome.

Como resistir? Aí o Paulo Barbosa fez uma avaliação e sugeriu que os dirigentes do partido, os dirigentes sindicais da CGT, ligassem para alguns prefeitos. Três prefeitos que tinham uma posição de defesa, que defendiam também as reformas de base, que era a proposta de João Goulart, que era o prefeito de instância, o prefeito de capela e o prefeito de própria. Ligaram e disseram que tinham condição de fazer algum movimento de resistência. Mas era preciso ter telefone. Quando você não tinha, não é como hoje, que você pode estar na China e você falar comigo, eu falo com você, eu passo o que eu quiser passar, e precisava ter um sinal. Porque tinha outras organizações que você não alcançou, mas já ouvi falar. Tinha a AP, o PCB, tinha a AP, ação popular, que era mais ligada à igreja, e você tinha a POLOP, que era constituída por alguns militares e era uma organização mais, eu chamo de avançada, que defendia a tese, mesmo antes do golpe, de transformar a sociedade na luta armada. E esses ficaram num acúmulo ali na rua de Santa Luzia, com Buquim, porque na rua de Buquim, com Estância, tem um quartel da polícia militar, e na rua de Buquim fica o portão aberto, ainda hoje fica. Aí eles ficaram na rua de Estância, porque quando a gente detonasse, derrubasse uma torre de energia que vinha de Paulo Afonso, ia faltar Luiz Aracaju, no Grande Aracaju, e o Estado todo tomava conhecimento, seria o sinal. Só que, aí fui eu,

**Maria Vitória:** Isso está no registro do livro de Paulo, não é?

**Marcelio Bonfim:** Na minha cabeça não. Aí fui eu, o Paulo Barbosa, Luiz Eduardo Costa, Catan, e um dirigente, que era secretário do partido aqui, Antônio Joaquim, só quem tinha arma era Luiz Eduardo, que tinha uma pistolinha e uma espingardazinha velha, ninguém tinha, e arranjamos a dinamite, e quando a gente estava amarrando as dinamites, os pés da, você conhece a torre de energia? Sim. São quatro, ela começa largando aqui, os quatro, e vai subindo, subindo, dentro do canavial da usina Pinheiro, quando a gente estava lá fazendo isso, um radinho de pilha, que era menor do que esse celular, no bolso de Paulo Barbosa, estava ligado o rádio, na rádio Globo, aí anunciou, e naquela época, quando tinha um escândalo, uma notícia, um desastre, aí a rádio anunciava, o repórter Eresso, aí quando anunciou, Paulo Barbosa tirou o telefone, ouviu, o radinho de pilha, e a gente foi escutar. Era exatamente isso, já era uma hora, duas horas da manhã. Era a fala do governador, do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, fazendo o pronunciamento, anunciando a vitória, do golpe de 64. Aí o Paulo Barbosa, que estava alto, não me lembro da expressão facial dele, ele olhou assim e disse, olha, nós brincamos até hoje, de fazer revolução. A partir de agora, nós vamos passar a viver, sem liberdade, e sem democracia. Não vamos dinamitar nada. Vamos embora. Pronto, a gente veio embora, cada um ficou em casa, e eu fui na leste, avisar os companheiros, que estavam na leste, o Argonaldo Pacheco, o Robério Garcia, a cupula do partido, os sindicalistas, todo, e não deu certo, e a gente não cumpriu a tarefa. Quando chego na escadaria, não sei se você já viu, tem uma escada, você chega ali na praça, dos Expedicionários, e aí, quando você atravessa a rua, aí tem uma escadazinha, de concreto, e você sobe para entrar na leste. Aí já estava lá, me lembro como hoje, nenhum desses, que eu vou citar aqui, não estão mais vivos. Estava lá, Antônio Bittancourt, que tem 95 a 96 anos, está na cama, não fala, não come pela mão dele, vegetando, que é pai de Antônio Bittancourt, que foi vereador. Aí me parou e disse, meu jovem, eu pivete, você não vai entrar aqui, você vai ficar aqui com a gente, olhe para trás. Aí eu olhei para trás, já vi o jipe, e as caminhonetas, do exército, que iam prender todo mundo. Ele aí voltou e disse, nós vamos ficar aqui, vamos ser presos. Uma observaçãozinha, que hoje, a esquerda de hoje, não tem esse espírito, de solidariedade, de fraternidade, de companheirismo. Ele aí me disse, não é como hoje, nós vamos ser presos. Mas enquanto a gente estiver sendo preso, os nossos companheiros, que estão lá dentro, vão ter

tempo suficiente, de pular o muro da leste, que era murado, e não vão ser presos. Está certo, eu fico com eles.

**Maria Vitória:** Quem eram eles?

**Marcelio Bonfim:** Bittancourt, Carivaldo, ferroviário, que já morreu, o pai de Milton, que era também militante, e era ferroviário, enfermeiro da leste, o próprio Milton, e o outro companheiro, que era operário.

Mas eram cinco ou seis. Aí prenderam a gente, botaram na caminhonete, e quando entraram na leste, não tinha mais ninguém. Essa história eu contei, deve ter uns 15 dias, com o pessoal que está fazendo documentário, sobre a vida diagonal do Pacheco, que estava lá também, que não foi preso dali, ele passou uns 15 dias escondido aqui, depois foi para São Paulo, e depois rompeu com o PCB, junto com o Marighella, e foi para a luta armada. Pronto. Aí prenderam a gente, mas como ainda não estava consolidada a ditadura, não estava consolidada, ainda havia perspectivas, perspectiva de uma reação em Pernambuco, com o governador Miguel Arraes, com o Leandrão Brizola, no Rio Grande do Sul. Aí soltaram a gente, dois dias depois. Mas logo depois, já no fim de abril, empreenderam de novo.

Pronto. Aí prenderam todo mundo, quase 100 sergipanos foram presos. E aí ficou partido, sem ter, como se reorganizar. E aí ficou eu, o Pivete, Milton, e mais outro companheiro, que também já morreu. Aí a gente começou a refazer os contatos com aqueles que a gente conhecia, conversar com os velhos companheiros, para ver a experiência, a forma de como reconstruir o PCB, e aí eu cheguei em Mário Jorge. Aí eu tomei conhecimento, entre 65 e 66, que Mário Jorge, o Wellington Mangueira, João Augusto Gama, Ezequiel Monteiro, que já morreu, que estudava no Ateneu, e estavam tentando organizar o Grêmio do Colégio Estadual. E o Azar, qual foi o Azar? Que é a diretora do Colégio, do Colégio Estadual, a professora, que agora me foge o nome

**Maria Vitória:** Maria Augusta Lobão

**Marcelio Bonfim:** Era esposa do chefe do SNI, João Banha, aquele outro nome, João Banha, você já sabe dessa história, João Banha aqui. Aí expulsou, e entregou eles ao 28, e proibiu, e aí o Exército proibiu deles continuar estudando, ou em colégio particular, ou em colégio privado, ou em colégio público. Foram lá, responderam o inquérito, não foram processados, depois soltaram. Gama, o pai tinha, era remediado, aí ele foi estudar em Maceió, tal, e aí veja, para chegar aonde você quer. Como Mário Jorge, morava ali, o pai morava ali, vizinho à Secretaria de Segurança, o Wellington Mangueira morava na rua Augusto Maynard, quase que em frente aonde é hoje o Banco do Estado, ele morava por ali, o pai já era um dos diretores do Cotinguiba, o pai do Wellington Mangueira, a mãe de Mário Jorge era a Beata, da Ordem Terceira de São Francisco, se não me engano, e a tia de Wellington Mangueira, que morava ali na Augusto Maynard, numa casa onde é hoje, a Drogasil, perto, e aí quando iam para a igreja, ela ia com a mãe de Mário Jorge, e eles, menino, pivete, se encontravam. Nessa época, nem Mário Jorge era esquerdista, nem o Wellington Mangueira esquerdista, nenhum deles, tinha nada a ver com esquerda, o que eles queriam era organizar o gremio estudantil. Né? Pronto, eu tomei conhecimento, mas não tinha, eu não tinha, como é que se diz, é, não tinha como me comunicar com o Wellington Mangueira, que eu conhecia, com o Mário Jorge, que era mais, né, gostava de uma mesinha de bar, e aí encontrei ele pela primeira vez no Cacique. Até porque, você deve saber dessa história, o Cacique sempre foi, né, aí precisava ser tombado como local de memória. Era ali, ando o pessoal de esquerda, comunista, não comunista, socialista, pessoal de direito, né, porque era o único bar famoso no centro da cidade. Aí todo mundo passava por ali, e eu passando para localizar, identificar, companheiros e pessoas, aí comecei a, a conversar com o Mário Jorge, né, ele, aquele cara que sentava na mesa com você, falava pelos cotovelo, desculpa o que eu estou dizendo, mas conversava, tal, negócio de poema, disso, daquilo, e aí, e aí, uma vez, duas vezes, na terceira vez, eu aí me abri para ele, disse, olha, eu estou, eu sou militante, tu percebe,

e estou querendo, né, ver como organizar uma nova militância no movimento estudantil, porque todos tinham sido presos, ninguém estava mais, né, aí ele, a gente começou a conversar, não foi uma vez só, várias vezes, até ele bater na mesa e dizer, eu topo. Eu aí respirei fundo, né, porque eu também não era mais estudante, né, porque com o golpe, eu fui proibido, o golpe de 1964, eu fui proibido de estudar. Aí, pronto. Aí eu me lembrei e disse, e o pessoal, o Wellington Mangureira, Gama, Ezequiel Monteiro, o Jackson Figueiredo, ele disse, eu vou conversar, eu vou conversar com eles. E foi o Mário Jorge, que recrutou o Wellington Mangureira, Gama, o Ezequiel Monteiro, e todo esse pessoal que começaram a atuar, já militando no PCB do movimento estudantil.

**Maria Vitória:** Isso era em qual ano?

**Marcelio Bonfim:** 66 para 67.

**Maria Vitória:** Sim.

**Marcelio Bonfim:** Certo? Pronto. Aí eles, que eram secundaristas, uma coisa que eu esqueci aqui, e ninguém se lembra nem valoriza. Como? A tia de Mário Jorge era beata, a mãe de Mário Jorge era beata, religiosa. A tia de Wellington Mangureira também, foram falar com, como é o nome dele? Com o padre Carvalho, que era rei todo, que era, que ali não era mais o seminário. O seminário, quando eu estudei para padre, era ali, onde era o Arquiocesano. O Arquiocesano. Mas já nessa época, já era o colégio Arquiocesano. Não era mais seminário menor. O seminário menor tinha sido transferido com casarão ali no bairro industrial. Sim. Pronto. Ficou lá. E, apesar do padre Carvalho, que é tio do senador do PT. Sim. É tio. E é quem bancou os estudos dele, porque o pai de Rogério era um, um plantador de fumo, né? Tinha uma, uma rocinha de fumo em estância. Foi o padre Carvalho que bancou os estudos dele. É, aí não conversou, né?

Permitiu, que, o Wellington Mangureira, o Mário Jorge, Abelardo, os três, fossem estudar lá. E aí eles passaram a estudar no Arquiocesano. Pronto. E depois fizeram o vestibular e foram fazer direito. É, Mário Jorge não fez direito. Eu não me lembro qual foi o, o vestibular que ele fez. Mas o Wellington Mangureira fez o vestibular pra direito. O Gama fez pra direito. É, os outros fizeram pra direito. E aí começou também, né, a construção, né, da base estudantil dentro da universidade. Sim. E aí esse grupo chegou a ser, a ser membros, que eu chamo de ser membro da, da chamada Geração 68. Por que Geração 68? Tô dizendo isso porque você já sabe. A Geração 68 foi aqueles que foram, é, como é o nome? Participaram do Congresso de Biúna e foram presos em São Paulo no Congresso de Biúna, que foi o Hélio Mangureira, João Augusto Gama, hoje é esposa de Hélio Mangureira, é, Tina, é, que é filha do militante comunista, Antônio, é, é, é, Tonico Afayate, que foi preso também em 64. É, quem mais? É, enfim, foram presos. Benedito Figueiredo, foi preso no Congresso de Biúna. Pronto, foram processados, ficaram respondendo processo, mas construíram, organizavam. Aí, nessa época, já tinham organizado o DCE, que não tinha DCE, né? Aí já havia um movimento universitário bem organizado aqui dentro da universidade. Mário Jorge não se engajou, ele ficou mais, lá no partido, né? Gostava muito de farra, ninguém vai ser contra disso, é, e quando tinha algumas tarefas, por exemplo, no fim de 66, eu teve, eu tive que sair daqui, para não ser preso pela terceira vez, aí o partido me tirou daqui para eu ir morar em Moscou. Né? Passar lá, quase três anos como eu passei. E aí, a última reunião que eu fiz, eu precisei, Mário Jorge não era de ir para a reunião. Você chegava para ele e dizia qual era a tarefa. Mário Jorge, você pode fazer isso? Posso. Ou então dizia, não posso. E aí, a gente estava precisando de um transporte para fazer a reunião com o dirigente do Comitê Central do Partido, que veio aqui, inclusive, para me orientar, inclusive também para me orientar, como eu sair daqui, como eu viajar para Moscou. E aí, a gente teve que fazer uma reunião grande com o que já existia de comitê estadual do PCB, e foi de um sítio, ali do povoado, você mora onde? Na Aruana. Na Aruana.

Foi aqui de um povoado, aqui em São Cristóvão, porque eu moro num sítiozinho aqui em São Cristóvão.

Sim. Como é o nome do povoado, é ali perto da Cabrita. Sim, sim. Perto da Cabrita. Mas não tinha, as estradas eram, a João Bebe Água não existia, porque a estrada para chegar em São Cristóvão, você ia pela, por onde é hoje o Santa Lúcia, que era chamada Estrada da Jabutiana. Lá na frente você pegava outra estrada, que era do Pissarra. Depois, muito tempo, eles destruíram a João Bebe Água. É precisava de transporte, né? E dos companheiros que a gente tinha, ninguém tinha carro. E o pai de Mário Jorge, era um dos gerentes da Transvimasa. E tinha, eu até nem sabia, conversando um dia desses com o Mário, com o Ana Lúcia, dizendo, olha, a gente falando em locais de memória, eu disse, olha, tem um que não é um local, é um carro, é a Kombi do seu pai.

Ela disse, não, a Kombi não era do meu pai, meu pai usava, mas a Kombi era da empresa. Aí o Mário Jorge, ele disse, não tem problema não, eu vou pegar a Kombi, e você me dá o roteiro, e eu pego todo mundo, e levo lá para lá. Aí eu fui com ele, para mostrar a estrada como era e tal. Quer dizer, ele não era um militante de reunião. Sim. Era um tarefeiro. Precisou, qualquer hora, gostava de tomar uma cervejinha, como todo mundo gostava, todo jovem, eu tomava, todo mundo. Mas acabou, ele estava pronto, para fazer isso. Então, ele teve. Às vezes eu digo, e às vezes até os companheiros dele, o Hélio Mangueira e os outros, porque às vezes criticam ele, que eu não critico, é uma questão de opção.

Gostava também de uma, de um cigarrinho. Havia naquela época, que não existe hoje, a discriminação. Infelizmente, uma vez um professor seu aqui, me mandou um questionário para responder, perguntando, exatamente se Mário Jorge era um, eu aí peguei o papel que ele mandou para mim, que era para eu dizer isso, rasguei, e quando encontrei com ele, diga, rapaz, isso não é entrevista para você fazer não, se você é cilindro de esquerda, professor de história, professor da universidade, você vai cuidar da parte boa. Mas não venha com essas perguntas não.

Mas ele sempre cumpriu as tarefas, era um tarefeiro. E a juventude de Sergipe, depois do golpe de 64, 66, 67, até 68, e não era daqueles que gostavam de aparecer não, de estar na, tem uma manifestação, ele estava lá com a bandeira, não, ele estava ali por perto, sentava lá no canto, e na hora que precisava realizar uma tarefa, estava lá Mário Jorge. Então ele era um tarefeiro. E graças a ele, nos anos, vou repetir, 67, 68, foi ele que contribuiu, decisivamente, para construir a base do partido, aqui dentro da universidade.

**Maria Vitória:** E isso, através dessa expressão do movimento estudantil, aqui dentro, não é?

**Marcelio Bonfim:** Aqui dentro. Aqui dentro. Depois ele começou a ser questionado, perseguido, aí foi para o Rio, foi para São Paulo.

**Maria Vitória:** Você se lembra quais eram as tarefas que ele realizava aqui na universidade?

**Marcelio Bonfim:** Não, aqui ele recrutou, o Érico Mangueira, Entendi. João Augusto Gama, acabou, foi o primeiro a levar material, o jornal do partido, documento do partido, entregava a ele, e ele entregava, né? Sim. Quando, às vezes, ele não era de reunião, ele não tinha paciência, né? Como todo artista, não tem paciência de sentar numa mesa, para fazer uma reunião, para discutir a construção de uma obra de arte, ele fazer uma reunião numa mesa, para dizer como é que a gente faz, até porque o artista é isso, né? Ele pensa, e quer ficar sozinho e riscar, né? Então, Mário Jorge era isso. Sim. Então, se você me perguntar, se ele era um militante do PCB, era, foi, apesar das discriminações que tinha em relação a ele. Sim. Mas a contribuição dele foi da mais alta importância, porque foi pela mão dele, pela conversa dele, pela amizade que ele tinha com esse grupo todo da Universidade, repito, Hélio Mangueira, Gama, quem era mais? Chico Varela, que hoje está numa cama, também doente, foi pela mão de Mário Jorge. Isso facilitou por quê? Porque havia um relacionamento familiar da tia, da tia de Hélio Mangueira, com a mãe de Mário Jorge. Moravam tudo um perto do outro. Certo?

**Maria Vitória:** Sobre a saída dele, a São Paulo, ele foi no final de 66, em dezembro de 66.

**Marcelio Bonfim:** Mas depois voltou pra cá.

**Maria Vitória:** Isso. Ele ficava indo e vindo, né? E aí, nesse mesmo contexto, em 66, foi quando o partido, o PCB, ele começou a ver algumas dissidências políticas, né? Nessa época, onde teve o PCBR, onde teve a ANL, enfim.

**Marcelio Bonfim:** Carlos Marighella.

**Maria Vitória:** Isso. Marighella. Isso. Como você se posicionou nesse momento das dissidências?

**Marcelio Bonfim:** Olha, tem uma coisa que é interessante, né? Em 66, eu já tava, era um termo que o pessoal do partido usava, né? Né? Companheiro tal, já tá muito queimado. E com essa argumentação, me convenceram, né? Eu saí, eu saí de Aracaju pra onde? Pra uma reunião em Salvador. Mas nunca fui em São Paulo. Pronto, aí me convenceram, eu fui. É, eu fui. Mas antes fui pra essa reunião. E a coincidência, e lá tinha companheiro de Alagoas, companheiro da Bahia também, e aí veio o companheiro da direção nacional do partido dar assistência nessa reunião e fazer exposição do que o partido tava pensando, o que era que tinha que ser feito, quais seriam as tarefas de imediata, essas coisas que você entende. Nesse momento, já se usavam codinomes ou era o nome verdadeiro? Não, já tinha codinomes. Sim. Veja, depois eu vou lhe explicar como é que eu fui identificado lá por um companheiro da Bahia. Sim. Então veja, aí terminou a reunião, eu vim embora pra cá, e quando cheguei em agosto, não sei se foi agosto ou foi setembro de 66, lá em Moscou, encontrei um companheiro que eu conheci nessa reunião, em Bahia. E aí a gente se identificou, né, e aí ele às vezes vinha aqui, né, pra passear e tal, acabou, e conversando um com o outro, passou a saber meu nome, eu passei a saber o nome dele, mas já esqueci, não sei mais, não sei se está vivo. Aí ele me disse, e lá o meu nome era Manoel. Mas aí nesse dia ele chegou, um meio, mais ou menos, que a gente estava lá. E ele disse, companheiro, você sabe quem quem foi o assistente naquela reunião da gente lá em Salvador? Eu digo, não. Não sei quem é ele, não. Eu sei que era um cara alto e tal, mas não sei o nome dele, não. Aí ele disse foi Marighella. Marighella era baiano, né? É. Foi a última atividade, depois que eu conversando com os outros companheiros, que ele fez aqui, antes de romper. Porque quando ele rompeu o PCB, já foi no fim de 60, 69 pra 68. Né? Aí eu parei, eu digo, puta merda. Conhecia Marighella de nome, né? E por um livro, por alguns trabalhos escritos, um livro que ele tinha que circulava na mão da gente. Aí conheci Marguerra. E aí eu passei a suspeitar que, por exemplo, esse companheiro da Bahia foi também pra lá, estava nessa reunião. O que veio fazer a exposição, o que veio dar orientação, foi que Marighella, eu não percebi na discussão, na exploração dele, essa questão da luta armada. Não tinha percebido ainda. Mas como a gente teve ele aqui como assistente, eu acho que a direção do partido, já também preocupada com isso, pegou a gente e mandou pra Moscou. Logo depois, Marighella rompe, né? Inclusive o Argonaldo Pacheco, que não chegou a ser preso aqui, nem foi preso em São Paulo até entrar na organização de Marighella. O Argonaldo foi também pra romper o partido e acompanhou Marighella. Então eu acho que a minha ida pra Moscou não foi só uma preocupação do partido, porque eu estava já ficando queimado aqui, foi também. Como eu tive contato, lhe confesso que eu não cheguei nem a perguntar, nem a conversar com Marighella, porque eu não sabia que era Marighella.

Talvez se eu soubesse que era o Marighella, eu tinha ido conversar com ele. Mas eu entendi que era um um emissário, um mensageiro da direção nacional do partido e assisti e vim embora. E esse companheiro me disse era Marighella. Talvez e quem sabe, eu podia até ter entrado nesse barco. Sim. Podia ter entrado.

**Maria Vitória:** Isso puxa o gancho pra próxima pergunta que seria após 68, após o AI-5 mais precisamente, você ainda estava lá em Moscou.

**Marcelio Bonfim:** Estava. Inclusive, se não me engano, eu tinha que voltar no fim de 68 e não voltei. Voltei no começo de 69. Porque estava aqui o assassinato Congresso de Viúna, depois o assassinato

daquele estudante Edson Luiz, que não era um militante, era um simples estudante de menor que estava almoçando no calabouço e a bala perdida da Polícia Militar atingiu ele. Mas veja como é, porque eu dou uma importância muito grande. Às vezes quando ando aqui, que olho que a casa está cheia de guri de estudante, eu digo eu continuo sonhando ainda. Sabe por quê? Porque quem organizou a resistência contra a ditadura não foi os velhos de cabelo branco. Né? Foi a juventude naquela época. Mesmo na clandestinidade. Aproveitaram é um termo meio pesado que eu estou dizendo aproveitaram o assassinato do Edson Luiz e conseguiram clandestinamente se organizar e mobilizar o país para passear tanto sem nível eu não estava aqui, mas aqui teve passeata também em solidariedade. Em todo o país. Me lembro que eu não assisti mas tomei conhecimento de uma missa de sétimo dia na Catedral de São Paulo. Você sabe que tem a Catedral de São Paulo, que tem um nomezinho que tem uma praça enorme. Então eu ia fazer a missa de sétimo dia dentro da igreja. Mas aí o pessoal foi chegando chegando e não deu para fazer dentro da igreja. Tiveram que botar aquela mesa na frente da igreja porque a praça estava cheia. E a partir daí a partir daí da morte pronto aí você conseguiu mobilizar a sociedade civil brasileira que estava calada. Aí os estudantes mobilizaram a OAB a associação de imprensa mobilizaram a igreja não sei se você sabe que por exemplo Dão ele foi acibisco do cardeal de São Paulo Lopesto, olha o nome agora tão conhecido estava em 64 na passeata Deus, Pátria e Família contra os comunistas Dão Evaristo Arnes né você tinha aqui no nordeste Dão Helder Câmara também começou a bater palma e aí quando a violência da ditadura atingiu a igreja né com assassinatos, com torturas de padre com suicídios de padre como padre que saiu daqui depois de torturado foi pra França e lá se suicidou qual é o nome dele? Você deve se lembrar aí a igreja também se levantou aproveitou e aí você passou a ter dentro da igreja uma frente poderosa de resistência contra a ditadura mas também despertou em setores daqueles que defendia que a derrota e a derrubada da ditadura teve que ser pela via armada aí veio Marighella, Carlos Lamarck o pessoal do MR-8 veio o pessoal do PC do B com a guerrilha do Araguaia depois teve a chacina da Lapa em São Paulo que matou um bocado de dirigente do PC do B mas uma coisa que ficou registrada é que o caminho para que a gente pudesse derrotar porque nós não derrubamos a ditadura eu vou explicar porque mas nós conseguimos pelo movimento popular pelo movimento massa luta pela anistia movimento sindical greve do ABC paulista nós conseguimos derrotar a ditadura como é que nós conseguimos derrotar a ditadura fazendo cada um no seu canto na sua área o trabalho de base.

Organizando o movimento que eu chamo hoje do projeto de educação popular na medida que você vai organizar organiza dois hoje aqui discute com eles com muita paciência esses dois depois de preparado sai também para discutir com mais dois, com mais três quando você pensa que não tem um contingente grande de militantes e aí você viu que isso cresceu e aí o movimento pela anistia contra a violência, contra as torturas os dez mil brasileiros no exílio também lá se manifestando lá organizando manifestações criou um clima aqui no Brasil e que teve também interferência dos Estados Unidos e aí foi o que aconteceu teve um grande movimento né que agora em fevereiro agora em março e em abril completa quantos anos 84 para 20 84 1984 para 2025 quantos anos são?

Quase 40 anos já que foi o movimento da campanha das diretas 41 anos é, o movimento da campanha das diretas é que mobilizou o país inteiro e eu me lembro me lembro e sempre conto isso nessa época você não tinha os grandes carros de som você não tinha trios elétricos né essas carretonas que tem pra Caju que tem na Bahia, não tinha e aqui em Sergipe a gente conseguiu mobilizar sem botar ônibus pra trazer o povo dos bairros ou gente do interior nós conseguimos mobilizar quase 40 mil sergipanos 40 mil pessoas ali na frente da assembleia pra fazer o comício pela campanha das diretas em São Paulo a vendida paulista gente, um milhão de pessoas no Rio de Janeiro também no país inteiro isso criou um clima que permitiu que que o cidadão e a cidadã brasileira tivesse condição de deixar sair.

O nó que há mais de 20 anos não tinha 20 anos ainda em 84 mas ia fazer 20 anos o nó que estava atravessado da garganta e a palavra de ordem que era repetida em qualquer canto em qualquer

manifestação eu quero votar pra presidente da república e quase que a gente aprova isso lá na câmara dos deputados isso contribuiu muito e foi decisivo para que a gente conseguisse derrotar a ditadura não derrubamos o que aí não passou não foi aprovada a campanha das diretas né, porque faltou meia dúzia de votos e aí veio a questão da até meia contraditório porque durante a campanha das diretas o discurso da gente era contra como é o nome o colégio eleitoral você sabe disso o que era o colégio eleitoral eram os deputados estaduais de Sergipe os deputados federais e senadores e pra Brasília escolher o presidente da república do colégio eleitoral e aí quando chegou nessa situação o ditador, o último ditador que era João Figueiredo caiu na besteira de escolher.

Paulo Maluf pra ser candidato ao presidente da república e aí o MDB que na época não era PMDB era o MDB e os partidos de esquerda PCB, PCdoB que já estavam organizados a igreja chegaram à conclusão de que tinha que ir ao colégio eleitoral enfrentar o candidato da ditadura que era Paulo Maluf e quem? quem? o Tancredo Neves pronto, aí se lançou o Tancredo Neves e foi outra campanha bonita no país inteiro ganhou a eleição no colégio eleitoral mas infelizmente infelizmente é para compor essa chapa a esquerda que não participou dessa campanha da campanha do Tancredo Neves só não teve a parte todos que restavam do partido de esquerda participaram só não participou o PT que foi contra ainda o colégio eleitoral.

Pronto, mas aí se teve que escolher o cidadão que sustentou a ditadura durante muito tempo que foi José Sarney que passou a ser o vice-presidente e de lado, lá da ditadura ele trouxe muita gente para votar em Tancredo né e aí até hoje os pesquisadores essa é uma avaliação que eu faço os sociólogos os escritores não explicaram ainda nem os médicos qual foi a verdadeira doença que matou Tancredo Neves em menos de uma semana na semana que ele ia tomar posse a história que diz que foi o nó nas tripas uma tal desverticulite que eu chamo de nó nas tripas mas na semana que ele ia tomar posse foi uma coincidência e assumes a Sarney com a incumbência de de de planejar e executar a redemocratização do país que não houve redemocratização que a estrutura de repressão continuou e continua até hoje eu lhe disse aqui no começo que em 89 em 89 eu era vereador e os meus pronunciamentos o serviço de formação da marinha ia todo dia buscar até que pegavam um que era importante para eles que foi o meu discurso elogiando a revolução cubana até hoje está funcionando eu estou lendo um livro agora e chego até ficar é os cachorros atingidos como ele.

Poste.

O livro soltaram o Prestes, soltaram ele, e enquanto ele estava preso, foi recrutado para continuar no partido, mas sendo o homem de confiança dos órgãos de segurança. E ele foi tão competente que chegou a ser membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Comunista e Segurança de Prestes. Quando esse livro apareceu, primeiro apareceu nas redes sociais, o livro e tal, e o Marcelo Godói, que passou 20 anos pesquisando, aí apareceu a foto dele, mas o velho, cada velho, eu não reconheci. Quando ganhei de presente esse livro, um amigo meu do Rio de Janeiro mandou para mim, um companheiro também, aí nasceu. E na capa estava o retrato dele, ele novo, aí eu reconheci. E quando eu estava em Moscou, no fim de 68, o Prestes já tinha ido lá morar, porque não dava para ficar aqui no Brasil na cadastrividade, por causa do ato sinal número 5, fechado o Congresso, fechado o Judiciário, caçado mandatos, aí a violência aumentou, por outro lado também, a luta armada avançou também, o Prestes teve que ir para lá.

E aí ele foi, porque era um homem de segurança de Prestes, imagina, era serviço dos órgãos de segurança, certamente passou um período sendo treinado pela CIA, e quando eu vi a foto dele, jovem, me lembrei do encontro que eu tive com o Prestes lá, eu só não, porque toda a delegação do brasileiro que estava lá, o Prestes já explicando o que estava acontecendo no Brasil, o ato sinal número 5, a

repressão e tal, aí eu me lembrei dele, de puta merda, a gente era vigiado, muito bem vigiado. Pronto, aí a gente estava falando, agora eu fugi, né? É o último eixo da entrevista já, para a gente finalizar. É. É.

**Maria Vitória:** Sobre a memória política de Mário Jorge, aqui em Sergipe. A primeira pergunta, na verdade não é uma pergunta, eu vou resumir esse eixo de perguntas, mas foi uma coisa que eu fui acompanhando durante a pesquisa, e aí eu percebi que a produção artística de Mário Jorge, ela ganhou bastante destaque aqui no Estado, e fora também, por conta das conexões. Depois que ele morreu.

**Marcelio Bonfim:** Depois que ele morreu, exatamente.

**Maria Vitória:** É. Porque enquanto ele estava vivo, existia essa censura.

**Marcelio Bonfim:** É, ele não dava valor, porque ele não era um cara de idade, de sapato, de tênis, de roupas, né? Sociais. É, era o, era o, você encontrava, se você não conhecesse ele, encontrava ele na mesa do baile, esse cara imaginava, pelo jeitão dele, né? Acabou de tomar a cerveja dele, acabou. Agora, aquele cara aberto, conversava com todo mundo, todo mundo conhecia ele. Sim. Né? Até porque ele era sobrinho. A tia dele, não parece que era a tia dele, era casada com o juiz federal.

**Maria Vitória:** Osman Hora Fontes

**Marcelio Bonfim:** Você está entendendo? E todo mundo, pô, olha, né? O juiz federal, aí conhecia ele, e ele era, falava com todo mundo, brincava com todo mundo, todo mundo brincava com ele, e foi isso que eu percebi, os primeiros, bom, os primeiros momentos que eu conheci ele, que eu acompanhava ele no cacique, nos, num, num barzinho lá na talaia, o jeitão dele, e todo mundo que chegava, vinha falar, Mari Jorge, Mari Jorge, Mari Jorge, ele, pô, esse cara. Ele era carismático. É, carismático.

**Maria Vitória:** Mas, enfim, tinha esse lado, e teve esse lado, né, com um trabalho muito assíduo da mãe dele, depois da morte, pra poder manter a memória viva.

**Marcelio Bonfim:** Foi, foi, foi.

**Maria Vitória:** Porém, a sua militância política, ela nunca teve tanto destaque ao público. É, por quais razões você acha que isso aconteceu? Desse apagamento da militância política dele.

**Marcelio Bonfim:** Deixa eu lhe dizer uma coisa, deixa eu lhe dizer uma coisa pra responder essa pergunta. Quando eu fui pro Rio de Janeiro, e lá prepararam a documentação pra eu viajar, e não me mandaram que eu fosse pro aeroporto, que eu também não ia acertar, me levaram pro aeroporto, e ficaram lá, até o avião subir, o pessoal preocupado, se, né, se eu ficasse lá sozinho, os caras poderiam ter me seguido daqui, me pegavam, aí o avião subiu. O avião da, esqueci o nome, foi no Rio. E aí, esse avião parou. E o avião parou, fez escala em Recife. E em mais ou menos uns 15 dias, que os militares tinham jogado uma bomba no aeroporto de Guararapes, que a intenção era mostrar e dizer que aquela bomba, aquele ato, tinha sido das esquerdas, dos comunistas. Mas que não foi, foi eles mesmos. E aí foi um terror em Pernambuco. E eu apavorado sabendo disso, o avião desceu, e era pra outros passageiros subirem, aí depois que o avião subiu, eu respirei fundo, e aí ouvi o piloto, é, dizer, ó, nós agora estamos atravessando o Atlântico, né, em direção a Paris. Eu sabia que eu ia descer em Paris. Pá, pá, pá, eu respirei fundo. E aí teve, me desculpe, como é que eu vou dizer, que eu sempre digo, falo desse jeito. Tive dez orgasmos por segundo.

Você vai perguntar, por quê? Porque aí a minha cabeça abriu. Eu ia ver, eu ia assistir, eu ia acompanhar, eu ia até participar. Da construção da nova sociedade. Que era a sociedade socialista, que essa era a mensagem que era passada para o mundo inteiro. Pronto, aí cheguei lá, bem tratado pelos soviéticos, tal, tal, tal, mas depois de um certo tempo, um ano que eu estava lá, eu percebi algumas coisas que eu achava

estranho. Eu enxergava, olhava, acompanhava, que as bases técnicas e materiais para a construção da nova sociedade estavam sendo executadas. Que era educação a melhor do mundo, né, você não tinha educação terceirizada, particular, como a gente tem aqui. O Estado aqui deixa de investir no ensino público gratuito, em outras palavras, deixa de aumentar o orçamento da Universidade Federal de Sergipe para estimular as universidades privadas, Tiradentes, Pio X, e essa ruma de universidade particular que a gente tem aqui.

E esses investimentos não é feito com capital pessoal, individual, dos donos dessas universidades, é com dinheiro do Ministério da Educação, do BNDES. Tudo isso eu vi, saúde, transporte, os melhores metrô do mundo estão em Moscou. Até porque, durante a guerra, o Estado teve a preocupação de criar ambientes de proteção, para que a cidade de Moscou fosse bombardeada, a população tinha onde se abrigar, que era dos metrô. O metrô de Moscou é um grande museu hoje. Você quando entra, não sei se ainda é, né, porque tem quanto tempo que eu estive lá, mas era um mundo, né. Transporte, tudo. Trabalho, tudo. Mas faltava uma coisa que eu chamo da parte religiosa. Faltava. A liberdade e a democracia. As igrejas fechadas, o preconceito. Uma mulher não podia, como é que se diz, abraçar e beijar outra colega.

Não é aquele. O pessoal dessa área. O cara também não podia fazer opção, né. Quer dizer, viado era com a cadeia. Não podia sair. Não podia vestir uma roupa que, como se, o pessoal veste hoje. Censura brava, reprimida. Até porque eu, eu acho que você tem que respeitar. Por exemplo, se você tem um comportamento, se você faz uma opção, que não vai de improviso, não prejudica quem está do seu lado, não é sua opção. Você vai em frente. Eu tenho que respeitar. Eu tenho que respeitar. Se eu quero construir uma democracia, eu tenho que respeitar as opções de cada cidadão, de cada cidadã. Lá não. Lá você só tinha o jornal. Os Mario Jorge de lá. Só podiam pintar o quadro. Escrever um poema. Fazer um livro. Fazer um artigo.

E antes de se fazer isso, tinha que ter autorização do Estado. Só podia escrever, só podia fazer sua obra, sua pintura, sua arte, se o Estado autorizasse. E foi lá, que eu ouvi do professor de Filosofia. Em uma aula que ele deu sobre o marxismo, e sobre o socialismo, sobre o comunismo, ele dizia que certa feita perguntaram ao velho barbudo, né? O velho barbudo cabulhudo, Marx, o que era, o que é o socialismo? E Marx simplesmente, rapidamente respondeu, o socialismo é a democracia no seu mais alto estado. Estágio de desenvolvimento. Então lá, não tinha democracia. Sim. E o socialismo, jamais será construído, em lugar nenhum do mundo, Sem democracia. Sem liberdade, sem democracia. É através da liberdade, da democracia, que você passa a ter ensino de qualidade, você passa a não ser desempregado, você passa a viver num país onde não tem fome, onde não existe a desigualdade.

Enfim, lá não tinha. É tanto que não tinha, aí você pode até me dizer, ah, mas os russos, em 1917, tiveram que enfrentar a guerra civil, tiveram que enfrentar a primeira guerra mundial, depois tiveram que enfrentar a segunda guerra, porque todo o peso da segunda guerra, a segunda guerra mundial foi planejada, arquitetada pelos ingleses, que há historiadores que não dizem isso, mas eu digo, a segunda guerra mundial foi planejada pelos ingleses e sempre foi os donos do mundo e pelos americanos. Naquele momento, nos anos 30, 40, o capitalismo, segundo Marx, já vivia em crises cíclicas, em crises econômicas, a cada instante, a cada momento. E a forma do capitalismo, isso acontece até hoje, a forma, o caminho para o capitalismo de um determinado país, ou de vários países, sair dessa crise, é através da guerra.

Fabricando armas, invadindo, controlando. Eles aí planejaram a guerra e prepararam, prepararam Hitler para ser o grande comandante dessa guerra. E aí a Rússia foi um dos primeiros países a ser invadido. Tem uma coisa que os russos uma vez me mostrou, que eu saí para visitar alguns centros de memória,

lá da Rússia, da Rússia Soviética, e alguns historiadores, algum livro diz que o exército alemão de Hitler chegou a dez quilômetros do município de Moscou. Não foi a dez quilômetros da cidade de Moscou, não. Foi a dez quilômetros da Praça Vermelha da sede do governo. E um desses tradutores que estava com a gente, lá foi mostrar, né, esse local de memória da guerra. Aquele negócio de concreto lá em cima, tal, tal, tal. Ele aí mostrando e dizendo, olha, aqui nós não usamos água.

O nosso povo não usou água para misturar o concreto, o cimento com pedra. O cimento aqui foi molhado com o seio do nosso povo. E é verdade, né. Então, tiveram que enfrentar a guerra. E aí, apesar do Stalin ter sido um cabral vaidoso, prepotente, né, mas ele foi responsável pela derrota do nazismo, do fascismo no mundo. Porque ele conseguiu se organizar, organizar o chamado exército brasileiro, jogou todo o exército, a indústria América, lá para a Sibéria, porque tinha uma grande ponte, né. Sibéria, no inverno, né, eu passei uns dias lá e não aguentei. E quando voltou, voltou mais de armado e foi esmagando. Claro, né, os dados da Rússia, na época da Soviética, era de que o povo russo perdeu cerca de mais de 20 milhões de russos na guerra.

Tanto que a cada 10, a cada batalhão de 10 homens, dois não tinham arma. Você vai perguntar, por que os dois não tinham arma? Sabe por quê? Porque uma bala que viesse, atingisse um soldado, um tenente, sei lá quem fosse, e o cara tivesse no chão morrido, o outro que vinha sem arma, aquela tropa de 10 ou de 20 não parava. Pegava as armas, as munições daquele que já estava no chão e tocava em frente. Tiveram que enfrentar isso. Deram sorte porque foi a partir do fim da guerra, da Segunda Guerra Mundial, que a União Soviética construiu o chamado Leste Europeu. Por onde o Exército Vermelho, que ele ia passando, por onde o Stalin, que ele acompanhava, é o presidente, mas acompanhava, tudo bom, acompanhava, libertava aquele país e chamava o pessoal da resistência, e geralmente estava o pessoal da esquerda, o pessoal dos partidos comunistas, e dizia, implante aqui a ditadura e o pró-italiano.

Essa mesma proposta ele fez quando ajudou a libertar a França. Mas aí o De Gaulle não aceitou. Continuou, quer dizer, e aí foi o que aconteceu, os americanos. Outro exemplo, o Exército Vermelho de Stalin invadiu a Alemanha e até hoje ninguém sabe se o Hitler foi preso, se se suicidou ou se foi fuzilado. Foi o Exército Russo, o Exército Vermelho. Quando a Inglaterra e os Estados Unidos perceberam isso, foi o que aconteceu? Cercou o Exército Russo lá e aí sentaram para conversar e o grande acordo foi construir um muro dividindo a Alemanha. Você sabe disso, né? E a Alemanha ocidental que ficou na mão dos americanos e dos ingleses, e a Alemanha oriental que ficou perto, que ficou na mão da União Soviética, do Exército Vermelho.

Porque faltava somente para o Exército Vermelho atravessar o Canal da Mancha, o nome é o Canal da Mancha, e chegar na Inglaterra. Quando eles perceberam isso, foram lá e fecharam. Eu vou precisar que a gente volte para o assunto. Pronto. É porque o senhor começou a falar da União, e aí a gente se perdeu aqui. Era por quais razões? Você acredita que essa a trajetória dele não foi?

Sim, eu me lembrei. Com isso eu queria mostrar que não tinha construção de socialismo na União Soviética, tanto que demorou no outubro e hoje, é o exemplo que você tem aí. É russo matando russo. É Putin mandando matar os russos da Ucrânia. Até porque a Ucrânia foi há mil e tantos anos atrás a capital da Rússia. Acabou. Aí não tinha, você não tinha uma caminhada na construção do socialismo. Não era. Era a construção do capitalismo. E deu o que deu. E aí os artistas, os artistas, os intelectuais, os jornalistas, o pessoal que pintava, que criava, esse não tinha liberdade. Naquela época, nos anos 70, nós da esquerda, aqui, também tinha esse mesmo raciocínio que os soviéticos, que os comunistas russos tinham. Discriminava viado. Discriminava, enfim, discriminava tudo. Mario Jorge era discriminado. Então, ninguém valorizou. Ninguém olhou pra ele, olhava pra ele de mau vestido. Não era porque faltasse roupa, não. Era porque era o jeito dele. E ele em casa, só, fazendo os poemas dele. Não era publicado em canto nenhum. Vocês sabem disso, não sabem? Sim. Ficava lá, tipo um arquivo. Às vezes

a gente fazia reunião, olha, às vezes a gente fazia reunião, em plena ditadura, a gente fazia reunião com três, quatro, cinco, lá na casa do Mario Jorge. Ali viziam a Secretaria de Segurança. Que havia um certo respeito, porque o tio era procurador, então ele não era um cara vigiado. Mas também as esquerdas daqui olhavam pra ele e discriminavam. Por isso que não valorizaram as obras dele enquanto ele era vivo. Só passou a ser valorizada depois da mãe, que juntou a papelada toda, e aí que chegou a irmã, e começou a separar, começou a mostrar a artistas, a intelectuais, e aí se chegou à conclusão que as obras de Mario Jorge é da maior importância do ponto de vista cultural, do ponto de vista artístico e do ponto de vista político-ideológico.

Sim. Eu fiz um agudeio pra poder chegar aqui, mas eu queria era mostrar que isso era a concepção dos comunistas da época. Que havia até de, olha, você tem figuras, por exemplo, um dia desse eu vim pro lançamento do livro dele, foi até Fernando que me chamou, Bonfim, como é o nome dele, Manuel Bonfim. Manuel Bonfim. Cava de esquerda. Simpático ao PCB. Não era o fundador do PCB, mas é simpático. Enquanto era vivo, em grande importância. Passaram a dar importância a Manuel Bonfim depois que ele viajou, que ele foi embora, que ele morreu. Infelizmente, é isso. Então, é a situação de Mario Jorge. Quando eu fiz um agudeio lá na Rússia, foi exatamente pra mostrar que lá era assim e aqui, isso é um doido. O que era que se dizia de Mario Jorge?

Isso é um doido. Acabou. Olha o jeito dele. Tá, acabou. Depois, graças a mãe, e também um pouquinho da que ele casou com uma pessoa, Marinice. E aí eu abro um parênteses pra dizer que é você o segundo. Ela hoje está meio desequilibrada e tal, mas ela é uma figura. Teve um episódio aqui que a gente precisou tirar na marra o Hélio Mangueira de dentro de casa. Tirar ele de Aracajuí, de Sergipe, mandar pro Rio de Janeiro. E que o primeiro passo era tirar ele da casa do pai. Ele não podia sair com ele porque ele estava sendo observado. Aí tivemos que encontrar uma forma de tirar ele da casa do pai e levar pra casa de Marinice. Que a essa altura Marinice eu acho que nessa época não dormia bem mais na cama com o Hélio.

Porque Mário Jorge é um. Ela tinha o próprio apartamento. É. Aí levou o Hélio com o Hélio passaram quase um mês lá. E aí o pessoal que seguia ele aqui se perdeu. E aí nós organizamos outro esquema pra tirar ele da casa de Marinice de noite pelas mãos do companheiro da gente que era major do exército. Do sargento que era do exército. E aí tiramos ele daqui ele foi pra São Paulo. Mas ficou lá na casa de Marinice. A casa de Marinice.

**Maria Vitória:** Ela também era do PCB?

Não, mas não criava dificuldade. Sim. Não criava dificuldade. Nem criava dificuldade com Mário Jorge. Nem criava dificuldade mas se a gente precisava de alguma coisa ela era lá. Não sei nem como ela estava. Estava doente, não sei nem como ela estava. Não se bate muito bem com com a menina como é o nome dela. Com a cunhada, não se bate. Não sei do que. Isso é negócio de família.

**Maria Vitória:** A última pergunta você acha que esse trabalho esse meu trabalho atual contribui para os estudos na memória política no período da atadura militar em Sergipe?

**Marcelio Bonfim:** Contribui. Contribui porque você vai escrever uma coisa que ninguém escreveu. Que nem os companheiros dele. Aqueles companheiros que puxaram que foi puxado por eles para as esquerdas. Tem preocupação com a história do Mário Jorge. Eu sou o único que por onde anda quando me perguntam fazer um relato sobre a militância sobre os jovens que militaram no partido na época da atadura eu sempre refiro a Mário Jorge. Sim. Tem mais alguma coisa que o senhor gostaria de acrescentar? Não está aqui gravado. A gravação desapareceu. Mas deixa eu lhe mostrar aqui. Isso não foi eu nem que botei. Não sei se foi meu irmão. Foi alguém que botou. Vou lhe mostrar aqui. Deixa eu pausar.

## ENTREVISTA COM WELLINGTON MANGUEIRA (Aracaju/SE, 17/02/2025)

**Maria Vitória:** Agora vai. Pronto. O termo de consentimento livre e esclarecido já foi apresentado ao participante Wellington Mangureira. Quem está o entrevistando é Maria Vitória, estudante de pós-graduação de mestrado na UFS, na Universidade Federal de Sergipe, no PROIS, que é o programa de História, Mestrado Acadêmico em História. Muito bem. Vamos iniciar a entrevista. Vamos sim. A primeira pergunta é quais são as experiências que marcaram a sua juventude no início da década de 60 em Sergipe?

**Wellington Mangureira:** A minha com a do Mário Jorge ou só as minhas? Primeiro as suas. Eu posso apresentar o bloco todo de uma vez.

**Maria Vitória:** A primeira pergunta é essa, quais são as experiências que marcaram a sua juventude. A segunda é como e quando conheceu Mário Jorge. E qual o grau de afetividade entre vocês? Qual era o grau de afetividade?

**Maria Vitória:** E a terceira pergunta é, você poderia descrever as lembranças das vivências e aprendizagens que teve junto a Mário Jorge na vida pública ou familiar antes do seu falecimento em 1973?

**Wellington Mangureira:** Bem, nós nos conhecemos. Eu conheci Mário Jorge e ele me conheceu quando ainda éramos garotos. Pois que o pai dele, seu Claudomir Andrade Vieira e Dona Ivone Menezes Vieira, ela e seu Claudomir frequentavam o Cotinguiba Sport Club, clube que tinha dado a seu Claudomir várias medalhas pelas conquistas que ele fez em nome do clube, do remo, do basquete e incentivava também o futebol. Então desde criança que nos conhecemos. Mas foi no Ateneu que amalgamamos essa experiência que se construiu, mesmo essa vivência. E no Cicle Clube de Aracaju, um clube de crianças, pré-adolescentes, que foi formado na Praça Tobias Barreto, na casa do seu Montalvão, um homem de posse, que era parente da família Diniz.

E lá nós tivemos uma vida comunitária muito interessante onde produzíamos vários tipos de esporte, todos eles voltados para, na medida que alguém fosse se destacando, poderia frequentar o Cote Guiba para defender as cores do Cotinguiba. Esse era o mote. Se bem que um desses participantes, Léo Filho, era torcedor do Sergipe. Mas na grande maioria lá, tanto Henrique Vieira, quanto Edirani Sales, como Alberto Figueiredo, Adalberto Figueiredo, todos eram cote guibenses. Então, o Orton Menezes. Então, Manoel Diniz, que era o presidente do Cicle. Então, aí nós construímos uma boa interlocução, uma boa amizade. E lá no Ateneu, havia sempre disputa pelo Grêmio e também na Arcádia. E também no Cegas, que era um clube de geologia. Mas o fundamental, lá no Colégio Ateneu Sergipense, que naquela época se chamava Ateneu.

Era o Colégio Estadual de Sergipe. Mas todos consideravam Ateneu, tanto que o apelido era Ateneu. Muita gente se confunde, era Ateneu, era o Colégio Estadual de Sergipe que tinha a vida. Tinha um dado de nome, mas no inconsciente coletivo, no imaginário todo era Ateneu. Às vezes eu falo Ateneu, era o apelido que pegou e depois os governos seguintes, depois que acabou o regime ditatorial, voltou o nome Colégio Ateneu Sergipense. Se bem que antes da ditadura tinha havido essa coisa. Havia mudanças no Colégio Estadual de Sergipe.

Então, dito isso, nós começamos a discutir política estudantil.

**Maria Vitória:** Isso era em qual ano?

**Wellington Manguiera:** Em 1963. A minha lembrança maior, se você pergunta sobre minha experiência junto com o Mário Jorge, foi quando o professor Franco Freire e a professora Ofenísia Freire convocou muitos intelectuais e estudantes, para se manifestar contra Lincoln Gordon, que era o embaixador norte-americano, que era contrário ao Brasil pesquisar petróleo. Era contra a Petrobras. E ele veio fazer uma visita a Sergipe e o professor Franco Freire organizou essa movimentação junto com a professora Fenícia e com alguns outros professores progressistas. Silvério Leite Fontes, José Silvério Leite Fontes, o Antônio Costa Mello, tem até o colégio com o nome dele, mas agora eu me esqueci. José Antônio da Costa Mello, outro professor Bonifácio Fortes. E estavam lá os estudantes. Esse foi um momento importante da nossa ida. Eu não queria ir, eu tinha pouca idade, mas meu irmão Hélio, que já participava do Ateneu, dizia que era normal que o Ateneu participasse. E minha mãe, que estava entendendo das coisas já, por conta de uma militância antiga de meu pai, que em 1935 ele foi preso, porque ele defendia a Aliança Nacional Libertadora, cujo presidente de honra era Luiz Carlos Prestes, e por conta disso eu já tinha alguns conhecimentos dentro de casa desses problemas sociais. Mas meu pai não me influenciou em nada. Eis que fomos para essa manifestação. Outro momento também interessante que participamos juntos, eu e Mário Jorge, Jornal do Mato Santiago, Ernestino, e tantos outros colegas daquela época, foi quando houve um aumento de passagens de ônibus, em que nós protestamos enquanto estudantes.

Mas um momento mais importante, que faz com que a gente comece a pensar em entender a lógica da política, foi quando, e aí eu volto um pouco ao passado, quando Jânio Quadros foi candidato, e do outro lado, Marechal Lott. Havia uma situação em que o Partido Comunista Brasileiro, o PCB, preferia Lott, apesar de Lott dizer que não queria apoio do Partido Comunista Brasileiro. Mas o Partido Comunista Brasileiro apoiava Lott e João Goulart, que era de outro partido.

Naquela época podia se eleger o presidente de um partido e o vice-presidente de outra composição política. Minha professora do primário, Dona Nilza Rodrigues, ela estava em uma escola pública, municipal, pública, municipal, uma escola isolada, que não tinha nem sanitários, porque era uma improvisação, ia para a casa dos vizinhos quando era necessário. Ela defendia de forma muito sutil o defendia de forma muito sutil e foi toda uma entrevista. A candidatura de Marechal Lott. Enquanto que o Jânio Quadros, muita gente defendia a candidatura dele por ele estar fazendo uma convulsão com o DN. O DN em Sergipe, naquele então, era progressista, diferente dos outros partidos. Ela acolhia os comunistas, como o Major João Teles, a própria professora Fenícia Freire, aquela senhora fantástica, que hoje é nome de rua, é, Simone Dias, Pureza, Maria Pureza, o partido tinha muita influência.

Então, mas Jânio Quadras comovia. Enfim, foi eleito Jânio Quadras e João Goulart. João Goulart de uma chapa, que era com Marechal Lott. O Lott com a grosseria, por um lado, um grande general, Marechal, a favor da democracia, mas era, não queria apoio de comunista. E apesar disso, o partido disse, mesmo ele não quer nosso apoio, devemos apoiá-lo. Foi o primeiro momento que eu tive assim, essa discussão interna, porque meu pai ficou balançado, não gostava de militar, que ele tinha sido o presidente em 35. E por outro lado, o herói dele, que era Luiz Carlos Prestes, ia acabar por votar. Esse negócio gerou, dentro da minha casa, muita discussão interna, não é? E repercutiu fora, porque nós conversávamos com os colegas, como Jorge Aurélio, o Austin Menezes, do Popular Castibal, Henrique Vieira,

Mário

Jorge.

Foi o primeiro ensaio, nós ainda não éramos, nem ainda do ginásio, como se chamava na época, nós estávamos ainda no primário. Bom, é que eu atropelei um pouco. Então, o resultado, depois você vota na ordem, na ordem cronológica.

Então, o que acontece, é que, foi com a eleição de Jânio Quadro, e a vice de João Goulart, a renúncia de Jânio Quadro, naquela circunstância, João Goulart estando na China, o golpe estava marcado, de uma

forma terrível, porque era para os militares, não darem posse a João Goulart, e Jânio Quadro assumir, com mais poderes, a presidência da República. Essa era a visão, que passavam para a gente, enquanto estudante. E foi aí, que houve a cadeia da liberdade, que foi mandada por Leonel Brizola, e Mário Jorge, ficou também atento, porque o pai dele, Seu Claudomir, comprava jornais, do sul do país. E nós nos reuníamos, embaixo da estátua de Tobias Barreto, porque ali, na praça Tobias Barreto, a estátua dele, não ficava assim na planície, não, tinha uma espécie de um altar, tinha um monumento, ele em cima desse monumento. E tinha assim, os degraus, a gente estava ali, com Herbert Mendonça, que Herbert, era contrário a João Goulart, mas Herbert era a favor, enfim, nós todos discutimos ali. Esse foi o primeiro momento, de uma interlocução política.

Com o tempo passando, vieram as eleições de 1963, para o Grêmio Cultural Claudomir Silva, que era o órgão, de representação, do Ateneu. Né? 1963. Então, nós formamos uma chapa, para concorrer, à presidência do Grêmio. O Grêmio era o órgão, de representação dos estudantes. Tinha sido formado, até por Joel Silveira, um grande intelectual, importante no jornalismo, importante na cultura sergipana. Pois bem, ganhamos as eleições, disputando com chavas do científico, e do clássico, como era chamado naquela época, e aí estabelecemos, pelas ideias, discutidas democraticamente, que deveríamos ter um mote, da nossa gestão. Então, traçou-se, e consolidou-se, a seguinte, o seguinte, dístico, dístico não, o slogan não, queria uma palavra em português. Concebemos, o, uma consigna, uma consigna. Esporte, cultura, esporte, cultura, turismo, e educação, tudo na maior gestão, 1963, 1964. Esporte, cultura, turismo, e educação. Com essa consigna, nós vencemos, né? E com isso, a gente desenvolveu. Meu pai, que já não era mais, o eletrotécnico, era, era um homem, da, da, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários, e Aeroviários, mas ele não tinha deixado a profissão inicial. Aí ele montou, um aparelho de som, um, transformador, não, um amplificador, com microfones, e cartas de som, e doou para o, o Grêmio.

Então combinamos, então com o, então o diretor, que nos intervalos botaríamos músicas, né? E falaríamos alguma coisa. Então, esporte, cultura, turismo, e politização, tudo na maior gestão, politização, esporte, cultura, turismo, e politização, tudo na maior gestão, 63, 64.

Então, Mário Jorge, era o primeiro secretário deste Grêmio. Sim. E, neste Grêmio, começamos a, movimentar, arte, cultura, esporte, turismo, fazer muitas atividades. Aí consolidou-se uma amizade. Com o passar do tempo, estava na ordem do dia, as reformas de base de João Goulart. Reforma agrária, reforma tributária, reforma educacional, reforma bancária, enfim. E nós, nós estudantes, tivemos, na figura de Félix Mendes, que também era estudante, mas era o representante da UBS, União Brasileira dos Estudantes Secundários. Ele era o representante daqui. E, tinha a UBS, União Sergipana dos Estudantes Secundários, que nós estávamos nos preparando para concorrer, para ganhar. E, o Grêmio Cultural Clássico, foi o primeiro Grêmio a se filiar diretamente à UBS, porque havia essa possibilidade. Não é? E nós, assim o fizemos. Pois bem, começamos a participar das manifestações em prol das reformas de base, proposta pelo governo João Goulart. E, tínhamos um carro de som. Além dos intervalos de 10 minutos, organizamos também vários campeonatos, e sempre que acabavam os campeonatos, seja de voleibol, seja de futebol, ou futebol de salão, nós pontuávamos isso.

Esporte, cultura, turismo e politização, tudo na maior gestão, 63, 64. E tentamos fazer isso. Então, quando tinha movimento do centro operário, uma representação do Ateneu ia, como também alguns do Tobias Barreto iam. Foi nesse clima que se criou uma comissão para tirar delegados para o Congresso da UZIS. E Mário Jorge muito se destacou, porque Mário Jorge já sabia dirigir. Ele, Mário Jorge, Abelardo, que também, o pai de Abelardo deixava ele com uma, uma, não é um jipe não, como era aquele nome daquela, sem ser jipe, parecia um jipe. Uma Rural. Uma Rural Williams. Ele com aquele carro, Mário Jorge com uma Kombi, sabe, era do menor, mas o Estado não estava tão desenvolvido, não havia tanto. E assim nós começamos a montar o número maior de congressistas para o Congresso da UZIS, que ia se realizar na cidade do Lagarto, que o prefeito tinha oferecido espaços, inclusive

alimentação. Ocorre que, Mário Jorge já escrevia poesia, Mário Jorge já interferia nos documentos que a gente redigia, Já fazíamos o jornal, ele era um dos escritores, um dos editores do jornal.

**Maria Vitória:** Como era o nome do jornal?

**Wellington Mangureira:** A voz do Ateneu. E aí nós, depois também abrimos outro jornal, para diversificar, não é? Sim. A Verdade. Também tinha o jornal A Verdade.

**Maria Vitória:** E tudo circulava pelo Ateneu mesmo?

**Wellington Mangureira:** Pelo Ateneu, mas tinha outras escolas que a gente queria ganhar, as lideranças das outras escolas, como do Salesiano, como do Tobias, como do Jacso. Havia uma resistência, que o Jacso e o Tobias ainda eram colégios particulares, mas nós introduzíamos os nossos jornais, gerando confusão, a ponto de, às vezes, o diretor do Jacso Figueiredo ter tomado com raiva, na mão dos estudantes, os documentos que nós estávamos encaminhando.

Enfim, fizemos uma aliança com a Igreja Católica Apostólica Romana, não é? Fizemos uma aliança, porque os colégios do São José, onde a Ana Lúcia estudou, o Colégio São José, mas nesse ponto ela era muito jovem e não participou, o Colégio São José tinha muita gente e, portanto, teria mais delegados, que era proporcional ao número de estudantes. E o Nossa Senhora de Lourdes, também colégio, que tinha muitos alunos, que também pôde tirar delegados. E, no interior do Estado, tinha em Capela, por exemplo, um colégio que era mantido pela Igreja Católica. Então, graças à Teresinha Lemos, que ainda está viva, ela é da minha idade, e ela hoje é assistente social, conhecida, respeitada, nós tivemos contato com várias lideranças, porque ela tinha uma inteligência fulgurante. Então, foi nesse clima que o Congresso se realizou em Lagarto, onde, quando discutíamos a questão da reforma agrária, o então prefeito de Lagarto, da família Ribeiro, dizendo que lá já tinha havido a reforma agrária, que tinha o Banco do Brasil feito a Cooperativa do 13, e que não queria aquilo, que era coisa de comunista. E mais, que não entraria lá nem Viana de Assis, nem Cleto Maia, que era um comunista e não entrava. Então, aí, primeiro, a gente achou estranho aquilo ali, mas a violência foi grande, de não querer. Como tinha muitas moças no Congresso, de própria distância, todo o Estado, para intimidar e criar um clima ruim, começaram a jogar sapo. Os cabangas dos políticos de então jogaram o sapo dentro do auditório, da sala enorme que nós estávamos realizando o Congresso, para criar um tumulto. Mas, mesmo assim, revelado isso, o Congresso continuou. Começou a faltar comida. A gente encontrou forma de cada um comprar a sua comida. E, por último, armou com o que podemos dizer hoje, com a direita, que não devia vir nem Cleto Maia, nem Viana de Assis, e que o apoio ao Congresso estava assustado.

Com isso, nós tivemos uma discussão de bancada e eles exigiram que não mais o orador oficial de cada colégio falasse, e sim os presidentes dos Grêmios. Teve uma discussão muito séria, com isso terminou eu tendo que falar, ainda inseguro, mas a minha proposta era clara e a votação foi pela suspensão do Congresso de Lagarto e sua transferência para Aracaju ou apropriar quando houvesse melhores condições. Mário Jorge se destacou, não só na interlocução com outros colegas de outros lugares, ele tinha uma facilidade, por ser um poeta, já se destacava com pequenas estrofes, mas com sensibilidade humana, e ele conseguia trazer para esse conjunto de valores um bocado de gente. Foi assim que a gente tinha sido vitorioso nessa proposta e suspendeu o Congresso.

Quando fomos vitoriosos, os estudantes que estavam do nosso lado nos colocaram nos braços, e todos marchando pelas ruas de Lagarto em direção ao colégio do grande intelectual Laudelino Freire. E aí, um cidadão que era meu amigo, mas tinha se convencido que eu era comunista, como tal, não deveria existir na cabeça dele, como fui eu que propus a suspensão do Congresso, ele, estimulado pelo pessoal lá, da direita, veio e me esfaqueou pelas costas, eu estava no meio do mundo. Mas já estava uma penumbra entre o final da tarde e o início da noite, e naquela multidão todo mundo não viu, só viu que eu me

estremeci e quando caí, quando o pessoal não viu, ele estava se tremendo aqui todo, botado no chão, César, que hoje é médico, foi um grande atleta de futebol, Feliciano Pirrincha,.

Já querendo fazer medicina, veio para pertão, ele desmaiou também, não comeu o dia todo, só passando em política e tal, aí começou a me dar aquilo que se fazia em futebol, aquela de botar as pernas para lá e para cá para tirar asfixia. Aí, quando vi o sangue escorrendo, foi aí que me levaram para o hospital. Mário Jorge ficou como todos, porque nós dois éramos muito amigos desde criança, e me levaram para o hospital. O hospital não aceitou, porque a ordem do prefeito era não aceitar quem era comunista. Mas aí Humberto Mourão, o ginecologista de lá, Alceu Monteiro e Mário Jorge, Beraldo Simonetti e Teresinha Lemos acorreram para localizar quem podia colocar no meio da cidade. E aí descobriram que tinha um ginecologista lá na maternidade, o Dr.

Humberto Mourão, que depois até se formou em Direito, que foi pressionado depois do golpe militar a sair de lagarto, foi visto como comunista também, porque me atendeu. Então, Mário Jorge veio comigo na Kombi, encontraram o meu telefone para ver o pai, dizendo que eu tinha quebrado um braço, que ele não se ia afobar, mas precisava da presa dele e tal. E o Mário Jorge foi fundamental nisso, porque ele conhecia, o Sr. Claudomir também, o Dr. Fernando Sampaio, que tinha sido presidente do Cote Gui, mas, repare, com as coisas se concilia. Já era um médico que operava bem. E meu pai doava sangue, já sabia do Dr. Roosevelt, era o médico da época, depois esteve junto aí, viu? Porque eu estou abrindo assim muitas janelas. Então, meu pai acorre para lá, quando vê que eu estou desistado.

E o Dr. Antônio Garcia Filho, que morava na Augusto Mainá e também gostava do Cote Gui, e foi meu médico desde que eu nasci. Era um médico que era do Partido Socialista e os irmãos do Partido Comunista Brasileiro, que é Roberto Garcia e Carlos Garcia. E o próprio Luiz Garcia, que foi governador do estado, quando candidato a ele, foi senador, foi a parte do Luiz Carlos Prestes. Então, tinha uma intimidade de família, por razões que você já deve ter observado, porque havia uma tradição de luta por um regime mais sadio para o povo, em que todos pudessem viver, comer e se definir democraticamente. Pois bem, fui salvo. Mário Jorge com Horto Menezes, com Henrique Vieira, seu primo carnal, com Alceu Monteiro, com Napoleão, que foi, Napoleão é irmão desse menino que está fazendo filme sobre a Operação Cajueiro, é o Tarcísio, né?

Tarcísio, que é do lado de Aquidabã, que foi prefeito de Aquidabã, o pessoal. Irmão de Agamemnon, que era do PCB. Então, ele, quando viu que eu tinha sido esfaqueado, ele era o único que tinha uma arma. Era mais alto, mais forte do que nós, ele era um pouquinho mais velho, e foi atrás do Joãozinho Ferreira, João Ferreira Lima, conhecido como Joãozinho Papadouça. E aí, o Joãozinho se amizou na casa do prefeito. E aí, os seguranças do prefeito, vou dizer assim, saíram com a metralhadora. E os estudantes despeçaram. Eu vim para a cirurgia, passei 31 dias lá, todos os dias, Mário Jorge, Ernestino, Margarida, Terezinha Lemos, uma menina que depois veio ser Freira, que eu me esqueci agora o nome dela, não deixavam de dar plantão lá.

Porque eu passei os primeiros dias sem condições nem de falar. Fiquei, não sei se foi como induzido, não me lembro direito disso. Só sei que Mário Jorge foi presente o tempo todo. Ele e a família dele, como também outros familiares. Bom, terminado isso.

**Maria Vitória:** Isso foi em que mês?

**Wellington Manguiera:** Isso foi em junho. 63. É, junho, julho. Junho, julho, 63. Depois você confirma, viu? Junho, julho.

**Maria Vitória:** A única informação que eu tenho sobre esse congresso foi de um relatório do IPM, feito depois pela polícia. Não me veio agora o nome do sargento que fez, foi do tenente. Mas tem o relatório desse evento. E aí, lá está tudo descrito, tem depoimentos. Eu achei no arquivo nacional.

**Wellington Mangureira:** Não sabia disso, não.

**Maria Vitória:** É.

**Wellington Mangureira:** Eu não sabia. Sei que o rapaz que me esfaqueou também era de menor e foi detido, né?

Foi, foi, teve sua liberdade cerceada. Mas dentro daquelas normas do código de menores da época, né? Sim. Pois bem. Depois de 31 dias no hospital, vim para casa. Meus colegas continuaram me visitando. Fizeram uma manifestação no auditório do Ateneu. E nós continuávamos trabalhando discretamente, porque estava sem mobilidade. Mas Mário Jorge organizou um grande encontro dos maiores intelectuais no Ateneu para cumprir aquela pauta da politização. Sim. Então, foi Alessandro Figueiredo, foi o professor Silvério Leite Fontes, foi também, participou disso, Maria da Glória Monteiro, que se aproximou do PCB. Foi, nome, Pascoal Nabuco, que depois foi preso, mas depois foi até desembargador. Pascoal Nabuco. Todos participaram. Então, nós fomos lá neste evento no Ateneu. Bom, vim em 64. E, mais uma vez, nós tivemos que nos recolher na casa de parentes e amigos para não ser preso.

Depois, houve momentos em que fomos chamados para depor, no 28 BC, e também na seccional, que era o órgão que apresentava o Ministério da Educação, aqui em Sergipe, a seccional de ensino. Foi aí que se consolidou nossa amizade mais ainda, porque agora tinha o traço ideológico, e a solidariedade que se formou. E, quando veio a ditadura de 64, mais uma vez, nós tivemos que nos esconder para não ser preso de imediato. Primeiro, tentamos uma resistência. Fomos para a escola de economia, ali na Praça Camerindo. Era ali que funcionava.

**Maria Vitória:** Isso antes da expulsão?

**Wellington Mangureira:** Hein?

**Maria Vitória:** Antes da expulsão?

**Wellington Mangureira:** Ah, você quer chegar à expulsão antes? Do Ateneu? A expulsão se deu, sim.

**Maria Vitória:** Foi em 64, né?

**Wellington Mangureira:** Foi em 64. Já foi em agosto, setembro de 64, a expulsão.

**Maria Vitória:** E o motivo foi esse?

**Wellington Mangureira:** O motivo foi que a Maria Augusta Lobão dizia que nós poderíamos causar subversão. Que nós poderíamos causar. Tanto que uma defesa dizia assim, com a espada de Damocles, ou com outra qualquer, que não é da lei da justiça, a diretora, a mestra, coleta a música, ou a mestre, coleta a música, fez cortar o mal pela raiz antes de nascer, nato e morto. Na lógica dessa conjugação, como os vivos podem morrer, que se lhes encomende logo o mausoléu. E assim foram os estudantes, banidos da sua casa, expulsos do seu colégio, sobre a falta e poeira e a alegação de que poderiam delinquir. Mas, meritíssimo julgador, o que é subversão? Subversão é tudo aquilo que, invertendo na ordem natural das coisas, provoca desarmonia e agitação social. Então, subversão é fome, é misericórdia? Enfim, foi nesse nível, aí o doutor Osman Buarque, cujo filho estava, temeu, nosso colega, juiz de direito, nós entramos no comandante de segurança. Nossas famílias. Aí, ele concedeu a liminar. Quando ele concedeu a liminar, Mariano Torcio Lombão não deixou que nós entrássemos no colégio.

A gente já perdeu o ano, porque a gente saiu em agosto, setembro. Aí, ganhamos a liminar, ela não, foi um, se chamou, disse que não ia entrar de jeito nenhum. O doutor Aquiles, que foi o nosso advogado, Viana de Assis ajudou na confecção da peça, como também, Estaelso Dourado, um baiano que era amigo, advogado, Viana de Assis. Então, os advogados recomendaram, sobretudo o doutor Aquiles Lima, recomendou que nós não resistíssemos ali, porque ele ia falar com o juiz. Então, ficamos perto do ateneu, foi falar com o juiz, e o juiz determinou, na mesma hora, o doutor Osman Buarque, é parente de Chico Buarque de Holanda. E aí, ele determinou, na mesma hora, reforço policial para que a nossa entrada para a ditadura não tinha se consolidado ainda, isso é 64. Ela não tinha se consolidado a ponto de os mecanismos de poder não estavam muito claros. Então, a ordem do juiz era para ser cumprida. Então, o comandante mandou um destacamento da polícia para garantir a nossa entrada. Maria Augusta Lobão, a diretora, desmaiou e fez um escândalo para a gente não entrar, mas nós entramos na escola. Então, três dias ou quatro depois, o Major Damasceno, Major Damasceno, cercou o Ateneu. E quando nós íamos sair do Ateneu, fomos presos, secretamente. Fomos presos, sequestrados, porque não avisou a ninguém, não tinha nada sequestrado, e fomos para o 28 BC. O 28 BC nos levaram para a 6ª Região Militar. Mário Jorge não foi preso, nesse momento, porque tinha ido para a casa de um parente, não estava aqui em Sergipe, mas eles estavam procurando Mário Jorge, Abelardo, eu, Alceu Monteiro, Anderson, que hoje é presidente da Academia Sergipana de Letras, foi juiz de direito, mas Anderson e Alceu Monteiro já estavam em Recife, estudando lá. Mário Jorge tinha conseguido entrar no Arquidiocesano, graças à influência de Dona Ivone e do movimento progressista da Igreja. Ação Católica.

Então, eu, Abelardo e Jackson é que não tínhamos conseguido ainda. Jackson indo para o Rio de Janeiro tentar, porque o pai dele tinha sido deputado.

Então, só se encontrava em Aracaju, eu e Abelardo, aí nós dois fomos presos. Foi assim que aconteceu esse primeiro momento, em que nunca faltou a solidariedade nem das famílias, nem de Mário Jorge, nem de Jornal do Mato Santiago, nem de Alceu Monteiro, todos foram sempre solidários conosco nesse momento. Então, a prisão se deu, foi quando já depois de uns 10 ou 12 dias de prisão, veio uma proposta para que nós não quiséssemos entrar no Ateneu, renunciássemos ao nosso direito de entrar no Ateneu e fôssemos para qualquer outro colégio. Aí nós não aceitamos. Foi quando a mãe de Abelardo estava em estado de choque, sofria do coração e veio a notícia de que ela estava muito angustiada e o irmão de Abelardo, que ainda é nosso parente, sugeriu, o mais velho, José, que morreu recentemente, que a gente compreendesse que a mãe estava em um estado terrível, né?

Então, aceitássemos a proposta do padre do Cônego Carvalho de estudar lá, lá no Arquidiocesano. E foi assim que nós fomos para o Arquidiocesano, ficamos ainda mais juntos, porque com Mário Jorge, ficamos juntos lá com Mário Jorge e Abelardo era só fazer umas provas, fez as provas, passou para poder se liberar, para poder fazer uma faculdade qualquer. E eu sei que é nessa condição de amigo de Mário Jorge já de tantos anos e de ter sido companheiro de sofrimento naquela altura, Mário Jorge, que tinha uma uma uma cultura maior do que a de nós todos, porque ele lia muito, estudava muito, era bastante interessado em literatura, filosofia, economia política, e nos induzia a isso. Então, Mário Jorge sugeriu, sendo mais novo que eu, que nós devíamos fazer direito, já que a faculdade de filosofia para qual nós queríamos ir, não ia ser porque o o o bispo, não o arcebispo, o bispo, o arcebispo era nosso amigo, Dom José Vicente de Távora, era gente boa, que trabalhava para que nós, mas ele estava praticamente preso dentro do palácio episcopal. Dom Luciano, Dom Luciano não ia deixar, como realmente não deixou, criou um caso com Francisco Carlos Varela, Chico Varela, não deixou que Chico Varela pudesse estudar lá. Então, nós começamos a pensar na faculdade de Direito. Mário Jorge organizou um grupo para de vez em quando estudar, ele era mais atencioso nisso, e nesse momento meu pai era presidente do Cote Guiba, o Cote Guiba passava por uma crise muito grande, tinha que pagar isso e aquilo, e eu me envolvi tanto na luta para levantar recursos para o Cote Guiba, que, só pela

insistência de Mário Jorge, é que eu fazia alguns estudos com ele, até que veio o Hélio da Mota Paixão, que era recém-casado, numa situação meio complicada, que casou com Tânia, da Alta Sociedade, sergipana, e a família de Tânia, no primeiro momento, resistiu, ele dirigiu o carro da Fratelli Vita, num refrigerante da época, e tudo isso, você sabe como é, classe média alta não achava digno, né?

Foi atleta do Cote Guiba, goleiro e tal, na lógica da família, aquela rua, aquela avenida que sai do Yacht Club, como é o nome dele? Como é o nome daquela avenida? Celso Oliva. Celso Oliva era um intelectual sergipano, e é o pai de Tânia, no primeiro momento não queria o casamento, então, o Hélio, paixão doido para ter um título superior, o anel de doutor, coração de grau, essas coisas todas, mas com todo o respeito, o que ele queria mesmo era isso, então, ele sabia que eu era do Cote Guiba, que ele tinha vindo de Alagoinha, se não me engano, onde jogou lá, insistiu para que nós fizéssemos uns estudos com o Naldo Alencar, e aí, eu que ia para a casa de Laurinha, que era minha namorada, e que ainda não era do partido,.

Eu tinha o telefone no celular, e falei, rapaz, por favor, vamos, e fomos nós dois lá, e foi a nossa sorte, porque o Naldo, o Naldinho, como se chamava, o Naldo Alencar, ele conseguiu nos orientar de tal maneira para os estudos, de forma objetiva e direta, que nós nos saímos bem, passamos. Bom, também aí tem Benito Figueiredo, que era do nosso grupo, e foi assim que nós entramos na faculdade de Direito, e na faculdade de Direito, levamos aí dentro, do Ateneu, fundamos logo o Jornal da Verdade lá.

Isso era em 65?

Em 66, né? 66? 1966, 66.

Quando passou na faculdade?

É. Não, nós passamos em 65, entramos em 66, né? É, começamos em 66.

E entraram todos juntos?

Todos juntos, com o João Augusto Guimarães da Silva, que também já era um líder estudantil, do Tobias Barreto, e muito estudioso, e competente, e figura que gostava de ler muito, tinha um discurso muito forte. Então entramos todos, e Silvio Santana Filho, que hoje é advogado da Petrobras, que também, o pai dele, progressista, era importante no nosso grupo. Moacir Soares da Mota, que é promotor de justiça, aposentado, procurador de justiça, também fazia parte do nosso grupo. Augusto Manar, Bezerra, né? Enquanto o pai era um reacionário, ele se tornou do PCB. Também fazia parte do nosso grupo. Augusto Manar, Bezerra.

**Maria Vitória:** Mas, depois que ocorreu a expulsão do Ateneu, vocês não fizeram mais parte do movimento estudantil secundarista?

**Wellington Manguiera:** Continuamos fazendo parte. Como? Não oficialmente. Eu fiz oficialmente, né? Então, por ideia de margem.

**Maria Vitória:** Vocês não tinha mais como continuar no Grêmio, né?

**Wellington Manguiera:** O Grêmio foi, sofreu intervenção. Então, e depois fechou. O dia, antes da gente ser expulso do Ateneu, veio o dia 11 de agosto, né? 11 de agosto, dia do estudante. Então, dia 11 de agosto, nós conseguimos com o padre que gerenciava o Cine Vitória, passar um filme lá, pra dizer que não ia passar em branco, o 11 de agosto. Então, Mário Jorge inventou de sortear uma Kombi. Claro que não era uma Kombi de verdade. Era uma miniatura linda, que tinha lá na Transvemasa, onde o pai dele trabalhava. Era o gerente maior. Então, com essa brincadeira, dizendo que ia ter muitas brincadeiras, roda de capoeira, tal. E depois, um filme. E o filme era Marcelinho, Pão e Vinho. Um filme tão inocente,

né? Marcelinho, Pão e Vinho. Foi o que o padre nos deu. O Vitória era o maior cinema do Estado de Sergipe. Cabia em torno de 1.700, 1.800 pessoas. Os estudantes entraram, ficamos, muitos ficaram em pé, empinhados, porque não tinha mais espaço. E o discurso era viva a democracia, não tinha mais espaço. Algumas coisas do CPC da UNE, nós falávamos, né? Se ser livre é passar fome, não basta ser livre, não. Coisas assim, que da Silva é um homem livre, essa é do que é que vai fazer. Então, havia umas brincadeiras rápidas, assim, no palco, para dizer que os estudantes não estavam com os braços cruzados. Isso foi em agosto, 11 de agosto. Saímos de lá todos contentes, porque foi uma manifestação muito bonita.

Em setembro, a gente é expulso do Ateneu, porque apareceu um oficial do exército, Maria Augusto Lobão, a diretora, que tinha se tornado, tinha ficado do lado da ditadura, porque o filho dela era da academia militar, mas tinha sido expulso por razões que não convém aqui estar falando, vocês investiguem se acharem interessante, e eis que ela querendo fazer o que nós dizemos na gíria, fazer média com os militares, ela passava a ser uma defensora fantástica do golpe militar de 64. Então apareceu esse cara lá, o auditório do Ateneu ficou super lotado, que foi convocado todos os anos, de manhã, de tarde e de noite, para assistir a palestra de um oficial do exército, e ele então quis criar uma entidade em defesa do Brasil, mais ou menos como está vendo agora essa doideira de pátria, Deus, Pátria e Família, porque desmoraliza até a palavra de Deus, porque bota, mistura, porque não pode ser misturado, mas isso era próprio do fascismo brasileiro, do integralismo, era consígnia do integralismo. E aí, ele propõe se criar, no lugar do Grêmio, uma organização que tinha como símbolo a garra, e de discussões, e agora, todos os estudantes que compreendem a entidade e amamos o Brasil, não sei o que, Brasil, patriota e tal, tudo para nos induzir, ele disse, então, se levante e bote a mão em forma de garra. Então, eu não me levantei, Mário Jorge não se levantou, Alceu Monteiro também não, antes Abelardo, e outros poucos, mas fomos os seis identificados, que não tinha levantado, não tínhamos levantado. Silvio também não se levantou, não aceitou, mas Silvio, o pai dele era muito influente, e Maria Augusta Lobão, e o marido dela, que era do SNI, tinham uma dívida muito forte para com João Moreira, conhecido nas rodas boêmias como João Banha.

Então, ele era um dedo duro, e eu sei que Silvio escapou, felizmente, que era bom que alguém escapasse.

Bom, continuamos reunindo, Luiz Antônio Barreto funda uma revista chamada Perspectiva, e aí inclui a mim e a Mário Jorge, eu era o redator geral, coordenador geral, Mário Jorge um dos redatores, fizemos algumas reportagens.

**Maria Vitória:** Ela chegou a circular?

**Wellington Manguiera:** Circulou, por três edições, e o grande democrata, que ainda falta ser muito homenageado, a gráfica J. Andrade, correu risco, toda hora usou, porque nós fazíamos as escondidas, essa revista lá. No primeiro número não, mas depois houve dificuldades, então era um rapaz, um tipógrafo chamado Bala, que Stênio autorizava para ele fazer as coisas lá de noite. Alguns dos nossos iam ajudar, eu inclusive. A revista, eu tinha essa revista, não sei se na Lúcia tem, eu não sei mais quem tem, mas a revista, foram três edições a última, e a gente ampliou, para que intelectuais pudessem também escrever na revista. Então, a gente fez essa revista, Luiz Antônio Barreto não tinha nada a ver com o Partido Comunista, ele era positivista na época, mas abria um leque para nos acolher, e assim nós aproveitávamos aquela brecha, e assim se deu mais essa inserção.

**Maria Vitória:** Mas nessa época vocês já tinham entrado no partido?

**Wellington Manguiera:** Nós entramos no partido, eu entrei no partido porque Mário Jorge Vieira tinha um contato mais presente com o irmão de Viana de Assis, o deputado de Viana de Assis, Celso Viana de Assis, que tinha sido militar e expulso do exército sob a argumentação de que ele era do Partido

Comunista Brasileiro, então ele foi expulso do exército, e Mário Jorge passou a ter contato com Celso, assim como Chico Varela, e Félix Mendes, o grande Félix Mendes. Félix já tinha proposto alguma coisa semelhante, mas não teve disposição de nos chamar para o partido no primeiro momento. Marcelo Bonfim, que em 1964, antes do golpe, também disse que um dia trabalharíamos juntos, não se abriu completamente. Quem se abriu para mim foi Mário Jorge, pela amizade dos alunos, lá dentro do seminário. Eu estou aqui com um documento que Celso Viana de Assis trouxe do partido, a primeira reunião depois do golpe, maio de 1964, ou maio de 1965, desculpe, maio de 1965, foi quando o Comitê Central do Partido do PCB, clandestinamente, se reuniu. E é aí que ele disse que tinha notícias sobre isso. Então, num papel, como se chama, papel manteiga, papel seda, um papelzinho que é fácil de se destruir, nós lemos naquela mangueira que não existe lá, eu acho que é a mesma mangueira que a gente leu no pé da mangueira, essa resolução. E ele me convidou para entrar no partido.

**Maria Vitória:** Então ele já tinha entrado.

**Wellington Mangueira:** Ele entrou primeiro do que eu.

**Maria Vitória:** Você sabe quando?

**Wellington Mangueira:** Eu acredito que ele entrou, ele deve ter entrado mais ou menos em outubro de 65, porque foi quando Celso Viana andava aqui pregando o Congresso da UNE, que ia se realizar clandestinamente. Foi Celso quem ligou ele, Celso e Chico Varela. E aí ele me deu aquela resolução para eu pensar. Como eu tinha uma abertura muito grande com meu pai, eu disse meu pai, tem aqui um documento assinado por Luiz Carlos Prestes. Meu pai dizia que era fã dele. Meu pai não era do partido comunista até então, ele era da Aliança Nacional Libertadora, que era que tinha cumprido de honra Luiz Carlos Prestes.

Mas eu falei, Thiago, esse é um homem de bem, fez um bocado de alugio e me deu um livro, O Cavaleiro da Esperança. Foi no Sotro da nossa casa, na Rua Augusto Boinaga, tirou lá do salpão e me deu o livro O Cavaleiro da Esperança de Luiz Carlos Prestes. Aí eu vi que ele nasceu no dia 3 de janeiro e protelei meu ingresso no partido. E só entrei no dia da Universidade de Luiz Carlos Prestes. 3 de janeiro de 1966. Meia meia.

**Maria Vitória:** O nome do livro é?

**Wellington Mangueira:** O Cavaleiro da Esperança de Jorge Amado. Que tem algo que todo ser humano devia ler mesmo que não suportasse as ideias. Que é a parte inicial que faz “rimance”. Que é romance, romance.

Que ele faz um imperativo entre o herói e o poeta. O poeta é Castro Alves e o herói é Luiz Carlos Prestes. É algo que eu não consigo ler sem chorar porque é de uma beleza sem igual. O Cavaleiro da Esperança. Ou a vida de Luiz Carlos Prestes. Eu tenho o livro.

Bom, com base nisso num dia determinado alguém, que eu não sei quem foi, conseguiu com o Major João Telles que o Major João Telles era do Partido Comunista brasileiro, tinha sofrido tudo desde 1964 que ele veio sofrendo, negando, mas era do Partido e o Partido confiava nele. Era do setor mil, setor militar. Só tinha contato mais aqui em Sergipe, já se sabia que ele era do Partido. Então ele deu uma casa onde hoje é a Coroa do Meio. Não posso precisar que a Coroa do Meio mudou-se muito. Era perto da casa, se tiver os geógrafos aí, os urbanistas, era perto da casa desse grande comerciante. Vou saber o nome dele. O filho dele, que foi meu colega, ele tem aqui na Secretaria da Administração. Ele foi Secretário da Administração. Sérgio Tem fontes no meio. Se quiserem um dia localizar, era perto dessa casa. E essa casa foi de herança, certamente, Sérgio saberá localizar. Então o Major João Tello nos deu essa casa para nos reunirmos. Sim, as reuniões aconteceram. Era uma casa na Coroa do Meio. Eu sei

que foi ele porque depois ele disse que aquela casa era dele. No momento eu não sabia de quem era a casa. Mas Mário Jorge nos levou na Kombi. Mário Jorge já tinha contato. Aí nos levou. A Kombi tinha mais gente do que ela podia caber. Sim. Então foi o pessoal do Ferroviário. Carisvaldo. Carisvaldo Lima. Foi Cerivaldo Pereira. Foi Não foi mulher. E eu fui Zé Carlos Souza, o marido da professora cujo filho é reitor da Universidade Federal de Sergipe. Da doutora A ex-esposa de Carlos com o nome dela. A mãe do menino que é reitor da Universidade Federal de Tagib. Minha amiga. Professora de Geografia. Isabel. É É Como é que eu esqueço o nome dela? Não estava me esquecendo de nada. Começou. É Albertina não. É Alexandrina. Alexandrina.

**Maria Vitória:** Sim. De Geografia.

**Ana Lúcia:** É. Alexandrina. O marido dela foi para essa reunião. Cheio de gente. Foi também o. Nós chamamos de sargento. Ele não era sargento. Ele entendia de contabilidade. Eu também não era contador. Quem chamar de sargento. Lorival. Foi também o companheiro Asclepiades. Jesus. Quem chamar de bengala. Houve também. Asclepiades. Que até hoje não recebeu. Foi ele que não recebeu indenização. Que fazia jus. Apesar das nossas lutas. Teve mais gente. Importante. Valdevino. O carpinteiro. O de origem protestante. Gilson não. Nunca foi preso. Esqueci o nome dele agora. Eu sei que foram muitos. O próprio Mário Jorge. Eu me lembro que eu estava com o livro de Zaratustra. Foi motivo de uma pequena conversa sobre isso. Foi em 3 de janeiro de 1965. Meu padrinho foi Mário Jorge. Foi ele que me convidou. Me explicou. Me deu o livro. E a partir daí a gente começou a nossa militância. E o partido estava esfacelado aqui em Sergipe. Só tinha sobretudo o movimento estudantil. Só tinha Só tinha aqui o médico que faleceu num desastre com o pai de Anselmo Góes.

Bom, um médico que estava se formando em medicina e não tinha mais ninguém, o movimento estudantil. Aí nós começamos a reconstruir o movimento estudantil. E aí começamos a fazer campanha de finanças, tudo, tudo clandestinamente. O Jorge com a Kombi dele, brincava às vezes, que aquela Kombi ia ser, ia para o Museu da Revolução, que nós íamos derrubar a ditadura, era muito interessante, muito bonito. E ele tem participação ativa na hospedagem e apoio àquele grupo da ilha, do governador do Rio de Janeiro que veio para cá. Bem-vindo, bem-vindo, Serqueira, com a menina Gonzaguinha, filho de Gonzaga. Com a menina. Ela era linda, que o Mário Jorge se apaixonou por ela, mas deu um problema porque ela era casada lá e o pessoal do partido, que esse grupo era do Partido Comunista Brasileiro, muito respeitador, achando que ela lia, o nome dela era Lia. Não podia namorar com o Mário Jorge porque, enfim, ela era casada e isso foi dito, pô, depois que se tornou aberto. O bem-vindo, Serqueira, é, não aceito, tá, companheiro lá. Ela veio para cá sob nossos cuidados. Ela ficou, então, na casa de Ilma Fontes, né? Luiz Antônio Barreto acomodou Gonzaguinha. Nós tentamos, em casa de amigos, colocar os outros. Eis que Costa e Silva vinham para cá e todos foram presos. Aí Jacques da Silva Lima foi chamado para agir como advogado.

Esse grupo se apresentou no teatro. O Cine Teatro Rio Branco superlotou. Teve mais de uma sessão com o monólogo de Luiz Antônio Barreto. Hoje, do ponto de vista estético, podia ser pobre, mas do ponto de vista emocional para a época, foi interessante. Dizia que muitos cachorros grã-finos vivem melhor do que eu. Eu sou, meu Deus, eu sei, eu sou. Então, era um monólogo em que foi dado. Foi interpretado por, agora em Portugal, neste instante, citei o nome dele. Sem ser Gonzaguinha, que eu citei o nome dele neste instante. Bem-vindo Cerqueira, né? Então, depois se apresentou na Iara, que tinha lá uma coisa, se apresentou em vários lugares, foi quando foram presos e tal. E foi motivo de gozação que Mário Jorge conseguiu mandar, através de Paulo. Paulo Barbosa, que é o jornalista, que o secretário de Segurança Pública disse que o que a gente da Egípcia entendia de cultura e arte era a polícia. Aí, conseguimos isso, mas foi Mário Jorge que teve essa ideia de ir para o Fê Beapá, festival de besteira que é só no país, de estandar o Ponto Preta. Estandar o Ponto Preta, todo mundo comprava o jornal, a primeira coisa era para ler a coluna dele. Ele criou o Fê Beapá. Festival de besteira que é só no país, estandar o Ponto Preta. Então, foi motivo de gozação e assim as coisas andaram.

Vieram as eleições para o Diretório de Direito. Nós ganhamos, eu fui o presidente. Mário Jorge ficou como secretário de Cultura. Lançamos lá o livro dele, Revolução, que foi feito na Gráfica J. Andrade.

**Maria Vitória:** Isso já foi depois dele ter ido para São Paulo e voltado, né?

**Wellington Manguiera:** É, ele foi e voltou. Ficou em segundo lugar na Escola de Sociologia, lá em São Paulo. Em São Paulo, você sabe com quem ele estava lá? Sei.

**Maria Vitória:** Se tinha gente daqui de Sergipe lá também.

**Wellington Manguiera:** Tinha Gil Natureza e Damares, que eram casados os dois. Nós demos a ele um contato. Do secretário-geral do PCB de Alagoas, Zé Rocha, que era médico. E que tinha saído de Alagoas por uma questão boba. Negócio de conversar, de ser interpretado mal. A amizade que ele tinha com a mulher casada e foram bater nele. Ele tinha duas alternativas, ou matar o cara. Saía aquela visão dos alagoanos. Ele ficou em contato com o Zé Rocha. Eu não sei onde ele anda. Médico famoso, cardiologista. Se estiver vivo, está bem velhinho. Mais velho do que eu, muito. Então. Mas ele morava em São Paulo? Ficou morando em São Paulo. Também. Também. Então Mário Jorge se aproximou do partido lá, claro. Porque o Gil era do partido, Gil Natureza.

**Maria Vitória:** Gil Natureza é vivo?

**Wellington Manguiera:** Acho que é vivo. Acho que é vivo.

**Maria Vitória:** Ele está lá em São Paulo até hoje?

**Wellington Manguiera:** Eu acho que Chico Varela consegue até uma ligação para com ele. Sim. Ele ainda tinha vários documentos de Mário Jorge que quis me entregar. Eu entrego a Dona Ivone. Eu dormi, mas hoje, amanhã, ainda havia aquelas instabilidades. Eu não sei se ele ainda tem. Mas ele e Damares guardaram esses documentos de Mário Jorge. Poesias, um bocado de coisa. Eu também tenho uma poesia muito linda de Mário Jorge, que não foi publicada. Porque nessas coisas, nessas andanças, o exército levou. Bom. Deus está morto. Você conhece a poesia dele, não é? Ele foi um negócio que a gente fez ali no, por ideia de Doutor José Rosa Oliveira Neto. Doutor José Rosa.

Que queria que Mário Jorge fizesse, colocasse em termos de teatro o livro Os Corumbas, não é? Do nosso Amando Fontes, grande sergipano, não é? Que defendia a causa do povo trabalhador, dos operários. Mas Mário Jorge era hoje, amanhã e não fez. Mas nós fizemos esse trabalho de conscientização através de interpretação da história. Interpretação da história. Sob a ótica de Tom Imbi. Tom Imbi estava se destacando como um grande intérprete da história. E quem topou, que muita gente foi convidada e não topou. Quem topou orientar e dar o curso foi Maria da Glória Monteiro. E Mário Jorge nesse evento, entendeu que se inspirando na lógica até de Nietzsche, que ele era leitor de tudo que você puder imaginar. Mário Jorge fez a poesia Deus está morto. Essa poesia foi recitada lá com muitos aplausos por...O que me acolheu lá no Rio de Janeiro com o menino, com o Augusto Boinar, no apartamento, é o, veja, não me vem, promoveu tantas coisas lá no Rio e aqui fez várias coisas interessantes. O nome sai da cabeça. Luiz Adelmo Soares. Então, Luiz Adelmo Soares restituiu essa poesia, foi uma coisa fenomenal naquele momento. Foi algo extraordinário. Deve isso. Ainda estava, ainda não tinha vida, ainda não era o AI-5 não, né?

**Maria Vitória:** Isso tudo foi antes de 68?

**Wellington Manguiera:** Foi antes de 68. A resistência. Mário Jorge, ele foi para São Paulo em que ano? Ele deve ter ido para São Paulo em 67.

**Maria Vitória:** Então, ele ficou ainda um ano na faculdade de Direito?

**Wellington Mangueira:** Ficou um ano na faculdade de Direito.

**Maria Vitória:** Nesse ano que ele ficou aqui, ele participou do diretório?

**Wellington Mangueira:** Do diretório, sim, claro, lançou o livro Revolução. Eu era o presidente do Centro Acadêmico de Palmeiras. Claro. Muito ativo no seu livro Revolução.

**Maria Vitória:** E no partido também ele ainda estava?

**Wellington Mangueira:** Estava, ele não saiu do partido. Ele não saiu do partido. Muita gente quer dizer que ele se afastou do partido, não. Ele era tão consciente que quando ele estava fora de si pelas coisas, ele cuidava para não permitir que nada, o partido sofresse. Tanto que ele já estava com problemas das drogas. E eis que chegou um membro do Comitê Central aqui e estava difícil de ser hospedado, porque ele tinha um aspecto de, solista, branco, alto, forte, mais para gordo.

**Maria Vitória:** Quem era?

**Wellington Mangueira:** Era o, não sei o nome real dele. O nome aqui era Sérgio. O nome Sérgio. E ele hospedou lá, na casa dele. Nesse tempo ele suspendeu qualquer bebida, qualquer droga, qualquer desgraça.

**Maria Vitória:** Mas isso já era nos anos 70 ou 60?

**Wellington Mangueira:** Isso foi depois do AI-5.

**Maria Vitória:** Ah, já foi depois. Então já estava tudo ilegal. Ilegal, né?

**Wellington Mangueira:** Completamente ilegal. Ilegal estava tudo. Mas estava pior ainda, né? Perseguiu. É. Pior ainda. Então ele nunca saiu do partido, Mário Jorge. Ele não foi para a União Soviética porque Dona Ivone, conversando eu com ela, ela disse meu filho, será que o regime assim, ele não vai dar problema, não sei o quê, porque eu, Dona Ivone, além de minha mãe e meu pai, Dona Ivone foi a única pessoa fora da organização partidária de cúpula que soube que nós íamos para a União Soviética. Aí eu propus que lá eles tivessem tratamento e tal. Mas ela ponderava, tinha receio que ele lá pirasse, porque na visão dela, ela estava certa. Estava certa. O regime, de qualquer maneira, era muito exigente para com a militância comunista.

Nós tínhamos que ser muito regrados. E ela achou, eu conheço meu filho, eu sei que você vai ficar feliz, ele também, mas depois ele pode ter um tédio, uma coisa e criar problema para todo mundo. Dona Ivone, mulher de valor mesmo.

**Maria Vitória:** Você poderia me falar um pouco sobre ela? Sobre Dona Ivone? Eu sei pouco sobre ela.

**Wellington Mangueira:** Uma mulher fantástica, né? Que defendia o filho sobre todas as coisas, né? Os filhos, tanto Ana Lúcia como Mário Jorge. A Ana Lúcia vivia mais uma redonda naquele primeiro momento, porque o paizinho, como ela chama, que é o Dr. Osman. Ele era uma autoridade, ele era representante da Procuradoria Geral da República em Sergipe. As maiores fontes. É. Então, no primeiro momento, ela era muito jovem também, mas Dona Ivone nunca deixou de ter um contato direto com ela.

Ela ia para a casa da mãe, que era perto da casa da tia dela, que ela chamava de mãezinha. Era menos de 70 metros de distância, né? Então, havia muito amor naquela família. E Dona Ivone, no primeiro momento, na prisão mais longa que ele sofreu, junto comigo, Dona Ivone, no primeiro momento, não aceitava de jeito nenhum que ele tivesse qualquer participação. Mas era a lógica da sua família dizer que não, não, não, que não é possível. Meu filho, meu filho está pensando em estar de corpo aberto naquele

primeiro momento. O Sr. Claudomir mandou ela ter certa cautela, porque os militares poderiam ter aproveitado isso para depois gerar, né? Para gerar um problema para o próprio Mário Jorge. Mas Dona Ivone foi evoluindo. Eu só me faço lembrar, o tanto que deve ser mudado, a mãe de Máximo Gorky, aquele romance do grande escritor russo Máximo Gorky, a mãe. Então, ela foi se politizando no decorrer das coisas e começou a dar estabilidade. Nós reunimos o Partido Comunista várias vezes na casa de Mário Jorge. Dona Ivone e o Sr. Claudomir viajaram para qualquer lugar e a casa, o marinista e a esposa de Mário Jorge da conta da casa e nós nos reunimos. Reunimos com o ministro Figueiredo, nunca caiu, com o ministro Figueiredo, com o Antônio Jacinto Filho, né? Eu, Mário Jorge. Quando o Mário Jorge já não estava aqui, já estava em São Paulo, ainda reuníamos lá na casa dela, porque não havia como, como ser, criar desconfiança, porque nós éramos amigos da família. Aí, lá com Abelardo e tal. A ponto de uma vez, criou um mal-estar, porque a cunhada dela, que tem o mesmo nome de minha mãe, Iracy, viu aquela movimentação e nós contemos o erro de cada um entrar com uma pastinha semelhante. Aí, ela ficou preocupada. O que é que está acontecendo na casa de Ivone? Que Ivone está viajando. Mas, não sei como foi, o marinista entrou no circuito e disse, não, aqui, meus amigos vieram aqui para discutir. Alguma coisa de medicina. Enfim, deu uma desdobra e a cunhada dela compreendeu logo que era coisa de política. Então, todo mundo era solidário. Não denunciou nada. Então, dona Ivone continuou sendo leal, amiga, na saída daqui de Aracaju, quando eu fui para São Paulo, de São Paulo para o Rio e do Rio para Moscou. Depois, passei uns seis meses por lá, antes de viajar para Moscou. Ela me deu, como presente de casamento, um pijama, que eu guardava até outro dia, porque, de lembrança dela. Quando ela faleceu, eu beijei a testa dela, ela já no caixão, porque era a mãe de todos nós também. Ela não se preocupava só com o Mário Jorge, se preocupava com todos e sabia perdoar. Não os ditadores, isso ela nunca perdoou. Mas aqueles que se fraquejaram, porque tinha colegas que se afastaram de Leó, né? Se fossem os Mário Jorge e Leó, foi um deles. Que era vizinho, não era para ter citado, mas não sei, coisa disso. Porque ela pedia sempre para não escandalizar, mas porque Leó não tinha ficado com o Lúcio, com a dona Maria Augusta. Então, foi isso. Mas é uma mulher espetacular, tanto ela como o seu Claudomir.

**Maria Vitória:** Essas reuniões que eram realizadas na casa dela, ela ficava sabendo de alguma coisa? Eram reuniões do partido, mas para discutir pautas em que vocês estavam envolvidos?

**Wellington Mangueira:** Não, é que nós estávamos envolvidos e o partido como um todo. E o partido como um todo? Tanto que depois o Mário Jorge já morto, eu já tinha sido, já me sentia sadio e veio a tal da anistia. Ela me entregou vários documentos do PCB. Ela sabia, não estava guardado. Entregou e disse assim, olha, eu não sei isso aqui. Aí me entregou a resolução, a resolução do sexto congresso, tribuna de debate, tudo que o Mário Jorge guardava, ela escolhia. Para que a ditadura não se vasculhasse a casa dela, ela não ia encontrar. Ela sabia de tudo, sim. Comigo era jogo aberto.

**Maria Vitória:** E nesse momento vocês discutiram o quê?

**Wellington Mangueira:** A lógica do partido era assim. A reunião, o secretário político daquela célula, daquela organização de base, fazia um informe panorâmico sobre a situação internacional, depois a nacional e depois a local. Era assim. Então, cada um se encarregava de fazer uma exposição. E debatíamos. Depois, forma de atuação. O que fazer no propósito de conscientizar o povo? É fazer um jornal? É fazer um grupo de teatro? É apoiar a iniciativa de Dom José Vicente de Távora? Qual o setor da igreja que a gente pode contactar? Quem é que é confiável? Então, João Oliva era considerado confiável. O jornalista João Oliva. Sim. Tinha um vizinho de Mari Jorge lá também, que ficou muito famoso depois, que descobriu que ele era da Apolópolis, também era confiável e era vinculado à igreja. Então, Dona Ivone contribuiu com ele de forma muito efetiva e discreta. Tanto que quando veio a legalidade do PCB, mas o PT teve a legalidade primeira, às vezes a Ana Lúcia criticava o PCB e ela não gostava. Ela dizia que não falasse de mim, nem de ninguém do PCB. A Ana Lúcia estava viva para dizer que, não sei se ela vai se lembrar, mas o Wellington está aqui, tem passagem livre e aqui não quero que

fale mal dos companheiros de Mario Jorge. Então, às vezes o pessoal do PT ia lá e reunia com a Ana Lúcia. Não, o pessoal é casca, flor de laranja, não é mais aguerrido como os comunistas eram. Agora estão querendo conciliar com A, com B, fazendo jogo de cintura. A Dona Ivone não gostava disso. Sim.

**Maria Vitória:** Nessa época em que vocês estavam militando num partido, também estavam militando no movimento estudantil, ao mesmo tempo?

**Wellington Mangueira:** Claro. Nós éramos a expressão do partido no movimento estudantil. Era a expressão do partido no movimento. É. Tinha um livro muito bom, já que você vai fazer uma tese, ele surgiu, estou à disposição para dirimir qualquer possível dúvida, de livro, é o Poder Jovem, não sei se você está sabendo, o Poder Jovem. De Arthur Poiner. Arthur José Poiner.

É, eu li esse livro.

Tem também, tem alguns documentos do partido muito interessantes.

É, preciso saber mais sobre o partido aqui nessa época.

É, muito interessante. Reunimos algumas vezes, eu, Mario Jorge, Cerivaldo Pereira, lá na arquidiocese, naquela casa que fica no Parque Teófilo Dantas, ali embaixo, com o nosso querido e sempre saudoso D. José Vicente Távora. Sim. E com o pessoal da AP, não com o Bosco Rolemberg, mas o irmão dele. Sim. José Rollemberg. E se eu não me engano, o Gilza. Zé Rosa. Porque que o AP, ação popular, queria unir com o partido para algumas coisas. E fizemos alguns movimentos juntos. Fizemos alguns movimentos juntos. Uma tese que nós levamos, uma tese que nós levamos para Bahia, que eu tinha até outro dia, mas acaso meu pai se desmoronou, não sei onde desgraça está aquilo ali, que nós levamos, mas Moacir se lembra disso. Foi feito por eu, Moacir, Chico Varela, Vieira, Antônio Vieira, que foi da universidade depois, que era bancário. Depois mudou de ideia. Laurinha, minha mulher. Então fizemos uma tese para levar para o encontro antes do Congresso de Ibiúna, que tinha os congressos regionais na Bahia.

Sim. E nossa tese foi aprovada.

Em Salvador?

Em Salvador.

Você lembra o nome do encontro?

Sim. Foi pela UEE. Não é difícil recuperar isso, não. Eu posso telefonar para o Gurgel e ele vai me dizer exatamente. Porque quem comandou esse Congresso foi o pessoal do PCB, que era aquele menino que foi aquele companheiro que foi o secretário de Ulisses Guimarães, como deputado federal, ele foi o secretário da Constituinte, como é o nome dele. Laurinha sabe que a Rosane está ali. Laurinha sabe.

**Maria Vitória:** Esse Congresso foi em que ano?

**Wellington Mangueira:** O Congresso na Bahia?

**Maria Vitória:** É.

**Wellington Mangueira:** Foi em 68.

**Maria Vitória:** Foi no mesmo ano de Ibiúna? Ibiúna foi em outubro, ele deve ter sido no início de 68.

**Wellington Mangueira:** Eu vou procurar algumas informações sobre isso.

**Maria Vitória:** Nesse Mário Jorge ele estava presente, né?

**Wellington**

**Mangueira:**

Estava.

**Maria Vitória:** E em Ibiúna que ele não foi.

**Wellington Mangueira:** Não foi. Mas foi preso, com a insíquia ele foi preso. Sim. Aqui em Sergipe. Em dezembro, né? É. Há quem diga, ele nunca me falou isso, mas me trazia o livro de Carlos Marighella. Sim. Gil Natureza. Sim. Poderá dizer se é ou não verdade. Mas nós supunhamos que ele chegou a ter contato. Por isso que ele, muita gente diz que ele rompeu com o Partido. Não rompeu com o Partido. Ele queria que o Partido tivesse mais agressividade. Ele queria que o Partido não renunciasse à luta armada. O Partido não renunciou. O Partido disse que o momento histórico era de unir, organizar e mobilizar as forças em torno do mais amplo arco de força contra a ditadura militar. Então, o Partido disse assim. Mas lá, para tanto até de partir do (não identificado), eu tenho como lhe dizer e provar. Fazer assim. Porém, a ditadura poderá nos impor o caminho da luta armada. E neste caso, devemos estar preparados e preparar os nossos companheiros para essa eventualidade. Nós queremos pela via pacífica, pela luta de massas, pela reconquista das liberdades democráticas. O Partido dizia claramente isso. Mas, a ditadura poderá nos impor o caminho da luta armada. Então, o Partido não aderiu à luta armada, mas não excluía-nos. Dizia que na luta contra um regime e a favor de outro, nós temos que usar os três princípios do marxismo. A luta teria que ser ideológica, política e econômica. Então, o Partido não abria mão disso. E olhando bem, foi quem teve mais consciência naquele momento. Infelizmente, com a redemocratização, o Partido foi perdendo seus quadros, porque muitos romperam. E entre eles, Mario Jorge se afastou um pouco pelas influências de Carlos Marighella. E daquele outro companheiro que depois fez o PCBR. Aquele que dizia assim, combatendo nas trevas. Esqueci o nome dele agora. O grande militante do PCBR. Mas rompeu e fez o PCBR. Lembro o nome distante. Mas eu tenho até o livro. Depois eu posso, tirando em casa. O livro do combate das trevas é Jacob. Jacob e Gorender. Gorender. Então, Mario Jorge sofreu esse tipo de influência. Mas nunca se afastou do PCB.

E foi graças a ele que quando em Alagoas eu fui chamado para uma reunião com o Zerro. Com o Zerrocha. E toda a direção do PC lá em Alagoas. Que vieram representantes desse grupo que estava se afastando do PCB. Por achar que o PCB estava acomodado. Querendo pela Via Pacífica. Não era pela Via Pacífica. Era por uma via de massas. De agregar forças. Procurar a Igreja Católica. Como se chama? O negócio dos bispos do Brasil. Congregação dos bispos do Brasil. O sindicato que ainda estava funcionando. As contradições que existiam na sociedade. Buscando outras formas para se contrapor à ditadura. Mas havia os que achavam que isso aí era uma fraqueza do partido. Então, Jacob Gorender vem para Alagoas com a equipe dele. Para convencer que o partido de Alagoas era grande. E tinha muita finança. Se bem que o Sergipe desafiou Alagoas e Bahia e ganhamos. No mês nacional de finanças que era outubro. E vou dizer como. Mário Jorge trabalhou muito nisso. Toda vez que teve. Então. Nós dizíamos que o PCB estava tão arraigado. Enraizado. Na consciência do povo trabalhador. Pelas muitas lutas. Os livros de Jorge Amado. Os livros ásperos. Subterrâneo da Liberdade. Que era difícil. Modar um nome para quê? E aí eu sei que eles acrescentaram o B. Não o R. Partido Contemporâneo Revolucionário. PCBR. Mas foi em Alagoas que eles decidiram. E penso eu. Ou pelo menos se convenceram. Diante dessa argumentação. De muitos alagoanos e sergipanos. Que achavam que não deviam criar uma nova organização. A não ser que mantivesse. O eixo do PCB. Aí veio o PCBR. Porque também teve a dissidência da Guanabara. E a dissidência de São Paulo. Mário Jorge deve ter tido encontro. Com José de Seu. Não posso precisar. Mas a natureza pode informar.

A experiência dele de São Paulo. Ainda é uma lacuna. Que eu não consegui preencher. Para entender. O que ele fez lá. Tinha teve com a Ana Lúcia. O menino. Mas eu vou encontrar com ela amanhã. O Gil Natureza. Queria me entregar. Isso faz muito tempo? Tem muito tempo. Mas eu acho que como. Militante marxista. Ele não deve ter destruído não. Eu acho que eu também vou precisar. Conversar com

o Chico Varela. Seria interessante. Eu não tenho contato dele. Eu não tenho. Mas eu. Vou conversar com a Ana Lúcia. Amanhã também. Bom, tem mais alguma coisa que.

Ele foi. Aquilo que eu digo. De forma simples. Que era necessário. Dizer uma apresentação. Dona Ivone queria que eu apresentasse. O primeiro livro dele. Eu digo ali. Que Mário Jorge leu. Tudo que você pudesse. Imaginar naquela época. Uma compulsão com leitura. De Gramsci. Allen e Stalin. Mas também. De. O nome do. Coimbi. Era. Um. Sociólogo italiano. Vaca. Era. Também. Tudo que. Escreveu. Mas ele leu. Também aquele. Aquele francês. Ele leu e discutiu conosco. Que foi. Preso na Bolívia. Com Che Guevara. Como é o nome dele. O nome dele. Que foi depois ministro. Da cultura lá.  
É da França. É.

Lia também os documentos da POLOP. Lá eu digo. A memória ainda estava mais fresca. Eu digo. Dos livros que ele lia. Porque. Eu não comentava. Nós vivíamos lá. Na casa da. Tobias Barreto 78. Várias vezes ficava a tarde toda. Para fazer o jornal. Ou a revista perspectiva. É que Dona Ivone já faleceu. Senão ela ia ter muitos detalhes. Então ela levava um suco para gente. Um suco de macaba. Ou de abacaxi. Sempre solista. E a gente lá trabalhando. Sim. Mas é isso mesmo. É. Bom. Antes de finalizar. Tenho mais duas perguntas. Vou tentar ser. Sintético. Não tem problema. Quanto mais fala. É.

**Maria Vitória:** Qual a sua opinião. Sobre as trajetórias dos militantes. No período da ditadura militar. Inclusive o senhor foi um desses militantes. Mas. Qual a sua opinião. Sobre esses militantes. Que caem no esquecimento. Ou tem as memórias negligenciadas. Na nossa realidade. E a segunda pergunta.

**Wellington Mangueira:** Deixa a primeira. Porque eu estou cansado mentalmente. Tá bom. Mas o meu. O esquecimento É terrível para pessoas como eu. Que eu estou certo. Que estou perto de morrer. Estou com 79 anos. Fazia 80. Pelas leis da natureza. Eu vou durar pouco. Eu fico triste. Por não termos um estudo mais profundo. Sobre o Robério Garcia. Sobre a professora Alfenizia Freire. Sim. Sobre. Maria Conceição. Pureza Conceição. Maria Pureza Conceição. O Itabaiense.

O sobrenome de Borges. Que foi secretário de tudo aqui em São Egípcio. Carlos. Fragmon Carlos Borges. Fragmon Carlos Borges. Agonaldo Pacheco. Agonaldo Pacheco. Manoel Messias. Manoel Messias. Major Junteles. E tantos outros que eu posso me lembrar depois É terrível esse esquecimento do esforço que todos fizemos Para defender as liberdades democráticas E a construção de um mundo mais justo, mais humano e mais fraterno Muitos se doaram de tal maneira Que era lindo certas coisas Pouca gente hoje compreende Muitas vezes a gente dizia Não podemos viajar todos juntos Porque se um for preso e morto A luta continua Nós estamos certos De que poderíamos morrer naquela batalha E a nossa lógica não era matar Pelo contrário Não tínhamos Basta dizer que tem um momento histórico muito importante Quando dois membros do partido Estão discutindo Para a realização Do sexto congresso Que se realizou em 67 Um.

Se irritou demais Perdeu a cabeça E atirou no companheiro E a polícia veio aquele estilo Foi uma discussão sobre futebol Sobre isso e aquilo E o companheiro que recebeu o tiro Ficou entre a vida e a morte Mas quando foi interrogado Ele disse não, foi uma discussão sobre futebol Não disse que foi sobre política Tínhamos essa dignidade Eu vejo muita coisa E eu vejo muita coisa Feito a gungal e o paché Que estão fazendo um filme sobre ele Lembrarei mais de gente Que foi esquecido pela história E a segunda pergunta A segunda

**Maria Vitória:** Você acha que esse trabalho Que eu estou fazendo agora Contribui para os estudos sobre a memória política No período da ditadura militar em Segipto?

**Wellington Mangueira:** Acredito sim Se não acreditasse Eu não estaria ali E lamento Já estar nessa

idade E muitas coisas Ficam um pouco Porque as pessoas Fico com dificuldade de me lembrar com detalhes Mas Félix Mendes, por exemplo É um que precisa ser E não ter sido O artista plástico Félix Mendes Celso Viana de Assis também Deve ser lembrado Em muitos momentos Tem uma revista do Tribunal de Justiça Como eu não me lembro Eu tenho Uma edição Em que a Menegaiu Prende jornalismo E que ela fala sobre Sérgio Panos que sofreram Eu posso lhe dar Emprestado Se tiver com mansa essa ela Não, mas é difícil Eu lhe dou Mas é melhor ela olhar Porque é mais emocionante Porque é em cores Mas pode Tem aí o PDS Ela já aí trabalhando Tem Isso que é o Instituto Estudo O Histórico saiu com uma revista que eu tenho que ir lá, que fala toda a gente.

É um dossiê, é tipo um dossiê sobre a ditadura militar, os 60 anos de ditadura militar. Foi lançado em dezembro do ano passado. É parelho, né? Eu não fui entrevistado, não sei nada. É sobre a relação com a juíza. É sobre a relação com a juíza. E tem o livro também da Mangue Jornalismo, que é o Racha na Cabeça. Nesse livro eu escrevi um capítulo sobre o Mário Jorge, que está lá. Um pouquinho da história dele, que eu consegui reunir até o momento.